

Maria Terezinha Bretas Vilarino  
Patrícia Falco Genovez  
Organizadoras

*Caminhos da*

**LUTA PELA**

**TERRA**

**NO VALE DO RIO DOCE**

**CONFLITOS E ESTRATÉGIAS**

Todos os direitos reservados. Copyright © 2019 dos autores

Este livro foi editorado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais; Edital N°012/2015. VENDA PROIBIDA.

Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias / organizadoras: Maria Terezinha Bretas Vilarino, Patrícia Falco Genovez. – Governador Valadares : Ed. Univale, 2019.  
336 p. : il.

ISBN 978-85-89046-79-4

1. Reforma agrária – Minas Gerais. 2. Posse da terra – Minas Gerais. 3. Assentamentos humanos - Minas Gerais. 4. Movimentos sociais rurais - Minas Gerais. 5. Rio Doce, Vale (MG e ES) – História. I. Vilarino, Maria Terezinha Bretas. II. Genovez, Patrícia Falco.

CDD 333.318151

PROJETO GRÁFICO  
**Tuia Comunicação**  
**tuiacomunicacao@gmail.com**

FICHA CATALOGRÁFICA  
**Raissa Aguiar Coelho Rodrigues**

REVISÃO  
**José Luiz Cazarotto**

IMPRESSÃO  
**Gráfica Formato**

# SUMÁRIO

Os Autores .....	5
Capítulos .....	11
A Luta Pela Terra no Vale do Rio Doce: Abertura de cenários.....	13
Maria Terezinha Bretas Vilarino	
Patrícia Falco Genovez	
Os Botocudos no Vale do Rio Doce: O Estado da Violência e a Luta Pela Terra .....	45
Rogério Costa dos Reis	
Golpe Civil/Militar de 1964 e Legitimação dos Discursos Sobre Ações de Fazendeiros: O Caso de Governador Valadares .....	68
Michelle Nunes de Moraes	
O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares: Retomada da Luta Pela Terra no Vale do Rio Doce (1988-1996).....	94
Haruf Salmen Espindola	
José Aparecido de Oliveira	
Itamar Pereira da Costa	
José Matilde da Silva	
José Gonçalves Moreira	
Participação da Igreja Católica nas Lutas dos Movimentos Sociais no Leste de Minas Gerais .....	129
Nelito Nonato Dornelas	
A Territorialização do MST no Vale do Rio Doce, Minas Gerais .....	143
Rangel Nascimento	
Brasilino Moreira	
Enio Bohnenberger	
Gilson de Souza	
Helenice Pereira	
João Leite	
Serginho Barbosa	
Terezinha Sabino	

Fazenda do Ministério: O Significado de um Território.....	157
Nagel Medeiros	
Assentamentos de Reforma Agrária num Território Averso: o Caso de Governador Valadares .....	177
Denis Boaventura da Silva	
A Luta Pela Terra em Teófilo Otoni e o Assentamento de Reforma Agrária Edmar Fritz.....	202
Aloídes Souza de Oliveira	
Mulheres na Luta Pela Terra: Narrativas Femininas no Médio Rio Doce .....	225
Polyana Valente	
Tecendo a Vida em Contexto de Luta Pela Terra: O Papel da Agrobiodiversidade na Reprodução Socioeconômica e Cultural do Acampamento Padre Gino, Frei Inocência, Minas Gerais .....	256
Filipe Fernandes de Sousa Reinaldo Duque-Brasil Bianca de Jesus Souza	
A Luta Pela Terra e Sua Matriz Educativa: Vale do Rio Doce e sua Territorialidade.....	284
Sônia Maria Roseno	
Entender as Relações Locais a Partir dos Interesse dos Atores .....	302
Ivana Cristina Lovo Julia Silvia Guivant	

# OS AUTORES

## **Aloídes Souza de Oliveira**

Assistente Social; mestrado em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE; Coordenadora e Professora do curso de Serviço Social das Faculdades Pitágoras de Governador Valadares; consultora de Projetos Sociais na área socioambiental.

## **Bianca de Jesus Souza**

Formada em Tecnologia em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (Campus de Rio Pomba); bacharel em Agroecologia, pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (Campus de Rio Pomba); mestrado em Agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); atua no Centro Agroecológico Tamanduá, em Governador Valadares.

## **Brasilino Moreira**

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Coordenação do Assentamento Oziel Alves Pereira, Governador Valadares-MG.

## **Dênis Boaventura da Silva**

Graduação em História pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); mestrado em Gestão Integrada do Território pela UNIVALE; tem experiência na área de ensino de História.

## **Enio Bohnenberger**

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Coordenação do MST de Minas Gerais; graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

## **Filipe Fernandes de Sousa**

Bacharel em agroecologia pela Universidade Estadual da Paraíba; mestrado em agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); doutorando em Extensão Rural pela UFV; exerceu a função de técnico extensionista e Coordenador Técnico no Centro Agroecológico.

## **Gilson de Souza**

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); graduado em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

## **Haruf Salmen Espindola**

Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestrado em História Política pela Universidade de Brasília (UnB); doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); atualmente é professor titular da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); atua no Curso de Direito e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (GIT/UNIVALE); atua no campo do desenvolvimento territorial rural.

## **Helenice Pereira**

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## **Itamar Pereira da Costa**

Agricultor. Vive no Assentamento Joaquim Nicolau, Governador Valadares. Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Governador Valadares.

## **Ivana Cristina Lovo**

Professora da área de Ciências da Natureza no Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); doutorado em Ciências Humanas (Sociedade e Ambiente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); estágio Pós-Doutoral com o tema da agricultura urbana e políticas públicas, no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

## **João Leite**

Militante do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Coordenação do Assentamento Oziel Alves Pereira, Governador Valadares-MG.

## **José Aparecido de Oliveira**

Agricultor. Vive no Assentamento Barro Azul, Governador Valadares. Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Governador Valadares.

## **José Gonçalves Moreira**

Foi secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Governador Valadares na sua retomada. Atualmente é Secretário de Educação da cidade de Itabira/MG.

## **José Matilde da Silva**

Agricultor. Da comunidade de Córrego dos Desidérios. Faz parte da diretoria atual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Governador Valadares.

## **Júlia Sílvia Guivant**

Graduação em Filosofia pela Universidade Nacional del Sur, Baía Blanca (Argentina); doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); pós-doutorado em sociologia ambiental e desenvolvimento rural na University of Wageningen (Holanda). É professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## **Maria Terezinha Bretas Vilarino**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); atualmente é professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

## **Michelle Nunes de Moraes**

Graduação em História pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais; doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; atualmente realiza estágio Pós-doutoral na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) dedicando-se à temática de conflitos agrários e movimentos sociais do campo.

## **Nagel Medeiros**

Graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (UNIVALE); pós-graduada em Gestão Integrada do Território e Patrimônio Cultural pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); mestrado em Gestão Integrada do Território (UNIVALE).

## **Pe. Nelito Dornelas**

Pároco da Paróquia São João XXIII, pertencente à Diocese de Governador Valadares/MG. Presidente da Cáritas Diocesana de Governador Valadares. Assistente eclesial da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assessor das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB Regional Leste 2); membro da Ampliada Nacional das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); da Comissão de Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana; membro do Fórum Permanente em Defesa da Bacia do Rio Doce.

## **Patricia Falco Genovez**

Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professora titular da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

## **Polyana Valente**

Graduação em História; mestrado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); pós-doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou (FIOCRUZ/MG).



## **Rangel Nascimento**

Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

## **Reinaldo Duque-Brasil**

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); doutorado em Botânica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - Campus Governador Valadares).

## **Rogério Costa dos Reis**

Licenciado em História pela Faculdade Castelo Branco (FCB); mestrado em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); professor na Faculdade Castelo Branco (FCB) e na Rede Estadual do Espírito Santo; historiador; atualmente estuda as ações promovidas pela Ditadura Militar no Brasil contra os povos indígenas.

## **Serginho Barbosa**

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Coordenação do Assentamento Nova Vida, Novo Cruzeiro-MG.

## **Sônia Maria Roseno**

Pedagoga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## **Terezinha Sabino**

Militante do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) setor de saúde; pedagoga pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); especialista em Educação do Campo pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); especialista em Educação, Trabalho e Movimentos Sociais pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).



# CAPÍTULOS



# A LUTA PELA TERRA NO VALE DO RIO DOCE: ABERTURA DE CENÁRIOS

**Maria Terezinha Bretas Vilarino<sup>1</sup>**

**Patrícia Falco Genovez<sup>2</sup>**

Propor um capítulo de abertura para um livro que busca retratar a luta pela terra no Vale do Rio Doce implica uma reflexão que exige dois movimentos. O primeiro, descortinar o cenário mais próximo, aquele que permeou um projeto de pesquisa financiado a partir do Edital 12/2015 da CAPES, sobre “Memórias Brasileiras”. Cabe, aqui, um reconhecimento à saudosa professora e pesquisadora Maria Cecília Pinto Diniz (*in memoriam*) idealizadora da proposta original. Partiu dela o interesse e o desejo de registrar a memória de lideranças locais e da região envolvendo o tema da luta pela terra. Enquanto pesquisadoras convidadas para compor a equipe do Projeto sentimos, de imediato, o apelo de uma temática que, na realidade, se configurava numa substancial lacuna e, porque não dizer, num estrondoso silêncio. Afinal, que memória fora mantida sobre as lideranças que encabeçaram o movimento de luta pela terra no Vale do Rio Doce? O que elas teriam a dizer sobre o processo que marcou por décadas a formação histórica e territorial de toda essa região?

O segundo movimento de reflexão exige certo afastamento do olhar e nos remete a uma perspectiva do cenário onde tais lideranças literalmente lutaram por terra. Nesse âmbito, somos levadas a considerar aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais além das políticas públicas e regulatórias empreendidas pelos diversos governos que se sucederam ao longo dos processos de luta. Esses aspectos podem ser pinçados a partir de inúmeros trabalhos acadêmicos que envolvem a temática. Alguns desses pesquisadores nos cederam, generosamente, contribuições que ajudam a configurar este livro.

---

1 Doutorado em História / UFMG Professora adjunta na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE/GIT [tevilarino@yahoo.com.br](mailto:tevilarino@yahoo.com.br)

2 Doutorado em História Contemporânea II: Cultura e Política/UFF. Pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História/UFMG. Professora Titular II na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE/GIT. [patricia.genovez@univale.br](mailto:patricia.genovez@univale.br)

Será, portanto, sobre esses dois cenários esse capítulo de abertura. Mas, antes, cabe um esclarecimento breve sobre o que estamos considerando quando falamos em “Vale do Rio do Doce” como marco geográfico para o âmbito do projeto. Em vários momentos da pesquisa nos deparamos com divisões geográficas distintas que, algumas vezes implicavam em redimensionar o espaço pesquisado. Nos documentos, nas falas dos participantes, nas políticas públicas, nos órgãos governamentais e nas Organizações Não Governamentais (ONGs) pesquisados, enfim, várias divisões surgiram e, por vezes, se sobrepuseram. Assim, para termos os mesmos referenciais para as divisões geográficas que eventualmente aparecerão neste capítulo e, provavelmente nos demais, é importante saber um pouco sobre elas.

Entre as referências geográficas marcantes tanto para atores como para as políticas públicas e ONGs temos, sem dúvida, o Vale do Rio Doce (Mapa 1) e a Bacia do Rio Doce, que trataremos no segundo item deste capítulo. Para além da demarcação territorial da Bacia do Rio Doce há outras sobreposições de divisões geográficas definidas a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que continuam sendo evocadas não só pelas políticas públicas aplicadas à região como por atores e órgãos que agem sobre esse território, dentre as quais: Mesorregião do Vale do Rio Doce, Microrregião de Governador Valadares, Região Geográfica Imediata de Governador Valadares, Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares e Território Rural do Médio Rio Doce.

As duas primeiras divisões geográficas (Mesorregião Vale do Rio Doce e Microrregião de Governador Valadares) vigoraram entre 1989 e 2017. Desde então, o IBGE passou a considerar como a extinta a Mesorregião Vale do Rio Doce e parte das Regiões Geográficas Intermediárias de Governador Valadares e de Ipatinga.

Figura 1 – Mapa do Vale do Rio Doce no contexto de Minas Gerais



FONTE: IBGE.

Outra mudança ocorreu em relação ao recorte geográfico identificado como Território Rural do Médio Rio Doce, instituído em 2003 pelo MDA. Esse recorte geográfico atendia a uma dada política territorial adotada pelo Governo Federal. Até 2015, esse recorte incorporava 17 municípios: Açucena, Alpecarta, Coroaci, Frei Inocência, Galiléia, Governador Valadares, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São José da Safira, Sardoá, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia (FREITAS et al., 2010; PARD, 2005). Posteriormente, foram incorporados outros três municípios: Naque, lapu e Gonzaga.

O MDA foi extinto em 2012, mas a política territorial voltada para os territórios da cidadania foi mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), até sua extinção em maio de 2019. Por fim, cabe esclarecer que o recorte geográfico quando se fala em Médio Rio Doce compreende uma faixa do território da Bacia do Rio Doce que tem início a partir da confluência do rio Doce com o rio Piracicaba, próximo à cidade de Ipatinga, seguindo até a cidade de Aimorés, na fronteira com o Estado do Espírito Santo.

Iniciaremos nosso percurso pelo cenário mais próximo, tratado a seguir, depois conheceremos melhor o Vale e a Bacia do Rio Doce.

## **Cenário próximo: pesquisa, memórias, movimentos e história da luta pela terra**

O projeto que enseja este livro, portanto, tem nessa temática o seu desafio maior: *O Vale do Rio Doce: a história dos movimentos sociais de luta pela terra*, considerando a fase final dos anos 1970 e início dos anos 1980 em diante. A proposta, inicialmente pensada para uma incursão sobre todo o Vale do Rio Doce, logo se mostrou demasiadamente ambiciosa. Percebemos, ao termos noção da dimensão do Projeto, que seria preciso e urgente não só mapearmos o movimento de luta pela terra no Vale do Rio Doce, mas também identificarmos lideranças e contar suas histórias. À medida que a liderança era identificada e registrada sua memória, fomos considerando a possibilidade de desdobramentos futuros que poderão se materializar tanto numa proposta prosopográfica, quanto abarcar diferentes contextos temporo-espaciais de luta, atores e territórios distintos. Outra lacuna a ser explorada diz respeito às dinâmicas culturais que configuram e são configuradas pelo movimento de luta pela terra, e pelo esforço de fazê-la produzir. Essas possibilidades estão em aberto para pesquisas futuras.

Tanto a riqueza quanto a complexidade dos dados coletados emergiram de um campo de pesquisa sobre o qual julgamos oportuno tecermos algumas ponderações. A tomada de depoimentos das lideranças do movimento de luta pela terra esbarrou, muitas vezes, em dificuldades de logística espaço-temporal que comprometeram o deslocamento para realização da coleta de testemunhos. Espaços que se distanciavam por falta de conexões terrestres acessíveis e que deixavam aflorar mundos distintos: o do campo e o da academia. Distância nem sempre mensurável em quilômetros, mas, muitas vezes, ditadas pela chuva que isolava comunidades rurais, pelos buracos que desvelavam a dimensão da aventura de acessar um tema pouco tratado pela historiografia local e regional.

Mas, talvez o maior desafio para a coleta de testemunhos memoriais fora as multitemporalidades com as quais tivemos de lidar. Havia o tempo próprio da pesquisa que, por imposição de um cronograma de atividades, já de antemão proposto à CAPES, teimava em descompassar em relação a



outros tempos, menos precisos. Tivemos que conciliar o tempo da pesquisa com um tempo regrado pelo trabalho no campo, que nem sempre possibilitava o estabelecimento de conversas com os pesquisadores. Por vezes, revelavam-se a indisponibilidade do contato e da conversa em virtude dos tempos desencontrados de pesquisadores e participantes da pesquisa.

Outro desafio, em casos específicos, complexificou a sobreposição de tempos de pesquisadores e participantes adicionando a essa equação o tempo de eventos específicos de interesse para as lideranças locais. Nesse entretempo, também surgiu um tempo fundamental para a coleta de memórias, aquele capaz de gerar e fazer emergir a confiança da liderança e a sensibilidade do pesquisador. Esse tempo da confiança exigiu um perfeito sincronismo entre a prudência manifestada pelos participantes e o reconhecimento dos limites ideológicos que caracterizam e contextualizam toda mudança de governo como a que vivenciamos nos últimos anos. Enfim, houve um entrecruzamento do tempo da luta com os tempos da política, perpassado pelo tempo da pesquisa que insiste em transformar narrativas em memórias.

Essas narrativas afloraram nas entrevistas coletadas pelo grupo de pesquisa que foi a campo.<sup>3</sup> Nesse sentido, a realização das entrevistas mereceu um cuidado especial. A ideia inicial de trabalhar com a metodologia “snowball” (conhecida como ‘bola de neve’), em que um entrevistado inicial indica outros a seguir, foi acompanhada pela cooperação do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT)<sup>4</sup>, que nos acompanhou a campo, em algumas ocasiões, e favoreceu o contato com lideranças e outros participantes do movimento de luta pela terra, assentados e acampados indicados pelos primeiros entrevistados. Com já foi dito, nem sempre a logística espaço-temporal foi favorável. Entretanto, os depoimentos coletados expressaram uma grande riqueza de informações, de dados não

---

3 Professora Maria Terezinha Bretas Vilarino e bolsistas de iniciação científica Myrelle Christino Marzochi, Isabella Lopes Bomfim, Rhaylton Heringer Teixeira, Wemerson dos Santos Ferreira. Além desses, os mestrandos Dênis Boaventura da Silva, Arthur Minelli Araújo Gomes, Alisson Cardoso de Oliveira e as pós-doutorandas Michelle Nunes Morais e Polyana Valente.

4 Cf. Informação institucional do Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; esse Centro é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, fundada em 23 de setembro de 1989. Surgiu a partir de experiência comum de trabalhadores (as) rurais, religiosos, agentes pastorais e profissionais de diversas áreas, com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar e a agroecologia no Médio Rio Doce. A entidade traz consigo como missão institucional, o fortalecimento da agricultura familiar no Vale do Rio Doce, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável, através do incentivo aos sistemas agroecológicos e o fortalecimento das organizações comunitárias e da rede de economia popular solidária.

oficializados, de impressões particulares, de histórias de medos e esperanças. Depoimentos que permitiram descortinar novas nuances para a compreensão de temáticas vinculadas à terra no Vale do Rio Doce, temáticas estas, ao mesmo tempo polifônicas e multifacetadas, que ensejam diferentes visões e posicionamentos, interesses e ideologias, às vezes em (des)compasso. Enfatizamos que a discussão sobre a luta pela terra e sobre a reforma agrária é temática silenciada, ou na maior parte das vezes, considerada sob o viés da grande propriedade, que predomina na região. As memórias de trabalhadores rurais e lideranças de luta pela terra ainda estão por serem acolhidas no debate político, sociocultural e acadêmico.

Entre setembro de 2017 a abril de 2019 foram realizadas vinte e cinco entrevistas<sup>5</sup> (inicialmente quinze previstas, e estendidas pela oportunidade), incluindo 13 homens e 12 mulheres. O que é comum no grupo é a luta pela terra e/ou a luta na terra. Nem todos(as) são lideranças de frente de movimento, sejam os(as) ligados(as) ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (conhecido como Movimento Sem Terra – MST), à Comissão Pastoral da Terra (CPT), aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) ou à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Ou seja, nossos entrevistados chegaram ao movimento de luta pela terra, ou foram apoiados, por diferentes vias, mas movidos pelo mesmo objetivo.

Cabe destacar como característica dos entrevistados o fato de que todos eles, antes de se aproximarem do movimento de luta, de alguma forma estiveram ligados à terra. Suas origens familiares são rurais, ou seja, tiveram pais ou avós, que foram meeiros, vaqueiros ou posseiros expulsos de suas terras por grileiros ou fazendeiros. Desse modo, guardam memórias e histórias que dão sentido à sua participação e envolvimento com os movimentos afins. Além disso, essas memórias e histórias robusteceram seu desejo de retorno às terras que outrora foram dos seus familiares ou o desejo de ter um lugar para viver e produzir seu sustento, longe do que consideraram dificuldades e a violência dos centros urbanos.

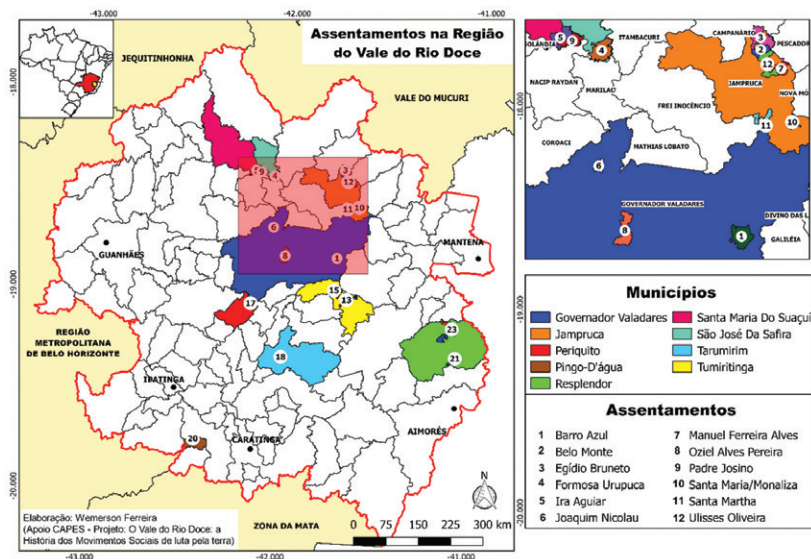
De modo geral, as visitas aos assentamentos de reforma agrária, nos permitiram verificar *in loco*, as condições de sobrevivência e de produção ainda difíceis, especialmente dos acampados, mas também dos assentados. Embora a política pública da reforma agrária, ainda incipiente,

---

5 Essas entrevistas estão sob guarda do OBIT/UNIVALE, podendo ser disponibilizadas a pesquisadores interessados via contato pessoal com a equipe de pesquisa.

prenuencie melhores condições de vida para os que foram contemplados com a terra e com insumos, as condições socioambientais e geográficas dos assentamentos nem sempre é favorável. É o caso dos assentamentos visitados nos municípios de Governador Valadares (Oziel Alves Pereira, Joaquim Nicolau da Silva e Barro Azul), de Tumiritinga (Cachoeirinha e 1º de Junho) e Periquito (Liberdade), conforme se verifica nas Figuras 2, 3 e 4, produzidas pela equipe de pesquisa a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.<sup>6</sup>

Figura 2 – Mapa dos assentamentos na Região do Vale do Rio Doce (Grupo 1)

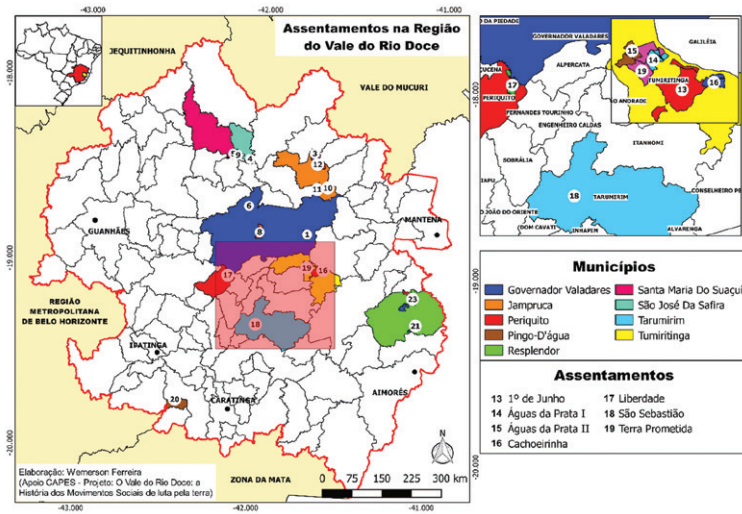


FONTE: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE).

Identifica-se a partir da Figura 2, demarcado em vermelho, o Vale do Rio Doce, com os respectivos municípios que apresentam assentamentos oriundos de movimentos da luta pela terra na região. Nos municípios em destaque, seus respectivos assentamentos: Governador Valadares (Barro Azul, Oziel Alves Pereira e Joaquim Nicolau da Silva), Santa Maria do Suaçuí (Ira Aguiar, Padre Josimo), São José da Safira (Formosa Urupuca) e Jampruca (Belo Monte, Egídio Bruneto, Manuel Ferreira Alves, Santa Maria, Monaliza, Santa Martha e Ulisses Oliveira).

6 Mapa de autoria do bolsista da CAPES Wemerson dos Santos Ferreira.

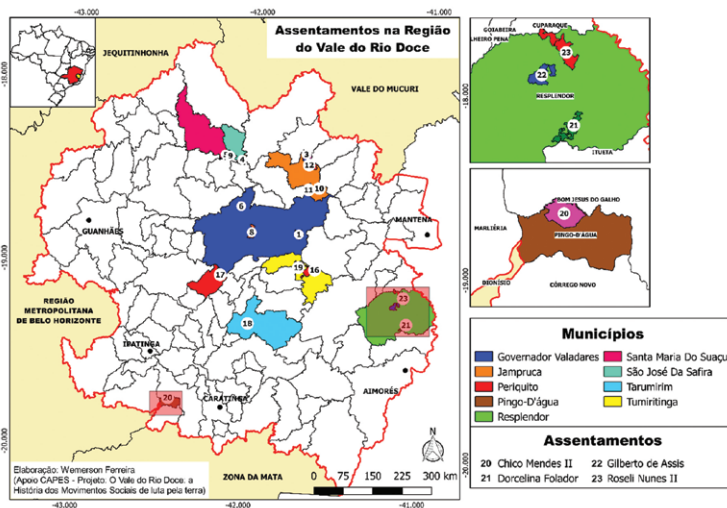
Figura 3 – Mapa dos assentamentos na Região do Vale do Rio Doce (Grupo 2)



FONTE: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE).

A partir da Figura 3, tem-se em destaque os municípios: Periquito, Tarumirim e Tumiritinga. Em Periquito situa-se o assentamento Liberdade. Em Tarumirim, o assentamento São Sebastião e, em Tumiritinga, os assentamentos: 1º de Junho, Águas da Prata I e II, Cachoeirinha e Terra Prometida.

Figura 4 – Mapa dos assentamentos na Região do Vale do Rio Doce (Grupo 3)



FONTE: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE).

No terceiro grupo de assentamentos, expresso na Figura 4, temos os municípios Pingo D'Água (Chico Mendes II) e Resplendor (Dorcelina Forlador, Gilberto de Assis e Roseli Nunes II).

Cada um desses assentamentos passou por diferentes processos de ocupação e de definição de sua legalização pelo INCRA. Alguns tiveram histórico de violência na época de ocupação com despejo inicial, como foi o caso do Assentamento Oziel Alves Pereira (MEDEIROS, 2011). Outros foram fruto de desapropriação negociada pelo INCRA com os proprietários, como os casos dos assentamentos Joaquim Nicolau da Silva e do Barro Azul (PLANO). Todos receberam famílias da região e de fora dela, fato que se configura num desafio para organização e entendimento, “em vista de diferentes culturas”, como enfatiza Madalena da Silva, militante e ex-coordenadora da CPT no Vale do Rio Doce.<sup>7</sup>

Em termos socioambientais todos esses assentamentos apresentam problemas relacionados à degradação ambiental: solo erodido, grandes áreas desmatadas, nascentes esgotadas. A recuperação ambiental, nesses casos, demanda recursos econômicos e técnicos nem sempre disponíveis, e, acima de tudo, tempo. Essas áreas foram ocupadas anteriormente por fazendas dedicadas à pecuária cujo manejo inadequado levou à degradação encontrada. Conforme Espindola e Wendling (2008), no Vale do Rio Doce a exploração da terra sempre teve por base o modelo predatório.

Quanto à luta empreendida, pode-se considerar o papel singular da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) regionais. Estes últimos, que desde o golpe militar de 1964, foram cerceados politicamente ou ocupados por representantes pelegos, aos poucos foram novamente se reorganizando na região do rio Doce, e assumindo protagonismo estratégico na formação política de trabalhadores rurais, na retomada da direção de vários sindicatos e no apoio à luta pela terra. Nesse livro, o capítulo intitulado *O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares: a retomada da luta pela terra no Vale do Rio Doce (1988-1996)*, escrito por Haruf Salmen Espindola et al., apresenta parte dessa dinâmica de retomada sindical.

Há poucos trabalhos acadêmicos sobre esses movimentos no Vale do Rio Doce, por isso, traçaremos apenas um breve panorama contem-

---

7 Entrevista concedida por Maria Madalena da Silva em 26 de março de 2018 (Ilha Funda, em Periquito). Acervo do Projeto.

plando o surgimento e sua ação. Nessa publicação dois textos apresentarão dados mais relevantes sobre o MST e a CPT. A atuação da CPT será esmiuçada no capítulo *Participação da Igreja Católica nas lutas dos movimentos sociais no Leste de Minas Gerais*, escrito pelo Padre Nelito Nonato Dornelas e a atuação do MST será apresentada pelo capítulo *A Territorialização do MST no Vale do Rio Doce, Minas Gerais* escrito por Rangel Nascimento e seus colaboradores.

Iniciaremos esse panorama pela CPT que chegou ao Vale do Rio Doce, em 1991, através da participação de pastores evangélicos e padres, em Aimorés e entorno. Eles buscavam apoio para orientar os atingidos pela construção da Barragem da Usina Hidrelétrica de Aimorés (Consórcio Vale-CEMIG), finalizada em 2015. Neste contexto, em 1993, começaram as ocupações de terra em Tumiritinga, quando a CPT se mobilizou em apoio ao movimento. O Padre Antônio Amort<sup>8</sup> falou sobre esse momento inicial da CPT:

Antes, quando ainda comecei em Tumiritinga, fui convidado pra algumas reuniões em Aimorés, onde o pastor Jaider, com alguns pastores luteranos da região, estava pensando em criar a pastoral da terra. A ideia, primeira ideia, foi mesmo de pastores evangélicos, não evangélicos, protestantes. Então, dali, com a ocupação de Tumiritinga, que era a primeira conquista, se fortaleceu. Eu acho sim que ganharam um tipo de escritório na casa de um sindicado, lá na união operária. Depois cresceu, claro, [com] católicos entrando, mas a primeira ideia foi mesmo deles.

Por outro lado, a organização do MST, em Minas Gerais, começou por uma atuação nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. As primeiras reuniões com lideranças do MST, vindas do sul do país, foram em 1984, no município de Poté. Foram promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela CPT. A organização rapidamente se expandiu para municípios vizinhos e consolidou-se como uma organização a nível regional. Naquele momento, a discussão estratégica oscilava entre o apoio à luta dos posseiros e a ocupação de terras, uma vez que os índices de violência no campo cresciam significativamente no período em questão (FERNANDES, 2000).

Embora parte dos integrantes do sindicato de trabalhadores rurais em Poté não se dispusesse a assumir a estratégia da ocupação de terras como forma de luta, uma primeira ocupação ocorreu em 1988,

---

8 Entrevista concedida pelo Padre Antônio Amort, em setembro de 2017. Acervo do Projeto.

em Novo Cruzeiro, Vale do Jequitinhonha. Então esta ocupação contou com cerca de 400 famílias que ocuparam a fazenda Aruega (FERNANDES, 2000, p. 136).

Essa ocupação e as que se seguiram foram recebidas com alta repressão policial e da milícia privada, organizada essa pela União Democrática Ruralista (UDR) na região. A repressão levou ao distanciamento de diversas famílias, mas não impediu a continuidade das lutas do MST no Jequitinhonha e a expansão para a região noroeste e o Triângulo Mineiro (FERNANDES, 2000, p. 137). O relato de uma participante da ocupação da Fazenda Aruega, citado por Arnaldo José Zangelmi é revelador da tensão existente:

Nós ainda tá aqui porque nós somos insistente mesmo! Nós ficô aqui mais de um ano sem podê trabalhá. Agente ia pras roça trabalhá e os policial chegava. Aí agente chegava e recuava eles. A primeira vez que veio um policial aqui nós tinha chegado... Nós chegô num dia, no outro dia, né, as polícia já chegô. Já chegô pra atacá. Ai nós tava com um fogãozinho feito de barro, né, naqueles murundu. Aí tava fazendo comida. Eu tava com arroz no fogo cozinhano. Aí eles chamaram que as polícia tava lá embaixo.[...] Daí correu todo mundo. Nós com as criança. Essa menina minha que tá de resguardo aí tava com quatro aninho. O SG tava pequeno também. *Aí juntô um monte de mulher, menino... os homem.* (Grifo do autor)

[...]Depois eles pegô, num acho bão não, veio e... ficô lá mais o povo do acampamento. E o povo usava a água do córrego, né. Aí eles ia lá na cabeceira da água e fazia sujeira... Jogava papel higiênico, jogava papel pra infectá a água [...] Aí nós resistiu, nós ficamo. Teve vez que nós ficô aqui quinze dia com as criança passando fome, porque eles num deixava o caminhão passá com alimentação. Aí a gente pra ir pra rua num podia ir comprá as coisa que tinha barreira de polícia pra todo lado (ZANGELMI, 2012, p. 414).

Após a ocupação de Aruega, as famílias remanescentes realizaram várias tentativas para ocupar outras fazendas na região, mas foram igualmente reprimidas pela Polícia Militar e pela UDR (ZANGELMI, 2012).

Em 1º de Junho de 1993, algumas famílias que ficaram remanescentes da ocupação de Aruega, acampadas à beira da rodovia BR116 – num local denominado Ponto Marambaia – ocuparam a fazenda Califórnia, em Tumiritinga, no Vale do Rio Doce. Como a fazenda estava em processo de desapropriação, não houve despejo e, posteriormente, em 1996, as terras da fazenda Califórnia deram lugar a dois assentamentos de reforma agrária: o “Assentamento 1º de Junho” e o “Assentamento Cacho-

eirinha”. A primeira ocupação foi coordenada diretamente pelo MST e a segunda por integrantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tumiritinga e da CPT. O Padre Antônio Amort, pároco em Tumiritinga e apoiador dos trabalhadores, recorda o momento da ocupação:

A fazenda Califórnia tinha 3200 hectares, totalmente não produtiva, já condenado 3 vezes por ser improdutivo, e prá ser desapropriado, tinha num total de 3200 hectares, 6 bois e um vaqueiro, que nem salário mínimo ganhou. (...) Então, aqui, houve certa noite, primeiro de junho de 93, durante a noite veio esse pessoal, acho que vieram umas 60 pessoas, arriscando muito e entrando naquele lugar; que tinha planejado, passando por baixo da linha do trem, em um vale e montando suas lonas. Eu não tinha conhecimento que seria nessa noite, mas às 5 horas de madrugada alguém bateu na janela na casa paroquial. - Ô padre, chegaram, chegaram, estão esperando o senhor, estão esperando o senhor, então era sério. - - Polícia chegou? - Ainda não. - Então eu levantei, peguei meu carro, fui lá sim, cumprimentando, vendo; era muito frio, muito frio, sofreram... Crianças chorando, ainda as lonas não montadas. (...) Uma hora após a chegada dos outros, entrou umas 54 famílias que juntou-se ao acampamento. Então, 54 famílias em Tumiritinga com os outros juntos na luta. Era muito dramático, também o noticiário de televisão disse que já estão preparando 200 policiais militares para ir lá. E é a primeira ocupação nessa terra de tanto latifúndio, e pode dar sangue, isto nós estamos conscientes, coisa seriíssima. Chegaram e cercaram todo o acampamento, pelos morros com metralhadora na mão. Quando eu cheguei mais uma vez com o carro, vasculharam tudo. Alimentos deixaram passar, mas se, por exemplo, coisas para trabalhar, enxada, coisa nenhuma não deixaram não.<sup>9</sup>

Desde então, o MST passou a se organizar no Vale do Rio Doce. Nos anos seguintes, presenciaram-se ocupações nos municípios de Governador Valadares e Periquito (FERNANDES, 2000). Em Governador Valadares, a “Fazenda do Ministério” foi ocupada pelo MST em 23 de agosto de 1994, três décadas depois da primeira tentativa de reforma agrária, do governo João Goulart, dando origem ao assentamento Oziel Alves Pereira. Em Periquito, “na madrugada do dia 10 de março de 1998, foi ocupada a Fazenda Pedra Corrida Confinamento, de propriedade da Empresa ACESITA, uma das maiores produtoras de eucalipto de Minas Gerais” (PEREIRA, 2011, p. 24). Dessa ocupação surgiu o “Assentamento Liberdade”. Em Tumiritinga, outras ocupações deram origem a mais três

---

9 Entrevista concedida pelo Padre Antônio Amort; setembro de 2017. Acervo do Projeto.



assentamentos: “Terra Prometida” em 2007; “Águas da Prata I”, em 2001; “Águas da Prata II”, em 2010.

O processo de ocupação de terras levado adiante pelo MST teve o apoio da Comissão Pastoral da Terra, dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais e outros atores da sociedade civil. Mas, foi combatido pelo Sindicato Rural, integrado por fazendeiros e também por outros atores da sociedade civil (Associação Comercial, entidades empresariais, etc.), modificando tanto a relação de forças entre esses atores nos últimos anos como a ideia vigente sobre o uso da terra e sobre a forma como ela foi e é apropriada no Vale do Rio Doce.

A ampliação do movimento nos anos seguintes a 1993 resultou, no fato de que temos, atualmente, a existência de 23 assentamentos e vários acampamentos de Reforma Agrária na região do Médio rio Doce. No quadro a seguir (Quadro 1), disponibilizamos algumas informações básicas sobre esse processo histórico entre as décadas de 1990 e a primeira década do século XXI.

Figura 5 – Quadro dos Assentamentos de Reforma Agrária no Vale do Rio Doce

Município	Nome do Assentamento	Número de famílias assentadas	Ano do assentamento
Governador Valadares	Barro Azul	51	1996
	Joaquim Nicolau da Silva	16	1997
	Oziel Alves Pereira	68	1996
Jampruca	Santa Marta	31	2008
	Santa Maria/Monalisa	20	2009
	Manuel Ferreira Alves	20	2012
	Ulisses de Oliveira	42	2005
	Belo Monte	16	2014
Periquito	Egídio Bruneto	32	2014
	Liberdade	40	2004
	Gilberto de Assis	31	2005
	Roseli Nunes II	28	2004
	Dorcelina Folador	32	2003
São José da Safira	Formosa Urupuca	60	1997
Santa Maria do Suaçuí	Ira Aguiar	34	2007
	Padre Josino	36	2007
Tarumirim	São Sebastião	20	2005
Tumiritinga	Cachoeirinha	32	1996
	1º de Junho	80	1996
	Terra Prometida	30	2007
	Águas da Prata I	15	2001
	Águas da Prata II	15	2010
Pingo d'Água	Chico Mendes II	45	2002

FONTE: Tabela elaborada a partir dos dados do INCRA.

Como se percebe a partir da Figura 5, a listagem do INCRA (2017) identifica 23 assentamentos de reforma agrária estabelecidos no Vale do Rio Doce. Cada qual com sua configuração, dificuldades e avanços. Os primeiros deles foram reconhecidos na década de 1990 e o mais recente em 2012.

## **Os cenários da luta: aspectos históricos, ambientais, econômicos, sociais e políticos.**

O contexto da luta pela terra se materializa territorialmente num cenário peculiar pautado no vale e permeado pelo rio Doce. A partir de um breve panorama historiográfico, pontuaremos elementos da sua ocupação territorial, enfocando os aspectos das disputas de terras.

### O Vale do Rio Doce na historiografia

A região do Vale do Rio Doce comparece na historiografia em momentos singulares da história mineira. Em textos referentes aos primeiros dois séculos da colonização brasileira, a região aparece mencionada quando se trata das Entradas e Bandeiras. O primeiro português a passar pelas terras do rio Doce foi Fernandes Tourinho, sobrinho do governador da capitania de Porto Seguro. Ele subiu pelo rio Doce e entrou pelo Suaçuí entre 1572 ou 1573, não se sabe ao certo (ESPINDOLA, 2009, p. 74).

No século XVIII, essa região foi mantida pelas autoridades como obstáculo natural estratégico para impedir o tráfico do ouro e diamantes da zona mineradora. No auge da exploração dessas riquezas, por medida da Coroa Portuguesa – que tirou proveito das barreiras naturais, da dificuldade de navegação e da imensa floresta insalubre e povoada por tribos indígenas – prevaleceram as proibições à passagem ou à colonização dos “sertões”. Com o declínio da mineração, a região passou a ser vista como terra com potencial de riquezas que poderiam devolver a prosperidade da Capitania e posteriormente Província de Minas Gerais, apesar de aparecer nos relatos e nos documentos como inferno de doenças e febres (ESPINDOLA, 2005).

No século XIX, o naturalista francês Saint-Hilaire, o geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege e o engenheiro francês Jean Antoine Félix

Dissande de Monlevade deslumbraram-se com a floresta (BRITO; OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 1997, p. 49-89). Ao lado da variedade da flora e da fauna, seus relatos destacam a disponibilidade de riquezas à espera de serem descobertas e exploradas. A opulência da floresta e de suas riquezas é contrastada, porém, com os empecilhos representados pelos índios botocudos, sempre lembrados como atemorizantes, e as terríveis febres e enfermidades que acometiam os viajantes e povoadores recém-chegados, em busca de riqueza ou incentivados pelo Governo. Enfim, são diversas as referências à região/sertão do Rio Doce, que denotam sua importância na história de Minas Gerais.

Deste modo, a empreitada pela ocupação territorial do “sertão do Rio Doce” perdurou por todo o século XIX e avançou as primeiras décadas do século seguinte. Se para o século XIX, a região do Rio Doce era “terra de promessa”, de riqueza a descobrir e explorar, vencendo-se a floresta e abasileirando-se os habitantes indígenas, para o século XX a viabilidade da exploração econômica dos recursos naturais nela identificados carecia do saneamento, da abertura de vias de comunicação e acesso, da integração deste território à nação brasileira. Assim, a efetiva ocupação da região do Médio Rio Doce teve início com a construção da EFVM em 1903, projetada para ligar Vitória (ES) a Diamantina (MG) (ROSA, 1976; ALMEIDA, 1978; ARARIPE, 1954). O objetivo da ferrovia era escoar a produção agrícola que viria da região e promover a colonização e integração do território. Segundo Espindola (1998, p. 152), do início do século XX até os anos trinta, a base da economia da região do Rio Doce compunha-se do café e da madeira, exportada em forma de toras. Estes produtos e o transporte de passageiros, que crescia ano a ano, sustentaram a receita da Estrada de Ferro Vitória-Minas até os anos quarenta, quando teve início a exportação de minério de ferro. A construção da EFVM avançou lentamente de 1903 a 1942; no período entre as duas guerras mundiais a sua construção praticamente não avançou. Em 1942, com a criação da “Companhia Vale do Rio Doce”, a estrada foi reformada para o transporte de minério de ferro em grande escala. O seu percurso, na maior parte de seu percurso, segue o vale do Rio Doce, via natural de acesso para o oceano; a extensão da estrada é de 570 km (RELATÓRIO, 1963). Por outro lado, Espindola e Wendling (2008, p. 184) registram que a EFVM era uma “estrada de penetração” floresta adentro.

A partir dos anos trinta a região passou por um incremento no processo de ocupação e a população e a atividade econômica cresceram rapidamente: “as cidades se multiplicam e novos forasteiros chegam de toda parte. Além do extrativismo (madeira, mica<sup>10</sup>, pedras, etc.), ocorreu a penetração da pecuária, até então sem importância na região”, mas que veio a se tornar rapidamente um fator definidor do perfil regional (ESPINDOLA, 1998, p. 152-154).

Na década de 1930 e nas duas seguintes, consideramos que vários fatores impulsionadores deste novo perfil regional podem ser distinguidos: a expulsão (ou extermínio) das antigas populações indígenas, a violência contra os posseiros de terras, a substituição da agricultura de subsistência, a chegada da ferrovia e os novos investimentos do capital. Eliza Borges registra que

Por volta de abril de 1957, após denúncias sobre os excessos cometidos por grileiros na região, o “Diário de Minas” enviou um de seus repórteres para os vales do Doce e do Mucuri. As matérias do jornalista Mauro de Santayana puseram a nu a situação de impunidade desfrutada pelos grileiros vinculados ou não às companhias siderúrgicas e madeireiras, os quais contavam com o respaldo de Juízes de Paz, deputados, jagunços e policiais. As imagens de cemitérios cravados no meio das matas, de famílias inteiras sendo assassinadas, de tenentes e coronéis de polícia transformando-se em grandes proprietários rurais da noite para o dia e de Juízes de Paz que jamais eram localizados pelos reclamantes, eram uma demonstração do “casamento” entre latifúndio e siderurgia, modelo que ainda hoje vigora na região. As resistências que porventura ocorriam eram tratadas como caso de polícia (BORGES, 2004, p. 304).

Em relação a esta mesma situação, em dezembro do mesmo ano de 1957, o secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais, Álvaro Marcílio, “compareceu ao plenário da Assembleia Legislativa, para relatar a situação das terras devolutas e suas matas em território mineiro. Em pauta estava o ‘entrechoque dos interesses, na disputa das terras e matas do Estado, não raro revestido de violências’” (ESPINDOLA, 2007, p. 67).

A atual configuração territorial do Vale do Rio Doce é fruto, portanto, dessas e, evidentemente, de outras circunstâncias socioeconômicas,

---

10 Minério bastante utilizado na indústria elétrica e eletrônica dos países desenvolvidos, a mica ou malacacheta é a designação comum dos minerais do grupo dos silicatos de alumínio e de metais alcalinos aos quais frequentemente se associam magnésio e ferro.

políticas e culturais que a forjaram. Entretanto, as questões que envolvem as disputas pela terra marcaram indelevelmente e, com efeitos duradouros, a formação histórica desse território.

Assim, a disputa pela terra e os conflitos dela advindos, entre fazendeiros, grileiros, madeireiros, posseiros e pequenos sitiantes, tomou dimensão nacional em 1964, em razão da proposta de reforma agrária conduzida pelo então presidente João Goulart. Nessa ocasião, a conhecida “Fazenda do Ministério”, em Governador Valadares, foi incluída como um projeto piloto. A mobilização de trabalhadores rurais da região provocou a reação violenta dos fazendeiros. Com a derrubada do governo Goulart e a tomada do poder pelos militares aquele projeto foi abortado e os movimentos de contestação ao regime estabelecido foram reprimidos e silenciados por muitos anos.

No Vale do Rio Doce, o movimento de trabalhadores rurais sofreu o mesmo percalço e somente depois de duas décadas amortecido é que ressurgiu no bojo das novas mobilizações do período de redemocratização. Sobre estas questões dois capítulos inclusos nesse livro – de Michelle Nunes de Moraes - *Golpe civil/militar de 1964 e legitimação dos discursos sobre ações de fazendeiros. O caso de Governador Valadares* e de Nagel Medeiros - *Fazenda do Ministério: o significado de um território* – , contextualizam estes dois momentos.

Em Governador Valadares, local do estopim da repressão aos trabalhadores rurais (e a jornalistas e outros simpatizantes, inclusive proprietários rurais), em 1964, há um “silenciamento” de certa forma embaraçoso sobre este período conturbado. Ao que parece, os envolvidos de ambas as partes e terceiros que presenciaram ou souberam dos fatos acontecidos não se sentem à vontade para trazê-los à memória ou ao conhecimento público. De fato, muitos dos envolvidos ainda estão vivos, ou estão os seus descendentes, o que poderia criar um clima social e politicamente tensionado. Efetivamente, em muitas entrevistas realizadas, para compor projetos de pesquisa sobre o Vale do Rio Doce e sobre a história de Governador Valadares ouvimos dos(as) entrevistados(as) que não fariam sobre este tempo ou acontecimentos.<sup>11</sup>

Nesse sentido, é importante situar e referendar memorialistas e estudos acadêmicos que tratam de questões relacionadas às disputas pela

---

11 Projetos de pesquisa conduzidos pelas professoras da UNIVALE: Patrícia Falco Genovez e Maria Terezinha Bretas Vilarino.

terra e regularização fundiária e dos conflitos agrários no Vale do Rio Doce. Eles são importantes como fontes de informação para a composição de um *corpus* documental na manutenção e resguardo de memórias e registros. A temática da disputa pela terra em Minas Gerais e de maneira especial nessa região, notadamente em relação a meados do século XX, é ainda pouco estudada. O processo histórico, do qual o Vale do Rio Doce é o centro, tem características que fazem dele um objeto privilegiado e singular.

Em termos mais jornalísticos, Carlos Olavo Pereira da Cunha, editor do jornal “O Combate”, circulante em Governador Valadares no início dos anos 1960, publicou um livro emblemático – *Nas terras do rio sem dono* – que causou frisson à época de seu lançamento.<sup>12</sup> A narrativa era baseada em fatos reais, e quem deles tinha conhecimento conseguia identificar nos personagens figuras proeminentes da sociedade valadarense e vizinhanças.<sup>13</sup> O conflito entre os fazendeiros e os camponeses (posseiros x grileiros) é revelado entre crítica e denúncia sobre violações do direito à terra e violência dos fazendeiros contra os camponeses.

Na perspectiva acadêmica, algumas pesquisas começam a descortinar os acontecimentos que marcaram as disputas pela terra na região, especialmente no Médio rio Doce. De Eliza Linhares Borges, professora aposentada da UFMG, temos a dissertação *Utopia e contra utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*, defendida no mesmo ano de publicação do livro de Carlos Olavo. Neste estudo, Eliza Borges aborda questões relacionadas aos movimentos sociais rurais em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960 e coloca, de maneira especial, o Vale do Rio Doce em foco. De Borges (2004) também selecionamos o capítulo *Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais*, no qual a autora refina sua discussão sobre os acontecimentos na região.

A temática da regulamentação fundiária no Médio rio Doce também recebe atenção do professor Haruf Salmen Espindola, da Univer-

---

12 De acordo com Ernane Correa Rabelo o jornal foi “fundado em 1958 em Governador Valadares (MG) primeiramente com o nome ‘O Saci’, o jornal ‘O Combate’ testemunhou o principal conflito de terras em Minas Gerais nos anos 50 e 60”. Em vários momentos o periódico se posicionou em favor de pequenos proprietários de terra, de trabalhadores rurais e urbanos. “O Combate” foi ‘empastelado’ em 31 de março de 1964, no que talvez tenha sido o primeiro ato contra a Imprensa naquele período (RABELO, 2007).

13 Os nomes dos atores envolvidos foram substituídos por apelidos que guardam semelhança semântica com os nomes originais. Isto pode ser verificado ao consultar os documentos jurídicos referentes aos processos de regulamentação das terras, disponíveis no site do INCRA/MG.

cidade Vale do Rio Doce, que dedicou pesquisas e produção de vários capítulos de livros e artigos a essa temática e à questão do desenvolvimento regional. Podemos citar, por exemplo: ESPINDOLA et al. (2010) *Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960* (ESPINDOLA et al. (2010), *Apropriação privada e ação regulatória. Propriedade e posse da terra em Minas Gerais: 1891-1960* (ESPINDOLA, et al. 2010). *Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960)* (ESPINDOLA et al. 2013).

Sobre os acontecimentos anteriores a 1964 e a este período em pauta, mais recentemente, Michelle Nunes de Moraes defendeu a dissertação *Conflitos agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1964)* e a tese *Posse e propriedade no Médio Rio Doce – MG: processos administrativos de concessão de terras (1940-1960)* (MORAIS, 2013; MORAIS, 2017).

Também é importante mencionar a contribuição de egressos do mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) da UNIVALE. Nagel Medeiros (2011) defendeu a dissertação *Fazenda do Ministério: Um território, dois momentos, muitos significados* (MEDEIROS, 2011) em que estuda o processo de reforma agrária realizado depois de mais de 20 anos daquele conflito de 1964 que teve a “Fazenda do Ministério” como estopim. Destacamos também a dissertação de Aloídes Souza de Oliveira (2016) que embora tenha estudado “as novas territorialidades na relação entre o assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni”, tangencia processos semelhantes e próximos aos do Vale do Rio Doce (OLIVEIRA, 2016).

No início de 2019, duas dissertações sobre a temática foram defendidas no GIT como produção decorrente desse Projeto. A pesquisa de Dênis Boaventura da Silva – *Luta pela terra e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária no Município de Governador Valadares (1993-2015)* – e a de Alisson Cardoso de Oliveira – *O processo de ocupação da área do Urupuca – Itambacuri, Minas Gerais, (1931-1961)*.

Ainda podemos mencionar a dissertação de Rogério Costa dos Reis *Desterritorialização e reterritorialização: uma análise a partir da perspectiva do retorno entre os índios da etnia Krenak, em Resplendor (MG)* (REIS, 2010), que embora não trate diretamente do conflito relacionado à disputa pela terra entre os índios Krenak e fazendeiros da região de Resplendor, também no Médio rio Doce, coloca em evidência outras nuances sobre a mesma questão.

Os conflitos e lutas pela terra no vale do rio Doce têm sido mencionados, mesmo que tangencialmente, em trabalhos que discutem a organização do MST em Minas Gerais, como por exemplo: FERNANDES, 2000; e a organização da CPT – Comissão Pastoral da Terra (SANTOS; RIBEIRO; MEIHY, 1998); e outros processos correlacionados, como a resistência dos sindicatos de trabalhadores rurais (ZANGELMI et al, 2013).

Em todos esses artigos, teses, dissertações, livros é possível perceber de um lado, o aparato defensivo dos fazendeiros quase sempre amparados pelo Estado e, de outro, a resistência contumaz dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos sítiantes. Nesse sentido, valorizamos todo o esforço de pesquisadores de diversas instituições que propõem a questão agrária no vale do rio Doce e temas afins como objetos de suas pesquisas.

Enfim, uma vez expostos os desafios espaço-temporais da realização da pesquisa e da descrição dos movimentos e das pesquisas acadêmicas cabe-nos posicionar a temática da luta pela terra no espaço e tempo do Vale do Rio Doce. Iniciaremos esse percurso com dados técnicos sobre a Bacia do Rio Doce, a regionalização e diversos aspectos contextuais que emolduraram os cenários da luta pela terra.

## A Bacia do Rio Doce: aspectos técnicos, demográficos, sociais e econômicos

As águas que vão formar o Rio Doce, em seu ponto mais distante da foz, veem a luz do sol timidamente pela primeira vez na forma de uma vertente fresca, a 1.200 metros do nível do mar, entre rochas e vegetação arbustiva de altitude, a quase nove centenas de quilômetros do Oceano Atlântico na serra da Mantiqueira, no Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais. Suas águas percorrem essa distância até atingirem o Oceano Atlântico, no Distrito de Regência, Município de Linhares, Estado do Espírito Santo. O Rio Doce, enquanto designação de um curso hídrico, passa a nomear as águas que correm já volumosas e intensas depois da confluência dos rios do Carmo e o Piranga na divisa dos municípios de Ponte Nova e Rio Doce. A bacia hidrográfica do Rio Doce apresenta significativa extensão territorial, com cerca de 83.400 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e 14% ao Espírito Santo, conforme a Figura 6. Chama a atenção, por outro lado, que essa bacia drena água dos contrafortes de três das maiores cadeias de montanhas do Brasil: a



Serra do Espinhaço, a serra da Mantiqueira e a Serra do Caparaó (CIPE- RIO DOCE, 2004).

Figura 6 – Mapa com a localização da Bacia do Rio Doce



Fonte: Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, 2010. V. I, p. 33.

A partir da Figura 6, pode-se identificar o recorte da Bacia do Rio Doce, demarcada em azul, e os rios afluentes do rio Doce, entre as Serras do Espinhaço, de São Félix, do Caparaó e da Mantiqueira. Os rios identificados formam a drenagem principal da Bacia.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce conta com 230 municípios, sendo 202 no Estado de Minas Gerais e 28 no Espírito Santo. Em sua área habitavam aproximadamente 4.013.000 pessoas, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010. Para o ano de 2019, sua população foi estimada em 4.184.000 habitantes (INCRA, 2019). Entre os seus municípios, apenas 17 apresentam, em 2019, uma população estimada superior a 50 mil habitantes. Os maiores municípios são Governador Valadares (MG), com 279.885 habitantes; Ipatinga (MG), com 263.410; Linhares (ES), com 173.555. Deve ser ressaltado que mais da metade dos municípios da bacia (58,3%) possuem uma população inferior a 10 mil habitantes. Com relação ao grau de urbanização dos 17 maiores municípios da bacia, a estimativa é de um valor médio de 90,0% segundo os dados do Censo

Demográfico de 2010. Entretanto, devem ser destacadas algumas discrepâncias: quase um terço dos municípios (32,2%) apresentam um grau de urbanização inferior a 50,0%, sendo Frei Lagonegro (18,6%), São Geraldo da Piedade (24,0%) e Pedra Bonita (27,1%) os municípios com menor grau de urbanização. Ipatinga e Governador Valadares podem ser considerados os polos dinamizadores da economia regional mais importantes da bacia, possuindo também os maiores PIB's, com valores calculados a preços correntes para o ano de 2016, equivalendo a R\$8.482.789,91 e R\$5.651.277,20 respectivamente.<sup>14</sup> A seguir, na Figura 7, podemos observar os principais acessos à Bacia do Rio Doce: três aeroportos (Ipatinga, Governador Valadares e Linhares), a Ferrovia Vitória-Minas e seis rodovias federais (BRs 381, 262, 259, 452, 116 e 101).<sup>15</sup>

Figura 7 – Mapa dos principais acessos da Bacia do Rio Doce



Fonte: Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, 2010, v. 1, p. 37.

Destacando sua importância econômica, a bacia contribui na geração de divisas pelas exportações de café (MG e ES) e polpa de frutas (ES).

14 Fundação João Pinheiro (FJP). Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais.

15 Agradecemos ao professor e pesquisador Doutor Mauro Augusto dos Santos pelos dados estatísticos atualizados sobre a Bacia do Rio Doce.

Mas, sua principal produção é a mineral. A bacia abriga o maior complexo siderúrgico da América Latina com três das cinco maiores empresas de Minas Gerais: a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Além disso, em vários pontos, seja do Doce ou de rios afluentes, há uma significativa extração de minério de ferro, com atuação pujante da Companhia Vale e várias de suas associadas. Tais empreendimentos industriais desempenham papel significativo nas exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose (PIRH, 2010). Recentemente, mais especificamente em 2015, o rompimento da barragem de Fundão da Samarco, vinculada à Companhia Vale e BHP Billiton, causou a contaminação do rio Doce, levando à morte de sua biota e causando um impacto ambiental e humano sem precedentes. Ainda não se sabe a dimensão desse evento, mas pesquisas já realizadas e aquelas em andamento revelam a necessidade emergencial de cuidados ambientais, sanitários, sociais, políticos, culturais e psicológicos de toda ordem. O evento do rompimento da barragem deve ser considerado a partir de um panorama mais amplo, considerando-se o contexto de desenvolvimento regional no qual a industrialização se entrecruza com os processos de territorialização de outros atores, incluindo aqueles que disputaram terras com grandes latifundiários.

Assim, a partir da segunda metade do século XX, embora um considerável desenvolvimento industrial tenha marcado a região no cenário nacional, foram mantidas a estrutura fundiária e as forças de produção rural tal como estavam. Assistiu-se no período o auge da atividade agropecuária que, associada à cultura de queimadas e à penetração do capim-colonião, produziu, após anos de reprodução destas práticas, sérios problemas ambientais para a região. Uma análise dos processos de ocupação e crescimento econômico da Bacia do Rio Doce, concentrados principalmente nos últimos 50 anos, mostra que esses processos aconteceram de uma forma totalmente desordenada, sem levar em conta os possíveis reflexos futuros (BRASIL, 2001). Brito et al. num estudo sobre biodiversidade, população e economia na região de Mata Atlântica, realizado há duas décadas, apontaram que:

O resultado, como podemos observar hoje [1997], é que no Leste de Minas Gerais se exauriram as riquezas naturais, minérios e florestas, uma quantidade enorme de sua população emigrou e muito pouco se acrescentou à qualidade de vida dos que permaneceram. Foi uma combinação socialmente trágica de crescimento econômico, concentração fundiária, desigualdade social e, fundamentalmente,

degradação ambiental. Seria, utilizando um conceito moderno, um exemplo indiscutível de Desenvolvimento Não-Sustentado no sentido clássico consagrado pelas Nações Unidas, ou seja, a completa desarmonia entre o desenvolvimento e o meio ambiente, por um lado, e, por outro, uma falta de equidade entre a satisfação das necessidades da geração presente e das gerações futuras. A siderurgia, no entanto, não foi a única responsável pela degradação ambiental. O café, a pecuária, a indústria madeireira, a siderurgia a carvão vegetal, a fabricação de celulose, entre outras atividades, também foram responsáveis pelo desmatamento, o que, evidentemente, não deixaremos de levar em conta (BRITO et al, 1997, p. 50-51).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH, 2010) mostra que os processos de ocupação e crescimento econômico da Bacia do Rio Doce, concentrados principalmente nos últimos 50 anos, aconteceram de uma forma totalmente desordenada, sem levar em conta os possíveis reflexos futuros. Na zona rural encontram-se vastas áreas em estado avançado de desertificação, lagoas eutrofizadas (com grande quantidade de matéria orgânica que diminui sua capacidade de decomposição e assimilação), nascentes desprotegidas e processos erosivos. Este estado de degradação foi acentuado com o rompimento da barragem de Fundão e subsequente contaminação do rio Doce e áreas ribeirinhas. Da cobertura vegetal original, mais de 90% foi extinta. Do restante, menos de 1% encontra-se em estágio primário, isto é, “com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies” (MINAS GERAIS, 2004).

Em termos de infraestrutura, praticamente todo o esgoto e lixo das cidades ribeirinhas são lançados nos cursos d’água ou em suas margens. Associadas a essa degradação, concentrações pontuais de grandes indústrias podem e vem comprometendo tanto qualitativa quanto quantitativamente os usos múltiplos dos recursos hídricos.

As consequências socioeconômicas são diversas e complexas. Na zona rural, por exemplo, surgiram nas últimas décadas, dezenas de pequenos conflitos entre produtores rurais, que, no intuito de solucionar seus problemas particulares, acabam por interferir em todo o curso d’água a jusante. Em decorrência disso, a região do Médio Rio Doce, em especial de Tumiritinga a Aimorés, se encontra em estado avançado de desertificação e perdeu, entre as décadas de 1970 e 1980, cerca de 40% de sua população (IBGE, 2019; LAMOUNIER JÚNIOR, 2012).

Do ponto de vista produtivo, o Médio Rio Doce encontrava-se, entre 2003 e 2019, inserido numa política pública territorial. Este território foi um dos cinco territórios criados pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) no ano de 2003, em Minas Gerais, sendo sua proposição uma iniciativa de organizações representativas dos agricultores familiares (Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e Associações Comunitárias) e de entidades de assessoria/apoio sociotécnico (Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Pastoral da Juventude Rural – PJR; Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT) (FREITAS et al. 2010).

Segundo a Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrária, (BRASIL, 2006) a demanda por crédito e demais políticas dos agricultores familiares do Médio Rio Doce é frágil e reflete por um lado a baixa interação entre os agricultores e suas entidades de representação e, por outro, a precariedade de informações sobre o assunto que circula entre os mesmos. Há ainda pouca abertura às demandas dos agricultores familiares pelos gestores públicos das políticas de crédito, resultado do baixo interesse das instituições na operacionalização do crédito para seu público alvo. Tal fato é observado por Lamounier Júnior (2012, p. 98) e reflete uma herança cultural dos tempos da violência no campo, da vitória estratégica dos fazendeiros sobre os trabalhadores rurais durante a ditadura militar, resultando numa marginalização dos agricultores pelo Estado.

A SDT reconheceu que o fortalecimento de arranjos institucionais pode contribuir para suprir falhas no processo de desenvolvimento local da agricultura familiar. Neste território vivo, de muitas histórias e processos, lutas e vitórias percebem-se as dificuldades e vulnerabilidades sociais dos agricultores familiares do Médio Rio Doce, dos trabalhadores rurais e a persistência daqueles que insistem na luta pela terra, seja através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Revela-se, portanto, uma moldura de enquadramento dos movimentos da luta pela terra que beira à agonia. A configuração da formação histórica e territorial atual reflete a inexistência de uma política de ocupação humanizada e voltada para o futuro. As ações, de um modo geral, se caracterizam pelo imediatismo e descompromisso com os aspectos ambientais e sociais. É neste cenário agonizante que o grande capital e os grandes proprietários disputam espaço com os pequenos proprietários, os posseiros, os assentados e acampados.

## Por fim... desafios e aprendizados

Pesquisar a luta pela terra no Vale do Rio Doce trouxe desafios. O primeiro deles diz respeito ao silenciamento e nesse sentido, as fontes que afloraram nas coletas de documentos e testemunhos emergiram como nascentes do seio da terra. Borbulharam águas nem sempre limpas à primeira vista. Foi necessário deixá-la decantar para observar a pureza e a riqueza que elas traziam. Afloraram repletas de gestos, gemidos e silêncios. Em várias visitas não colhemos falas ou palavras, mas sentimentos que expressavam a luta de uma vida inteira. Nestes casos, infelizmente, faltaram e sempre faltarão palavras para o texto acadêmico fazer o devido registro. Aliás, eis neste aspecto, outro desafio. Encontrar uma linguagem adequada para expressar o que fora pesquisado.

Perscrutar o silêncio da terra no Vale do Rio Doce e falar adequadamente sobre ele, carregando tantas histórias singulares exige sensibilidade e cuidado. Desse silêncio estrondoso fomos ouvindo infinitos ruídos de pessoas determinadas, de guerreiros improváveis, de sonhos alentados e de uma realidade de luta permanente. Independentemente de qualquer cunho político, cada movimento que reivindica a terra, instaurado neste território, traz mais do que ideologia, traz, em muitos casos, o desejo sincero de estar na terra por se sentir parte dela. Neste sentido, encontramos pessoas que só conseguem ser o que são em virtude do laço que estabelecem com o chão onde pisam e fazem germinar o próprio alimento.

Por isso, mais do que conclusões, podemos enquanto equipe de pesquisa, apontar o que aprendemos no e com o campo. Aprendemos que mesmo nos armando de teorias e metodologias, algumas histórias devem mesmo emocionar e devemos aceitar sermos tocados. Nesses momentos, se não evoluímos como pesquisadores, com certeza, evoluímos como seres humanos. Aprendemos que, muitas vezes, o que lemos em documentos ganha um colorido diferente quando conhecemos e convivemos com a realidade de assentados e acampados. Escutamos histórias que nos fizeram pensar sobre o vínculo “quase” sagrado do ser com a terra e como a partir dela é possível depreender uma identidade. Tivemos lições de política e cidadania sem qualquer teoria. Aprendemos sobre o verdadeiro valor da terra.

Compreendemos que a luta por ela envolve muitas dimensões, que da superfície não são percebidas. Aqui podemos pensar em questões políticas, culturais, de gênero e de geração, de cunho socioeconômico.

mico e técnico, de conhecimentos tradicionais, de processos de saúde-doença, históricas, entre tantos outros que merecem a atenção de pesquisadores e agentes públicos.

Algumas destas temáticas estão dimensionadas em capítulos que compõem esse livro, como os de Polyana Valente – *Mulheres na luta pela terra: narrativas femininas no médio Rio Doce*; Filipe Fernandes de Sousa, Reinaldo Duque Brasil e Bianca de Jesus Souza – *Tecendo a vida na paisagem: a centralidade da agrobiodiversidade na reprodução socioeconômica do acampamento padre Gino, Frei Inocêncio, Minas Gerais*; Sônia Maria Roseno – *A luta pela terra e sua matriz educativa*; Ivana Cristina Lovo e Julia Silvia Guivant – *Entender as relações locais a partir dos interesses dos atores*; Rogério Reis – *Os botocudos no vale do rio Doce: o estado da violência e a luta pela terra*; Denis Boaventura da Silva - *Três assentamentos de reforma agrária num território avesso: o caso de Governador Valadares*; Aloídes Souza de Oliveira – *A luta pela terra em Teófilo Otoni e o assentamento de reforma agrária Edmar Fritz*.

Aprendemos também a agradecer. Agradecemos à CAPES que aprovou e financiou esse e outros projetos de pesquisa que puseram em evidência diferentes conflitos que constroem a sociedade brasileira e que precisam ser mais bem compreendidos para que possam ser superados. E agradecemos à Universidade Vale do Rio Doce que nos proporcionou condições para o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do projeto. Esse agradecimento se estende aos bolsistas que dedicaram seu tempo acompanhando o projeto de pesquisa e contribuíram para sua execução e aos pesquisadores que conosco dividiram seu conhecimento e tempo de pesquisa e escrita possibilitando que diversos aspectos da luta pela terra no Vale do Rio Doce fossem revelados por seus capítulos e depoimentos.

Agradecemos à equipe do CAT que se disponibilizou a nos acompanhar em algumas visitas e nos facilitou contatos e caminhos. Ao professor Mauro Augusto dos Santos, que nos ajudou com a tabulação de dados sobre os assentamentos a partir de questionários gentilmente oferecidos pelo CAT e na atualização dos dados demográficos da Bacia do Rio Doce. Agradecimentos necessários à CPT (regional Rio Doce) e ao MST (Coordenação-MG), que compreenderam nosso propósito e se disponibilizaram a nos ajudar na medida do possível.

Principalmente agradecemos a cada homem e mulher que dedicou e abdicou de seu tempo para falar conosco. Eles nos confiaram suas histórias e também seus sonhos e desafios. Nossa expectativa é de que esse

livro possa ser um registro da luta pela terra a partir desses sujeitos e do seu protagonismo e que estimule outras pesquisas e depoimentos que rompam silêncios e cercas.

## Referências

AQUINO, Bárbara Pereira de; MORAES, Júlio César Pires Pereira; SANTOS, W. F.; AMORIM, D. D.; ESTEVES, Ana Caroline ; MARTINS, Renata Flor. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ESPINDOLA, Haruf Salmen; ABREU, Jean Luiz Neves de (Org.). **Território Sociedade e Modernidade**. Governador Valadares: UNIVALE, 2010. p. 19-58.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1978.

ARARIPE, D. de Alencar. **História da Estrada de Ferro Vitória-Minas: 1904-1954**. Rio de Janeiro: s/ed., 1954.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)**. 1988. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Perfil Territorial**, n. 58, maio, 2015. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_058\\_M%C3%83%C2%A9dio%20Rio%20Doce%20-%20MG.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_058_M%C3%83%C2%A9dio%20Rio%20Doce%20-%20MG.pdf)> Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL: Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional das Águas. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. **Caracterização da bacia. Proposta de Instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2001.

BRASIL: Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional das Águas. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. **Plano Integrados de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2013.



- BRITO, F. R. A.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; JUNQUEIRA, C. A. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In: PAULA, J. A. (Coord.). **Biodiversidade, População e Economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVC; PADCT/CIAMB, 1997. p. 49-89.
- CIPE - RIO DOCE: Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. **Rio Doce Limpo**: plano de esgotos sanitários para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Vitória: CIPE, 2004.
- COELHO, André Luiz Nascentes. Bacia hidrográfica do Rio Doce (MG/ES): uma análise socioambiental integrada. **Geografares**, Vitória, v. 7, p. 131-146, 2009.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen; ARRUDA, Gilmar. (Org.). **História, Natureza e Território**. Governador Valadares: UNIVALE, 2007.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 19, p. 148-163, nov. 1998.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen; ESTEVES, Ana Caroline; MARTINS, Renata Flor. Apropriação privada e ação regulatória. Propriedade e posse da terra em Minas Gerais: 1891-1960. **Revista da Associação Mineira de Direito e Economia**, Belo Horizonte, v. 4, p. 1-31, 2010.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen; MORAIS, Júlio César Pires Pereira de; AQUINO, Bárbara Pereira de; GUIMARAES, Diego Jeangregorio Martins; SIQUEIRA, Natália Leandro. Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960). **CESCONTEXTO**, Coimbra, v. 1, p. 260-296, mar. 2013. Disponível em: <[https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto\\_debates\\_i.pdf](https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf)> Acesso em: 18 out. 2019.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 177-197, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a09v24n39.pdf>> Acesso em: 30 Maio 2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Minà. Espaços de participação e gestão social na estratégia de desenvolvimento rural com abordagem territorial. In: ENCONTRO MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL. EMAPEGS. 2. 2010. **Anais eletrônicos**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010. Disponível em: < <http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo56.pdf> > Acesso em: 18 out. 2019.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019> > Acesso em: 18 out. 2019.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Territorial Brasileira 2016. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?edicao=23704> > Acesso em: 04 fev. 2019.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional 06-Minas Gerais. **Informações Gerais sobre os Assentamentos para a Reforma Agrária**. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> > Acesso em: 20 jul. 2018.

LAMOUNIER JÚNIOR, Arsonval. **Agricultura familiar e saúde em zona rural**: um estudo de caso sobre vulnerabilidade socioambiental no Município de Frei Inocêncio, Médio Rio Doce, Minas Gerais. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012.

MARCÍLIO, Álvaro. **O Problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: s/ed., 1961.

MEDEIROS, Nagel. **Fazenda do Ministério**: Um território, dois momentos, muitos significados. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

MINAS GERAIS: Governo do Estado de Minas Gerais. **Deliberação Normativa COPAM nº 73, de 8 de setembro de 2004**. Dispõe sobre a caracterização da Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais, as normas de utilização da vegetação nos seus domínios e dá outras providências. Belo Horizonte: DOMG, 2004. Disponível em: < <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui> > Acesso em: 18 out.. 2019.

MORAIS, Michelle Nunes de. **Conflitos agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1964)**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MORAIS, Michelle Nunes de. **Posse e propriedade no Médio Rio Doce – MG: processos administrativos de concessão de terras (1940-1960)**. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

OLIVEIRA, Aloídes Souza de. **Construção de novas territorialidades na relação entre o assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni – MG**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

PARD: Projeto Águas do Rio Doce. Atlas Escolar da Bacia. 2005.

PEREIRA, Adilson Custódio. **Dinâmica territorial do Vale do rio Doce/ MG: uma abordagem a partir do assentamento Liberdade**. 2011. 68 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Curso Especial de Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas Terras do Rio sem Dono**. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PIRH: Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica da Bacia do Rio Doce. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**. 2010, 3 v. online. Disponível em: < <http://www.cbhdoce.org.br/pirh-parh-pap/pirh> > Acesso em: 18 out. 2019.

PLANO de Desenvolvimento Rural de Governador Valadares: Diagnóstico Sócio Econômico e Zoneamento Ambiental. Governador Valadares: UNIVALE/UFV/Centro Agroecológico Tamanduá-CAT/Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 2001/2002.

RABELO, E. C. **Vida e morte de O Combate**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA DA MÍDIA. 5. 2007, São Paulo: FECASPER, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/Vida%20e%20morte%20de%20O%20Combate.doc/view> Acesso em: 02 nov. 2019.

REIS, Rogério Costa dos. **Desterritorialização e reterritorialização: uma análise a partir da perspectiva do retorno entre os índios da etnia Krenak**, em Resplendor - MG. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2010.

RELATÓRIO da Companhia Vale do Rio Doce. **Perspectivas do desenvolvimento industrial da região do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Serete, 1963. 3 v.

ROSA, Léa Brígida R. de A. **Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas: 1890-1940**. 1976. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

SANTOS, Andrea Paula dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Loyola, 1998.

ZANGELMI, Arnaldo José. Papéis femininos em movimento na constituição do Assentamento Aruega. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 409-418, jul./dez. 2012.

ZANGELMI, Arnaldo José; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; SALES, Izabella Fátima Oliveira de. Da Sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980). **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 47, n. 2, p. 306-330, out. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/2178-4582.2013v47n2p306/27311>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

# OS BOTOCUDOS NO VALE DO RIO DOCE: O ESTADO DA VIOLÊNCIA E A LUTA PELA TERRA

**Rogério Costa dos Reis<sup>1</sup>**

Compreender a formação dos povos que habitavam a bacia do rio Doce é de fundamental importância para qualquer análise do processo de construção histórica das populações que hoje ocupam o vale deste rio.

O propósito deste capítulo é, a título introdutório, analisar os aspectos principais da formação dos povos que habitavam o vale rio Doce, dentre eles o povo Krenak que são os últimos remanescentes dos botocudos do Médio rio Doce vivendo em uma reserva indígena no município de Resplendor/MG.

Neste contexto, o processo de formação dos povos indígenas do rio Doce não possui diferenças muito expressivas, sendo possível estabelecer uma análise conceitual que pode ser aplicada à maior parte dos povos que habitavam o território conhecido como “Sertões do Leste”.

No que se refere especificamente aos Krenak, Soares (1992) e Paraíso (1992) estabelecem que sua formação se deu a partir de uma cisão no grupo dos Gutkrak, na região do rio Pancas– ES, a partir dos primeiros contatos com o antigo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, que mantinha um posto para atração indígena denominado “Posto de Pancas”, nas proximidades da atual cidade de Pancas no Estado do Espírito Santo.

O contato de um dos líderes do grupo dos Gutkrak, chamado Texituk, com os agentes do SPI causa a insatisfação de vários indivíduos do grupo, provocando a divisão entre estes e ocasionando a formação de um novo grupo que se retiram para as cabeceiras do Córrego do Eme, um dos afluentes do rio Doce e ali constroem uma nova aldeia e adotam o nome do novo líder: Krenak (SOARES, 1992, p. 85).

Esta cisão se fundamenta na intransigência dos membros deste grupo em aceitar as determinações dos agentes do SPI que desejavam transferir os Krenak para o posto de pancas, onde já se encontravam os Gutkrak. Esta resistência acaba levando o governo a demarcar uma área de terras para

---

1 Mestre em Gestão Integrada do Território- UNIVALE, Professor da rede pública de ensino do estado do Espírito Santo e da Faculdade Castelo Branco – Colatina/ES.

a criação de uma colônia destinada aos índios Krenak na foz do rio Eme, onde se situa a atual reserva indígena deste povo (SOARES, 1992, p. 108; MISSAGIA DE MATTOS, 1996, p. 81; PARAÍSO, 1992, p. 420).

## **A trajetória dos Botocudos no Vale do Rio Doce**

Neste primeiro ponto, pretendemos destacar a caracterização linguística e territorial dos povos que habitavam esta parte da floresta atlântica, no espaço conhecido como ‘Sertões do Leste’.

Sobre a classificação linguística, as populações indígenas dos territórios do sul da Bahia (vale do Salitre), Minas Gerais (vale dos rios Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce) e Espírito Santo (vale do Doce até Itapemirim), podem ser classificadas como pertencente às seguintes famílias: Botocudo, Maxacali, Puri, Malali e Pataxó. Estas famílias são pertencentes ao tronco Macro-Jê e dentre elas os botocudos formam as nações dominantes (ESPINDOLA, 2006).

Podemos afirmar que os botocudos se dividiam em vários grupos dentre os quais destacamos os Jiporacs, Naknenuks, Takrukkaks, Etwets, Krenak, dentre outros (BAETA, 2009, p. 27).

A título de informação sobre a nomenclatura botocudo, destacamos que o termo só passou a ser utilizado a partir do século XVIII, sendo introduzido pelos portugueses. Segundo Paraíso (1992), no início do século XVI, nos primeiros contatos entre os colonizadores e os nativos das terras que viriam a se tornar o Brasil, estes eram chamados de *Aimoré* ou *Tapuia* e, somente no século XVII, começam a serem identificados crescentemente como Gren, Gueren ou Kren e posteriormente, botocudos. Tais denominações predominaram até o fim do século XIX e, principalmente no século XX, quando o número de grupos sobreviventes reduziu-se drasticamente (PARAÍSO, 1992, p. 428).

Esta versão, que aborda os botocudos como sendo descendentes dos antigos Aimorés, embora seja muito encontrada na história de Minas Gerais, não é unanimidade no meio acadêmico. Izabel Mattos, fundamentada principalmente nos escritos do príncipe Maximiliano Wied Neuwied e de Curt Nimuendajú, descarta a versão de que os botocudos sejam os mesmos Aimorés do início do Século XVI. A autora destaca que os botocudos só passaram a ser classificados assim no século XIX (MISSAGIA DE MATTOS, 1996, p. 57).

Tendo definido a caracterização terminológica “botocudo” passamos a caracterizar a construção territorial deste povo. Segundo Espindola (2005), a partir da análise dos relatórios das Divisões Militares do Rio Doce é possível definir as divisões territoriais estabelecidas entre as principais nações de botocudos.

Na parte meridional do Rio Doce habitavam os Graknun (também conhecidos como Kraknum), Nakarene (Nakrehé), Pejaurum (Kejaurin) e os Etwét. Na parte setentrional, sentido norte-sul, estavam os territórios de caça e coleta dos Naknenuck, Jiporok, Kumakã, entre outros. O sul da Bahia (nos vales do Salitre e do Prado) era habitado pelos Guerém.

Desta forma, cada nação ocupava territórios delimitados, com espaços vazios de separação entre eles, nos quais outras tribos se localizavam, em especial os de língua Maxacali. As nações mais numerosas e com territórios mais extensos eram os Naknenuck, Jiporok e Nkrehé. Este último dominava a margem sul do rio Doce, locomovendo-se no sentido Leste-Oeste (ESPINDOLA, 2006).

As considerações sobre a delimitação do território entre os botocudos se fazem fundamentalmente com base na organização social de cada grupo e no poder que estabeleciam no uso de um determinado espaço, transformando-o em território (HAESBAERT, 2006).

Este processo de territorialização muito se assemelha ao padrão estabelecido por Lopes de Souza (2001), o qual define o território como um “campo de forças” onde as relações de poder entre os “insiders”, ou seja, os “de dentro”, que compõem a coletividade, se contrapõem aos “outsiders”, os outros, os de fora. No caso em tela, cada grupo botocudo possuía uma relação muito profunda com o território, cujas delimitações geográficas de cada grupo eram conhecidas e respeitadas pelos grupos rivais (SOUZA, 2001, p. 86).

Sobre este aspecto, Herich Manizer, durante o período em que teve contato com os botocudos do rio Doce, em especial os Krenak, relatou aspectos que remetem a utilização do território. A delimitação do território para o etnógrafo russo remete a uma característica bastante funcional no seu uso para as atividades de subsistência como a caça e a pesca.

Os Krenak vivem em um território que eles encaram como sua propriedade inviolável. O direito natural é muito desenvolvido entre eles e seus territórios são separados daqueles de outros grupos vizinhos por limites naturais, colinas ou montanhas, que eles respeitam em suas caçadas (ao ponto mesmo de não aceitar, quando localiza-

dos no Posto de Pancas, os produtos de caça morta a tiros em territórios que eles não consideram seus) (MANIZER apud, MATTOS, 1996, p. 60).

No texto fica evidente uma relação inviolável com o território constituído por aquele grupo. O fato dos Krenak, naquela ocasião não aceitarem sequer a caça abatida fora de seu território, mostra que havia fronteiras muito bem definidas entre os diversos grupos botocudo que habitavam o vale do rio Doce.

Estes territórios, possivelmente, eram estabelecidos não só entre grupos rivais (Maxacali e Krenak, por exemplo), mas também entre os subgrupos de botocudos. Em outras palavras, o território dos antigos botocudos, se constituía dentro de um caráter funcional, estabelecendo a caça, a pesca e coleta, enfim, o modo de subsistência de cada grupo. Por outro lado, esta mesma funcionalidade acabava assumindo um postulado extremamente simbólico, onde os rios, as montanhas, a floresta serviam de referência para o estabelecimento dos limites territoriais de cada subgrupo.

No estabelecimento desta concepção territorial, os botocudos se organizavam em pequenos grupos que possuíam uma média de 60 a 200 indivíduos. Entre estes grupos haviam pequenas variações dialetais, embora o tronco linguístico fosse o mesmo. As divergências políticas eram muitas. Estas, muitas vezes os levavam a guerrear entre si (MISSAGIA DE MATTOS, 1996; PARAÍSO, 1992; CALDEIRA, 2009).

O modelo de vida seminômade acabava levando os botocudos a desenvolverem moradias muito frágeis, de pouca duração. Mesmo assim, havia dois tipos de habitação: um formado por estacas fincadas em círculo e cobertas com folha e galhos. Este modelo tinha um caráter mais duradouro, em contraposição a outro de caráter mais temporário formado apenas por galhos de palmeira ariri enterrados no chão e amarrados em cima, formando uma arcada (ESPINDOLA, 2005; PARAÍSO, 1992).

O fato de serem considerados nômades ou seminômades, não significa que vivessem de forma errante. Este deslocamento era feito em um espaço definido e estava vinculado às exigências das atividades econômicas e higiênicas (PARAÍSO, 1989 p. 15).

No que se refere às atividades de subsistência, os botocudos possuíam uma agricultura de pouca expressão. As principais atividades estavam ligadas à caça, pesca e coleta. Sendo que a realização contínua destas ações levava ao esgotamento dos recursos nos espaços ocupados,



forçando os grupos a realizarem deslocamentos para outras áreas. Outro fator que levava os botocudos a se deslocarem está ligado ao fato de que a caça e a coleta, muitas vezes, dependem das estações do ano, fazendo com que o grupo migre, durante períodos específicos em busca de alimentos. Estes períodos podem se prolongar ou reduzir de acordo com as variações climáticas ou de disponibilidade dos alimentos procurados (PARAÍSO, 1989, p. 16).

Conforme mencionado anteriormente, os grupos botocudos eram compostos por números reduzidos de indivíduos. Tal fato contribuía para os deslocamentos de seus membros dentro dos territórios estabelecidos. A cisão do grupo, dando origem a uma nova formação, era algo muito comum entre os botocudos. Esta subdivisão entre os grupos ocorria regularmente e sempre em razão do crescimento do número de famílias ou de conflitos internos. Cada novo subgrupo formado instituía seu nome, usando como referência acidentes geográficos ou o nome do cacique que liderava a dissidência. (PARAÍSO, 1992, p. 428; ESPINDOLA, 2005, p.137).

No contexto religioso, Paraíso (1989) cita um relato sobre os enterros realizados entre os Krenak com base nos relatos de Estigarribia<sup>2</sup> que diz: “os Krenak, não fugindo aos padrões tradicionais de seu grupo, enterravam seus mortos com alimentos ao lado e em cima da cova, que era coberta com um ranchinho, acendiam uma pequena fogueira para aquecer o cadáver” (PARAÍSO, 1989, p. 27). Este ritual de sepultamento nos leva a crer que acreditavam no retorno do morto

Neste aspecto, é importante evidenciar que a construção do território pelos antigos botocudos não estava vinculada apenas a sua função de subsistência, mas possuía outros elementos que se tornaram essenciais para a construção da identidade deste povo com seu território.

Nos elementos apresentados até aqui percebemos a formação do vale rio Doce a partir da vivência dos vários grupos que habitavam o vale deste rio. No próximo item buscaremos compreender o conflito territorial estabelecido nas terras conhecidas como “Sertões do Leste”, sobretudo após a declaração de guerra ofensiva aos botocudos e a criação das Divisões Militares do rio Doce em maio de 1808, pelo Príncipe Regente D. João, como forma de ocupação e domínio dos territórios mencionados.

---

2 Antônio Vianna Martins Estigarribia teve forte atuação no extinto Serviço de Proteção ao Índio – SPI, tendo sido Diretor deste órgão em 1936.

## A ofensiva aos Botocudos: catequese, guerra justa e a construção de um novo território pelo estado português

“Permita-me V. exma. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante”

(**Francisco José de Santa Apolônia**, Vice-Governador da Província de Minas Gerais, 1827)

A citação inicial reflete o pensamento existente na Província de Minas Gerais em relação aos ‘cruéis botocudos’, durante o século XIX, pelo menos por parte daqueles que administravam a província. Neste sentido, os botocudos são entendidos como um empecilho para a ocupação demográfica do rio Doce e, a partir desse entendimento, deveriam ser eliminados (ESPINDOLA, 2005, p. 103).

Este desejo de eliminação dos botocudos começou a ser concretizado com a edição da Carta Régia de 13 de maio de 1808, que instituiu guerra ofensiva aos botocudos. A Carta promulgada pelo Príncipe Regente D. João, que acabava de chegar ao Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, pode ser considerada um marco no processo de conquista do território do vale do rio Doce.

Contudo, a edição desta carta caracteriza apenas um aspecto da política indigenista da Metrópole em relação aos nativos na América Portuguesa. Esta política foi marcada por uma infinidade de atos que compreendiam Cartas Régias, Leis, Alvarás em forma de Lei e Provisões Régias que, assinados pelo rei português, assumiam um caráter de legalidade em sua execução (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 116).

No que tange à política de conquista do vale do rio Doce foram utilizadas a guerra justa e o aldeamento. Visando o extermínio dos botocudos, a Guerra Ofensiva tomou maior dimensão no processo de ocupação. Este vale, durante as primeiras décadas do século XIX, foi considerado uma “barreira verde” necessária para o isolamento da região mineradora da ação de contrabandistas que pudessem transportar o ouro pelo rio Doce até a Província do Espírito Santo (ESPINDOLA, 2005; AGUIAR, 2007). No ano de 1773, uma Ordem do Real Erário determina que o governo da capitania de Minas Gerais tome as providências para que ninguém passe pelo rio Doce em direção ao litoral, para evitar os extravios de ouro e diamante (ESPINDOLA, 2005, p. 56).

Esta proibição criou um ambiente de “refúgio” para os povos nativos que habitavam a floresta atlântica no vale do rio Doce, possibilitando sua permanência neste território sem maiores interferências da política de colonização portuguesa, pelo menos até o início do século XIX, quando foi declarada Guerra Ofensiva aos botocudos por meio da Carta Régia de 1808. Na Carta, D. João declara que,

(...) deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade de minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas peçam a paz e, sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis (...) (SOARES, 1992, p. 50-52)

O documento, em primeira análise, caracteriza o índio como antropófago. É importante destacar esta menção, feita por D. João logo após sua chegada ao Brasil, porque reflete bem a ideologia já estabelecida na mentalidade dos colonizadores em relação aos botocudos. Neste sentido, a declaração feita oficialmente pelo governo português é apenas uma formalização de um pensamento já existente na colônia, conforme retratam os textos, sobretudo do naturalista Saint-Hilaire, mencionados mais adiante.

Sobre a justificativa para a implantação de uma guerra desta natureza, Beatriz Perrone-Moisés (2002) destaca que a guerra justa tinha como causas legítimas a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses e a quebra de pactos celebrados (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 123-124). Embora todos estes motivos mencionados pela autora sejam importantes para nossa análise, dois deles aparecem na nossa discussão sobre a ocupação do território do rio Doce: a salvação das almas e a antropofagia.

O fato de a antropofagia ser justificativa para uma guerra ofensiva é importante para nossa análise tendo em vista que, para que fosse decretado o extermínio dos botocudos, fazia-se necessária esta produção do “mito da antropofagia entre os botocudos”.

Esta construção ideológica da antropofagia entre os botocudos é fruto de um longo processo. Prova disto é que os botocudos foram constantemente citados como antropófagos em documentos e relatos

de naturalistas que passaram pelo rio Doce. Estes relatos eram construídos a partir da realidade que estes viajantes encontravam pelos lugares onde passavam.

O naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua visita ao rio Doce, faz uma narrativa de um episódio que ouviu de três escravos que o acompanhavam durante sua estadia na Capitania do Espírito Santo. Segundo o relato,

Os selvagens atacaram, há um par de anos, os vaqueiros de Muri-  
beça e se apoderaram de um negrinho de 10 a 12 anos de idade. Sabendo o que se passava, o chefe da fazenda mandou imediatamente, no encalço dos indígenas cinco escravos bem armados, entre os quais estavam esses meus dois negros.

Os escravos surpreenderam os selvagens sentados ao redor de uma fogueira e, atacando-os a tiros de espingarda, mataram muitos. Depois, aproximando-se do fogo, encontraram o corpo do negrinho, do qual os índios haviam arrancado pedaços que já estavam assados em partes. Cortaram para mostrá-la a seu chefe, a cabeça de um dos índios que morreram no lugar e enterraram o resto do negrinho (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 20).

Mais adiante, no mesmo texto, o naturalista relata outra história contada a ele sobre a antropofagia dos botocudos.

(...) militares fizeram questão de mostrar-me uma casa cujos habitantes haviam sido mortos pelos selvagens. Quando se deram estes acontecimentos, um indivíduo, que foi extremamente feliz por escapar, refugiou-se no posto Boa Vista. No mesmo instante, foi mandado um destacamento no encalço dos indígenas; foram eles alcançados e muitos mortos pelos portugueses. Encontraram-se os corpos dos colonos chacinados; os selvagens não lhes haviam desarticulado os membros, mas tiram-lhes as carnes e só lhes deixaram a cabeça intacta. Estes fatos, dos quais um dos meus soldados disse-me ter sido testemunha ocular, e aqueles que me haviam narrado os escravos de Muribeca, tendiam a provar a realidade da antropofagia; mas creio aconselhável não aceitar plenamente essas narrativas de homens incultos, animados pelo ódio e suscetíveis de criar fantasias em torno de suas ações (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 21-22).

Os dois relatos de Saint-Hilaire apontam uma única direção: histórias que destacam a violência com que os botocudos tratam a sociedade e a prática da antropofagia entre estes índios. Contudo, o naturalista não se deixa convencer pelos simples relatos carregados de ódio dos luso-brasileiros que se colocavam como vítimas da ação destes índios. O natu-

ralista é enfático em destacar seu ceticismo em relação às narrativas sobre a antropofagia entre os botocudos.

A obra do naturalista alemão Maximiliano de WiedNeuwied, que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, destaca em seu livro “Viagem ao Brasil” os momentos em que passou pelo Rio Doce e faz relatos contundentes sobre o que ouviu das características antropofágicas e violentas dos botocudos. Em um relato sobre ataques destes índios a um oficial militar na Capitania do Espírito Santo destaca que,

A tribo dos ‘Botocudos’ (assim chamada pelos europeus) vagueia nas florestas, à beira do rio Doce, até às nascentes deste na Capitania de Minas Gerais.

Estes selvagens se distinguem pelo costume de comer carne humana e pelo espírito guerreiro: tem oferecido, até agora, obstinada resistência aos portugueses. Si algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos de hostilidade em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro com êles<sup>3</sup> (NEUWIED, 1940, p. 150).

Os relatos do príncipe Maximiliano possuem o mesmo perfil dos relatos de Saint-Hilaire. Demonstram o cotidiano dos colonizadores que enxergavam nos nativos um empecilho para a colonização do território do Doce. Esta concepção justificava a intencionalidade em exterminar os Botocudos do vale deste rio. Maximiliano também faz um relato sobre ataques contra os botocudos realizados na Capitania do Espírito Santo pelo conde de Linhares. Este relato nos leva a concluir que o pensamento sobre o extermínio dos botocudos se perpetuava por toda extensão do vale do rio Doce. Segundo o príncipe,

(...) o último ministro de estado, conde Linhares, declarou-lhes guerra formal, (...) Desde então não se deu trégua aos ‘Botocudos’ que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas (NEUWIED, Op. Cit.).

Os ataques aos botocudos aparecem com frequência nos relatos dos dois naturalistas citados. Isto nos leva a crer que a Carta Régia de 1808, veio apenas formalizar uma guerra que já estava estabelecida pelos colonos luso-brasileiros. Estes, para justificar a ofensiva, desenvolveram

---

3 Transcrição feita conforme o texto original.

um “mito da antropofagia entre os botocudos”. Embora não tenhamos encontrado este termo na literatura específica sobre os botocudos, podemos considerar sua aplicabilidade visto que não há qualquer comprovação da ação antropofágica destes índios.

Importante ressaltar, que tanto Saint-Hilaire quanto Maximiliano de WiedNeuwied, que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX, apresentam narrativas sobre a antropofagia entre estes índios, mas não indicam qualquer prova concreta sobre o canibalismo citado pelos habitantes das províncias de Minas e Espírito Santo. Muito pelo contrário, atestam de forma enfática sua desconfiança em relação aos relatos sobre a antropofagia dos nativos.

Sobre esta questão, Espindola (2005) apresenta o encontro de Guido Thomaz Malière, quando esteve à frente das Divisões Militares do rio Doce, com um grupo de botocudos que jamais havia se deparado com os não-índios. Ao contrário da concepção popular de antropófagos, este grupo se comportou com extrema amabilidade e pacifismo, fazendo amizade com os índios aldeados e com soldados. “Eles [os botocudos] possuem o estigma de serem antropófagos, porém não há qualquer referência de que essa prática tenha sido testemunhada ou confirmada por cronistas, militares, missionários, diretores de índios, viajantes estrangeiros, entre outros” (ESPINDOLA, 2005, p. 139).

O que havia era uma intencionalidade dos colonizadores em considerá-los antropófagos. O que havia era a intenção em encontrar uma justificativa para o extermínio destes indígenas. O discurso do Vice-Governador da Província de Minas Gerais em 1827, apresentado no início deste capítulo caracteriza bem essa situação.

Retomando o trabalho de Beatriz Perrone-Moisés (2002), a autora destaca algumas justificativas para a realização de uma guerra justa, sendo a principal motivação para o início de uma guerra a hostilidade dos nativos em relação aos europeus. Neste sentido, a autora destaca que a preexistência de hostilidades por parte do inimigo será, sempre, a principal justificativa de guerra. Hostilidades são invocadas por todos os documentos que destacam a guerra contra os índios (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 125).

A ideia central do ataque aos nativos partia do princípio de que, uma vez livres dos “ferozes botocudos” seriam abertas as possibilidades de ocupação do território e a utilização do rio Doce para navegação possibilitando o desenvolvimento econômico da região do Doce.

Espindola (2005) ressalta que no discurso oficial dos memorialistas, a cada menção do termo “Botocudo” seguiam qualitativos como “sedentos de sangue humano”, “bárbaros antropofágicos”, “ferozes monstros”, dentre outros. Neste aspecto, a ocupação do vale do rio Doce ocorreu dentro de um processo bem planejado para sua ocupação. Primeiro, a ideologia da antropofagia entre os botocudos justificando uma guerra ofensiva. Depois, o empreendimento das atividades ofensivas visando “desobstruir” o rio Doce dos “antropófagos” botocudos. Estas ações são legitimadas pelo ato do próprio rei que decreta guerra ofensiva até que os botocudos se transformassem em “vassalos úteis” e se submetessem ao “doce jugo das leis”.

Neste aspecto a Carta Régia de 13 de maio de 1808 sintetiza o intuito português em estabelecer o domínio pleno sobre as terras do vale rio Doce. A Carta, expressa a dimensão da colonização portuguesa. Seu texto remete à utilização de armas para subjugar os indígenas levando-os à obediência aos ditames da Coroa portuguesa e, expressamente, dominar as terras ocupadas pelos índios. Para a concretização do previsto no documento, o governo imperial estabelece, inicialmente, a divisão do território do vale rio Doce em seis partes chamadas “Divisões Militares”<sup>4</sup>. O objetivo era efetivar a conquista através da eliminação dos indígenas e do estabelecimento da navegação do Rio Doce.

Cada Divisão Militar possuía um comandante que era responsável pela administração total de sua Divisão, sendo facultado aos comandantes o posto de Alferes agregado do regimento da Cavalaria de Minas. Os soldados das Divisões Militares recebiam o mesmo soldo de um infante, sendo que se o recrutado fosse indígena receberia a metade do valor (AGUIAR, 2007, p. 05).

O estabelecimento das Divisões Militares pode ser caracterizado como um marco estratégico na conquista do território conhecido como “Sertões do Leste”. A divisão deste território em faixas de terra visava a agilidade no propósito de extermínio indígena e ocupação demográfica

---

4 Logo após a decretação da Carta Régia foi estabelecida a Sétima Divisão que compreendia o vale do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Uma oitava Divisão Militar chegou a ser criada em 1820, mas nunca se efetivou. Sobre o assunto conferir AGUIAR, José Otávio. Os Ecos autoritários da Marselhesa: Guido Tomaz Malière e a colonização do Rio Doce (Minas Gerais). **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Julho/Agosto/Setembro de 2007. v. 4, n. 3. Disponível em <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaolive.artigo.8-Jose.Otavio.Aguiar.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

do vale. O Estado, como afirmação de poder, busca constantemente a dominação das terras ocupadas por nativos que eram considerados ferozes e antropófagos.

No caso em questão, o Estado busca a substituição das populações nativas para a promoção de uma ocupação demográfica que transformasse o vale rio Doce em um território economicamente produtivo. Para isto, o Estado utiliza a delimitação e o controle rígido através da força militar para atingir este objetivo (HAESBAERT, 2006, p. 40). Assim, a funcionalidade do território, na concepção do Estado português deveria se sobressair ao caráter simbólico e cultural, analisado na primeira parte deste capítulo.

Nesta perspectiva, as organizações dos grupos botocudos, embora fossem comunidades tribais, constituíam um empecilho ao desenvolvimento econômico deste território nos moldes do Estado europeu, sendo assim imprescindível seu extermínio ou submissão, “sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade” como atesta a Carta Régia de 13 de maio de 1808.

Maria Hilda Paraíso divide esta ação do Estado português em quatro pontos distintos, considerados “princípios orientadores básicos” da Carta Régia em relação aos territórios a serem conquistados. Segundo a autora, o Príncipe Regente pretendia:

- a) Tratar o problema pela força das armas sem determinar período de duração, pois o objetivo explicitado era o de torná-los ‘vasallos úteis’;
- b) Garantir o direito aos combatentes ou financiadores de obter trabalhadores indígenas através do aprisionamento de qualquer botocudo, por um período mínimo de dez anos, podendo alargar-se enquanto ‘durar sua ferocidade’;
- c) Transformar os antigos territórios indígenas em lotes sesmarias, a serem distribuídos entre os novos colonos;
- d) Marcar a data de início do período de cativeiro, pela ação dos missionários ou outros religiosos através do ato de batismo (PARAÍSO, 1985 p. 10).

Na prática, o que a Carta Régia determina é uma ação ordenada visando, por meios belicosos e pela catequese, a dominação dos povos e dos territórios indígenas buscando a utilização da mão de obra indígena pela Coroa e, acima de tudo, promovendo a ocupação demográfica do território outrora ocupado pelos nativos.



A outra face da dominação apresentada na Carta é a catequese. Sob o signo da cruz, buscou-se integrar os nativos na sociedade nacional. Os aldeamentos, desta forma, se configuram como elementos importantes dentro do processo colonizador, representando a política colonial por excelência. Desde a chegada dos primeiros jesuítas na primeira metade do século XVI, o interesse primordial das ordens religiosas foi transformar os nativos em cristãos. Para a Metrópole, o que importava era estabelecer o controle sobre a população nativa. Nesta perspectiva o aldeamento transforma-se na realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 120). Assim, a cruz e a espada se unem com um mesmo objetivo: estabelecer a dominação territorial, a conquista da alma do nativo e o estabelecimento do poder no novo continente.

## **A implantação da estrada de ferro e as transformações do território – o Estado e os Krenak na modernidade**

A divisão do território do vale do rio Doce em Divisões Militares não proporcionou a ocupação demográfica esperada pelos colonizadores. Fatores diversos contribuíram para que a floresta Atlântica continuasse exuberante às margens do rio Doce até o final do século XIX.

No início do Século XX, no entanto, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas acabou contribuindo para a efetiva ocupação demográfica do vale, efetivando aquilo que as divisões militares não haviam conquistado.

A construção da Estrada de Ferro no vale do rio Doce é o resultado de uma série de investimentos britânicos no Brasil que acabaram por provocar o surgimento da Vale. Formada por capitalistas brasileiros, a Companhia Estrada de Ferro Vitória à Minas inicia sua formação, ainda em 1902, com o objetivo de empreender a construção de uma estrada de ferro ligando Vitória no Espírito Santo a Diamantina, em Minas Gerais. A principal motivação econômica era o escoamento da produção agrícola do vale do rio Doce.

Não temos o intuito, com este pequeno relato sobre o surgimento da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da mineradora Vale, de estabelecer um histórico sobre a ferrovia no vale do rio Doce, mas apenas destacar a influência desta companhia no processo de ocupação deste território e como este fato contribuiu para o extermínio quase total dos povos nativos que ainda habitavam o vale deste rio. Mas, antes é importante destacar

que a declaração de Guerra Justa, o estabelecimento das Divisões Militares e mesmo o aldeamento, descrito no item anterior, não produziram o efeito esperado pelo império.

A ocupação do vale se deu efetivamente após a implantação da estrada férrea que promoveu o crescimento das primeiras cidades do vale do Rio Doce.

O alvorecer do século XX na região do Médio Rio Doce trouxe consigo grandes novidades. [...] A “Maria Fumaça”, símbolo maior da exploração intensiva de uma região, àquela época, adentrava o solo mineiro do Médio Rio Doce em 1905, através da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), na altura de Natividade, atual Aimorés (REZENDE; ÁLVARES, 2009, p. 105).

A construção da ferrovia atravessou a floresta no sentido litoral do Espírito Santo em direção à região mineradora no interior de Minas Gerais. Neste aspecto, a implantação da ferrovia, foi também um elemento que dividiu as terras Krenak, dificultando a própria locomoção destes índios entre o lugar onde residiam. Entre os Krenak há relatos de índios que sofreram acidentes ao atravessarem a linha férrea, ocasionando óbito. Segundo este raciocínio, podemos inferir que a implantação da ferrovia além de contribuir para o crescimento demográfico e o surgimento de fazendas que foram aos poucos adentrando as terras indígenas, também interferiu diretamente na utilização do território pelos índios que, antes do empreendimento, circulavam por ele livremente.

Sobre o assunto, Soares destaca:

A Vale cortou o território Krenak em 1905 sob protesto dos Borun. Estes nunca foram indenizados pelos prejuízos. A Companhia trouxe sim, as fazendas de café, a exploração de minérios, a poluição sonora da região. Várias vezes, à sua maneira, os Borun, reagiram bloqueando a estrada, colocando pedras e paus nos trilhos para impedir a passagem” (SOARES, 1992, p. 88).

Com o tempo, certamente muita coisa foi se transformando ao longo do Vale do rio Doce. Principalmente a exploração da floresta para o beneficiamento de madeira, o uso na produção de carvão para as locomotivas e, conseqüentemente, com o crescimento populacional ao longo do Vale do rio Doce, cujas atividades agrícolas e pecuárias começavam a ganhar importância.

Com o crescimento das atividades econômicas, as terras que estavam em poder dos Krenak passam a ser cobiçadas pelos sítiantes e

fazendeiros da redondeza. Esta necessidade de mais e mais terras para a exploração econômica foi a base para a transferência dos Índios Krenak para o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, município de Santa Helena de Minas no Vale do Mucuri, terra de seus inimigos tradicionais, os índios Maxacali (SOARES, 1992, p. 131; PARAÍSO, 1992, p. 421; CALDEIRA, 2009, p.54).

Este movimento de retirada forçada dos Krenak para o território dos Maxacali e, posteriormente, para a Fazenda Guarani, onde conviveram com os Pataxó, além da diáspora de índios Krenak para o Posto Indígena Vanuíre, no interior de São Paulo, é a caracterização de uma tentativa de desterritorialização dos Krenak, promovida pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI – com o objetivo claro de submeter o grupo indígena aos interesses do Estado.

Este projeto empreendido pelo Serviço de Proteção ao Índio, com o objetivo de transformar o nativo em trabalhador nacional, fazia parte de um ideal nacionalista de integração dos indígenas à sociedade nacional, sob o signo do pensamento republicano recém-instaurado no Brasil, com a queda do regime monárquico em 1889. Neste aspecto, cabia a transformação do índio em um cidadão nacional. O SPI buscava demonstrar tal situação em suas ações na tutela dos nativos.

A movimentação dos grupos indígenas, retirando etnias de um lugar e levando-as para outro, conforme fez o SPI estava pautado na lógica de homogeneização no tratamento dos diversos povos indígenas que habitavam o país (LIMA, 1992, p. 155). Como já destacado, o Órgão indigenista não lidava apenas com a questão indígena, mas também com os trabalhadores rurais. O Ministério do Governo, ao qual o órgão estava ligado, era o da Agricultura. Isto fazia com que as ações do SPI estivessem sempre em busca de facilitar os interesses do Estado, principalmente no que se refere ao estabelecimento de sua unidade territorial, deixando sempre em segundo plano o interesse das sociedades indígenas (CRUZ, 2007, p. 73).

No caso do território Krenak, no vale do rio Doce, foi utilizado, em larga escala, o arrendamento de terras para posseiros. O SPI permitia que fazendeiros e posseiros da região se estabelecessem nas terras indígenas mediante o pagamento de uma taxa de arrendamento. Inicialmente, o SPI justificava a cobrança dizendo que com o pagamento deste valor seria possível alimentar os índios uma vez que sua agricultura ainda era incipiente (PARAÍSO, 2002, p. 421).

Contudo, na mentalidade do arrendatário, o fato de ele pagar uma taxa para a utilização da terra dava-lhe o *status* de “proprietário” das terras utilizadas. O método de arrendamento fazia com que estes fazendeiros fossem adentrando, lentamente, o território Krenak, produzindo uma ocupação territorial que culminaria com a retirada desta etnia de suas terras.

Este processo de inclusão do fazendeiro nas terras indígenas, acabou culminado em um processo de transferência dos Krenak de suas terras para o território Maxacali.

Para justificar a retirada dos Krenak, os agentes do Órgão governamental criaram o pretexto de um atentado a bomba na casa do chefe do Posto Indígena. Este episódio foi o estopim para a transferência dos Krenak de suas terras. Segundo a narrativa de Paraíso (1989), os agentes do SPI culpavam os índios pelo atentado. Estes por sua vez, entendem que este atentado foi uma armação dos agentes do órgão para justificar a transferência dos Krenak para terras Maxacalis. Segundo o relato de Luzia Oliveira em 1989, os Krenak foram levados para o Posto Indígena Maxacalis, em Minas Gerais (Transferência autorizada pela Portaria 362/58). Os índios afirmam que, precedendo a sua transferência, houve um atentado a bomba contra a casa do chefe do Posto Indígena, criando caos, criando acusação contra os índios (PARAÍSO, 1989, p. 53).

Sobre a motivação apresentada para a transferência dos Krenak, não há qualquer menção a investigação sobre o real autor do atentado. Sem uma investigação consistente, pode-se aventar a possibilidade levantada pelos Krenak: a de que este episódio tenha sido realmente programado pelos agentes do Serviço de Proteção ao Índio com o intuito de culpar os Krenak, ou pelo menos criar um clima de insegurança no Posto Indígena e assim justificar a transferência.

Neste momento, a principal hipótese para esta rapidez na transferência dos Krenak foi a descoberta de uma mina de Mica dentro do Posto Indígena. A partir desta descoberta, os arrendatários intensificaram a pressão para que houvesse reversão das terras que haviam sido doadas para a criação do Posto Indígena Guido Malière (território Krenak) e ocorresse a regulamentação destas terras em favor dos posseiros (SOARES, 1992, p. 131; PARAÍSO, 2002, p. 421; ESPINDOLA, 2006, p.08).

Entretanto, a transferência para outro território não fez com que os Krenak esquecessem sua terra natal. O primeiro exílio entre os Maxacali durou aproximadamente dois anos. Como os funcionários do SPI não

atenderam às solicitações dos Krenak de retornarem às suas terras, estes voltaram de forma épica: fizeram o trajeto a pé entre o município de Santa Helena de Minas e Governador Valadares. A viagem durou cerca de três meses (SOARES, 1992, p. 133; MISSAGIA DE MATTOS, 1996, p. 100; PARAÍSO, 2002, p.421).

O retorno dos Krenak à suas terras de origem deu-se após um período de oito anos na Fazenda Guarani. Ao chegarem a sua terra natal, encontraram-na ocupada por fazendeiros e posseiros que, naquele momento, possuíam documentos que “legalizavam” estas terras em seus nomes. Apesar de já termos mencionado este aspecto, em outros momentos deste trabalho, estamos ratificando o fato devido à sua importância para a compreensão da construção da atual Reserva Indígena Krenak.

Podemos dizer que o retorno dos Krenak do exílio na Fazenda Guarani para o município de Resplendor, no vale do rio Doce, teve como principal fundamento o elo que este povo possui com esta terra.

Contudo, o que para os Krenak era seu, para o Estado não pertencia mais ao grupo indígena. O governo já havia “legitimado” estas terras em nome de fazendeiros e sitiantes que se encontravam estabelecidos nesta terra, onde haviam constituído família, criado uma relação simbólica com o espaço, ou seja, haviam se territorializado.

Para o Estado, os Krenak encontravam-se desterritorializados do vale rio Doce. A ação do Estado em transferi-los para outras terras definiu esta circunstância. Para os fazendeiros que haviam conquistado a documentação de propriedade destas terras, os índios eram assunto encerrado. Os proprietários das terras agora eram eles, afinal de contas havia uma garantia do Estado que se fundamentava nos títulos emitidos pelo governo. Porém, para os Krenak, essa lógica do Direito não era aplicável. Afinal, foram os Kraí (brancos) que os havia retirado de suas terras. Para o índio, não era um documento que dizia de quem era a terra, mas sim a vivência nela.

Entretanto, esta caminhada dos Krenak pela reconquista de suas terras é muito difícil. Quando retornam da Fazenda Guarani, em 1980, assumem apenas uma pequena faixa de terra à margem esquerda do Rio Doce que atingia 120 hectares. Algo irrisório perto dos 4.039,8241 hectares que fazem parte da Reserva atual. Sobreviver com tão pouca terra foi o primeiro desafio dos Krenak naquele momento.

Para tentar reaver toda a extensão da terra ocupada por fazendeiros, a Funai, em 1983, entra na Justiça Federal com Ação Ordinária de

Nulidade de Títulos sobre os imóveis rurais localizados nas terras indígenas Krenak. Este processo tem uma longa duração e se arrasta na Justiça até o ano de 1995 quando a ação foi julgada favorável aos Krenak. Porém, só, após dois anos, já em 1997 a Justiça reintegra as terras aos Krenak e então é formalizada a Reserva Indígena Krenak no Município de Resplendor (CALDEIRA, 2009, p. 58).

É importante destacar que a delimitação da Reserva Indígena Krenak teve como referência a determinação feita pelo governo do Estado de Minas Gerais, em 1920, que, através do Decreto nº 5.462 de 10 de fevereiro de 1920, estabeleceu a criação de uma área para os índios Krenak com extensão de 4.000 hectares (SOARES, 1992, p. 191; PARAÍSO, 1989, p.22).

O processo de reocupação do território Krenak se dá a partir do dia 28 de abril de 1997, quando a justiça determina a reintegração da terra aos Krenak, e a Polícia Federal começa a operação para retirada das 87 famílias, que ocupavam as terras indígenas.

No dia 29 de abril, um dia após o início das desapropriações, o Jornal “Hoje em Dia”, de Belo Horizonte fez uma matéria intitulada “Krenak retomam primeira área” que destaca às principais ações da Polícia Federal na retirada dos ocupantes das terras reintegradas aos Krenak. A ação de desapropriação foi programada para ser realizada em 10 dias, sendo que os primeiros a sair foram os que possuíam mais terras. Proporcionalmente ao tamanho das propriedades, ia ocorrendo a retirada dos fazendeiros.

Neste ponto, o jornal citado destaca uma preocupação que permeava as ações de desapropriação que era a situação de 27 famílias de pequenos proprietários, que se encontravam em uma situação financeira muito precária e não tinham para onde ir. Durante as negociações, os Krenak propuseram ceder um pedaço das terras que estavam sendo desapropriadas para que estas famílias permanecessem por até seis meses, até que decidissem o seu destino, um ato humanitário dos índios que, mesmo dentro da tensão do momento da desapropriação, não abandonaram o espírito solidário.

Após a entrega definitiva das terras aos indígenas, iniciou-se um processo de readaptação dos Krenak a toda extensão de suas terras. Primeiro, era preciso garantir meios para a subsistência deles. Neste sentido, a revista “Extensão”, publicação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), divulgou em sua edição de Dezembro de 1997 as ações deste órgão junto aos Krenak

para contribuir para o desenvolvimento agrícola. Na ocasião, a EMATER oferecia aos Krenak assistência técnica para o desenvolvimento agrícola na área da Reserva. Entretanto, havia questões que careciam de apoio financeiro do governo que, segundo os Krenak, nunca foi disponibilizado. Trata-se de recursos para a construção de currais, cercas, casas, melhoria nas estradas, sementes e adubos dentre outras necessidades primordiais naquele momento.

Com a reintegração da posse foi garantido ao povo Krenak, a criação da atual reserva indígena Krenak, mesmo que não possua a totalidade do antigo território originário deste povo. Entretanto, há uma grande luta pela ampliação do território indígena que inclui a anexação do Parque Estadual dos Sete Salões à atual Reserva Krenak.

O Parque, denominado pelos Krenak de Takrukkrak (Pedra alta, na língua Krenak), foi criado em Setembro de 1988 a partir do Decreto nº 39.908 do Estado de Minas Gerais e possui uma área de 12.520 hectares, abrangendo os municípios de Resplendor, Conselheiro Pena, Aimorés e Santa Rita do Ituêto, tendo ficado sob a administração do Instituto Estadual de Florestas (IEF) a partir da sua criação pelo governo estadual (BAETA; MISSAGIA DE MATTOS, 2007).

A relação dos Krenak com este espaço é marcada por características muito significativas, uma vez que é atribuído ao Parque um caráter encantado, sagrado para este povo. As rochas internas possuem diversas pinturas rupestres que são entendidas pelos Krenak como obra do sobrenatural. Esta característica atribui grande valor sagrado ao espaço do Parque em um território sagrado para os Krenak, conforme já destacado neste trabalho, usando como referência a obra de Rosendahl (2002).

Este processo de luta pela incorporação do Parque ao território indígena teve seu ápice no dia 1º de dezembro de 2005, quando o povo Krenak, com o apoio de outros grupos indígenas, ocuparam os trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas como forma de protesto. Na ocasião, foi publicado um documento pelos Krenak que solicitava a incorporação do Parque dos Sete Salões à atual Reserva. Fato que mostra a relação deste povo com este território.

O documento produzido pelos povos indígenas ressaltava o compromisso assumido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de dar andamento à questão da incorporação das terras do Parque ao território Krenak, e solicitava a criação de um Grupo Técnico para estabelecer o início da demarcação das terras em nome dos Krenak.

A partir deste movimento de contestação foi criado um Processo Administrativo junto à FUNAI visando a incorporação do parque estadual dos Sete Salões à atual Reserva Indígena.

Certamente, a conquista definitiva deste território pelos Krenak se dará apenas com a anexação deste território à Reserva Indígena Krenak, concluindo assim a reconquista de suas antigas terras.

## **Para não concluir**

É impossível concluir um trabalho voltado para um processo de construção territorial de um povo indígena. Impossível sobretudo porque as sequelas continuam vivas. A conquista da “Terra Prometida” ainda não se concretizou. A luta é grande.

No caso do território dos antigos botocudos, percebemos que, desde o momento em que a Coroa portuguesa estabelece, oficialmente, a Guerra Justa, há sempre o intuito de fazer com que os povos indígenas deixem de existir. Só assim, o Estado poderia dominar aquele território. Nesta perspectiva, o território indígena que se encontra dentro da zona de interesse do Estado português tende a ser desconstruído, sendo esta a única saída viável para o estabelecimento da política do Estado.

O empreendimento desta dominação pelo Estado é feita a partir do estabelecimento das Divisões Militares que tinham como função principal a dominação militar sobre as terras ocupadas por botocudos e facilitar a ocupação demográfica neste espaço, visando a transformação de uma vasta extensão territorial, considerada improdutivo, insalubre e povoada por índios antropófagos em um território sob o domínio do Estado e com expectativas econômicas.

Apesar de todos os esforços da política colonial, vimos que esta transformação do território do vale do rio Doce só se concretizou com a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas no início do século XX. A ferrovia, que se introduzia no mundo capitalista como símbolo da modernidade, conseguiu realizar aquilo que as Divisões Militares não deram conta de resolver totalmente: concretizar a transformação de um território povoado por índios em um território voltado para a exploração econômica.

Com a implantação da ferrovia, vieram os fazendeiros, formaram-se cidades ao longo da estrada férrea, a população aumentou, isto levou os botocudos do vale do rio Doce a serem praticamente dizimados ou “integrados à sociedade” (REZENDE; ÁLVAREZ, 2009).



Os Krenak, atualmente, o único grupo remanescente dos antigos botocudos do vale do rio Doce, continuam vivos, fortes e, o mais importante: conscientes de seu papel na História e da necessidade de pressionarem por políticas públicas de valorização dos povos indígenas, sobretudo, na demarcação de terras.

## Bibliografia

AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Tomaz Malière e a Colonização do Rio Doce (Minas Gerais). **Fenix – Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, v. 4, n. 3, online, jul./ago./set. 2007. Disponível em: < <https://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaolive.artigo.8-Jose.Otavio.Aguiar.pdf> Acesso em: 22 nov. 2019.

BAETA, Alenice Motta; MISSAGIA DE MATTOS, Isabel. A serra da onça e os índios do Rio Doce: Uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. **Habitus**. Goiânia, v. 5, n.1, p. 39-62, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Alenice. As primeiras entradas nos Sertões do rio Doce: do século XVI ao século XIX. In: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 27-41.

CALDEIRA, Vanessa. História de Botocudo: o povo Krenak na região do Vale do Rio Doce. In: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 42-61.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-98.

CRUZ, Leonardo de Oliveira. **O “ser” e o “estar” índio: produção de identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuíre**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdades de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. **Revista de História**, Vitória, v. 6, p. 27-40, 1998.

\_\_\_\_\_. Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do Sertão do Rio Doce. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 23-45, 2000.

\_\_\_\_\_. O genocídio das populações nativas do Rio Doce. **Aletheia**, Belo Horizonte, v. 3 p. 127-136, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. Populações Nativas do Rio Doce. **Arkeos. Perspectivas em diálogo**. v. 16, p. 153-170, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

\_\_\_\_\_. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10, 2005. São Paulo. **Anais Eletrônicos**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton (Org). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras – Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 155-172.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. **Borum, Bugre, Kraí**. Constituição social da identidade e memória étnica Krenak. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo – A busca do passado**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986 (Datilografado).

\_\_\_\_\_. **Laudo Antropológico Pericial Relativo à Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.

\_\_\_\_\_. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 413-430.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – Os princípios da legislação indigenista no período colonial (Séculos XVI a XVIII). In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras – Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 115-132.

REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (Org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O Índio na História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Global, 1997.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: Uma abordagem Geográfica**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, EDUSP, 1974.

\_\_\_\_\_. Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, EDUSP, 1975.

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu: Os índios do Rio Doce**. Contagem: CEDEFES, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pP. 77-116.

WIED-NEWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

# GOLPE CIVIL/MILITAR DE 1964 E LEGITIMAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE AÇÕES DE FAZENDEIROS: O CASO DE GOVERNADOR VALADARES

Michelle Nunes de Moraes<sup>1, 2</sup>

## Apresentação

Neste capítulo será apresentado um estudo de caso contemplando a cidade de Governador Valadares no período que antecedeu o Golpe Civil-Militar de 1964 e os primeiros dias após a sublevação das tropas aquarteladas em Juiz de Fora e sua marcha sobre o Estado do Rio de Janeiro. No dia 30 de março ocorreu uma ação repressiva dos fazendeiros à sede do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares que conjugada com a deflagração do Golpe Civil-Militar, de 31 de março de 1964, levou bastante violência à cidade. Pretende-se aqui analisar os discursos utilizados para legitimar as ações dos fazendeiros nas primeiras semanas de abril de 1964 e a campanha de boataria que se espalhou levando pânico à cidade de Governador Valadares e região.

## Ensaio do ato final

O mês de abril de 1964 chegou à cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, com milícias armadas circulando pelas ruas; fazendeiros prendendo populares; assassinatos e a polícia se aquiescendo às ações dos proprietários locais. Após a ação repressiva dos proprietários fundiários à sede do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, no dia 30 de abril de 1964, e do rompimento do Governador Magalhães Pinto com o Governo Federal, a cidade tornou-se um *campo de guerra*.

Houve a instrumentalização de um discurso conservador visando à legitimação da repressão aos trabalhadores congregados no Sindicato

---

1 Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017).

2 Universidade Vale do Rio Doce. michelle-mg2@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

dos Trabalhadores da Lavoura (STL). Norman Fairclough (2001, p. 90-94) diz que o discurso é a utilização da linguagem como uma prática social, sendo que há uma relação dialética entre discurso (prática social) e a estrutura social, por isso ele é um modo de ação, servindo para o processo de significação do mundo. O discurso como prática política serve para naturalizar as relações de poder.

Já o entendimento da mentalidade de “conservador” é feito com Karl Mannheim (1981, p. 78) que postula que se trata de um estilo de pensamento com que os indivíduos operam e não é criação própria; este ‘estilo’ é absorvido de seus pares (grupos com os quais se relacionam). A partir disto, ele sustenta que o estilo de pensamento é um condicionamento social. É preciso estar atento à significação das palavras utilizadas por determinados grupos, pois as mesmas palavras proferidas por outros grupos podem não ter o mesmo significado. Segundo este pensamento conservador projeta-se uma naturalização da sociedade. Naturalizar o historicamente construído é uma forma de reafirmar sua posição no ordenamento natural do mundo, esta visão nega os conflitos como fruto de fatores sociais, a resistência não pode existir, pois foge ao funcionamento natural do mundo (MANNHEIM, 1981, p. 121, 125).

Nos primeiros meses do ano de 1964, os ânimos estavam bastante acirrados no Brasil. Em janeiro de 1964, o STL recebeu a orientação do Padre Lage, presidente da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), de ocupar a Fazenda do Ministério<sup>3</sup>. A Fazenda do Ministério havia sido criada em 1941, pelo Decreto-Lei nº 3.069, de 14 de fevereiro, por Getúlio Vargas, para ser uma Colônia Agrícola e se encontrava abandonada desde o ano de 1953. A ocupação teria como finalidade dinamizar a sua desapropriação pela Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) (BORGES, 1988, p. 227).

A campanha de boataria de ambos os lados, isto é, do STL e da Associação Rural, acirrou ainda mais os ânimos. O boato foi de extrema importância nos acontecimentos dos primeiros meses do ano de 1964. Israel Vieira Pereira (2016, p. 74-75) observou que o boato tenta cunhar uma identidade estereotipada para um grupo. Para ser bem sucedido ele utiliza elementos indeterminados e vagos. Ele ganha legitimidade ao ser referendado por veículos e pessoas aceitos como legítimos. O autor diz

---

3 A Fazenda do Ministério localiza-se a 6 km do Centro de Governador Valadares, saída para Teófilo Otoni, atualmente é o Assentamento de Reforma Agrária Oziel Alves Pereira.

que os boatos são construídos através de colagens e alterações, por isso ele não tem autor definido. “Boatos se inserem no limiar entre a verdade e a mentira o relato e a estória” (PEREIRA I., 2016, p. 75).

Já Norbert Elias e Scotson (2000, p. 127) observam que, mesmo quando provada a falsidade do boato, há uma resistência coletiva em aceitar argumentos que o contradiga, pois o caráter coletivo da crença passa uma ideia de verdade.

Os fazendeiros aproveitaram a facilidade para inscrição no STL e inscreveram diversos infiltrados, na organização, que contribuiram para a propagação dos boatos (BORGES, 1988, p. 228-235). O jornal “Folha de Minas” do dia 09 de fevereiro 1964 publicou que “devido a facilidade com que qualquer pessoa possa pertencer ao Sindicato dos Empregados Rurais, sem requisito necessário de ser lavrador, os fazendeiros conseguiram grande número de alcagoetes da associação” e eram esses alcagoetes que alimentavam a mídia de notícias das mais alarmantes (FAZENDEIROS DISPOSTOS, 1964).

Boatos circularam de que o STL invadiria fazendas a partir do dia 01 de fevereiro 1964. O jornal “Diário do Rio Doce” do dia 30 de fevereiro dizia que dizia ter apurado por diversas fontes que o STL estava organizado invasões para o sábado (01/02/1964). Além disso, dizia que para se inscrever o candidato passava por um interrogatório por um “grupo de choque” e que um candidato ao se negar invadir terras havia sido espancado por um elemento estranho (ARREGIMENTAÇÃO, 1964; FUNCIONÁRIOS DA, 1964).

Os proprietários rurais amparados nas notícias do Jornal solicitaram uma solução do Governo Estadual. Uma comitiva foi enviada para a cidade reunindo-se com a Associação Rural e representantes de jornais (REUNIÃO, 1964). O dito quem conta um conto aumenta um ponto pode ser verificado nas páginas dos jornais. O jornal “Diário do Rio Doce” do dia 01 de fevereiro 1964 relatou o representante do STL (Jornalista Carlos Olavo, Editor do Jornal “O Combate”) que negou invasão de terras, assim como ele denunciou armamento que os fazendeiros estariam recebendo. Dizia também que o Delegado e o Comandante do 6º Batalhão de Infantaria disseram que não passavam de boatos as notícias de invasão de terras (REUNIÃO, 1964). Na mesma edição trouxe informações diferentes acerca dos fatos: a primeira informação diz que Chicão (Francisco Raimundo da Paixão, Presidente do STL) pediu calma aos companheiros

e esperar uma solução pacífica e Carlos Olavo havia dito que era mentira a informação que maus jornalistas estavam espalhando e que os Sindicalizados tinham metralhadoras (CHICÃO, 1964) e a segunda diz que Chicão e Carlos Olavo deram entrevista (no 6º Batalhão, na presença do Coronel e do representante da Secretária de Segurança) dizendo estarem armados e dispostos a invadirem as fazendas que eles estavam recebendo ordens de Leonel Brizola (BRIZZOLA, 1964). O jornal “Estado de Minas” de Belo Horizonte, do dia 01 de fevereiro de 1964, dizia que a Associação Rural havia enviado telegrama ao Secretário de Segurança que diziam que seriam invadidas propriedades (FAZENDAS, 1964). A edição do mesmo Jornal do dia 02 de fevereiro dizia que Chicão tinha 2 mil homens prontos para invadir as fazendas (DOIS MIL, 1964).

O Governo Federal enviou também uma comitiva à Governador Valadares. A presença de João Pinheiro, Superintendente da SUPRA, foi de completa repulsa pelos fazendeiros, sendo que ao retornar para Belo Horizonte declarou em entrevista que havia saído vivo da cidade por pura sorte (HOSTILIZADO, 1964). O “Diário do Rio Doce” do dia 05 de fevereiro de 1964 dizia que o prefeito de Teófilo Otoni, Matozinhos de Castro, disse que ele havia insuflado o Sindicato a invadir as citadas Fazendas (Frigorífico Anglo e Grã-Duquesa). O Sr. João Pinheiro negou, sendo pedido para ele assinar uma declaração desmentindo a acusação e ele recusou (SUPRA CONTRA, 1964). Ainda nesta edição, o colunista, Miguel Faria, disse que João Pinheiro Neto lhe havia declarado que a fazenda Anglo seria desapropriada e que “alguém, que também ouvia a conversa, diz que o Superintendente falou em invasão direta, dando semelhante autorização ao dirigente sindical máximo” (FARIA M, 1964). Embora João Pinheiro estivesse conversando com o repórter, ele diz que quem ouviu a declaração de invasão é um terceiro, espectador da conversa entre os dois. Foi na reunião com o João Pinheiro que os fazendeiros decidiram organizar a resistência lançando um manifesto (RURALISTAS, 1964; AR LANÇARÁ, 1964).

Em 13 de março aconteceu o comício no Rio de Janeiro no qual foi assinado o Decreto no 53.700, de 13 de março de 1964, também conhecido como o Decreto da SUPRA, que foi publicado no Diário Oficial do dia 18 de março. O Decreto declarava “de interesse social, para efeito de desapropriação [...] as áreas rurais compreendidas em um raio de 10 (dez) quilômetros dos eixos de rodovias e ferrovias federais [...]” que não fossem “social e adequadamente aproveitadas com índices de produção não inferior à média da respectiva região” (BRASIL, 1964).

Os proprietários fundiários do Vale do Rio Doce inconformados com a assinatura do decreto resolveram “abandonar a retórica dos comícios e impedir na prática qualquer tentativa de alteração na estrutura fundiária [...]” (STARLING, 1986, p. 258).

O presidente do STL, Chicão, que havia participado do comício do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, retornou à cidade com a data para o comício local e da entrega da Fazenda do Ministério que contaria com a participação do Presidente da República, João Goulart (FARIA L, 1964, p. 2). Os fazendeiros, determinados a impedir a realização do comício de “qualquer forma”, empreenderam uma forte campanha contra a sua realização. Eles usaram de todo prestígio que possuíam e buscaram o apoio do delegado da cidade e do Capitão Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região (ID-4) para defenderem seus interesses (BORGES, 1991, p. 199; FARIA L, 1964, p. 2).

O jornal “Diário do Rio Doce”, do dia 19 de março de 1964, trazia a matéria “o sacrifício é nosso”, na qual dizia que a cidade havia sido escolhida para o próximo comício reformista, nacionalista e esquerdista. A matéria previa choques sangrentos entre o STL e a Associação Rural, assim como repressão violenta da parte das autoridades (O SACRIFÍCIO, 1964).

Já o jornal “O Combate”, na edição semanal de 8 a 14 de março de 1964, dizia que os fazendeiros estavam recebendo armamentos sem que as autoridades tomassem providências. A matéria dizia que as milícias dos fazendeiros também contavam com viaturas e serviços de rádio para um golpe armado contra o governo (PREPARAM LEVANTE, 1964).

O comício foi marcado para o dia 31 de março de 1964. A Liga Democrática Feminina (LDF), agremiação feminina criada com apoio da Associação Rural, organizou para o mesmo dia uma passeata democrática, que contaria com a participação de diversos líderes políticos do Estado (ESPÔSAS DE FAZENDEIROS, 1964; BORGES, 1988, p. 231).

No decorrer do mês de março o clima, na cidade, era de confronto aberto entre proprietários rurais, representados pela Associação Rural, e os trabalhadores rurais, representados pelo STL e a campanha de boatos se intensificaram.

Os proprietários fundiários faziam “passeios de carros” pelo bairro Santa Terezinha, onde se localizava a sede do Sindicato, como provocação ao STL. Enquanto o sindicato dizia que seriam enviadas tropas do exército para garantir o comício (CHUVA EVITA, 1964; MAJOR FOI A VALADARES, 1964).



Os fazendeiros diziam que grupos de paraquedistas seriam enviados pelos comunistas para garantir as invasões de terras (BORGES, 1988, p. 236). Boatos também anunciavam que Magalhães Pinto, Governador do Estado de Minas, iria à cidade “tentar a pacificação das partes em luta” (FARIA L., 1964, p. 2).

Magalhães Pinto enviou uma comitiva à cidade para observar a situação das garantias do comício. O General Antônio Carlos Moura Zaton e o Capitão Nelson, ambos da Polícia Militar, se reuniram com o Delegado e com um Coronel aposentado e retornaram à Belo Horizonte (GENERAL E CAPITÃO, 1964b).

O Sindicato e o Governo Federal tomavam as providências necessárias para o comício. No dia 26 de março, chegaram à cidade o agrônomo e o topógrafo responsáveis pela demarcação dos lotes para colonização da Fazenda do Ministério (GENERAL E CAPITÃO, 1964; RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964b, p. 1).

No dia 30 de março, já determinados a impedir que o grande comício de colonização da Fazenda do Ministério acontecesse, os proprietários deram o golpe final. Logo pela manhã desse dia, os fazendeiros iniciaram a concentração nas esquinas e por volta das 13 horas se aglomeraram na principal Avenida no centro da cidade. Nas imediações do sindicato se ajuntavam populares, pois rumores corriam de que a movimentação era para linchar Chicão e Carlos Olavo. Por volta das 15 horas e 15 minutos eles chegaram às imediações da casa de Chicão, que também era sede do Sindicato. Ele estava em casa, acompanhado da família e de um repórter do jornal “O Combate” (UM MORTO, 1964). “Uma saravada de balas e duas bombas caíram sobre a casa. A edificação frágil sacudia toda como se fosse desabar” (PEREIRA C., 1980, p. 171).

No ataque, Pascoal de Souza Lima (genro de um Coronel aposentado apontado como líder dos fazendeiros) morreu alvejado com um tiro e ficaram feridas Dona Maria Paixão, esposa de Chicão; a criança Elizabeth (filha de Chicão com cinco anos de idade) além de Agnaldo Alves, repórter do jornal “O Combate”, e um desconhecido (UM MORTO, 1964).

A partir do dia 30 de março de 1964, a cidade de Governador Valadares viveu dias tensos. Os fazendeiros ficaram exaltados com a morte do jovem Pascoal, esportista e genro de um homem muito influente na cidade e, também, com a, assim chamada localmente, “revolução vitoriosa”.

## As primeiras horas

Considera-se importante analisar com minúcia os relatos feitos por diversos atores nas primeiras horas após a ação dos fazendeiros na sede do Sindicato, pois os discursos sofreram alterações no decorrer dos meses. O jornal local “Diário do Rio Doce”, na edição do dia 31 de março de 1964 trazia uma matéria relatando o evento do dia anterior. A matéria dizia que os fazendeiros armados se encaminharam para a sede do Sindicato no bairro Santa Terezinha e iniciado um tiroteio; a ação havia durado em torno de 25 minutos, com mais de 300 disparos; no local foram encontradas, pelas autoridades, diversas armas. Dizia-se ainda que Chicão fora levado para o 6º Batalhão para sua segurança.

Também segundo a matéria acima, as placas dos carros dos fazendeiros foram deliberadamente retiradas e o destacamento do 6º Batalhão havia se encaminhado para o local após 20 minutos do início do tumulto. Muitos populares se aglomeraram nas imediações e a polícia precisou dispersá-los. Frisou-se que a ação dos fazendeiros fora preventiva, pois boatos davam conta que depois do comício do dia 31 de março se iniciariam as invasões de propriedades. Com medo das invasões, os fazendeiros se encaminharam para o Sindicato com a intenção de linchar o Chicão. Ele estava em sua casa, somente acompanhado da família e do repórter do jornal “O Combate” (UM MORTO, 1964).

Havia aglomeração de populares em torno da Praça e foi Carlos Olavo quem avisou o Delegado através de um telefonema. Chicão foi tirado de casa pelo Delegado visando despistar os fazendeiros. O contingente do 6º Batalhão de Infantaria esteve no local sendo comandado pelo tenente Klinger (UM MORTO, 1964).

Segundo o “Relatório de Serviço”, de um investigador do Departamento de Vigilância Social (DVS), a vítima Agnaldo Alves de Freitas, repórter do jornal “O Combate”, informou ao mesmo que havia elementos desconhecidos rondando em frente ao sindicato e Chicão lhe disse para pegar em armas, pois haveria confusão. O relatório continua dizendo que Chicão foi encontrado escondido embaixo da cama da casa de um vizinho e foi encaminhado para a Delegacia para sua segurança e integridade física (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 4).

Após a chegada das autoridades à sede do Sindicato, os fazendeiros seguiram para o jornal “O Combate”. O Comandante do 6º Batalhão de Infantaria ao ser comunicado que eles se encaminhavam para o jornal

também correu para lá. Segundo Felipe-Silva (2010), o Comandante pediu ao Carlos Olavo que fosse para casa que ele iria garantir a integridade do jornal. Posteriormente, ele se encaminhou à residência do Carlos Olavo e lá leu um telegrama do Magalhães Pinto que pedia que fossem dadas garantias para que ele saísse da cidade com segurança rumo à capital, Belo Horizonte. Carlos Olavo disse que sairia da cidade somente se Chicão fosse com ele. O relatório do investigador do DVS confirma a retirada de Carlos Olavo e de Chicão da cidade de Governador Valadares acompanhados por um dispositivo de segurança (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 4).

A cidade de Governador Valadares nos primeiros dias de abril entrou em “estado de guerra” e quem dava as ordens eram os fazendeiros. Em 31 de março o Governador do Estado de Minas rompeu com o Governo Federal e o General Mourão Filho sublevou as tropas aquarteladas em Juiz de Fora e avançou sobre o Estado do Rio de Janeiro. O General Mourão Filho em comunicado “adverte que estão em plena vigência os dispositivos do Código Militar que ominam a penalidade máxima para os crimes praticados em tempo de guerra”. Segundo Pedro Gomes (1964, p. 108), esse foi um fato importante, mas que passou despercebido pela imprensa, isto é, que a pena de morte passava a vigorar em Minas Gerais.

Os fazendeiros de Governador Valadares usaram do privilégio que gozavam para usar o estado de exceção para vinganças pessoais. No dia 1º de abril, o Delegado da cidade convocou os fazendeiros para atuar na patrulha da cidade. Segundo o Delegado, essa convocação foi por ter sido a tropa do 6º Batalhão recolhida ao quartel. O Estado de Minas Gerais entrou em estado de guerra e o regime era de exceção; todas as tropas do estado entraram em sobreaviso e ele ficou sem contingente policial para manter a ordem na cidade. Ele disse que ficou com apenas quatro soldados e um cabo. Ele escolhia os que ele sabia serem ponderados e de confiança, mas como não conhecia a todos dois coronéis aposentados, que também eram fazendeiros, faziam a supervisão dos mesmos a fim de conter as exaltações que ocorriam. Justificou que as prisões tinham como finalidade proteger os comunistas da população que ameaçava trucidá-los (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 79-81).

O Deputado Ladislau Sales, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), levantou a anuência das autoridades policiais locais à situação de violência impetrada pelos fazendeiros.

A minha impressão franca é de que a polícia se deixou dominar, por ser comandada por um major que se deixou dominar por dois coronéis. Formaram-se grupos de rapazes, filhos de fazendeiros que ceberam armas, inclusive da polícia, e começaram a efetuar prisões de comunistas [...] depois da vitória do movimento revolucionário (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 18-24).

Uma das primeiras ações dos fazendeiros foi um atentado à família Soares. Uma hora depois de formalizada a convocação, um grupo de fazendeiros foi à casa do Farmacêutico Otávio Soares e atiraram contra Otávio e seus dois filhos: Augusto e Wilson. Augusto morreu na hora, Otávio faleceu no hospital três dias depois e Wilson, que era o alvo dos fazendeiros, embora gravemente ferido, sobreviveu (BRASIL, 2007, p. 58).

Cerca das 9 horas elementos desconhecidos na rua Osvaldo Cruz matou o indivíduo Augusto Soares e feriram Otávio Soares e Wilson Soares elementos estes considerados comunistas, e são parentes do não menos comunista Dr. Milton Soares, que pouco após o tiroteio foi preso e levado ao Major na delegacia, pois elementos democratas queriam matá-lo de qualquer jeito. Mais tarde as rádios pediram o comparecimento dos democratas na Associação (sic) Rural onde também compareci.

‘Ali compareceram os Srs Fidelcino Viana e Júlio Lander de ordem do Governo Magalhães Pinto que foram esclarecer a situação no Brasil.

‘Evitando derramamento de sangue nos lares das famílias dos valadarenses falou e pediu muita calma o Coronel Pedro Ferreira dos Santos e Cel. Altino Machado.

‘Começou neste dia a prisão de elementos considerados comunistas feita pelos elementos democratas, contudo foi preciso chamar-lhes atenção pois excediam em alguns casos (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 4-5).

Otávio Soares era muito conhecido na cidade, pois era farmacêutico. Não foi confirmado se ele ou seus filhos fossem comunistas.

Segundo o depoimento do delegado, sem condição de conduzir a investigação, pois nos primeiros dias de abril a demanda fora muito grande, acabou sendo substituído pelo Coronel José de Bastos Guimarães na condução do Inquérito. Foi ele quem concluiu o Inquérito Policial Militar e levantou os nomes dos fazendeiros que cometeram o crime. Os autores foram denunciados ao juiz da 1ª Vara de Governador Valadares, que decretou a prisão deles (BRASIL, 2007, p. 58).

A partir de então, travou-se uma batalha jurídico/política em torno do crime. Segundo depoimento do Vice-Presidente da Associação Rural à CPI, a Associação Rural havia apadrinhado o caso.

Porque estava legitimamente legalizada por uma requisição da Polícia, e quando se vai prender uma pessoa que se encontra fugindo ou aparentemente fugindo num jipe, atira-se. Esse é um ato policial, legítimo ou não legítimo não vou ao caso. A Associação Rural, então, requisitou o processo – ele foi instaurado por dois ou três militares, não me recordo: Coronel Paulo Reis, Coronel Júpiter e outros mais não sei – o desaforamento da Justiça, sem querer com isso ferir o grande, o emérito Juiz que temos na Comarca, um Juiz que honra a magistratura de qualquer país, um Juiz a quem todos os ruralistas rendem a mais calorosa homenagem, o Doutor Joaquim de Assis Martins da Costa. Requisitamos para o IPM e o ID-4 o desaforamento para o campo militar. E assim foi feito. Não houve nenhum desacato à autoridade judiciária, a quem respeitamos, acatamos e defendemos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 94).

O processo que havia sido remetido à justiça comum em 17 de maio de 1965. Ele estava sob a presidência do Juiz de Direito, Joaquim de Assis Martins da Costa, Juiz da 1ª Vara Cível de Governador Valadares e por pressão política de apoiadores do Regime Militar na cidade o processo fora requisitado para a Justiça Militar com base no Ato Institucional nº I. O caso foi julgado como ação Militar durante o Estado Revolucionário e os réus foram absolvidos, porém o Ministério Público recorreu da sentença. Depois de uma série de tramitações judiciais, o Superior Tribunal Militar (STM), em 11 de janeiro de 1967, condenou, por unanimidade, dois dos acusados a 17 anos e meio de reclusão e absolveu um. Os réus foram indultados por intermédio do governador Randon Pacheco (BRASIL, 2007, p. 58). Os acontecimentos em Governador Valadares, nos primeiros dias do Golpe Civil/Militar (1964) tiveram desdobramentos e discussões em âmbito nacional durante um logo tempo. Tudo isso serviu para reforçar o mito que a cidade foi o berço da revolução.

Para entender as particularidades do processo de Governador Valadares, é preciso esclarecer que no Estado de Minas Gerais, a partir do dia 31 de março de 1964, passou a vigorar o Código Penal Militar e com ele a Pena de Morte, pois nele versava a lei marcial: “a penalidade máxima para crimes praticados em tempos de guerra” (GOMES, 1964, p. 108). Desse modo, a pena de morte foi (re)introduzida no País pela ditadura Civil-Militar de 1964, por isso os assassinatos de Otávio e Augusto foram julgados como crimes de guerra.

## As prisões

A partir de 31 de março, iniciou-se em Governador Valadares a perseguição aos comunistas e diversas prisões foram efetuadas nas ruas da cidade. Foram cometidos muitos excessos nas prisões feitas pelos fazendeiros. Os grupos de civis efetuaram tantas prisões que o Governador Magalhães Pinto enviou emissários à cidade para pedir calma. Além das prisões, também, foram feitas buscas nas casas das pessoas consideradas comunistas (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964b, p. 6).

Entre as prisões havia casos que resultavam de intrigas pessoais. Muitas pessoas tidas como comunistas que foram presas e encaminhadas para Belo Horizonte, eram comerciantes, advogados, médicos, dentistas, dentre outros, que não tinham envolvimento (comprovado) com comunistas. No Relatório de Serviço feito em Governador Valadares do investigador DVS, constante no acervo do DOPS do dia 05 de abril de 1964 dizia:

Verificavasse (sic) que, as prisões feitas em massas surgia elementos que eram presos por inimizade (sic) política e até mesmo pessoal, fiquei exclusivamente (sic) na apuração para verificar se di (sic) fato era ou não comunista, para que não fizessimos (sic) injustiça (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 7).

Também foram feitas listas de elementos comunistas que diziam estar fugindo da cidade, mas algumas pessoas que entraram nessas listas já tinham sido presas e enviadas para Belo Horizonte (ELEMENTOS FUGITIVOS, 1964?, p. 1; ELEMENTOS FORAGIDOS, 1964?, p. 1). Segundo depoimento do Deputado Ladislau Sales à Comissão Parlamentar de Inquérito, a população de Governador Valadares ficou apreensiva, pois ninguém sabia se seria condecorado, aprisionado ou linchado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 18-24).

As prisões duraram até metade do mês de abril de 1964. No dia 07 de abril, o Delegado deliberou encaminhar os presos para o Departamento de Vigilância Social (DVS), em Belo Horizonte, para que fossem fichados, mas os que não tinham envolvimento nos eventos seriam fichados na delegacia local. Nas cidades vizinhas o clima também era tenso. (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 1-4).

No dia 09 de abril encaminhou-se para à capital, Belo Horizonte, um ônibus com pessoas consideradas comunistas para serem fichados pelo DVS. Isso levou o Secretário de Segurança Pública do

Estado de Minas a enviar um emissário à cidade para supervisioná-la (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 4).

Como exemplo das prisões ocorridas na cidade nestes dias, tem-se o caso do médico Carlos José Pereira. Ele foi preso no dia 1º de abril de 1964, enviado para o DVS em Belo Horizonte e ainda constou na lista de foragidos do IPM instaurado na cidade para investigar ação comunista presidido pelo 1º Tenente Klingler Sobreira de Almeida. Ele procurou o DVS no dia 13 de junho de 1964, para prestar esclarecimentos sobre sua suposta fuga e disse ter tomado conhecimento pela imprensa de que havia sido arrolado no IPM como foragido e como possível elemento da cúpula do Partido (não dizia qual partido). Ele relata sobre sua prisão que:

Encontrava-se trabalhando em seu consultório médico, instalado à rua Marechal Floriano, nº 1.555/1.557, em Governador Valadares, às 9,20 horas do dia primeiro de abril, quando [de] surpresa e sem que tivessem razão, foi detido por quatro pessoas desconhecidas; que foi recolhido incontinentemente à cadeia pública como criminoso comum, foi transporte pela Polícia Militar, no dia seguinte para esta capital, aqui chegando às onze horas do dia três de abril; que esteve doze horas no DVS, passando para o CPOR, e daí para o Núcleo do Parque de Aeronáutica de Lagôa Santa, isto no dia onze do mesmo mês, onde esteve até o dia 12 de maio, quando foi liberado por autorização escrita da Comissão de [...] Investigações; que tem estado nesta Capital, sob custódia até dia 10 de junho, permanecendo com sua família em casa de seu sogro, professor Raffaello Berti, à rua da Bahia, 570, 1º andar (TERMO DE DECLARAÇÃO, 1964, p. 1-3).

Observa-se no relato do depoente que em alguns casos a ação de prisão não compreendia uma devida identificação pelos que efetuavam o ato. O depoente contesta a informação de que era contribuinte do Partido Comunista e de fazer parte da cúpula de algum partido. O médico disse que atendia gratuitamente pessoas carentes nos hospitais São Vicente de Paula e Bom Samaritano e que havia estabelecido em Governador Valadares uma clínica popular, atendendo aos pacientes mediante pagamento, mas cobrando valor menor que os outros médicos da cidade. Alguns médicos

Por interesses ou por despeito, passaram a hostilizar o declarante, ora velada, ora ostensivamente, daí porque, várias pessoas de Governador Valadares, bem informadas, vêm advertindo o declarante de que nasceram deles, lamentavelmente, uma campanha

oportunista contra o declarante, visando o seu afastamento de Governador Valadares (TERMO DE DECLARAÇÃO, 1964, p. 1-3).

Sua denúncia como Comunista advém de um conjunto de fatores que podem ser observados na declaração ao DVS. Um médico que, voluntariamente, atendia à população carente da cidade nos Hospitais Samaritano e São Vicente de Paula; manifestava posições reformistas em seu círculo de amizades e em sua clínica particular praticava valores inferiores aos executados por sua classe, reverberaria características comunistas (TERMO DE DECLARAÇÃO, 1964, p. 1-3).

Em Valadares qualquer um que manifestasse ideias reformistas, ou algum tipo de simpatia pelo menos favorecidos, era taxado de comunista. O Prefeito da cidade Raimundo Albergaria (1943 a 1945, 1945 a 1948, 1951 a 1955 e 1959 a 1962), filiado ao PSD, foi imputado de comunista por ter feito aforamento de lotes a imigrantes da zona rural e construído bairros populares durante seus mandatos. Essa atitude do prefeito visava alocar a população, egressa da zona rural, na periferia da cidade e ele, com isso, consolidou sua liderança política junto à população pobre. Tal medida desestimulou a especulação imobiliária na cidade até o final dos anos 1950 (BORGES, 1988, p. 210-216; SIMAN, 1988, p. 128-129).

O ex-prefeito da cidade, Deputado Ladislau Sales, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi acusado de comunista em 1964. Ele foi levar à Associação Rural a informação do compromisso do Governador do Estado de que qualquer invasão de terras seria imediatamente reprimida pelas forças policiais. Os fazendeiros o acusaram de comunista e o expulsaram da Associação Rural (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 18 - 24). Até o Governador Magalhães Pinto foi acusado de ser comunista por ter indicado ao Presidente João Goulart a colonização da Fazenda do Ministério (BORGES, 1988, p. 234).

Esses casos ajudam a entender a questão de terem incluído no rol de comunista o nome do médico Carlos José Pereira. Segundo Relatório de Serviço do DVS houve também casos de vinganças pessoais nas prisões ocorridas nos primeiros dias de abril, o que pode ter sido o caso do médico, por fazer atendimentos a preços populares, afinal ele disse que alguns de seus colegas médicos o estavam hostilizando por praticar preços abaixo da tabela e poderia ter partido deles tal imputação (TERMO DE DECLARAÇÃO, 1964, p. 1-3).



Outra coisa a se observar é que os fazendeiros davam assistência aos seus trabalhadores. Segundo o Deputado Ladislau

[...] O fazendeiro não é o monstro que se desenha. Há aquele intercâmbio natural, a convivência natural. O fazendeiro presta uma assistência razoável, embora ela se faça no regime paternalista, que humilha. Ele o faz como esmola, como ajuda, como contribuição ou coisa parecida, mas não como um direito. - isto, naturalmente, varia muito com a mentalidade do fazendeiro, com o mérito do empregado [...]. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 18-24).

A partir deste trecho vê-se que a assistência social na cidade era vista como beneficência. O médico ao se propor atender à população menos favorecida cobrando preços baixos tirava da elite o seu *status* de benfeitor da população.

Privar a população da autonomia é uma forma de manter o controle sobre as massas. Elas eram consideradas desprovidas de conhecimento e vazias e passivas (CHAUÍ, 1989, p. 29-34). Amparando nas fontes e em Marilena Chauí, pode-se fazer uma leitura segundo a qual que os trabalhadores ao ir ao médico colocavam-se fora do controle da elite. Ao oferecer consultas a preços populares que podiam ser pagas por trabalhadores pobres e fazer atendimento gratuito em hospitais da cidade, atendendo aqueles que não podiam pagar de forma alguma, o médico infringia uma norma estabelecida entre os pares, atraindo para si o título de comunista. Esta leitura é reforçada por Elias e Scotson (2000, p. 128) que analisam que ao rejeitar as crenças coletivas o indivíduo desagrada aos pares e se arrisca a “sofrer todas as pressões e punições que os grupos fechados são capazes de impor a membros não conformistas”.

Os acontecimentos dos primeiros meses de 1964 ganharam outras narrativas. Quanto à repressão ao Sindicato no dia 30 de março de 1964, foi dito à CPI por um depoente (Depoente 1) que o encontro entre a população e os membros do Sindicato se deu antes da casa do Chicão, sendo que o jornal “Diário do Rio Doce”, relatou que a ação foi junto à porta da casa. Sobre essa morte de Paschoal de Souza Lima, ele diz que houve um encontro entre o rapaz “e elementos do Sindicato”. Ele também diz que não se encontrava na cidade quando ocorreu episódio no Sindicato, e somente tomou conhecimento quando retornou à cidade mais tarde e que foi imediatamente para o local do evento. Ele relatou que foi até à casa do presidente da Associação Rural e com ele seguiu para o Sindicato,

lá chegando encontrou com o Depoente 2. Ele também diz que retirou o Chicão de dentro de casa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62).

Segundo outras fontes, e mesmo o depoimento do Delegado Especial de Polícia, afirma que Chicão estava em uma casa vizinha à sua, escondido embaixo de uma cama e Carlos Olavo pediu para o mesmo se entregar, com a ressalva de que não seria preso, mas retirado do local para sua segurança. O Depoente 1, também, diz que quando chegou ao local viu em um “jeep uma quantidade muito grande de armas tiradas de dentro do Sindicato” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62). O documento do DOPS do dia 09 de abril desmente essa informação uma vez que ele diz que haviam sido encontradas no Sindicato somente duas carabinas e dois revólveres (RELATÓRIO DE SERVIÇO, 1964a, p. 6). O que nos chamou a atenção é que ele diz que Chicão assumiu que havia atirado no Paschoal.

Logo que chamei, abriram a janela e o Chicão apareceu. Ele estava deitado no chão e eu mandei que ele levantasse. Então ele disse: Coronel, que estou satisfeítíssimo por vê-lo aqui porque é uma pessoa em quem eu confio. Veja o Senhor esses acontecimentos todos contra a nossa vontade. *Ele queria dizer que havia dados tiros contra a vontade deles ou matado [...] contra a vontade deles* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62).

Tal afirmação foi contestada pelos deputados, pois havia sido realizada perícia no revólver do Chicão que havia descartado que a bala que vitimou o jovem teria sido disparada por ele (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62).

O Depoente 1 diz que não houve violência na cidade nos dias que procederam a “revolução” e que não tomou conhecimento da ocorrência da prisão dos elementos comunistas da cidade, por não ter participado dela. Assim como alega que não tinha nenhuma ligação com o Delegado e que esteve sempre afastado desses acontecimentos, embora a documentação o mostre sempre presente. Diz, também, que não tem conhecimento de quem foram os envolvidos no assassinato do Farmacêutico Otávio Soares e seu filho, já que ninguém na cidade falaria quem seria (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62).

O Depoente 2 disse que quando o Superintendente da SUPRA se retirou da Associação Comercial o “povo” de Valadares “acharam que deveriam se organizar para se defenderem daquele estado de coisas, por isso, a cidade inteira, mulheres, moças, crianças, ricos e pobres se con-

gregaram para lutar”. No decorrer do depoimento ele sempre diz que nos episódios mais críticos não se encontrava na cidade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 62-71).

No dia 30 de março de 1964, ele diz que estava se encaminhando para Belo Horizonte, pois havia sido chamado pelo Comandante Geral da Polícia Militar com urgência; já no aeroporto foi alcançado pela esposa que o avisou que o genro estava no hospital em estado de coma. Então foi direto para o hospital e lá chegando mandou chamar alguns médicos amigos para tentar salvar o jovem, mas não havia mais o que fazer e ele falecera. Segundo esse depoimento, ele foi para casa e lá chegando se encontrou com o Delegado de Polícia e o Comandante do 6º Batalhão e foi informado que as providências acerca do ocorrido haviam sido tomadas, dessa forma, não foi preciso ele ir até o Sindicato e tratou de providenciar o funeral do genro falecido. No dia seguinte, logo após o funeral, isto é, em 31 de março de 1964, encaminhou-se para Belo Horizonte onde ficou por cinco dias (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 62-71).

Neste relato encontramos algumas contradições, se cotejado com outro depoimento. Segundo o Depoente 1, quando ele chegou ao Sindicato, o Depoente 2 já se encontrava no local. Resta uma dúvida: ele estava ou não no local? (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62).

O Depoente 2 continua dizendo que se retirou da cidade por cinco dias, entretanto outras fontes dizem que ele estava na cidade durante esse período (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 62-71). O relatório do investigador DVS quanto ao dia 1º de abril de 1964, informa que o Governador Magalhães Pinto havia enviado dois representantes para “esclarecer a situação do Brasil” aos cidadãos democratas da cidade e que os mesmos pediram “muita calma” aos Depoentes 1 e 2 e que o jornal local, “Diário do Rio Doce”, do dia 04 de abril de 1964, escreve que o Depoente 2 pedira aos “ruralistas em reunião especial na Associação Comercial (...) a mais completa moderação, evitando-se o excesso de elementos menos avisados”; o relatório do investigador DVS do dia 03 de abril, também relata esta reunião (ELEMENTOS FORAGIDOS, 1964?; ELEMENTOS FUGITIVOS, 1964?)

Diferindo do depoimento do Depoente 1, ele diz que nos primeiros dias do mês de abril o policiamento da cidade foi feito por “homens

do povo recrutados pela delegacia”, pois o contingente policial havia sido recolhido. Ele nega qualquer envolvimento com a organização paramilitar dos fazendeiros (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 53-62).

O Delegado Especial de Polícia da cidade de Governador Valadares negou ter recolhido grande quantidade de armas no sindicato e sobre o recrutamento de civis para o policiamento da cidade disse que:

O pessoal do destacamento do posto policial que servia à delegacia foi todo recolhido para o batalhão lá mesmo em Valadares e eu fiquei com o número ínfimo de elementos que não dava nem mesmo para policiar a cadeia porque o efetivo nosso lá é de 150 homens no município [...]. Eu escolhia aqueles homens que eu sabia serem ponderados e de confiança (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 79-81).

Ele admitiu ter pedido aos Depoentes 1 e 2 para ajudar na orientação e supervisão dos civis, que estavam fazendo a segurança da cidade. O delegado diz que solicitou informações dos civis para o Depoente 2 e que “eles contribuíram muito, vamos dizer, para a serenação dos ânimos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 79-81).

Já sobre a ação no Sindicato, no dia 30 de março de 1964, o Delegado diz que não se encontrava na cidade, pois havia passado o feriado da Semana Santa em Belo Horizonte, que chegou à cidade no dia 30 de março depois das 15h. Assim que chegou a Governador Valadares tomou conhecimento de que o

Comandante havia recolhido todo o destacamento, só deixando 4 soldados e um cabo o que não dava nem para a guarda da cadeia. (...) Mas como eu estava chegando, fui à delegacia para tomar providências e ver o pessoal de que eu dispunha para poder voltar e ver o que poderia ser feito para voltar e ver o que eu poderia ser feito para evitar o choque. Mas quando estou na delegacia recebo um telefonema do Carlos Olavo me comunicando que tinha havido uma troca de tiros no sindicato. Ai eu peguei os 4 soldados e rumei para lá, mas ao chegar já o tiroteio havia cessado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 79-81).

Já o depoimento do Comandante do 6º Batalhão de Infantaria, contradiz totalmente o depoimento do Delegado no que tange o recolhimento das tropas. Ele diz que “o 6º Batalhão não foi recolhido durante a Revolução”, que os destacamentos que foram recolhidos eram os menos importantes, entretanto, devido ao clima tenso de Governador Valadares, o 6º Batalhão tinha como missão justamente guarnecer

aquela região e proteger a população. Confrontado com o depoimento do Delegado ele respondeu que os civis não foram requisitados para o policiamento da cidade, mas para a “revolução”, que talvez o Delegado quisesse ser auxiliado por homens de sua confiança na prisão de elementos agitadores mais perigosos. Ele insistiu que o Batalhão cooperou para manter a ordem e que o Delegado estava se preparando para caso houvesse necessidade do mesmo marchar, para Petrópolis ou Bahia, e assim não ficar sozinho na cidade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 81-84).

Ainda sobre o recrutamento de civis para segurança da cidade, o Vice-Presidente da Associação Rural da cidade de Governador Valadares disse que após o Golpe, o Delegado de Polícia solicitou colaboração da Associação Rural para a captura de elementos comunistas. Ele continuou dizendo que um grupo de ruralistas encontrou um elemento reconhecidamente comunista entrando em um jipe e que atiraram resultando a morte de duas pessoas e um terceiro ficando ferido. Segundo o Depoente, a Associação Rural apadrinhou a ação, pois, ela estava legitimada por uma requisição da Polícia, sendo assim, esta associação requisitou o desforamento do processo da justiça Civil para a justiça Militar, junto ao ID-4. Também, alega que o contingente policial do 6º Batalhão de Infantaria estava na cidade e que os fazendeiros agiram sujeitados à Polícia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1965, p. 94-95).

Os depoimentos representam o estilo de pensamento dos proprietários fundiários do Vale do Rio Doce. Os fazendeiros defendiam a manutenção de um estilo de vida centrado num passado, o passado em que assentava o *status* de ser proprietário fundiário. Este pensamento é aglutinador de diferentes tipos de visões de mundo e tem como fim não permitir uma reforma da estrutura fundiária, seja esta reforma progressista – como proposta pelo governo – seja ela socialista – como proposta pelos movimentos de esquerda. Percebe-se o imediatismo dessa ação, não discutindo a situação dos trabalhadores rurais, nem se levando em consideração a necessidade de melhorias nas condições de vida dos mesmos, entre outras questões sociais. Esse modo de agir representa bem o “estilo de pensamento” dos proprietários fundiários de Governador Valadares. Karl Mannheim (1981, p. 78) observa que o conceito de estilo de pensamento “parte do princípio de que os indivíduos não criam os padrões de pensamento segundo os quais concebem o mundo, mas os absorvem de seus grupos”.

Percebe-se nos depoimentos “um ordenamento natural da sociedade: é natural a substituição do pequeno lavrador pela grande fazenda de engorda; é natural a utilização da polícia para manter a “ordem” e é natural haver agitações de inconformados” (MORAIS, 2013, p. 105). Os “discursos” dos fazendeiros representam o estilo de pensamento imperante entre os proprietários fundiários. Naturalizar o historicamente construído é uma forma de reafirmar sua posição no ordenamento natural do mundo; essa posição e visão negam os conflitos como fruto de fatores sociais, a resistência não pode existir, pois foge ao funcionamento natural do mundo. Os fazendeiros do Vale do Rio Doce concebem o processo histórico como restos do passado, eles percebem o histórico a partir de um impulso fundamental, em uma análise de Mannheim (1981, p. 121-125).

Considerando este estilo de pensamento como uma cultura política, entendemos o que os proprietários fundiários e os políticos queriam dizer com povo organizado. O “povo” era os proprietários, comerciantes e profissionais liberais (médicos, advogados, entre outros) que comungavam de suas premissas. Todos os “outros”, que não se incluíam em uma dessas categorias ou negava seus valores (como no caso do médico Carlos Pereira, o Prefeito Raimundo Albergaria, o ex-Prefeito e Deputado Ladislau Sales e o Governador Magalhães Pinto) não é povo. O povo é quem detém o *status* de cidadão e os pobres, mendigos, trabalhadores rurais e urbanos em ofícios não especializados, não se inserem na “cidadania”(MORAIS, 2013, p. 127-129).

Segundo Elias e Scotson(2000, p. 23) a estigmatização de um grupo para ser eficiente necessita que o grupo que estigmatiza esteja assentado em posições de poder que exclua o grupo estigmatizado. Para desarmar e enfraquecer os grupos subalternos ele penetra a autoimagem daqueles impondo-lhes uma imagem de “valor humano inferior” visando, assim, manter sua posição de superioridade social. O trabalhador rural continuou estigmatizado e fora da cidadania, pois essa era a forma de se manter um domínio sobre os mesmos: os baixos salários, as condições miseráveis de vida e a obediência cega.

Elias e Scotson observam ainda que a forma que o grupo assentado em posição de maior poder encontra para afirmar seus valores superiores é a circulação de fofocas. Para a difusão de boatos através de fofocas se caracterizaria como um tipo de “fantasia coletiva”, na qual o abstrato é transformado em material. Eles dizem ainda que muitas vezes o grupo

que estigmatiza censuram no outro grupo atitudes e atos que lhes são usuais e visto como virtude quanto praticados pelos seus membros. O boato/fofoca precisa fazer sentido dentro de um escopo de normas/crenças coletivas (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35, 45 e 121).

A coesão é imprescindível para que a fofoca, o mexerico, o boato ou o rumor seja bem sucedido, pois sem aquela, estes perderiam a contundência. Um conjunto de pessoas mais coeso permite que seus membros tenham acesso a posições mais elevada de poder, sem a coesão o grupo não conseguiria manter seu poder e *status* ao longo do tempo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22-172). Percebe-se que a elite local tinha um maior nível de coesão que com o acesso às posições de maior poder contribuíram para que os fazendeiros fossem bem sucedidos na campanha de boataria, logrando êxito em desarticular o STL através de violenta repressão.

Os documentos que retratam os fatos que antecedem o Golpe Civil-Militar traziam um discurso da organização dos fazendeiros contra a reforma agrária, a sindicalização e a invasão de suas propriedades. O jornal “Diário do Rio Doce” noticiava as deliberações da Associação Rural para organização militar. A Associação Rural divulgou nos veículos de informação um manifesto em que dizia que os fazendeiros empregariam armas na defesa e que estavam preparados para tal (RURALISTAS ORGANIZAM, 1964). Eles seriam vítimas e estavam se protegendo. A ação repressora no Sindicato teria sido preventiva para evitar invasão das propriedades (UM MORTO, 1964).

Nos primeiros dias de abril os proprietários assumiram o discurso de caudilhos da revolução. Realizaram prisões, cometeram assassinatos. Assumiram para si a responsabilidade sobre o assassinato de Otávio e Augusto. Aqui temos a ascensão do discurso do povo livre e democrático, representantes da classe produtora que combateu o comunismo no Brasil. Isso pode ser percebido nos documentos da Câmara Municipal de Governador Valadares. Aos três de abril de 1964, o vereador Ronald Amaral requereu o envio de um radiograma ao Presidente da República em exercício, ao Governador do Estado de Minas Gerais e outros em que hipotecava irrestrito apoio e pedia que lembrassem que “povo Valadares deu primeiro grito reação contra a comunização brasil pt desde primeiro momento esta cidade tornou-se bastião democracia vg primeira trincheira defesa democráticos”

(AMARAL, 1964a, p. 1). Já em quatro de maio de 1964 foi requerido o envio de um ofício ao General Guedes, Comandante do ID-4, no qual se dizia que “o povo valadarense, que papel tão relevante representou na revolução [...]”(AMARAL, 1964b, p. 2).

Nos depoimentos à CPI percebe-se uma tentativa de distanciamento dos eventos. Os Depoentes 1 e 2, durante os primeiros meses de 1964, foram apresentados em diversas fontes como líderes dos fazendeiros. O depoimento do Delegado de Governador Valadares também diz que eles coordenavam os civis no policiamento do início de abril. Porém, nos depoimentos eles construíram um discurso de distanciamento dizendo que não se encontravam na cidade, que não conheciam envolvidos e alterando a versão dos fatos que os envolviam diretamente. Houve uma tentativa de afastar o protagonismo dos fazendeiros e da Associação Rural.

Já o Delegado de Polícia tentou se eximir do fardo de ter convocado os civis que cometeram diversos “excessos”, imputando a culpa ao Comandante do 6º BPM. O Comandante tenta se afastar dos acontecimentos dizendo que não havia recolhido o contingente policial e que o Delegado convocou os civis por querer ser assessorado por pessoas de confiança.

## **Considerações finais**

Nos eventos dos primeiros meses de 1964, em Governador Valadares, foi observada a instrumentalização de um discurso ideológico pelos fazendeiros. O discurso ideológico pautou-se no pensamento conservador da elite agrária local. Ele funcionou como um sistema de representação social e de normas de comportamento, regulando a ação dos fazendeiros, escondendo as contradições da sociedade, coibindo as manifestações de insatisfação e passando a imagem de consenso.

O Golpe Civil/Militar de 1964 serviu como ruptura entre dois momentos no discurso ideológico dos fazendeiros de Governador Valadares: o momento da ameaça da implantação de uma República Sindicalista, que com a reforma agrária tomaria as terras e as distribuiria aos pobres, para o momento da ‘revolução’ vitoriosa que livrou o país da ameaça comunista.

A campanha de boataria ao cunhar a imagem estereotipada (o comunista), utilizar elementos indeterminados e vagos (o ouvinte, um



estranho etc.) e ser referendado por veículos de comunicação e pessoas aceitas como legítimas, referendou a ação dos fazendeiros. Ele só foi bem sucedido por fazer sentido dentro de uma comunidade de falante da mesma língua, mas, também, por afirmar crenças amplamente arraigada na sociedade/elite Valadarense.

## Referências

AMARAL, Ronald. **Requerimento nº 58/64**. 1964a. Governador Valadares, 03 abr. 1964. Localização: Centro de Documentação e Arquivo de Custódia/Núcleo de Estudos Territoriais e Históricos da Universidade do Vale do Rio Doce. Caixa 61. Pasta 2072.

AMARAL, Ronald. **Requerimento nº 71/64**. 1964b. Governador Valadares, 04 maio 1964. Localização: Centro de Documentação e Arquivo de Custódia/Núcleo de Estudos Territoriais e Históricos da Universidade do Vale do Rio Doce. Caixa 61. Pasta 2086.

AR LANÇARÁ um manifesto. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 06 fev. 1964.

ARREGIMENTAÇÃO sindical fora da lei. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 30 jan. 1964.

BORGES, Maria Elisa Linhares. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. **Revista de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 73, p. 173-201, 1991.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopias: Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais (1950 - 1964)**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988. Mimeografado.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de resolução nº 103, de 1965**. Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 51. Diário do Congresso Nacional, Brasília, Seção I, Suplemento ao número 110, Brasília, 1965.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos. **Direito à verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 53.700, de 13 de Março de 1964**. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Rio de Janeiro: 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-norma-pe.html>> Acesso em: 28 jun. 2019.

BRIZZOLA comanda os grupos de invasores. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 02 fev. 1964.

CEL. PEDRO aconselha moderação ao povo. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 04 abr. 1964. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1343.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHICÃO pede trégua aos companheiros. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 02 fev. 1964.

CHUVA evita choque na reunião camponesa em Valadares. 1964. Diário de Minas. Belo Horizonte, 25 fev. 1964. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1225.

DOIS MIL Homens dispostos a invadir fazendas. Estado de Minas. Belo Horizonte, 02 fev. 1864.

ELEMENTOS comunistas foragidos da cidade. G.V. Governador Valadares. 1964? [1]f Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1323.

ELEMENTOS comunistas fugitivos da cidade. [S.l.]. 1964? [1]f. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1336.

ELIAS, Norbert; SCOTSON John L.. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPÔSAS DE FAZENDEIROS reúnem-se hoje. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 09 fev. 1964.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 89-131.

FARIA, Lúcio Emilio de. **[Relatório] sigiloso apresentado ao delegado de Vigilância Especial (DVS)**. Governador Valadares, 19 de mar. 1964. [4]f. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) (pasta 4632, foto 1237-1240).

FARIA, Miguel. **Informativo**. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 1964.

FAZENDAS ameaçadas de invasão no Vale do Rio Doce. 1964. Estado de Minas. Belo Horizonte, 01 fev. 1964.

FAZENDEIROS DISPOSTOS a repelir à bala a invasão de suas terras. 1964. Folha de Minas. Belo Horizonte, 09 fev. 1964.

FELIPE-SILVA, Fernanda de Melo, et. al. Memórias da disputa pela terra em Governador Valadares sob os olhares de três atores distintos: pai, mãe e filha. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10. 2010. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410641\\_ARQUIVO\\_Memoriasda-disputapelaterraemGovernadorValadaressobosolharesdetresatoresdistintospaiamaefilha-ParFernandadeMeloFelipedaSilva.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410641_ARQUIVO_Memoriasda-disputapelaterraemGovernadorValadaressobosolharesdetresatoresdistintospaiamaefilha-ParFernandadeMeloFelipedaSilva.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2011.

FUNCIONÁRIOS DA SUPRA cometem arruaças. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 30 jan. 1964.

GENERAL E CAPITÃO vieram a GV para observar garantias à concentração. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 26 mar. 1964.

GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao “front”. In: DINES, Alberto (Ed.). **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964. p. 64-124.

HOSTILIZADO em Gov. Valadares o presidente da SUPRA. Estado de Minas. Belo Horizonte, 05 fev. 1964.

MAJOR foi a Valadares e diz que a situação não é crítica. 1964. Correio de Minas. Belo Horizonte, 03 fev. 1964. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 0583. Foto 0548.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 77-131.

MORAIS, Michelle Nunes de. **Conflitos Agrários**: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

O sacrifício é nosso. 1964. Diário de Rio Doce. Governador Valadares, 19 mar. 1964. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1241.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Coderci/Pasquim, 1988. v. 4.

PEREIRA, Israel Vieira. **Análise Discursiva do Funcionamento do Boato: um gênero (im)possível?** Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.

PREPARAM levante armado contra governo. 1964. O Combate. Governador Valadares. 14 mar. 1964. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1252.

RELATÓRIO DE SERVIÇO. DOPS. 1964a. Governador Valadares, 7-10 abr. 1964. [7]f. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1337 e 1340.

RELATÓRIO DE SERVIÇO. DOPS. 1964b. Governador Valadares, mar./abr. 1964. [8]f. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 4632. Foto 1328-1335.

REUNIÃO no 6º BI previne contra invasões. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 1º de fev. 1964.

RURALISTAS ORGANIZAM resistência. 1964. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 05 fev. 1964.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **A História na memória uma contribuição para o ensino da História das Cidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

SUPRA CONTRA tôda violência para posse de terras. Diário do Rio Doce. Governador Valadares 05 fev. 1964.

TERMO DE DECLARAÇÃO, de Carlos José Pereira ao Departamento de Vigilância Social. Belo Horizonte, 13 jul. 1964. 3f. Localização: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo - Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS). Pasta 3856. Foto 0937-0939.

UM MORTO e quatro feridos no conflito do sindicato. Diário do Rio Doce. Governador Valadares, 31 mar. 1964.

# O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GOVERNADOR VALADARES: RETOMADA DA LUTA PELA TERRA NO VALE DO RIO DOCE (1988-1996)

**Haruf Salmen Espindola<sup>1</sup>**

**José Aparecido de Oliveira<sup>2</sup>**

**Itamar Pereira da Costa<sup>3</sup>**

**José Matilde da Silva<sup>4</sup>**

**José Gonçalves Moreira<sup>5</sup>**

Nas três primeiras décadas do século XX, as “Matas do Rio Doce”, nome pelo qual era conhecido o Vale do Rio Doce, foram ocupadas, inicialmente, por lavradores pobres, que chegavam em grupos familiares unidas por laços de parentesco e compadrio. Esses camponeses sem terra se estabeleciam em uma microbacia e dividiam a área entre as famílias, formando comunidades cujo nome era o mesmo dado ao córrego. O Vale do Rio Doce era a terra prometida, como se pode perceber pelo nome dos córregos/comunidades rurais: Prazeres, Desiderio, Canaã, Promissão, Jerusalém, Alegria, Novo, Bom Jardim, entre outros. Também chegaram nessa época, criadores de gado provenientes do Norte de Minas e da Bahia.

Entretanto, na década de 1940 ocorreu uma mudança radical devido a vários fatores, mas principalmente se podem listar: abertura das rodovias; entrada do caminhão e do jipe; grandes investimentos de capital na mineração (mica e minério de ferro); implantação de indústrias (madeira e siderúrgica). O Governo de Minas Gerais e o Governo Federal fomentaram ou implantaram grandes investimentos de capital na área de

---

1 Haruf Salmen Espindola. Professor na Universidade Vale do Rio Doce. Doutorado em História.

2 José Aparecido de Oliveira. Agricultor. Vive no Assentamento Barro Azul/G. Valadares. Foi diretor do STR Governador Valadares.

3 Itamar Pereira da Costa. Agricultor. Vive no Assentamento Joaquim Nicolau/G. Valadares. Foi diretor do STR Governador Valadares.

4 José Matilde da Silva. Agricultor. Da comunidade de Córrego dos Desidérios. Faz parte da diretoria atual do STR Governador Valadares.

5 José Gonçalves Moreira. Foi secretário do STR/GV na sua retomada. Atualmente é Secretário de Educação da cidade de Itabira/MG.

mineração e siderurgia, com destaque para a Companhia Belgo-Mineira, Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA) e Companhia Vale do Rio Doce (VALE). Também se estabeleceram grandes empresas madeireiras ou de agropecuária, como a Companhia Brasileira de Indústria e Comércio S/A. (COBRAICE); Indústria de Madeiras e Pecuária Cabral S.A. (IMA-PEBRA); Frigorífico Anglo; Companhia Açucareira Rio Doce (CARDÓ), entre outros. As companhias siderúrgicas Belgo Mineira e ACESITA, que dependiam do carvão vegetal, se apoderaram de grandes extensões de terras para formar latifúndios imensos e também passaram a favorecer a concentração de terras, pois assim era mais fácil negociar a compra das matas para produção de carvão.

Entre 1943 e 1944, a rodovia Rio-Bahia (atual BR 116, Santos Dumont) atravessou os vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, no sentido Sul-Norte, conectando-se às estações ferroviárias das cidades de Caratinga (1890), Governador Valadares (1938) e Teófilo Otoni (1878). Assim, a região foi interligada às metrópoles em processo de industrialização: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Isso provocou a rápida valorização das terras e atraiu “gente poderosa”, conforme as palavras do Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais, Álvaro Marcílio, para a CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1957<sup>6</sup>. Diferente dos camponeses e criadores de gado, das primeiras décadas do século XX, essa “gente poderosa” estava interessada em abrir fazendas para engordar gado bovino para os frigoríficos do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil e retirar madeira para as serrarias, produzir carvão para as siderúrgicas e extrair mica para exportação. Em 1960, a região tinha um dos maiores rebanhos de bovinos do Estado e era dominada por grandes empresas capitalistas (Vale, Belgo, Acesita e Usiminas).

Na década de 1950, emergiu com toda força o conflito pela posse da terra no Vale do Rio Doce. Grileiros e agentes das grandes empresas capitalistas, principalmente das siderúrgicas, passaram a se apropriar das terras dos posseiros, por meio de vários artifícios legais e ilegais (intimidação, violência, invasão, venda forçada, assassinato etc.). Com isso, cresceram os despejos rurais de camponeses. A cidade de Governador Vala-

---

6 O Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais fez sua exposição à Assembleia Legislativa, em 2 de dezembro de 1957, sobre a questão da retirada ilegal de madeira, conflitos pela posse da terra e o problema da terra devoluta no Vale do Rio Doce (MARCÍLIO, 1961).

dares, polo da região, se tornou o centro dessa dinâmica perversa, cujo resultado foi o crescente número de migrantes provenientes das áreas rurais, que se instalavam como podiam, em favelas ou bairros periféricos. Não foi pequeno o número que se instalou em terrenos cedidos pelo Prefeito Raimundo Albergaria (1943-1945; 1946; 1951-1955; 1959-1963), populista que acolheu essa gente expulsa da terra.

As famílias camponesas sem terra se concentraram na cidade de Governador Valadares, criando as condições para a grande marcha pela reforma agrária, ocorrida em 1955. Os manifestantes partiram da estação ferroviária e percorreram as ruas centrais, carregando faixas com as palavras de ordem: “Queremos Terra para Fazer Fartura”. Esse relato de Carlos Olavo (PEREIRA, 1988, p. 85-86), diretor do jornal valadarense “O Combate”, que circulou até 1964, pode ser corroborada pela foto publicada no jornal “Terra Livre” (TERRA LIVRE, 1955). Na fotografia aparece um grupo de camponesas e camponeses de Açucena com a faixa amarrada em dois pés de cana-de-açúcar, com os dizeres: “Os lavradores de Assucena querem terra para fazer a fartura” (sic). Foi uma manifestação contra a grilagem e despejos rurais, pela defesa do direito dos posseiros, contra as grandes empresas que atuavam na região e pela reforma-agrária.

Em 9 de maio de 1955, os manifestantes das áreas rurais dos municípios da região, chegaram em dois trens da Vale, um proveniente da estação de Resplendor e outro da estação do Naque.<sup>7</sup> Se juntaram a uma multidão formada por comitivas provenientes da zona rural de Governador Valadares, sindicalistas de diferentes profissões, populares em geral e agricultores sem-terra, mobilizados para a manifestação. Foram recebidos pelas lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, líderes políticos partidários e pelo Prefeito Municipal Ladislau Sales.

Da praça da estação, os manifestantes saíram em passeata, percorrendo as principais ruas do centro da cidade, terminando num ato público no Cine Ideal, localizada na principal avenida da cidade. O ato público marcou o lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Na convocação foram utilizados faixas e cartazes, colocados “em toda a parte”, além de outras formas de divulgação, inclusive pela Rádio Educadora.

---

7 Os manifestantes contaram com o apoio dos operários da Companhia Vale do Rio Doce e de comerciantes de Valadares, que ajudaram a viabilizar a manifestação, inclusive com a vinda das comitivas, a partir de Naque e de Resplendor, em trens alugados da Estrada de Ferro Vitória-Minas.



Apesar dos seus 360 lugares, o Cine Ideal foi pequeno, obrigando parte dos manifestantes a se concentrarem do lado de fora do cinema.

Em fotos da passeata, aparecem o prefeito Ladislau Sales à frente, com microfone à mão e manifestantes com faixa pedindo reforma agrária para a fartura. A cobertura pela imprensa possibilita tomar conhecimento da existência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, muito antes da legalização da sindicalização no campo, ocorrida em 1963. A Lei n. 4.214, de dois de março de 1963, foi sancionada pelo Presidente Joao Goulart (BRASIL, 1963). Na frente da mesa dos trabalhos foi colocada a faixa: “Camponeses querem Terra para a Fartura,”<sup>8</sup> tendo o ato se iniciado com fala do deputado estadual Hernani Maia (PTB); falou em seguida Henedino Alves Machado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. A imprensa informava: “Trem especial trouxe mais de 300 camponeses, sitiante, meeiros e assalariados rurais de todos os pontos da região” (CAMPONESES, 1955). Henedino denunciou a grilagem e defendeu o direito dos posseiros às suas terras, bem como o direito dos assalariados rurais receberem o salário mínimo. No final foi eleita a comissão local, ficando Henedino como presidente e o Prefeito Ladislau Sales como presidente de honra.<sup>9</sup>

Os conflitos pela terra no Vale do Rio Doce receberam atenção especial do tradicional jornal “Diário de Minas”, com envio de jornalistas para a região e publicação de diversas reportagens, ao longo da década de 1950 (MORAIS, 2013). No início de 1953, no “Diário de Minas”, os camponeses apareciam como invasores de terra e vilões da história, porém as reportagens especiais do enviado à região, tiveram uma mudança de abordagem, ou seja, se constata que eram os camponeses as vítimas e de que os invasores eram grileiros que despejavam os lavradores de suas terras. O jornal vinculado ao PCB, “Imprensa Popular”, publicado no Rio de Janeiro, se aproveita das matérias do “Diário de Minas” e das fotos que acompanharam as reportagens, pois essas comprovavam “a violência

---

8 O prefeito Ladislau Sales conduziu os trabalhos e foi muito aplaudido ao discursar. Compuseram a mesa além do prefeito, o vereador Haroldo Hermeto Correia (PR); Vandino Moreira Pinto, representando os ferroviários; José Lemos, juiz de paz; vereador Geraldo Viana, secretário da Câmara Municipal; vereador Benedito Profeta Filho, vice-presidente da Câmara; e o presidente do sindicato dos alfaiates, Jair Ebber Carneiro.

9 Também compuseram a diretoria os vereadores Benedito Profeta Filho e Geraldo Viana; o camponês José Vicente dos Santos ficou na secretaria geral. Outros membros da diretoria: Domingos de Oliveira, do sindicato dos trabalhadores da construção civil; Vandino Moreira Pinto, dos ferroviários; e o advogado José Rodrigues Soares.

empregada pelos grileiros contra os lavradores”, especialmente a imagem de “bandos armados” agindo contra posseiros e as “casas de posseiros incendiadas” (CAMPONESES, 1955).

Em 1957, aumentou na grande imprensa nacional presença de informações sobre os conflitos pela terra no Vale do Rio Doce, reforçando o interesse do PCB pela região. O jornal “Imprensa Popular” decidiu mandar o jornalista Adauto Alves dos Santos para fazer uma série de reportagens. Os nomes das matérias são indicativos da cobertura jornalística: “A Rapinagem de Terras no Vale do Rio Doce” (RAPINAGEM, 1957); “Grileiros, no Vale do Rio Doce, Espancam, Matam, Ateiam Incêndios” (GRILEIROS, 1957); “Roubaram tudo o que eu tinha. Só me deixaram os 11 filhos e 8 netos” (ROUBARAM, 1957).

Interessa o depoimento do posseiro Jorge Francisco Agostinho, cuja história serve muito bem como uma síntese do que acontecia no Vale do Rio Doce e confirma as mudanças ocorridas a partir da década de 1940. Agostinho ocupou a terra em 1935, quando ainda era fácil conseguir uma posse, pois o “progresso não havia chegado à região, impetuoso, como ocorreu lá por volta de 1945” e não tinha grilagem feita por “gente ambiciosa”. Segundo Agostinho, grileiros começaram a rondar as terras onde ele e outros tinham suas posses, “terminando por invadi-las”, em 1953. Ele perdeu a terra, mesmo tendo todos os documentos e comprovantes de que pagava a taxa de ocupação.<sup>10</sup>

Os casos de violência, grilagem de terra e derrubada ilegal de madeira no Vale do Rio Doce estão presentes nas páginas dos principais jornais. O fazendeiro Horácio Luz era uma síntese do que foi denominado pelo Secretário de Agricultura de Minas Gerais, durante a CPI da Assembleia Legislativa, em 1957, de “gente poderosa”. Não é por menos que sua morte repercutiu tanto na imprensa. Na edição de outubro de 1961, na primeira página, o “Terra Livre” trouxe a manchete: “Liquidado um perigoso latifundiário” (TERRA LIVRE, 1961a). A edição de novembro confirmou a morte e deu detalhes, com o título “Justiça no campo está sendo feita mesmo pelos posseiros”. Segundo o jornal, “Urupuca está livre de mais um perigoso latifundiário” (TERRA LIVRE, 1961b).

---

10 “Uma mudança significativa ocorreu com a cobrança da taxa de ocupação, a partir da Lei 1144, de 05 de setembro de 1930. Essa cobrança enquadrou o posseiro e o apossamento em parâmetros legais, isto é, o Estado reconhecia o direito possessório e a legitimidade da ocupação, por terceiros, das terras que lhe pertenciam, independentemente de como houvesse ocorrido o ato possessório.” (ESPINDOLA et al. 2010, p. 22).



Desfilando pelas principais ruas e avenidas de Governador Valadares, em Minas Gerais, centenas de lavradores, acompanhados de seus irmãos operários, desfilaram uma grande faixa: OS LAVRADORES QUEREM TERRA PARA FAZER FARTURA! Ilustres personalidades mineiras deram no ato de lançamento da campanha pela reforma agrária, realizado naquele município, a 8 de maio último, entusiástico e decidido apoio.

Representantes de Açucena em marcha pela reforma agrária ocorrida em Governador Valadares em 08 de maio de 1955. Fonte: Jornal Terra Livre, São Paulo, ano VII, n.57, 1º quinzena de junho de 1955, p. 01.

## 1964: momento de ruptura e violência

Ao se pesquisar na imprensa, se descobre que a luta pela terra e a defesa da reforma agrária já estavam presentes em Governador Valadares e Vale do Rio Doce, desde a grande marcha de 1955. O êxodo rural e os despejos de famílias de posseiros alimentavam o número de sem-terra na cidade, pois todos os dias chegavam dezenas de famílias. Também havia aqueles que foram obrigados a vender suas propriedades ou posses para as grandes empresas ou particulares: o que se dizia comumente era que se o homem não vendesse a viúva vendia. A liderança de Chicão (Francisco Raimundo da Paixão), presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares (nome do STR à época), foi o resultado de uma década de luta camponesa contra os despejos e grilagem de terras. O STR foi um dos primeiros a se formar no Brasil, um dos quatro que existiam em Minas Gerais, em 1956 (TERRA LIVRE, 1956).

Em novembro de 1961, Chicão participou da comitiva do sindicato, que se fez presente no Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte. Duas teses se confrontaram

nesse congresso: de um lado os comunistas do PCB defendiam que a luta deveria ser pela sindicalização e pelos direitos trabalhistas; mais radical e vitoriosa foi a tese das Ligas Camponesas, que pode ser resumida na palavra de ordem “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”.

Para os homens que trabalham a terra, a reforma agrária, isto é, a completa e justa solução da questão agrária do país, é a única maneira de resolver efetivamente os graves problemas em que se debatem as massas camponesas, e, portanto, elas, mais do que qualquer outra parcela da população brasileira, estão interessadas em sua realização (DECLARAÇÃO, 1961).

Ao retornarem de Belo Horizonte, as lideranças do STR tiveram dificuldade em implantar a tese vitoriosa. Foi, então, que Chicão assumiu o comando do Sindicato, deixando a orientação dos comunistas e aderindo às Ligas Camponesas. As filiações ao Sindicato cresceram rapidamente, ganhando destaque na imprensa: “150 camponeses por dia procuram o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares, liderado por Chicão” (CHICÃO, 1964). No início de 1964, com o aumento das tensões e agressões de grupos armados por fazendeiros, o STR e os sem-terra receberam apoio da União Operária de Governador Valadares e dos sindicatos urbanos, tais como comerciários, motoristas, ferroviários, da mineração, da construção civil e das serrarias e moveleiros (TERRA LIVRE, 1964).

Em março de 1964 o “Terra Livre” trouxe um Suplemento Especial, com ampla cobertura dos acontecimentos em Governador Valadares (TERRA LIVRE, 1964). Esse suplemento permite compreender a situação tensa a que chegara a luta pela terra no Vale do Rio Doce, cujo centro polarizador era a cidade de Governador Valadares. João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), foi duramente hostilizado quando esteve na cidade, no início de março de 1964. Os ruralistas, como também os deputados federais Bilac Pinto (UDN) e Cunha Bueno (PSD), acusavam o Sindicato de ter armado seus associados para invadir fazendas, porém o que ocorria era o inverso: formação de milícias armadas pelos grandes proprietários de terras e grileiros. Em entrevista na rádio local, representantes dos fazendeiros confirmavam que tinham recebido armas, que chegaram pelo aeroporto local, bem como se multiplicavam os pronunciamentos contra a SUPRA, ameaçando receber os representantes do órgão com “metralhadoras e até granadas”. A hostilidade contra João Pinheiro Neto foi amplamente

noticiada pela imprensa nacional, a exemplo do “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, que explicou ter como motivo o projeto de “desapropriação da Fazenda do Ministério da Agricultura, para entregar aos lavradores da região” (CORREIO, 1964).

Entre 1963 e 1964, cresceu o número de famílias que chegavam expulsas da terra e que procuravam o Sindicato. Ficava claro, entretanto, que os “402 alqueires da Fazenda do Ministério” seriam insuficientes para atender o número de sem-terra, que se encontravam na cidade aguardando o assentamento. Com o aumento das tensões no início de 1964, o comandante do 6º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar (6º BPM) promove reunião em seu gabinete, com Chicão, presidente do Sindicato, Cel. Altino Machado, vinculado a Companhia Belgo Mineira e representante dos fazendeiros. Estavam presentes também o Cel. Pedro Ferreira e o Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Altino Machado acusou Chicão de sindicalizar “os favelados do morro do Carapina”, enquanto duas mil famílias viviam nas terras da Belgo. Chicão teria respondido, diante das autoridades, que esses moradores do Carapina eram camponeses que chegavam à cidade, expulsos da terra, inclusive pela Belgo-Mineira. Em matéria publicada no “Jornal do Brasil” fica claro o nível de tensão presente na cidade. A reunião no gabinete do comandante tinha como finalidade estabelecer uma “trégua”, com objetivo de garantir a realização do carnaval (JORNAL DO BRASIL, 1964).

O noticiário nacional da grande imprensa utilizava largamente a “representação” dos camponeses como invasores de terra, criando um clima político que interessava aos articuladores do Golpe Militar, que naqueles meses estava em sua fase final. Por sua vez, o Governo Federal prosseguia como se não soubesse da trama golpista em curso. Governador Valadares ganha uma centralidade nesses meses que antecede o Golpe Militar de 31 de março. Na escala local as tensões aumentam significativamente com a chegada da equipe técnica do Ministério da Agricultura, encarregada dos levantamentos para a aplicação do Decreto de reforma agrária da SUPRA.

Como as terras da Fazenda do Ministério não seriam suficientes, o objetivo era a desapropriação, por interesse social, das fazendas do Frigorífico Anglo e da Grã-Duquesa de Luxemburgo. A equipe formada por agrônomos e topógrafos foi recebida no aeroporto pelo próprio Chicão. Segundo o jornal “Terra Livre”, o Ministro da Agricultura, Oswaldo Lima Filho, em entrevista no aeroporto de Governador Valadares (3 de março

de 1964), teria declarado: “Propriedade agrícola que possua mais de 500 hectares no Vale do Rio Doce é antissocial, e quem quiser criar boi que vá para Mato Grosso ou Amazonas, onde existem terras para a pecuária extensiva que os senhores querem praticar aqui” (TERRA LIVRE, 1964). Outra matéria do mesmo jornal foi sobre a visita do Secretário de Estado da Saúde de Minas Gerais e ex-prefeito de Governador Valadares, o médico e deputado estadual Ladislau Sales, ao Sindicato, no qual aparece na foto ao lado do Chicão. Nesse encontro garantiu medicamentos e assistência médica ao crescente número de sem terra que aguardavam para serem assentados. Ladislau Sales teria aconselhado o prosseguimento da sindicalização, “mais rapidamente e em grande escala”.

Como era comum à grande imprensa, o “Correio da Manhã” acusa os camponeses, liderados por Chicão, de estarem prontos “para qualquer luta com os fazendeiros”. Em 4 de fevereiro, o mesmo jornal informava a intenção do Governo Goulart de “entregar fazenda a invasores”. O termo invasor utilizado pela grande imprensa também tinha o propósito de desgastar o Governo Goulart. A matéria afirma que lavradores estavam dispostos a tomar conta de outras terras no Vale do Rio Doce e que os fazendeiros se preparavam para reagir. Segundo autoridade militar ouvida pelo jornal, “Chicão é a máquina. O cérebro é Carlos Olavo”.

O “Diário Carioca”, de 23 de fevereiro de 1964, trouxe uma matéria extensa, com o título bombástico: “Vale do Rio Doce: barril de pólvora e pavio curto”. O jornal fez uma série de reportagens sobre a “luta pela posse da terra” em Governador Valadares. Segundo o jornal, não somente homens, mas mulheres aderiram às “lutas ideológicas”. Os camponeses estariam organizados e dispostos até ao derramamento de sangue. O jornalista traz o depoimento de uma “cabocla”, que lhe teria dito: “Se meu marido for para a luta, irei ao seu lado. E se cair morto, matarei para vingá-lo, e continuarei matando até que eu própria seja morta”. Chicão é apresentado como o líder ostensivo do Sindicato dos camponeses.

O “Diário de Notícia”, do Rio de Janeiro, noticiava em 1º de março de 1964, que Chicão estava em Brasília aguardando audiência com o Presidente da República, para quem entregaria um manifesto denunciando a violência dos fazendeiros e solicitando segurança para a concentração que os camponeses pretendiam fazer dia 8 de março. Chicão também levava a proposta de desapropriação para reforma agrária das fazendas do Frigorífico Anglo e da Grã-Duquesa de Luxemburgo. Entretanto, em 6 de

março, o “Correio da Manhã” noticiou que a concentração marcada para Governador Valadares fora adiada, a pedido do governador Magalhães Pinto, pois haviam grupos dispostos a impedir sua realização com uso de violência. O “Jornal do Brasil”, de domingo, 8 de março de 1964, no 1º Caderno, também relacionava o Comício de Governador Valadares com o possível início das violências. A matéria é acompanhada de foto de sem terra acampados e de foto de trabalhadores na porta do STR, na qual se lê na faixa: “Reforma Agrária Começa Aqui”.

Em 21 de março de 1964, o “Correio da Manhã” informa que o Sindicato havia remarcado a concentração para 12 de abril, na qual esperavam reunir 20 mil camponeses. Entretanto, em 30 de março, às 15h 15, o sindicato foi atacado por milícia armada de fazendeiros, ferindo a esposa e a filha do Chicão, respectivamente Edna da Paixão e Elizabete além do jornalista de “O Combate”, Agnaldo Freitas. A sede do Sindicato foi alvejada com mais de 300 tiros, durante cerca de 25 minutos. A chacina foi evitada pela tropa do 6º BPM, que no mesmo dia também ocupou outros pontos da cidade, para evitar as ações da milícia (UM MORTO, 1964; BORGES, 1988, p. 238; PEREIRA, 1988, p. 171-172).

Entretanto, no dia seguinte a polícia se recolheu ao quartel, deixando o campo livre para a ação do poder privado. No início desse dia, Carlos Olavo e Chicão foram levados em segurança para Belo Horizonte, por ordem do Governador Magalhães Pinto, de onde foram para o exílio. No dia 2 de abril, o “Correio da Manhã” dava uma pequena nota, comunicando o assassinato de Octávio Soares e do filho, bem como sobre o “afastamento” pelo Governo de Minas do Chicão e Carlos Olavo, em função do ambiente hostil de Governador Valadares (DESCONHECIDOS, 1964).<sup>11</sup> No dia 7 de maio, o mesmo jornal informava

---

11 “Octávio Soares é fazendeiro muito conhecido na cidade. Foi internado na casa de saúde São Lucas...” Ele foi o segundo farmacêutico a se instalar em Governador Valadares, na década de 1920, época que a cidade era o distrito de Figueira, pertencente ao município de Peçanha. Se tornou uma das lideranças mais destacadas e queridas da cidade na década de 1930, inclusive na liderança do partido da emancipação do município. Segundo testemunho que se encontravam na rua Osvaldo Cruz, em Governador Valadares, às 9 horas, Maurílio Avelino de Oliveira aproximou-se dos três ocupantes de um jipe Land Rover – o pai Octávio e os filhos Augusto e Wilson – de quem era conhecido e tinha relações. Depois que os ocupantes desceram do jipe para cumprimentar o fazendeiro, os outros dois fazendeiros se aproximaram e atiraram. Augusto teve morte imediata. O pai, Octávio, então com 70 anos, já alvejado, engatinhou tentando refugiar-se, mas foi perseguido por Lindolfo, que o atingiu no rosto. Os assassinos ainda foram ao hospital procurar o outro filho de Octávio, o médico Milton Soares, que foi escondido pelos colegas médicos e enfermeiros (DESCONHECIDOS, 1964).

ser desconhecido o paradeiro de Chicão, não aparecendo o nome dele nem de Carlos Olavo na relação de presos políticos. O “Jornal do Brasil”, nos meses de abril a maio, em várias edições noticiava a “fuga” de Carlos Olavo e Chicão.

Como afirmou o camponês Jorge Agostinho ao jornalista Aduino Alves dos Santos, em 1957, o Vale do Rio Doce havia se tornado um território da violência, a partir da segunda metade da década de 1940. A revista “Alterosa”,<sup>12</sup> de Belo Horizonte, em 1963 (mês não localizado) apresentava Aimorés como uma cidade, na qual não haveria uma única rua em que não tivesse caído uma pessoa assassinada; ao se referir a Governador Valadares, afirma que o “salário da morte” varia de CR\$ 5 mil a CR\$ 15 mil, conforme a importância de quem morrerá na tocaia.

O Golpe Militar de 31 de março de 1964 marcou o início de uma onda de violência e repressão contra o movimento dos camponeses e de grilagem de terras, tanto de posseiros como de pequenos e médios proprietários. Houve um retrocesso da luta pela terra, principalmente porque as lideranças foram presas e as organizações sindicais passaram a ser controladas. Entretanto, camponeses e camponesas continuavam a lutar por seus direitos, como se pode ler na notícia do “Jornal do Brasil”, de 6 de junho de 1970: “Minas têm vasta região em pé de guerra porque terras de posseiros são ameaçadas”(JORNAL DO BRASIL, 1970). A reportagem é sobre Urupuca, onde as posses das terras de posseiros estavam ameaçadas.

Uma vasta região do Estado de Minas está em pé de guerra - posseiros de terras devolutas no vale do Urupuca — Município de São José da Safira — decidiram se defender a bala da ameaça de invasão das terras por eles ocupadas há vários anos. Ao mesmo tempo, entraram na Justiça e pediram garantias às autoridades contra as ameaças do ex-Deputado Antônio Pereira de Almeida, de seu irmão Tepompo Pereira e dos Srs. Amável Ramos e Selma Ramos, residentes em Santa Rita do Sapucaí e que conseguiram “irregularmente” títulos declaratórios das terras ali situadas.

Segundo o “Jornal do Brasil”, os posseiros resistiam à tomada de suas terras e contrataram advogado para que os defendessem perante o abuso sofrido. Segundo o jornal, isso tudo ocorria mesmo quando a Ru-

---

12 Revista Alterosa foi uma publicação quinzenal de entretenimento, cultura e coluna social, de Belo Horizonte, que se encontra disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.



ralminas tinha expedido os títulos, em favor dos citados acima, e tendo o Governador Israel Pinheiro assinado o documento. Em outras palavras, os posseiros tinham pleno direito sobre a terra, nos termos da Lei n. 550, de 20 de dezembro de 1949 (MINAS GERAIS, 1949).

## **1988: a retomada do Sindicato e a luta pela terra**

A década de 1980 foi um período de mudanças na política nacional e de ressurgimento do movimento sindical urbano e dos movimentos populares, em Governador Valadares e região. Apesar disso, as pessoas continuam se recusando a “lembrar” dos acontecimentos que marcaram as décadas de 1960 e 1970. Esse silêncio, no entanto, será quebrado pelos camponeses, em 1988, quando resolvem reassumir o controle sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, ao mesmo tempo, retomar a luta pela terra no Vale do Rio Doce.

O chamado “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”, a partir de 1978, ganhou projeção nacional e internacional com as greves e assembleias com dezenas de milhares de operários, na região do ABC paulista. Ao mesmo tempo cresciam as organizações populares e se fortaleciam os movimentos sociais com grande apoio de setores da Igreja Católica, principalmente com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, impulsionadas no seu ativismo pelas resoluções das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Dois novos atores sociais entraram com força na cena política do país: a classe trabalhadora e os setores populares. Esses atores ganharam projeção com a campanha das “Diretas Já”, movimento político de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, ocorrido entre 1983 e 1984. Eles se consolidam com a intensa organização e mobilização no processo da Assembleia Constituinte (1987-1988).

Em Governador Valadares, no início da década de 1980, também far-se-ão presentes esses atores. De um lado o ressurgimento do movimento sindical: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel (SINTICEL), Sindicato dos Comerciantes (SECOM), Sindicato dos Gráficos (Gráficos), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (SINTINA), Sindicato dos Bancários (SINDIBAN, atual SINTRAF), Sindicato dos Metalúrgicos (SINTIMEL), Sindicato do Turismo Asseio e Conservação (SETAC), União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), entre outros. Ao mesmo tempo cresceu na cidade os grupos de CEBs, movi-

mentos negros, movimentos feministas, movimentos populares de associação de moradores, entre outros.

Em Governador Valadares havia a União Operária, entidade fundada em 1935, cuja sede fica na região central, próxima a zona hospitalar. Em 1984 houve a intenção da Prefeitura de transformar o local numa capela velório, porém os diretores, com a ajuda do Vereador João Domingos Fassarella, procuraram as lideranças do novo sindicalismo, iniciando negociação que resultaram na transferência da entidade para uma nova direção e a transformação do imóvel em sede dos sindicatos. A partir de então, a União Operária se tornou referência para os movimentos de trabalhadores, recuperando o papel que desempenhara nos anos de 1950.

### **Roda de conversa: memórias sobre o movimento “Levanta camponês”**

Esse contexto é importante para entender a história que se pretende registrar por meio da roda de diálogo gravada, entre os camponeses José Aparecido de Oliveira, Itamar Pereira da Costa, José Matilde da Silva e o Prof. Haruf Salmen Espindola; também incluem-se as contribuições de José Gonçalves Moreira<sup>13</sup>, cujas gravações ocorreram em 31 de maio de 2019 e 30 de junho de 2019, respectivamente. O objetivo foi recuperar a história da retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, em 1988. Os dois encontros ocorreram 31 anos depois que os participantes se conheceram, em abril de 1988. O primeiro encontro entre os três camponeses foi no escritório da Fundação Casa do Trabalhador,<sup>14</sup> que funcionava numa sala cedida pela União Operária.

---

13 Entrevista com José Gonçalves Moreira, atual Secretário Municipal de Educação de Itabira, que nos anos de 1980 foi funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, na época em que era estudante. Demitido pela ligação com o José Aparecido e com Itamar, em 1988 contribuiu ativamente para a vitória da oposição sindical. Depois da vitória no processo eleitoral para a diretoria do STR, que a oposição chamava de retomada do Sindicato, foi recontratado e desempenhou papel importante de assessoria para a nova direção, até quando formado em Ciências Sociais, deixou o STR, para dedicar-se ao magistério.

14 A Fundação Casa do Trabalhador, cuja sede ficava na cidade mineira de João Monlevade, atuava na formação e educação sindical no Vale do Aço, Minas Gerais. Em 1988, decidiu estender o trabalho para Governador Valadares, com apoio da União Operária e dos sindicatos ali sediados. A Casa do Trabalhador se concentrava no apoio e fortalecimento do novo sindicalismo, especificamente voltada para os sindicatos de operários e de trabalhadores urbanos.

**José Gonçalves:** Em 1987 havia muita efervescência popular, com participação ativa no processo da Constituinte, inclusive com uma grande concentração de trabalhadores rurais em Brasília. Em Governador Valadares, o problema era que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Antônio Martins, achava que o movimento sindical devia conviver de bem com a classe patronal. Na época a gente costumava chamar de pelego. Até porque o presidente não conseguia compreender o momento de mudança que o país estava vivendo. Isso estava na base das desavenças.

Eu via as coisas acontecendo no Brasil e, ao mesmo tempo, trabalhava com um presidente que tinha visão atrasada. Isso estava mexendo com o que eu pensava: um sindicato livre, que pudesse realmente lutar pela melhoria das condições de vida das pessoas. Assim, eu me aproximei do Zé Aparecido e do Itamar, das ideias daquele grupo novo, que estava chegando. Eu fui me separando do Antônio Martins e passei a dar todas as informações sobre o que ocorria no Sindicato para os dois.

**José Aparecido:** Nós somos lideranças que, de certa forma, viemos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde ganhamos consciência da importância de participar das lutas sociais. Em 1974, eu fui para São Paulo e voltei em 1979, fiquei lá justamente no período de retomada da organização sindical. Em Valadares, comecei a frequentar o STR e conversava muito com o Zé Gonçalves. Ele acabou indicando meu nome para fazer parte da diretoria. No decorrer dos trabalhos, fui percebendo que o Sindicato, na verdade, não estava naquela linha que a gente acreditava e defendia com toda empolgação. Cresceu os desentendimentos com o Antônio Martins e, quando houve o rompimento, decidimos formar uma oposição sindical. Foi abril de 1988, eu, Itamar e Zé Matilde procuramos a União Operária. Eles mandaram a gente conversar na Casa do Trabalhador. Então foi aí que a gente se viu pela primeira vez e começamos a organizar a retomada do Sindicato. Nós chamamos de retomada, porque significava retomar a luta pela terra, que havia antes de golpe militar de 1964.

**Itamar:** Em 1977 saí para trabalhar fora, mas acabei retornando para Desiderio, o córrego da minha família, que fica no distrito de Brejau-binha, aqui no município. Era meado da década de 1980, quando em Valadares passei a frequentar o Sindicato para conversar com o Zé Gonçalves. Um dia sugeri que fizessem uma reunião em Desiderio. Eles foram e no dia juntou muita gente. Como estava vencendo o mandato,

eles me convidaram para fazer parte da diretoria. Eles me colocaram no cargo de tesoureiro.

Os atritos surgiram quando eu vi que as ideias não estavam batendo. O conflito aumentou e o Antônio Martins me proibiu de passar do balcão para dentro. Então, eu falei que não iria mais assinar cheque. Como eu não assinava os cheques, ele denunciou ao Ministério do Trabalho, o que nos intimou. Foi lá na sede do Sindicato que eu tive que responder à intimação. Depois de ficar sabendo do que estava acontecendo, o Dr. Paulo fez o presidente se comprometer em mudar a postura dele. Mas, um dia, eu e o Zé Aparecido, ao chegarmos no Sindicato, fomos ameaçados. Foi depois disso que a gente viu que não tinha jeito mesmo e aí fomos lá procurar a Casa do Trabalhador. Daí em diante foi que começou a luta.

**José Matilde:** Nessa época eu já era filiado, mas não era diretor do Sindicato. Eu filiei em 1985, na mesma data que ocorreu a reunião que o Itamar organizou para o sindicato, lá em Desiderio. Como o Zé Aparecido falou, nós viemos das Comunidades Eclesiais de Base. Depois que aconteceu o conflito com o Sr. Antônio e eles me procuraram, foi que a gente decidiu montar a oposição sindical. A forma como estava funcionando o Sindicato não estava de acordo com a necessidade da categoria. Os trabalhadores das fazendas não eram respeitados e o Sindicato não fazia nada para garantir o direito trabalhistas deles. O Sindicato fazia um cartão para cada família, uma carteira de saúde do INAMPS.<sup>15</sup> Recebia as mensalidades da classe trabalhadora, mas a única coisa que ele tinha para oferecer era encaminhar o trabalhador para consultar. A gente percebeu também que o Sindicato, o presidente, estava muito atrelado aos fazendeiros; fazia mais a vontade deles.

O Itamar e o Zé Aparecido me convidaram para fazer parte da oposição sindical. Foi aí que a gente foi procurar a União Operária e indicaram para a gente falar com o Haruf. Na época outras pessoas também ajudaram, que eram lideranças na região, como o João Domingos Fassarella, Joaquim Nicolau e outros. Conseguimos montar a oposição e fomos para as comunidades para fazer a mobilização e organizar as bases. Foi difícil,

---

15 INAMPS era o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que foi extinto pela lei federal 8.689, em 1993. O INAMPS, criado em 1977, pela Lei nº 6.439, tinha atribuição de fornecer assistência médica aos segurados, exigindo-se para isso a apresentação da carteira. Com a criação do SUS, o direito a saúde foi universalizado, não ficando restrito apenas ao assegurado pelo INAMPS.

muito trabalho, mas a gente estava com a energia perfeita naquela época, a gente estava com vontade de ver a mudança acontecer.

**Haruf:** A Fundação Casa do Trabalhador, de João Monlevade, estava ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos, responsável pela retomada do movimento operário em Minas Gerais, depois do golpe militar de 1964. Criada em 1980, a entidade foi concebida como ferramenta capaz de auxiliar na organização do movimento sindical e de diferentes setores populares, através de equipe técnica de assessores. Em 1º abril de 1988, iniciou meu contrato com assessor técnico, com a missão de abrir o escritório de Governador Valadares, em sala cedida pela União Operária. Minha função seria de assessorar os sindicatos urbanos, mas tudo mudou quando vocês entraram naquela sala e, de supetão, disseram que queriam ajuda para montar uma oposição sindical para disputar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Eu, que ainda estava me adaptando, disse que precisava consultar a direção da Casa do Trabalhador, porque eles eram focados no sindicalismo urbano.

A direção não apenas concordou, mas aceitou minha proposta de ficar por conta da oposição sindical, pois afinal os sindicatos urbanos já estavam organizados e tinham a União Operária. Consegui o apoio do SINTINA (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Panificação, Confeitaria de Governador Valadares), que na época contava com a assessoria do Wellington (Moreira Azevedo), que foi disponibilizado para me ajudar no trabalho. Também conversei com o pessoal do SECOM (Sindicato dos Empregados no Comércio), do Sindicato dos Metalúrgicos e, principalmente, com o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Papeleiros (SINTICEL), pois eram os que possuíam mais estrutura e recursos para ajudar. Todos deram apoio, inclusive se envolveram no trabalho de organização.

Além das lideranças sindicais, pedi a ajuda de amigos. Zé Matilde já lembrou o João Fassarella e o Joaquim Nicolau. Temos que lembrar do Haroldo Bretas, que já faleceu, e da Montserrat [Maria Montserrat Zapico Alonso Bretas]; do Edson Soares (Repolho); da Tê [Maria Terezinha Bretas Vilarino]; e do Tinão [Altino Barbosa Neto]. Todos abraçaram a causa e ajudaram muito. Um papel central foi desempenhado pelo Zé Gonçalves, que também era meu aluno no curso de Ciências Sociais da Univale.

**Itamar:** Eu acho que temos que incluir a ajuda que tivemos da Glorinha da União Operária [Maria da Glória Fernandes do Nascimento], que ajudou muito a conseguir os apoios dos companheiros dos sindicatos urbanos.

**José Aparecido:** E o fusquinha vermelho? Aquele fusquinha que você tinha não pode ser esquecido; ajudou muito, rodou para todo lado.

**José Gonçalves:** O carro do Haruf era mais da oposição sindical e depois do Sindicato, do que dele. O fusquinha ficou na lembrança. Precisamos ressaltar a importância do Fassarella e do seu gabinete de vereador. Muitas vezes não tínhamos como abastecer o carro ou precisávamos de um carro emprestado, a gente sempre podia contar com ele. Tivemos muita ajuda em material e para rodar os boletins do SINTICEL, presidido pelo Leonardo Monteiro, que hoje é deputado federal; e do Sindicato dos Bancários, que era presidido pelo Elias; e de outros. Para o processo eleitoral a gente queria um advogado e os Sindicatos da União Operária pagaram. Havia um jogo pesado e a gente precisava se resguardar, porque tinha medo de que um vereador, a Prefeitura ou a Fetaemg agissem a favor do Antônio Martins. No final das contas, acabou nem precisando. O trabalho da oposição foi muito bom e, do outro lado, muito fraco, então não teve como impedir nossa vitória.

**Itamar:** Antônio Martins demitiu o Zé Gonçalves e colocou o filho no lugar. Como eu era o tesoureiro, assinei uma procuração que autorizava ele retirar a correspondência do correio. Ele tinha que pegar tudo que interessava pra gente e deixar o que não interessava. A estratégia começou por aí.

**José Gonçalves:** Eu fiquei pouco tempo fora do Sindicato. Assim que a oposição tomou posse, eu fui recontratado.

**Haruf:** O entusiasmo era grande! Decidimos elaborar o projeto da oposição sindical e mandar para a CUT nacional, pedindo apoio financeiro. Para nossa surpresa o projeto foi aprovado. Isso foi decisivo para viabilizar os trabalhos. No projeto a gente contou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era um dos primeiros que se formou no Brasil, que tinha uma história de luta pela terra até 1964, mas que depois do golpe militar havia caído nas mãos dos pelegos. Explicamos que havia um grupo de trabalhadores rurais que estava disposto a assumir o Sindicato e retomar a luta pela terra, porém precisava de apoio financeiro. Não lembro quanto foi, mas sei que deu para cobrir as despesas básicas. No mais era o trabalho voluntário, a contribuição solidária dos companheiros e a ajuda dos sindicatos urbanos.

Elaboramos um plano de ação, com base no mapeamento do município, indicando onde havia apoio e onde não tinha. Em Desiderio tinha

muito apoio, fazíamos as reuniões de avaliação e planejamento no terreiro do Zé Matilde.

**José Aparecido:** Na verdade tinha três áreas que sustentavam o trabalho: Desiderio, Bernardo e Córrego dos Prazeres. Só depois de muito esforço, que conseguimos reunir apoio na região de São Vitor: Itapinoã, Nova Brasília e Alto de Santa Helena.

**José Gonçalves:** O Zé Aparecido tinha muito contato em Santo Antônio do Porto e Pontal, porque já fazia o trabalho do Sindicato naquela área. O Antônio Martins não ficava mais na cidade e tinha pouca influência direta na zona rural. Como o trabalho da oposição sindical cresceu, o Antônio Martins acabou sozinho.

**José Aparecido:** Veja bem, como é que nós desenhamos nosso plano de ação. Nós baseamos o trabalho na nucleação de base, fizemos de forma espontânea, pois na época não se discutia essa questão de nucleação. Tinha essa coisa no PT, mas não funcionava. Na verdade, ninguém conhecia esse negócio de nucleação. Nas comunidades a gente descobria a liderança local e, a partir dela, a gente formava grupos de reflexão, que depois se tornaram grupos organizados. Como já existia no Desiderio, com o Zé Matilde e o Itamar, a gente juntava outros nas várias comunidades, como o Chico, Pedro... então, a gente formava os grupos...

**Itamar:** Daniel do Sabiá.

**José Aparecido:** Daniel. Tentei lembrar o nome; excelente companheiro. Então a gente formava um grupo e toda discussão rolava dentro desse núcleo. A ação ficava a cargo do grupo organizado, que coordenava o trabalho e conduzia todos os debates com a comunidade. Era o núcleo que discutia as propostas com a comunidade e funcionava como elo de ligação com a base. Isso nós fizemos sempre baseado numa liderança local; não importava a quantidade de gente que tinha, a gente foi em todas comunidades.

**José Matilde:** A liderança local era a referência que articulava o movimento e fazia a ligação conosco.

**José Aparecido:** Essa liderança fazia chegar nosso boletim informativo nas mãos de todo mundo do local. No corpo a corpo não era o bastante: a gente tinha que ter uma forma ágil de comunicar com as bases. Então, criamos o boletim “Levanta Camponês”, que se tornou o nome da oposição sindical. O Haroldo Bretas cumpriu um papel fundamental na

idealização do boletim, na comunicação de forma simples e direta com a base, na arte gráfica... Ele desenhou o símbolo do “Levanta Camponês”, para dar uma identidade e unidade ao movimento. Era um panfleto curto e grosso, dava o recado direto e direcionado ao alvo certo, com poucas palavras; não tinha isso de ficar enchendo linguiça.

Inclusive a direita ficava doida, porque ela não sabia como é que a gente fazia para conseguir rapidamente desfazer qualquer boato contra a oposição “Levanta Camponês”. Qualquer coisa que acontecia, imediatamente a comunidade toda estava sabendo. Podia acontecer em qualquer lugar do município, a informação chegava na hora para todo mundo. Para isso, também usamos a rádio “Por um Mundo Melhor”, muito ouvida na zona rural, que naquela época dava espaço para os movimentos sociais, com restrição, mais dava. Era melhor do que é hoje.

Então, o meio mais importante foi o boletim “Levanta Camponês”. Não era igual hoje, era feito no mimeógrafo a tinta. O Haroldo desenhava [no estêncil] e o texto era na máquina de escrever. A gente rodava aquilo no mimeógrafo do Sindicato dos Bancários ou dos Papeleiros. Para distribuir a gente usava a rede criada com as lideranças locais; mandava pelos ônibus que iam para a zona rural. A gente dizia, entrega essa encomenda para fulano lá e daí a pouco aquele boletim estava na mão de cada um da comunidade. Assim, todo mundo ficava informado do que estava acontecendo. Acho que isso é uma coisa, inclusive, que a gente desaprendeu.

**Haruf:** Outra tática importante foi não usar somente espaços da Igreja Católica, para evitar que evangélicos identificassem o movimento como coisa de católico.

**José Aparecido:** Isso mesmo, usamos escolas, praças e muitos outros lugares. Ainda tinha um problema, pois mesmo da parte da Igreja Católica, que apoiava o movimento, tinha restrição.

**Itamar:** Tinha restrição de qualquer coisa política.

**José Aparecido:** Como o Zé Matilde falou, nós viemos da CEBs, mas a própria CEB, que na época era o movimento mais avançado da Igreja Católica, tinha dificuldade para fazer o debate político. Tenha gente da Igreja [Católica] que pensava assim: “eles não vão conseguir reunir com o povo se a gente não ceder”. Quando isso acontecia, não tinha problema não, a gente reunia na praça, debaixo de árvores. Fizemos muita reunião em escolas. Certa vez, nós marcamos a reunião na Escola Municipal da



comunidade de Itapinoã, tudo acertado com a diretora. Quando a gente chegou a diretora deu a notícia de que não podíamos reunir na escola. Na época quem mandava na zona rural era o...

**Itamar:** Renato Fernandes!

**José Aparecido:** O vereador Renato Fernandes, que era o mandachuva na zona rural. Ele tinha proibido a diretora de ceder a escola para a reunião. Ela recebeu a gente toda sem graça: “Ah meu Deus, como é que eu vou fazer gente, eu tratei com vocês”. Eu disse: não esquentar a cabeça, ele está achando que nós não vamos reunir por causa disso. Reunimos na praça. Isso foi o maior vexame e deu um rebu danado.

**Itamar:** Um fazendeiro que morava no Itapinoã ficou com vergonha. O fazendeiro perguntou: “Quem é o Itamar? Do meio do povo eu disse: sou eu! Ele queria saber o porquê não ia ter reunião na escola. Aí eu falei para todo mundo ouvir: Tá vendo companheiros, ela já conhece meu nome. Tem 70 km de Valadares até aqui, de lá de Valadares até na minha casa são mais 70 km. Como meu nome chegou aqui? Porque eu sou um cara de luta. Agora, vocês têm que eleger uma pessoa de vocês para liderar a comunidade, não é deixar Renato Fernandes comandar aqui, fazer o que ele quer. O fazendeiro disse que aquilo era uma pouca vergonha e ofereceu para fazermos a reunião na sua casa. Falei, então: nós não vamos dispensar não, mas vai ficar para próxima. Que hoje nós já estamos aqui debaixo da árvore, e se o povo acha que aqui está bom, está bom pra nós também. Aproveitamos a situação para passar nossa mensagem: essa comunidade é de vocês, mas vocês estão aceitando Renato Fernandes mandar; vocês têm que fazer igual a nós, lutar!

**José Aparecido:** O importante era levar o movimento, nós queríamos mostrar que existia um movimento. Quando foi nas próximas reuniões, aí já estava aberta a igreja, a escola, já não teve mais dificuldade. Então acho que nós fomos um pouco ousados naquele momento. Foi dessa forma que a gente inseriu a oposição sindical em cada comunidade, não foi fácil.

**Itamar:** Nos lugares que a gente não tinha base, igual tinha nos Córregos Unidos, nós temos que agradecer ao Zé Gonçalves. Ele nos levou nas comunidades e apresentava para as lideranças.

**José Gonçalves:** Eu levava e contar o que estava acontecendo, no Chonin de Cima, Chonin de Baixo, São Vitor, Alto Santa Helena, Córrego dos

Bernardos, Paca, que é a Vila Nova Floresta, Penha do Cassiano... Todos esses distritos do município.

**José Matilde:** Eu acho que ajudou muito foi levar conhecimento da realidade para as pessoas das comunidades, sobre o que estava acontecendo na época. Levávamos boa notícia para o pessoal, coisas novas para o povo lá na roça. O que eles sabiam do Sindicato, o que chegava lá e o que podiam ter de benefícios do Sindicato era uma consulta médica, era somente isso. Quando a gente mostrou que sindicato pode ser mais que isso, outra coisa, aí começou a mudar. Então levamos ideias diferentes e falamos dentro da realidade; ninguém mentiu na época para o povo, para poder conseguir se eleger no final. Foi assim que conseguimos o apoio das bases.

**Haruf:** A Fetaemg era um problema, pois não podia ficar contra a oposição sindical; tinha que ficar neutra.

**José Aparecido:** Manoel de Coronel Murta e Epaminondas de Teófilo Otoni ajudaram muito. A questão da Fetaemg tem que ser registrada. Quando a gente começa a estudar a organização sindical no campo, descobre que, na verdade, a linha que os sindicatos seguiam não era diferente do que era ditado pela Fetaemg. Não eram os sindicatos que ditavam a linha para a Fetaemg, como até hoje. Então essa interferência obrigou a gente, além de fazer o trabalho nas bases, a fazer o embate dentro da estrutura. Várias vezes a gente foi impedido de fazer reunião no polo da Fetaemg. A gente não queria a Fetaemg contra a oposição sindical, muito menos apoiando o Antônio Martins. Não foi fácil, mas nós conseguimos abrir o polo para nossas reuniões e, mais ainda, conseguimos neutralizar e tirar o controle do processo eleitoral da Fetaemg.

**José Gonçalves:** No começo a Fetaemg queria manter a situação, então o Manoel nos ajudou muito. A gente tinha o apoio da CUT, tinha mais aproximação com a CUT. Por isso a Fetaemg cismava, porque achava que a CUT era concorrente deles. O Manoel e Epaminondas passavam informação e davam orientação, mas com muito cuidado para evitar do Antônio Martins ficar sabendo. No começo a Fetaemg colocou muita dificuldade, mas a gente foi firme e eles acabaram neutros na disputa. Então, é preciso ressaltar que para a vitória teve um monte de gente ajudando, inclusive trabalhando nos bastidores.

**Haruf:** A Fetaemg tinha o foco nos assalariados, mas o município tinha uma realidade rural com presença de camponeses pequenos proprietários.

**José Aparecido:** Itapinoã e Nova Brasília era mais assalariado. Nos córregos dos Prazeres e Bernardos era mais pequenos agricultores.

**José Matilde:** Melquíades também era mais de agricultores. Naquela época não tinha contribuição da agricultura familiar, era somente do assalariado.

**Haruf:** A cartilha “Levanta Camponês” ajudou no trabalho dos núcleos de base para conscientizar sobre a importância da organização dos trabalhadores rurais, para que esses tivessem força para mudar sua realidade. Esse trabalho era disperso por comunidades rurais com características diferentes e afastadas uma das outras. Para enfrentar esse problema foram organizados os encontros no salão das “Obras Sociais” da Paróquia de Santa Rita. Ao reunir todos os núcleos de base, o objetivo foi criar uma consciência de movimento, uma unidade e a certeza de que éramos uma força coletiva. Nesses encontros, com a ajuda do Haroldo Bretas, fizemos diversas dinâmicas de grupo, teatros e jogral ou encenação, inclusive com a música da Internacional: “De pé, ó vítimas da fome!/De pé, famélicos da terra!” ... “Sejamos nós que conquistemos/A terra mãe livre e comum”...

**José Aparecido:** Esses encontros ajudaram de fato a construir uma unidade e sustentar a luta; isso possibilitou dar o salto de qualidade que a oposição sindical conseguiu. Primeiro a gente discutia nos grupos, ia nas comunidades, e depois a gente fazia um grande encontro para animar, formar politicamente e também para poder fechar as propostas e planejar os próximos passos. Além das reuniões e desses encontros para fazer discussões políticas, é preciso destacar as reuniões de planejamento que a gente fazia toda semana ou mais de uma vez por semana. Nada era feito assim: “vamos que vamos”. Toda atividade, tudo que a gente ia fazer era pensado antes, estudado, planejado. Tinha todo o preparatório, tinha um debate antes de começar cada ação. Então quando a gente partia para a batalha, todos tinham domínio das tarefas que iriam realizar.

Outra coisa importante: não existia esse negócio de disputa de espaço; todo mundo estava focado num único propósito, no nosso projeto. Nosso sonho comum era retomar a luta pela terra no Vale do Rio Doce, ninguém importava com quem estava na frente, se era Zé Matilde, se era Itamar, se era o Zé Aparecido ou outro companheiro. O que interessava era levar o projeto até as bases. Então não tinha rivalidade. Era a mesma discussão que nós levávamos e ninguém estava contrapondo ou corrigindo a dis-

cussão do outro. Porque cada um dominava o conhecimento, tinha uma visão e uma vontade em comum. Então, foi essa vontade em comum e a organização que criou a força coletiva que permitiu sermos vitoriosos.

**Haruf:** A maioria das reuniões de avaliação e planejamento foram feitas no terreiro do Zé Matilde, em Desiderio, como o núcleo que sustentava a luta da oposição, formado na sua maioria pelo pessoal dos Córregos Unidos, que tinha gente do Desiderio, Sabiá, Serafim, Venâncio e Moreira. Esse apoio foi a base inicial para começar o trabalho da oposição sindical e sustentar esse esforço coletivo.

**José Matilde:** No Desiderio a gente conseguia reunir todo mundo. Juntar todo o pessoal de lá era muito bom. E a gente convidava o pessoal dos córregos vizinhos e eles chegavam junto. A pessoa ia na primeira reunião e começava a entender o movimento; na próxima ele voltava e trazia mais alguém com ele, da família ou vizinho. Assim foi juntando cada vez mais apoio, foi reunindo o pessoal que deu a sustentação para luta de retomada do Sindicato.

**José Aparecido:** Um ponto importante que precisa ser dito é que o recurso em dinheiro era mínimo. Tem gente que fica pensando assim: “para fazer tudo isso tinha que ter muito dinheiro”. Nós não tínhamos nenhuma estrutura própria, tudo foi apoio que a gente conquistou. O único dinheiro foi o recurso que a CUT nacional. É preciso resgatar isso aqui: a gente contou com muito apoio. Não podemos esquecer que o meio para a gente se locomover para a zona rural era um fusquinha vermelho do Haruf. Nós acabamos com ele de tanto rodar nas estradas de terra. Certo dia eu e o Zé Gonçalves fomos fazer uma reunião lá no Córrego dos Prazeres, um dia todo de reunião. Era mês de dezembro, tinha a chuva que Deus manda, não é igual hoje, naquela época chovia muito. À noite, quando a gente voltava, na estrada dos Borges, naquela subida, era uma subida que tem lá na Penha do Cassiano...

**José Matilde:** Era lá no Cassianinho.

**José Aparecido:** Era lá, lá em cima. Aí o fusquinha chegou no meio da subida e não aqueceu. “Agora não tem jeito, como é que nós vamos fazer”. “Ah Zé Aparecido, o jeito é dormir por aqui”. O Zé Gonçalves ainda falou: “Mas não aparece nem o capeta para tirar a gente daqui”. Eu devolvi: “se for pra vir o capeta, então a gente dorme aqui mesmo”. Nós ficamos lá até no outro dia; todo mundo ficou preocupado. Veja, foi essa

a estrutura que nós tivemos para poder fazer todo aquele trabalho.

**José Matilde:** Não tinha nem casa perto. O Zé Gonçalves foi uma das peças principais nessa luta.

**Itamar:** Peça fundamental!

**José Gonçalves:** Eu guardo muita coisa desse tempo, dessa história. Eu estudava Ciências Sociais e o curso me ajudou a compreender o que nós estávamos vivendo, abriu meus horizontes para entender o porquê da nossa luta. Eu nunca vou esquecer do Zé Aparecido, eu sempre falo dele. Um dia eu perguntei: ô Zé, mas você tem a quarta série, como é que você conversa com todo mundo? Ele respondeu: “o mais importante eu já tenho, que eu sei ler e escrever, eu leio as coisas e quando eu não sei, eu pergunto quem sabe, que eu não tenho vergonha de perguntar nada não”. Isso ficou na minha cabeça e vai morrer comigo, ou seja, você quando não sabe, pergunta. O Zé Aparecido é um homem que tem um conhecimento, uma vontade de aprender, uma vontade de ir para frente, de mudar o mundo. Ele, o Itamar, o Matilde e outros, a turma toda.

Tanto é que, quem foi dirigir o caminhão, que compramos com o dinheiro do primeiro financiamento do CAT, o caminhão para Desiderio transportar banana, foi o Zé Matilde. Ele não sabia dirigir, mas entrou para autoescola e aprendeu. Ele sempre teve vontade de aprender e enfrentar. Então isso tudo serve como lição de vida, de aprendizado. Veja, o Itamar é uma pessoa de uma humildade, simplicidade e um coração do tamanho de um trem, um companheiro de verdade. Itamar é que nos abriu as portas daquela região de Desiderio, desde o primeiro momento. Era muitos jovens, nós éramos jovens. Itamar não tinha medo, ele arregaçou as mangas e entrou para a luta, como todos nós naquela época, aprendendo e enfrentando. Cada um que entrou na luta, cada um da cidade que ajudou, éramos todos jovens e cheio de energia.

**Itamar:** Foi através do conhecimento que nós unificamos Desiderio, Serafim, Venâncio...

**José Matilde:** Sabiá.

**Itamar:** Sabiá, quatro comunidades. E quando surgiu aquela demanda de escola, a gente correu atrás e conseguiu. Podia ter sido para implantar lá em Desiderio, porque a gente tinha o conhecimento e sabia como

conseguir. Mas a gente pediu para que fosse no meio da viagem entre as comunidades.

**José Matilde:** A extensão de série, porque era só até quarta série.

**Itamar:** A extensão de série ficou na escola que estava no meio da viagem entre os córregos. Conversamos com o pessoal e explicamos porque estávamos levando para aquela escola, porque ficava num ponto em que todo mundo anda um pouquinho. E aí nós ganhamos a consciência coletiva do pessoal.

**José Aparecido:** A questão do conhecimento que o Itamar destacou é muito importante. O dirigente tem que conhecer daquilo que ele está falando, o que está dirigindo. Tem que ler, ele tem que estudar, tem que participar, tem que pesquisar. Porque precisa ter o domínio do conhecimento, porque só assim vai longe. A gente tinha informação e antecipava muita coisa. O dirigente tem que ter isso, informação, saber o que fala, como agir, porque sem isso não consegue levar a luta.

**Haruf:** A cartilha “Levanta Camponesa” tinha na capa dois camponeses e uma camponesa segurando no alto enxada e foice.

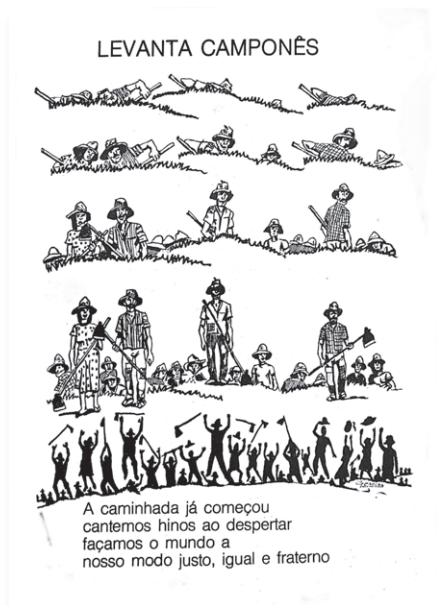
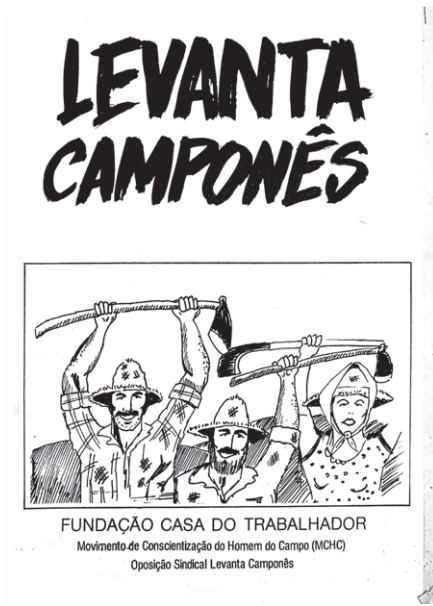
**José Aparecido:** Criamos um nome e um símbolo para a oposição sindical, para o Sindicato, que até então não tinha, um símbolo para unificar todo mundo numa mesma ideia.

**José Matilde:** Os desenhos com aqueles textos pequenos escritos por baixo...

**Itamar:** Foi o Haruf que organizou e o Haroldo Bretas ajudou. Ela abria a cabeça das pessoas... os desenhos das pessoas... do patrão conversando com o empregado e todas aquelas situações da realidade; o que estava acontecendo aparecia nas conversas deles, no que aparecia escrito embaixo do desenho. Aquelas histórias acordavam mesmo as pessoas que estavam dormindo. Depois de estudar a cartilha, quando ele olhava para a realidade que vivia, aquilo estava lá, ele via que o negócio batia mesmo. A cartilha ajudou e muito, mas não só ela, o que era colocado nos boletins do “Levanta Camponês”, ajudou a abrir a mente do nosso povo.

**Haruf:** A cartilha começava com uma apresentação assinada pelo Zé Aparecido, que dava o nome ao movimento: Oposição Sindical Levanta Camponês. Na apresentação ele dizia qual era a finalidade e como a cartilha

deveria ser usada. Ela era composta de oito lições para serem estudadas em círculos de reflexão, com mais ou menos dez pessoas. O coordenador deveria cuidar para que a lição fosse lida por todos e depois devia orientar a discussão. Os grupos formados em torno da “Cartilha” não deveriam ficar somente no estudo, mas propor e desenvolver tarefas práticas.



**José Aparecido:** As imagens às vezes falam muito mais e o texto escrito apenas complementa. Foram três formas de comunicação que nós usamos durante o trabalho da oposição sindical, em 1988. Os panfletos que a gente chamava de boletim “Levanta Camponês”; depois a “Cartilha” que servia para o trabalho de conscientização, para reuniões com pouca gente, com tempo para refletir e discutir. Usava histórias em quadrinho e desenhos muito chamativos. Mas teve uma terceira forma de comunicação que nós trabalhamos e foi muito importante e inovadora, que foram os vídeos com filmagens feitas com os próprios camponeses e camponesas. Não podemos esquecer o papel do Wilson Fijol, que fazia as filmagens. Isso foi um sucesso, um estouro, primeiro porque naquela época era novidade isso de filmar e reproduzir no videocassete. Inclusi-

ve o presidente do sindicato, o Antônio Martins, não conhecia e achava que era televisão. Isso era uma coisa nova, que estava começando naquele momento e nós soubemos usar isso muito bem, graças ao apoio do SINTICEL e outros. É importante resgatar esses vídeos, porque eles contam muito da nossa história. Esses meios de comunicação foram fundamentais: as filmagens, os panfletos, a cartilha, as visitas às lideranças, as reuniões de base e os encontros.

**Haruf:** Chegou o mês de dezembro, aproximava a eleição [18/12/1988] e nossa preocupação se concentrou no processo eleitoral. A oposição sindical teve sucesso, porque o processo eleitoral ficou na responsabilidade do Joaquim Nicolau, João Fassarella e Edson Soares, inclusive a apuração. Em cada comunidade rural foi colocada urna, que depois de encerrada a votação foram levadas para o polo da Fetaemg. À noite, depois que chegou as todas urbanas, o Joaquim Nicolau ficou responsável pela contagem dos votos. Entretanto, o mais difícil acabou sendo depois da posse.

**José Gonçalves:** A oposição assumiu um sindicato que não tinha dinheiro, ainda devendo uma bezerra, porque inventamos de fazer a festa da posse na Fetaemg. A bezerra, cerveja, tudo fiado. Eu voltei a trabalhar no Sindicato, mas cheguei a ficar meses sem receber; ou recebia picado, à medida que entrava recurso. Era uma mudança grande, mas a gente foi ganhando a confiança dos trabalhadores e as contribuições começaram a crescer, mas no início foi realmente assim muito, muito difícil.

**José Aparecido:** Na verdade, nós tivemos que praticamente reinventar o Sindicato todo. O Sindicato estava sucateado, com dívida, sem dinheiro para pagar funcionário e sem dinheiro em caixa. O problema mais sério era outro: a gente não queria o Sindicato da forma que ele tinha sido até aquele momento, mas como construir um sindicato de luta? Além da organização e estruturação das finanças, era preciso repensar o próprio Sindicato. Quando a gente começou a avaliar, vimos que a questão da estruturação não era o mais importante, mas sim a definição da política que a gente iria seguir.

**José Matilde:** No começo apenas alguns entenderam as novas propostas, mas uma boa parte ficou com receio. Somente aqueles que haviam participado das reuniões, entendiam e continuaram firme, mas outros se afastaram.



**José Aparecido:** Nós tínhamos um sindicato que representava assalariados e pequenos agricultores, mas que não tinha política para nenhum dos dois. Na verdade, nem homologação de rescisão de contrato o Sindicato estava fazendo. Nós tivemos que repensar toda engenharia para poder organizar e assumir essa função. Portanto, nós avaliamos que se não mudássemos a estrutura, a gente não iria dar conta de fazer uma política diferente. A gente não daria conta do segmento dos assalariados e, muito menos, de trabalhar com os pequenos proprietários. Era preciso construir uma saída.

**José Matilde:** Foi antes da criação do CAT [Centro Agroecológico Tamanduá]. A gente começou a discutir o que fazer e por onde começar. Nós não sabíamos por onde começar a trabalhar com os pequenos agricultores. A gente foi martelando aquele negócio... foi juntando as ideias, até que surgiu a proposta de criar o CAT. Depois de muitas conversas que nós achamos o caminho e como caminhar.

**José Aparecido:** Naquela época, ainda não se discutia essa questão de sindicato específico da agricultura familiar, coisa que veio bem mais tarde. Tem outra questão: pensar em separar em dois sindicatos, um de agricultura familiar e outro de assalariado, seria colocar o pescoço na força. Foi nesse momento que surgiu a ideia de criar uma outra estrutura que não fosse sindicato, mas que pudesse assumir o trabalho de organizar e assessorar os pequenos proprietários. Nós avaliamos e discutimos muito o que fazer. Surgiram várias ideias, até que veio a proposta de criar um “centro de assistência técnica”, que acabou se concretizando na formação do CAT, em setembro de 1989. Depois mudou para o nome atual [Centro Agroecológico Tamanduá], mas inicialmente era “Centro de Assistência Técnica”, uma organização para dar conta de pensar a questão da agricultura familiar, de organizar e dar assistência técnica; de viabilizar a produção e comercialização. Isso sem que o sindicato precisasse de estar envolvido diretamente, porque se envolvesse acabaria deixando de lado os assalariados.

Nós chamamos para essa discussão as lideranças urbanas que tinham apoiado a luta da oposição. A gente não pode esquecer do Edson Soares, que era agrônomo e ficou na coordenação técnica; do Zé Gonçalves que nós recontratamos para ser secretário do Sindicato; tinha os sócios urbanos: Altino e Odete da SETAS [Secretaria do Trabalho e Assistência Social]; a Tê; o Haroldo Bretas e a Montserrat; o Wellington; o Frei Ederson, que conseguiu ajuda financeira na Itália para o CAT começar; o Fassarella,

que era vereador; e outros.<sup>16</sup> O Frei Ederson teve um papel importante no trabalho da oposição e até hoje ele tem um carinho especial com a gente.

**José Gonçalves:** O Frei Ederson, da paróquia de Santa Rita, nas comunidades rurais falava do Sindicato; no final da missa passava a palavra para o Zé Aparecido; também me dava a palavra. Então o Frei Ederson era o nosso avalista. Os encontros foram no centro comunitário da paróquia de Santa Rita [Obras Sociais]; reunimos várias vezes com ele na casa paroquial. Não era apenas na missa, ele participou de encontros e visitas que fizemos na zona rural. Depois da eleição, ele ajudou a criar o CAT.

**Itamar:** Eu encontrei com ele no dia que Padre Antônio esteve aqui em Valadares. O Padre Antônio voltou para Itália, mas a gente tem que lembrar que ele também ajudou muito o Sindicato.

**José Aparecido:** É interessante esse resgate, pois essa história vai sendo esquecida. Com toda dificuldade foi um bom período que a gente passou até que de fato retomasse o caminho da luta pela terra. O que fazer? A gente discutia isso o tempo todo. Foi dessas conversas que surgiu a ideia da criação do CAT.

**José Gonçalves:** Foi, uma das coisas que ajudou muito, esse casamento do CAT com o Sindicato. A diretoria precisava se dedicar ao trabalho com os assalariados, mas tinha a questão da agricultura familiar. Como é que o Sindicato iria trabalhar com esse pequeno proprietário. Ele não era burguês, não era detentor dos meios de produção, não era latifundiário, mas também não era assalariado, ou seja, ele não se encaixava nessa divisão clássica entre patrão e empregado, então ficava ali aquele grupo num vácuo. A criação do CAT foi uma ideia muito inteligente, de pegar esse nicho que estava assim meio marginal. Tinha companheiro que via essa categoria com desconfiança, porque muitos tinham um empregado, algumas vacas...

O CAT começou a trabalhar com o pequeno proprietário, com os produtores de banana do córrego do Desiderio; o trabalho no córrego do Melquí-

---

16 Relação dos Sócios Fundadores do CAT – Centro Agroecológico Tamanduá. Sócios rurais: Daniel Nunes de Paula; Deusdete Mendes Rodrigues; Itamar Pereira da Costa; José Aparecido de Oliveira; José Boaventura; José dos Santos; José Matilde da Silva; Manoel Zito Dias da Rocha. Sócio Urbano: Altino Barbosa Neto; Edson Soares; Frei Ederson Queiroz; Haroldo Cavalcante Bretas; Haruf Salmen Espindola; João Domingos Fassarella; Joaquim Nicolau; José Gonçalves Moreira; Maria Terezinha Bretas Vilarino; Montserrat Zapico Alonso; Odete Procópio Henrique Coelho; Walter Gonçalves e Wellington Moreira Azevedo.

ades e outros. Os pequenos proprietários começaram a participar das reuniões e falavam assim: “olha gente, eu tenho meu pedaço de terra, tenho empregado; eu não sou assalariado não, mas sou um homem do campo, também sou um trabalhador rural...” Essas falas começaram a puxar outras pessoas que tinham medo do Sindicato. Aí nós passamos também a ter no Sindicato os pequenos proprietários, camponeses que tinham seu sítio, sua terra. No começo, muitos tinham medo do Sindicato, porque a gente era chamado de comunista e de iria tomar a terra deles. Tivemos que desmistificar essa ideia de reforma agrária, de invasão de terra.

Considero o trabalho feito pelo CAT como reforma agrária, pois quando ajuda a viabilizar a pequena produção e comercialização está mudando a realidade agrária brasileira. A reforma agrária, na minha concepção, é revolucionar o campo, mudar a cara do campo. Se ele é improdutivo, passa a ser produtivo; se ele não gera emprego, passa a gerar emprego. O CAT nasceu com um diferencial grande que era também cuidar do meio ambiente, aumentar a produção com preocupação ecológica. Então, as novas ideias que vieram com a turma do córrego do Desiderio, do Melquíades, dos pequenos proprietários, ajudaram alavancar o Sindicato e ganhar confiança onde não tínhamos penetração.

**Haruf:** Hoje a região de Valadares tem 23 assentamentos de reforma agrária. Os primeiros, em 1996, foram o Primeiro de Julho e Cachoeirinha, no município de Tumiritinga; e Oziel, em Governador Valadares, na antiga Fazenda do Ministério. Só que isso foi o resultado de um trabalho que começou bem antes. Como se deu a retomada da luta pela terra? Como o MST chegou na região?

**José Aparecido:** Na verdade o MST era um movimento que tinha toda uma discussão, avaliação e estratégia de fazer luta a luta pela terra. Mas na região era demonizado.

**José Matilde:** Muita gente tinha receio, medo.

**José Aparecido:** Ele não tinha chegado na região, mas já vinha na frente a propaganda contrária. O MST tinha uma certa dificuldade de entrar aqui na região. Na época da campanha da oposição “Levanta Camponês” eles tinham feito uma ocupação na região de Teófilo Otoni, em Aruega, município de Novo Cruzeiro.

**José Matilde:** Surgiu a possibilidade de ocupar a fazenda Califórnia, em Tumiritinga.

**José Aparecido:** Nosso objetivo desde o início era retomar a luta pela terra. Antes do MST chegar na região, o Sindicato entrou em contato com a Fetaemg e esteve na fazenda, que estava abandonada. Entrou em contato com o Renato, que era presidente do STR de Tumiritinga. Como ele começou a transitar muito na fazenda, começou a correr boatos de que haveria uma invasão. A polícia foi chamada e começou a ter ronda. Quanto o Renato ia na fazenda, era seguido pelos vaqueiros. Ele começou a ficar cismado de que tinha gente atrás deles. Essa articulação era puxada pelo Sindicato com apoio do polo da Fetaemg de Valadares. Quem estava na direção do polo era o João Calazans.<sup>17</sup> A articulação para a ocupação não avançou, porque o STR de Tumiritinga desistiu e a Fetaemg também acabou desistindo. O STR de Valadares não tinha condição de sozinho fazer a ocupação porque faltava experiência.

**Itamar:** Também não era área de atuação do nosso Sindicato, mas de Tumiritinga, e a gente não podia agir na área do outro.

**José Aparecido:** O projeto de ocupar a fazenda Califórnia acabou não indo para frente, mesmo com o Sindicato de Valadares tendo a visão de uma articulação da luta regional pela terra. Na verdade, a gente não estava no comando da luta em Tumiritinga, porque não era nossa base sindical. O Sindicato de Valadares estava articulando e ia ajudar no apoio para a ocupação. A gente articulou com a Fetaemg, mesmo tento divergência. Mas como o polo da Fetaemg estava na direção do João Calazans, que era tido como alguém da CUT, então fizemos uma composição.

**José Matilde:** Deu para trabalhar mais ou menos.

**José Aparecido:** Isso foi antes de 1996. O MST não estava aqui na região. O Sindicato queria retomar a luta pela terra e descobriu essa oportunidade de começar a organização para ocupar a Fazenda Califórnia. Mas como o Sindicato de Tumiritinga não deu conta de levar o movimento a frente, acabamos desistindo da ideia.

**José Matilde:** Foi aí que surgiu a ideia de articular com o MST. Envolveu também a Associação dos Córregos Unidos. O João Calazans também se associou a ideia. O Joaquim Nicolau entrou na história, fazendo diversas

---

17 João Calazans foi dirigente da FETAEMG e líder do assentamento “Chico Mendes”, na zona rural de Pingo D’Água, onde residiam 56 famílias. No dia 11 de dezembro de 2007, foi assassinado com um tiro na nuca, no quintal de sua casa.

conversas e articulando. No dia da ocupação eu fui para lá com o caminhão levando famílias e comida, mais um monte de coisa.

**José Aparecido:** Esse foi o primeiro envolvimento nosso na luta pela terra. Mesmo não dando certo a primeira tentativa, foi a partir dela que se criou as condições para que o MST pudesse entrar e se fortalecer aqui na região. Foi a partir da retomada do Sindicato e dessa abertura de diálogo com o MST e outros movimentos, como a Pastoral da Terra, muitas outras parcerias que articulamos que se criou as condições para a retomada da luta pela terra. Aí veio a ocupação de Tumiritinga, depois da Fazenda do Ministério, Barra Azul e outros.

## Considerações Finais

Entre as muitas questões enfrentadas pelo STR, está a dificuldade para criar uma cultura cooperativa ou coletiva. A cartilha “Levanta Camponês” trata desse problema, ao propor a reflexão que confronta a organização coletiva das festas rurais nas comunidades e a dificuldade de produzir e comercializar em conjunto. José Matilde lembra que o trabalho em cooperativa “não decolou” em Desiderio. Segundo José Aparecido, é nesse ponto que entra “uma outra coisa que a gente não soube avaliar na época, que hoje temos uma avaliação”. Ele explica que é uma “questão da cultura camponesa”, ou seja, “o camponês é um produtor artesanal”. Como produtor artesanal, “ele tem um problema muito difícil de enfrentar... conseguir produzir e conviver num coletivo”. A condição de produtor artesanal choca com a proposta de produção coletiva, isso para “qualquer... qualquer tipo de trabalhador artesanal”. Daí a importância do CAT e da Cooperativa Regional de Economia Solidária, da Agricultura Familiar e Agroecológica (CRESAFA). Existe conflitos entre as duas entidades, como já existiu entre o STR e o CAT. É importante que todos compreendam que a CRESAFA é um avanço fundamental que precisa dar certo, pois é uma resposta para a principal questão que os que lutam pela terra enfrentam, fazê-la produzir e gerar renda, para garantir uma vida digna e um meio ambiente saudável.

Na roda de conversa ainda se tratou dos assentamentos que hoje existem no Vale do Rio Doce e da importância de que eles produzam, porém precisam resolver o problema ambiental que é a grande herança deixada pela forma como foi explorada a terra no Vale do Rio Doce. Ou-

tra questão que surgiu na conversa foi a proposta do STR de criar um sindicato regional. Para os três líderes do movimento “Levanta Camponês”, esse caminho seria o grande salto à frente, no fortalecimento da luta pela terra e pelo trabalho digno. A ideia foi aceita por cinco Sindicatos, mas esbarrou nas amarras da legislação sindical. O CAT, quando da sua criação, em setembro de 1989, foi pensado nessa linha regional: uma ferramenta que pudesse atuar na organização regional dos camponeses.

Um ponto é fortemente ressaltado na conversa: a importância da conquista do STR, em 1988, para retomada da luta pela terra no Vale do Rio Doce, inclusive para a entrada do MST na região e a presença destacada da Pastoral da Terra. A retomada da luta pela terra não chegou com o MST, mas esse chegou na região com a ajuda do STR e o apoio da Pastoral da Terra. A importância da retomada da luta pela terra não foi somente a conquista de terra e formação dos assentamentos, mas foi principalmente simbólica, tem um sentido de retomada da própria história dos camponeses e camponesas do Vale do Rio Doce, após a repressão que se seguiu ao Golpe Militar de 1964. A retomada da terra denuncia o que foi feito com ela, problemas de solo, água, degradação ambiental. A grande questão que precisa ser resolvida no Vale do Rio Doce é o problema da produção, não apenas na agricultura familiar, mas nas fazendas. Para isso é preciso recuperar a terra, as nascentes, o meio ambiente, pois sem isso não se conseguirá fazer a terra produzir nem haverá prosperidade.

A retomada do STR abriu o leque de oportunidades e permitiu criar as condições para o movimento social do campo ressurgir sobre várias formas, com o MST, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), Via Campesina e outros. O STR de Governador Valadares participou de diversas lutas e teve atuação ativa junto à CUT e ao movimento sindical do estado de Minas Gerais.

No Município participou ativamente da construção da Lei Orgânica. Segundo o José Aparecido: “O que tem sobre a zona rural foi obra do STR e do CAT. No processo usamos a mesma estratégia da luta da oposição sindical. Pelo CAT, o Edson foi fundamental nesse processo.” O STR, junto com o CAT, também deu grande contribuição, quando em 2001 ajudou na construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Territorial Rural de Governador Valadares, com participação destacada do Paraná (Claudenir Favero) e da Ivana Lovo. A Feira da Agricultura Familiar é também outra realização importante da parceria entre o STR-CAT.

Entretanto, é preciso ter a visão crítica e reconhecer, 30 anos depois disso tudo, não teve verdadeiramente reforma agrária no Brasil, mas uma mediação, negociação feita pelo Estado para remediar os conflitos de terra; para conter, amortecer a luta pela terra. Os Governos do PT não enfrentaram verdadeiramente o problema agrário e da terra. O Brasil ainda carece de uma reforma agrária ampla, como os camponeses defendiam antes de 1964. A roda de conversa terminou com a frase: “**É uma luta permanente**”.

## Referências

A RAPINAGEM de Terras no Vale do Rio Doce. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2092, 1957 (18 de abril).

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopia e contra-utopia**: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964). 1988. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Congresso Nacional. **Lei nº 4.214, de 2 de Março de 1963**. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Brasília: 1963. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20 out. 2019.

CAMPONESES e Trabalhadores se unem na Campanha Pela Reforma Agrária. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1502, 1955.

CHICÃO e mais de 5 mil camponeses querem os latifúndios da Anglo e da Grã-duquesa. **Terra Livre**, São Paulo, v.14, n. 132, 1964 (março).

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, de 2 de fevereiro de 1964.

DECLARAÇÃO do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Sobre o Caráter da Reforma Agrária. 1961. Disponível em:< <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1961/11/17.html> > Acesso em: 23 de jul. 2019.

DESCONHECIDOS atacam residência, matam 1 e ferem 2.. **Diário do Rio Doce**, Governador Valadares, n. 7, n. 1686, 1964 ( 2 abr. 1964)

ESPINDOLA, Haruf Salmen; ESTEVES, Ana Caroline; MARTINS, Renata Flor. Apropriação privada e ação regulatória. Propriedade e posse da terra em Minas Gerais: 1891-1960. **Revista da Associação Mineira de Direito e Economia**, Belo Horizonte, v. 4, p. 1-31, 2010.

GRILEIROS, no Vale do Rio Doce, Espancam, Matam, Ateiam Incêndios. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2092, 1957 (25 de abril).

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano 1964, edição, 56, 9 fevereiro 1964.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano 80, n. 51, 1970. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015\\_1970\\_00051.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1970_00051.pdf) > Acesso em: 7 set. 2019.

MARCÍLIO, Álvaro. **O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: s/ed, 1961.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Lei n. 550, de 20 de dezembro de 1949**. Dispõe sobre concessão de terras devolutas. Belo Horizonte, 1949. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-550-1949-minas-gerais-dispoe-sobre-concessao-de-terras-devolutas>> Acesso em: 02 nov. 2019.

MORAIS, Michelle Nunes de. **Conflitos agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1964)**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

ROUBARAM tudo o que eu tinha. Só me deixaram os 11 filhos e 8 netos. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2104, 1957 (4 de maio).

TERRA LIVRE, São Paulo, v. 12, n. 104, 1961a.

TERRA LIVRE, São Paulo, v. 12, n. 105, 1961b.

TERRA LIVRE, São Paulo, v. 7, n. 57, 1955.

TERRA LIVRE. São Paulo, v. 14 n. 132, 1964. Suplemento Especial; março.

TERRA LIVRE. São Paulo, v. 8, n. 79, 1956.

UM MORTO e Quatro Feridos no Conflito do Sindicato. **Diário do Rio Doce**. Governador Valadares, ano, 7, n. 1684, 1964 (março, 31).



# PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO LESTE DE MINAS GERAIS

**Nelito Nonato Dornelas**

## **Introdução**

A temática da Reforma Agrária no Brasil, desde os anos de 1950, tornou-se condição fundamental para criar oportunidades de livre iniciativa e da afirmação de cidadania. A Igreja Católica desempenhou um importante papel em relação às lutas camponesas pelo acesso à terra, diante da solicitação do Papa João XXIII pela opção aos pobres. Este capítulo tem como objetivo principal descrever a trajetória das lutas e consolidação dos movimentos sociais no Leste de Minas Gerais.

A técnica metodológica utilizada para a construção deste capítulo foi o relato de experiência, que consiste na narrativa da vivência de um fato ao longo de um tempo. Neste caso, a descrição dos fatos foi a partir do que se experimentou, viveu e ouviu de relatos de outros sujeitos da história, num contexto de lutas, resistências e conquistas. Nesse sentido, o Vale do Rio Doce merece destaque em relação às lutas camponesas, pois foi, numa conjuntura de transformações e formações de territórios, que ganharam forças e visibilidades. Esse Vale é marcado por intensas e significativas lutas pelas terras, conquistas e resistências, que ainda permeiam seu cotidiano. O Vale do Rio Doce tem muita história a ser registrada, e nas linhas a seguir, há uma pequena contribuição de fragmentos dessa história.

## **Situando a temática**

Não é uma novidade que a bandeira da Reforma Agrária apoderou-se do imaginário popular em diversos estados brasileiros, desde o final da década de 1950. Movimentos populares, sindicais e pastorais sociais vinculados à Igreja Católica tornaram-se verdadeiros sujeitos sociais no cenário nacional com incidência nos territórios locais.

Nesse sentido, diversos grupos de camponeses se organizaram e se fortaleceram, possibilitando assim, no imaginário social, uma visão de que a construção da democracia exige a efetivação imediata da Reforma

Agrária. Democratizar o acesso e a propriedade da terra passou a ser compreendida, por parte da sociedade, como exigência ética de aprofundamento da democracia.

Sendo assim, a Reforma Agrária tornou-se condição fundamental para se criar oportunidades de livre iniciativa e de afirmação da cidadania, libertando a sociedade brasileira do entrave histórico e jurídico da forma costumeira de apropriação das terras.

## **A questão agrária e a Igreja Católica**

Diante desta temática é bom ter em mente que a primeira manifestação pública da Igreja Católica no Brasil sobre a questão agrária foi de cunho nitidamente conservador por meio de uma Carta Pastoral, em setembro de 1950, do bispo Dom Inocêncio Engelke da Diocese de Campanha/MG. Essa carta, considerada o marco do envolvimento da Igreja com a questão da Reforma Agrária, foi resultado de um encontro na 1ª Semana Ruralista, promovida pela referida diocese, entre 60 párocos, 250 fazendeiros e 270 professoras rurais; também estavam presentes religiosas e religiosos que representavam os estabelecimentos de ensino médio cujos alunos, em sua absoluta maioria, provinham da zona rural. No entanto, nesse evento, não esteve presente nenhum trabalhador rural e nenhum camponês.

Evidencia-se que esse documento surgiu poucas semanas após o Partido Comunista do Brasil ter lançado um manifesto a favor de uma Reforma Agrária radical. A ação da Igreja Católica ganhava sentido numa proclamação emblemática: “Antecipai-vos à Revolução”. O título do documento episcopal esclarece as condições em que a Igreja decidiu aceitar a conveniência da Reforma Agrária: “Conosco, sem nós ou contra nós, se fará a reforma rural”.

## **O Vale do Rio Doce e os movimentos camponeses**

Documentos históricos e práticas políticas dão conta de que o Vale do Rio Doce fez parte da estratégia governamental de colonização, tornando-se a última região a ser ocupada. Permanecendo, entretanto, até o final do século XIX, como fronteira agrícola para gente negra e mestiça, para grupos indígenas e tradicionais, cada vez mais cercados em seus espaços de vivências e convivências.

Para se compreender isto, deve-se ter em mente que a partir dos anos de 1950, ocorreram na sociedade brasileira significativas mudanças tanto no âmbito social, econômico, cultural quanto ambiental, alterando assim, profundamente, os padrões de vida estabelecidos até o momento. Nesse contexto, emergem também novos problemas sociais, agravando ainda mais aqueles não erradicados.

Nesse sentido, o Vale do Rio Doce, situado à Leste de Minas Gerais, tornou-se, a partir da década de 1950, palco de uma das mais aguerridas lutas sociais no campo. Além da atuação da Igreja Católica, destaca-se também a participação das igrejas cristãs, estabelecidas na região, nesse processo de lutas dos movimentos sociais rurais.

## **O Vale do Rio Doce e os primórdios da Teologia da Libertação**

Nesse ponto, merece ênfase a presença de Richard Shaul, pastor presbiteriano e renomado teólogo, que chegou à região, por volta dos anos de 1960, com o intuito de criar um seminário para a Igreja Presbiteriana em Governador Valadares.

É fundamental salientar que é Richard Shaul quem vai elaborar os primeiros ensaios teológicos que, posteriormente, se constituirão na base da Teologia da Libertação. Seus escritos, inspirados em teólogos liberais europeus, eram denominados de Teologia da Revolução, numa tentativa de interpretar teologicamente as lutas sociais no campo no Vale do Rio Doce.

É muito interessante notar que, posteriormente, quem sistematizou suas ideias, foi Rubem Alves seu aluno e discípulo, em sua tese de doutorado, defendida nos Estados Unidos da América– EUA – intitulada Teologia da Libertação. Essa obra foi publicada como Teologia da Esperança Humana, em cumprimento à exigência dos editores.

## **As lutas camponesas e a opção pelos pobres**

No Vale do Rio Doce, o palco de lutas sociais no campo se assemelhava ao enfrentamento das ligas camponesas, lideradas por Chico Julião, no estado nordestino de Pernambuco, e ao processo revolucionário cubano.

Nesse contexto, a Igreja Católica, para acompanhar esse processo e melhor assistir religiosamente os seus fiéis, determina pela criação, no dia 1º

de fevereiro de 1956, da Diocese de Governador Valadares, desmembrando-a, na maioria de seu território geográfico, da Arquidiocese de Diamantina e nomeando como primeiro bispo, Dom Hermínio Malzone Hugo.

Destaca-se que Dom Hermínio, além de ser vigário geral da Diocese de Guaxupé e amigo pessoal de Dom Inocêncio Engelke, bispo da vizinha Diocese de Campanha, estava, também, inteirado com as questões sociais do campo no sul de Minas.

Seu pastoreio em Governador Valadares, com duração de vinte anos (1956 - 1976), foi marcado por dois acontecimentos mundiais emblemáticos do século XX. Ambos ocorridos no ano de 1958, ou seja, a Revolução Cubana e a eleição do camponês, Ângelo Giuseppe Roncalli para Papa, com o nome pontifício de João XXIII.

Diante do advento da Revolução Cubana, o Papa João XXIII, preocupado com o distanciamento de membros da hierarquia da vida dos pobres, enviou uma carta secreta para os bispos do Brasil com a seguinte recomendação: “Ou os senhores façam uma opção pelos pobres ou estes serão cooptados pelos comunistas”.

A partir da leitura dessa carta, várias medidas foram tomadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, para efetivar essa opção pelos pobres, solicitada pelo Papa João XXIII. Dentre essas medidas, destaca-se a assinatura do convênio denominado: Aliança para o Progresso, com o governo norte americano John Kennedy, gerenciado pela Cáritas Brasileira. Nesse convênio, estavam presentes várias linhas de ação, perpassando desde a superação da fome até a educação.

Nessa perspectiva, para erradicar o analfabetismo no campo, a CNBB criou, aos 21 de março de 1962, no Nordeste brasileiro, o Movimento de Educação de Base (MEB), implementando o método de Paulo Freire e o de Dom Bosco. Realça-se que o MEB distribuía um rádio a pilha para cada comunidade rural, que se cotizava para comprar as pilhas e se reunia, durante a noite, para as aulas radiofônicas.

Dom Hermínio, entusiasmado diante da solicitação do Papa João XXIII em relação à opção pelos pobres, criou, em 1961, na Diocese de Governador Valadares, a Cáritas Diocesana. Em parceria com Dom Helder Câmara, secretário geral da CNBB na época, a Cáritas Diocesana organizou um “Banco da Providência” com a finalidade de proporcionar empréstimos financeiros e distribuir sementes aos camponeses. Também em

parceria com escolas e creches da região, a Cáritas distribuía agasalhos, leite em pó e outros gêneros alimentícios.

Nesse ponto, é fundamental destacar que Dom Hermínio incentivou também, prefeitos da região a promoverem a Feira da Paz, com o objetivo de estimular a cultura da paz, em conformidade com o pensamento do Papa João XXIII, que lançou uma Encíclica denominada *Pacem in Terris* em 1961.

Por outro lado, nunca é demais ter-se presente a parceria com a Congregação Missionária do Espírito Santo, conhecida como Congregação dos Padres Espiritanos que, com auxílio internacional, criou a Associação de Proteção à Maternidade e Infância (APMI) nas paróquias por eles assistidas. Contribuíram também nas construções de creches, escolas e até cinema com intuito de estimular a vida cultural da sociedade.

Vale enfatizar, inclusive, o apoio dado por Dom Hermínio à obra social “Itaka” da Ordem dos Padres Escolápios e sua atividade educacional, à obra social da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, aos hospitais, São Vicente de Paulo, popularmente conhecidos como hospitais dos Vicentinos e dos Frades Carmelitas no interior da diocese. Merece relevância também, o convite realizado às Congregações religiosas femininas das Irmãs de Jesus Crucificado, Irmãs da Imaculada Conceição de Castres e das Irmãs da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes.

Para desempenhar atividades no âmbito social e religioso na Diocese de Governador Valadares, Dom Hermínio convidou as irmãs de Jesus Crucificado de Campinas/SP, cujo carisma é viver nas periferias junto aos pobres, formar comunidades e cuidar dos meios de comunicação social. Da França, trouxe as irmãs da Imaculada Conceição de Castres, conhecidas como as “irmãs azuis”, cujo carisma é cuidar dos menores abandonados. Também, para o trabalho educacional, acolheu as irmãs da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes, conhecidas como irmãs Lourdinias.

Evidencia-se também o apoio de Dom Hermínio ao trabalho educacional das Irmãs Clarissas Franciscanas e o cuidado com a mocidade feminina. Da Suíça, buscou as Irmãs da Santa Cruz, cujo carisma é a inserção popular e a promoção da saúde. Solicitou, na Inglaterra, a presença da Sociedade Missionária de São José de Mill Hill, cujo carisma é o ecumenismo e a formação de comunidades.

Acolheu também os padres franceses do Sagrado Coração de Jesus para assumir o pastoreio nas paróquias. Em parceria com a Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, implantou, na dioce-

se, o trabalho do Movimento da Boa Nova (MOBON), com o propósito na formação bíblica, celebração do culto dominical, catequese permanente para adultos e criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Da Espanha, conseguiu trazer o Movimento de Cursilhos de Cristandade (MCC), com o principal objetivo de corresponsabilizar a classe média nas atividades de evangelização da diocese. Dom Hermínio promoveu, inclusive, uma parceria com o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro para formação bíblica, doutrinária e psicológica dos seus diocesanos.

Ademais, pode-se mencionar a construção do Seminário Diocesano Nossa Senhora Auxiliadora para a formação do clero local e do orfanato “Cidade dos Meninos”, com a finalidade em acolher os menores abandonados da região.

É significativo salientar que, da Itália, Dom Hermínio, trouxe para Governador Valadares, o movimento internacional “Por Um Mundo Melhor”, coordenado pelo Padre Lombardi, cujas linhas de ação eram: formação, comunicação e promoção humana. Com essa parceria, foi criada a “Fundação João XXIII”, que se encarregou da aquisição das rádios “Por Um Mundo Melhor” (AM e FM), em setembro de 1960, com a presença, na inauguração, do então presidente da República Juscelino Kubitschek. Portanto, a única diocese, além do Nordeste brasileiro, que aderiu ao programa radiofônico do MEB para alfabetização de adultos, foi a de Governador Valadares através da rádio “Por Um Mundo Melhor”.

Ressalta-se que, no curto pontificado de João XXIII (1958-1963), a Igreja Católica vivencia profundas transformações, as quais ficaram conhecidas pelo nome de *Aggiornamento* (atualização), sobretudo, no ato de convocação e inauguração do Concílio Ecumênico Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962-1965. Nessa conjuntura, Dom Hermínio teve participação assídua em todas as sessões do Concílio e se empenhou pela sua plena implantação na Diocese de Governador Valadares.

Foi nesse contexto de transformações vivenciadas pela diocese e pelo território geográfico de Governador Valadares e seu entorno, que Dom Hermínio Malzone Hugo deixou seu legado e suas marcas que perduram ao longo dos anos. Permeadas nessas transformações e formações de territórios estavam as lutas dos camponeses que, diante da solicitação do Papa João XXIII pela opção aos pobres, ganhou forças e visibilidades.

## O Golpe Civil-Militar de 1964 e o ressurgimento do profetismo

Idealizado por uma coligação de forças e interesses, composta pelos grandes empresários, latifundiários, proprietários de grandes parcelas de terras e, por empresas estrangeiras com a participação dos setores das Forças Armadas, o Golpe civil-militar, de 31 de março de 1964, foi concretizado.

Afirma-se que a Ditadura, no Brasil, passou por três fases diferentes ao longo de seus vinte e um anos de duração. A primeira é considerada quando se instala (1964-1968); a segunda fase é quando aterroriza (1969-1975) e por fim, quando não se sustenta (1976-1985). Nesse sentido, a sua radicalização e recrudescimento ocorrem a partir de 1968, com a edição do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), no qual o governo central se reconhece autorizado a encerrar as atividades do Congresso Nacional, silenciar o Supremo Tribunal Federal, destituir os partidos políticos, fechar os sindicatos de classe, agir com violência contra os movimentos sociais, cerceando os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, prendendo, torturando, exilando e matando muitos de seus líderes, com o pretexto de que essas medidas combateriam o Comunismo.

É necessário mencionar que esse contexto provocou mudanças profundas no cenário político, social, econômico, religioso e cultural em todo o país. Não sendo diferente no Vale do Rio Doce, local em que foram observadas repercussões enormes em relação à nova conjuntura estabelecida no Brasil.

Nesse cenário contraditório de abertura da Igreja Católica para o diálogo e proximidade com a sociedade e suas lutas sociais e o fechamento no campo político, surge uma voz profética que irá influenciar radicalmente a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação ao contexto ditatorial do país, colocando no coração da Igreja a problemática vivida pelos pobres. Quem cumpre essa missão é Dom Pedro Casaldáliga, eleito bispo Prelado de São Félix do Araguaia no Mato Grosso, em 1971.

Casaldáliga, antes de ser eleito bispo, já se encontrava há dez anos nessa região como missionário Claretiano, portanto, conhecia suficientemente a vida dos povos que ali habitavam. Assim, ao assumir a Prelazia de São Félix do Araguaia, escreve uma carta pastoral cujo título é: “Uma Igreja no coração da Amazônia em luta contra o latifúndio”. Essa carta é escri-

ta em francês e enviada à Conferência Episcopal da França. Foi essencial o uso dessa estratégia para fugir da repressão do AI-5 e, assim, poder contribuir com a recepção criativa do Concílio Ecumênico Vaticano II, através da II Conferência do Episcopado Latino-americano (CELAM), realizada em Medellín na Colômbia, em setembro de 1968.

Tal Conferência possibilitou à Igreja Católica fazer sua opção pelos pobres, pela juventude e pela promoção das CEBs, bem como pela contribuição na libertação dos povos latinos, demonstrando assim as peculiaridades de cada população que compõe o vasto território geográfico da América Latina.

Consequentemente, preocupada com a situação brasileira diante das informações contidas na carta de Dom Pedro Casaldáliga, a Conferência Episcopal Francesa encaminhou à CNBB, com a recomendação de que era fundamental apurar as denúncias nela contidas. Em atendimento a essa solicitação, foram criados quatro grupos de estudos, dos quais resultaram três importantes documentos promulgados pela Igreja Católica: “Y-Juca-Pirama - O índio: aquele que deve morrer?”, referente à invasão e destruição da Amazônia; “Eu ouvi os gritos de meu povo”, em relação à indústria da seca e política de morte para o Nordeste brasileiro; por fim, “A destruição de um povo - desafios às Igrejas”, a respeito da invasão e destruição do Bioma do Cerrado.

Por outro lado, a partir desses estudos, a Igreja Católica começou a organizar sua ação evangelizadora e suas paróquias fundamentadas nas CEBs, das quais surgiram inúmeras Pastorais Sociais especializadas no objetivo de cumprir sua missão pastoral junto aos pobres, visando assim, à sua promoção, inclusão social e libertação.

Nesse crucial contexto, foi criada, em Pernambuco, a Pastoral dos Pescadores, com a finalidade de acompanhar os pescadores artesanais no enfrentamento à pesca industrial e predatória. Em São Paulo, diante do fechamento dos sindicatos, criou-se a Pastoral Operária como um espaço de organização dos operários. No Mato Grosso, foi fundado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para defender e proteger os indígenas ameaçados de extermínio. Em Goiás, instituiu-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para o enfrentamento à expansão do latifúndio, a defesa dos camponeses e a promoção da reforma agrária.

Diante do desmonte do tecido social provocado pela repressão da Ditadura, sobretudo com a radicalização a partir do decreto AI-5, o qual inaugurou a fase mais terrível e sangrenta desse período, a Igreja Ca-



tólica articulou o enfrentamento e a resistência a essa realidade opressora, através da organização das Pastorais Sociais especializadas, tais como: Pastoral dos Pescadores, Pastoral do Mundo do Trabalho, Pastoral da Terra, Pastoral Indígena, Pastoral do Menor, Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral da População em Situação de Rua, Pastoral da Saúde, Pastoral Carcerária, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Juventude, Pastoral Familiar, Pastoral das Pessoas com HIV/AIDS, Pastoral da Sobriedade, Pastoral dos Surdos-mudos, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Ciganos, Pastoral dos Circenses, Pastoral dos Refugiados, Pastoral do Turismo, Pastoral dos Trabalhadores no Mar, Pastoral dos Afrodescendentes, Pastoral dos Direitos Humanos e, por fim, a Pastoral da Ecologia.

Nessa circunstância, posicionamento firme da Igreja Católica, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), em favor dos direitos humanos e do Estado de direito democrático, expressos nos documentos e ações pessoais e coletivas de membros da hierarquia, foi acompanhado por uma intensa promoção pastoral em prol da cidadania.

Nesse sentido, para auxiliar na análise da realidade brasileira visando uma intervenção consciente e transformadora da mesma, foram criadas várias organizações, tais como: Cáritas Brasileira, Movimento de Educação de Base (MEB), Instituto Brasileiro de Análise Social e Desenvolvimento (IBRADES), Centro de Estudos e Análise Social (CEAS), Centro Ecumênico Bíblico (CEBI), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Campanha da Fraternidade (CF), Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Ação Popular (AP), Teologia da Libertação (TL), Centro de Investigações Religiosas e Estatísticas Sociais (CERIS), Instituto Nacional de Pastoral (INP) e o Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara” (CEFEP).

Torna-se primordial enfatizar que é, no contexto de repressões e violações de direitos do período ditatorial, que emergem as iniciativas e concretizações dos movimentos sociais e pastorais, no intuito de enfrentar e resistir, coletivamente, a realidade opressora da época.

## **A retomada das lutas camponesas no Leste de Minas**

Merece destaque também, na região Leste de Minas, a figura do mineiro Dom José Maria Pires que, além de ser professor de Latim, Português e Francês, foi o primeiro diretor do Colégio Católico Ibituruna em

Governador Valadares. Dom José Maria, após ter sido pároco na Paróquia Nossa Senhora da Piedade em Açucena e eleito bispo da Diocese de Araçuaí, criou, em 1962, a Diocese de Teófilo Otoni.

Nesse ponto, é interessante salientar que Dom José Maria percorreu três vales de Minas Gerais, sendo esses o Vale do Rio Doce, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri. Após essa caminhada, foi transferido para a Arquidiocese da Paraíba, porém manteve estreitos laços de amizade com as terras mineiras por onde andou. Na Paraíba, Dom José assume intensamente as lutas camponesas, merecendo destaque, no cenário nacional, a resistência em Alagamar.

Ressalta-se que, a partir daqueles grupos de estudos, referidos anteriormente, e da publicação do documento dos bispos do Nordeste “Eu ouvi os clamores do meu povo”, ao lado da criação da CPT, surgiu o Movimento Grito do Nordeste e a Pastoral Rural.

Conseqüentemente, devido à ligação afetiva com Dom José, esse movimento chegou a Teófilo Otoni, tornando-se o núcleo de retomada da luta pela terra no nordeste e leste de Minas. Nesse sentido, as lutas camponesas ganharam força e expressividade pelas mãos dos padres portugueses da Congregação da Boa Nova, entre os quais se destacam Jerônimo Nunes e os padres italianos, Domingos Burzio e Gino Novo, que foram também os fundadores, em 1978, da CPT, com sede na capital mineira, Belo Horizonte.

Não deve ser deixado de lado o fato de que a primeira ocupação de terras no Leste de Minas foi em 1986, no município de Tarumirim, nas terras pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Nesse local, mesmo depois de desativado o terreno e suas terras devolvidas à comunidade, encontravam-se mais de 30 famílias que trabalhavam na propriedade para um indivíduo que se apropriou dessas terras e reduziu os antigos ocupantes à condição de meeiros.

A ocupação dessas terras teve a contribuição e incentivo da CPT, a partir da solicitação apresentada pelo senhor Manoel Clemente, o “Nenzinho”, que, participando da CEB, descobre, à luz da leitura bíblica, que aquelas terras pertenciam a Deus, portanto, às famílias que nelas viviam e trabalhavam.

É possível mencionar que também tiveram papel importante nesse processo o Pe. Léssio Guedes, lideranças do MOBON e um grupo de agentes pastorais ligado à família de Nilson Coleta (Luíza, Nirta, Tânia e Maria das Graças).

No carnaval de 1988, ocorre a ocupação de terras na fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro, sob a liderança do sindicalista Sátiro e da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apoiando também essa ocupação estava a Pastoral Rural e a CPT.<sup>1</sup>

É pertinente citar que, em 1990, com apoio do Pe. Elias Mous, da Sociedade Missionária de São José de Mill Hill e pároco da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, reúnem-se em Aimorés, algumas lideranças religiosas com o objetivo de discutir sobre o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista, conhecida também como Barragem de Aimorés. Nesse ponto, é fundamental certificar que, a partir dessas discussões, nasceu a Comissão Pastoral da Terra no Vale do Rio Doce.

Algumas pessoas participaram com destaque dessa reunião, com debates enriquecedores: o pastor luterano Vitório Krauser, representando a CPT do Estado do Espírito Santo; os pastores metodistas: Jaeder Batista e Débora Blunck; os padres: Elias Mous, Jaeder Papaline, Manolo Díaz, Xabier Galarza, Antônio Amort, Ernesto Barcelos, José Luiz da Silva, Nelito Dornelas, Frei Ederson Queiroz e lideranças leigas, em sua maioria, provenientes do MOBON, dentre elas: Madalena, Fisika, Ninica, Graça, João Terra, José Roxo, José Pavuna, Renato, Joaquim Nicolau, Maria Nicolau, João Aurélio, Carminha, Aristeu e Elzi. Representando a coordenação da CPT do Estado de Minas Gerais estava Lucimere Leão.

É importante ter presente que a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés foi concluída no ano 2000, resultando em muitos passivos econômicos e sociais, cujas demandas estão sendo acompanhadas pela CPT com protagonismos das atingidas e dos atingidos diretamente por esses efeitos nocivos. Atualmente, a população local é duplamente atingida, devido ao desastre-crime socioambiental da mineradora Samarco, com o rompimento da barragem de rejeitos de minérios aos cinco de novembro de 2015, em Fundão, Mariana/MG.

Processo semelhante acontece em Tumiritingaem relação às discussões sobre a Reforma Agrária. Ressalta-se que o município possuía, até os anos de 1990, como maior fonte de renda as olarias. Inicialmente, com apoio do Pe. Antônio Amort, pároco da Paróquia Sagrado Coração de Jesus do referido município, criou-se uma Associação com a finalidade de garantir alimentos com valor mais acessível para as pessoas.

---

1 Para aprofundamento, veja o texto de Aloides Souza – “Luta Pela Terra” – neste volume.

Após algumas visitas realizadas pela equipe da CPT ao acampamento de Aruega em Novo Cruzeiro, observações foram registradas e, assim, lideranças de Tumiritinga decidiram convidar o MST para auxiliá-los na ocupação de um latifúndio improdutivo no município. Nesse sentido, em 1º de junho de 1993, sucede a ocupação do referido latifúndio, surgindo, portanto, o primeiro acampamento do MST no Vale do Rio Doce, batizado com o nome de “1º de Junho”.

Nesse contexto de lutas pelas terras, enfatiza-se que com a entrada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), na retomada da luta pela Reforma Agrária no Vale do Rio Doce, em parceria com a CPT e o MST, foram se multiplicando as ocupações de terras no Vale. Permitindo, assim, o surgimento de diversos assentamentos, tais como: Cachoeirinha, Liberdade, Oziel, Joaquim Nicolau, Barra Azul, Formoso Uruçuca, Pe. Josimo, Pe. Gino e João Calazans.

Sendo assim, para contribuir na conscientização da população sobre a importância da Reforma Agrária, a CPT promoveu, em agosto de 1993, a primeira Romaria da Terra em Tumiritinga. Com o tema “Esta terra tem dono: o Deus da vida e seu povo sofrido”, a romaria contou com um número significativo de romeiros. A segunda Romaria da Terra foi realizada em 1995, no assentamento Oziel, e, no ano 2000, no assentamento Formoso Uruçuca, houve a terceira Romaria. Dando continuidade a este processo, desde então, em âmbito Estadual e acrescentando a temática da Água, mais três Romarias das Águas e da Terra foram efetivadas na região Leste de Minas.

Nesse ponto, é pertinente enfatizar que, com o desastre-crime provocado pelas atividades relacionadas à mineração da Samarco, no município de Mariana/MG, em novembro de 2015, devastando a rica biodiversidade e alterando o cotidiano das populações pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Doce, uma nova luta emerge nesse Vale de tantas adversidades anunciadas e silenciadas.

Nesse contexto, diversas iniciativas foram surgindo, dentre elas é fundamental ressaltar a proposta da Comissão de Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana juntamente com a Cáritas Regional de Minas Gerais, Cáritas Diocesana de Itabira, Cáritas Diocesana de Governador Valadares, do Fórum Permanente em Defesa da Bacia do Rio Doce e das dioceses do Estado do Espírito Santo, em promover ações frente ao descuido com a “Mãe Terra”.

Uma das ações concretas, com enfoque na Bacia do Rio Doce e na comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi a realização da 1ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce em Resplendor/MG, no dia cinco de junho de 2016, tornando-se um acontecimento histórico de profetismo e de denúncia contra o maior desastre-crime socioambiental do Brasil.

A 2ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce aconteceu em Caratinga/MG, no dia quatro de junho de 2017. Transformando-se em um evento anual, a 3ª Romaria foi realizada em Ponte Nova/MG, no dia três de junho de 2018. Prevista para acontecer no dia dois de junho de 2019, em Itabira/MG, está a 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, consolidando assim, em uma manifestação religiosa em que fé e vida se entrecruzam e os clamores dos povos são entendidos. Assim, essas romarias têm despertado nas populações atingidas, pelo desastre-crime, o desejo de fazer questionamentos, de lutar e resistir frente ao modelo de desenvolvimento escolhido por ou para Minas Gerais.

É reconhecido que a mineração continua sendo um dos segmentos mais importantes da economia mineira, aqui vale lembrar as palavras sábias do Papa Francisco: *Digamos não a uma economia [...] onde o dinheiro reina em vez de servir. Essa economia mata. Essa economia exclui. Essa economia destrói a Mãe Terra. [...]. O futuro da humanidade [...] está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também em suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança. [...]. Precisamos e queremos uma mudança de estruturas.*

É necessário citar, também, que, atualmente, a CPT/ Região Leste está passando por um profundo processo de avaliação, considerando, sobretudo, a reativação, desde 2006, da Cáritas Diocesana de Governador Valadares, que vem assumindo uma nova configuração e articulação das lutas no campo e na cidade.

## **Um colóquio pessoal**

A narrativa descrita neste artigo é estritamente de cunho pessoal e testemunhal. Participei e, ainda participo, da construção dessa história de lutas e conquistas no Vale do Rio Doce desde seus primórdios. Cabe a mim, um imenso agradecimento à professora Maria Terezinha Vilarino,

a qual me desafiou a registrar essa memória, como indicativo de algumas linhas orientadoras capazes de aguçar o “faro” dos que desejam conhecer e compreender as grandes riquezas escondidas nesse Vale e, assim, se debruçarem na árdua tarefa da pesquisa científica.

Além disso, digo, como um padre católico, a mim cabe o ofício de celebrar a Eucaristia - memorial da Santa Ceia de Jesus. Por isso, ao elevar o Pão e o Vinho a serem consagrados, recito uma antiga oração do século terceiro da Era Cristã, contida no Primeiro Catecismo, a *Didaqué: Bendito sejais, Senhor Deus do universo, pelo pão e pelo vinho, frutos da terra, da videira e do trabalho humano. A vós vos oferecemos e para nós vão se tornar pão da vida e vinho da salvação*. É possível perceber que, nessa oração, tudo está interligado e entrelaçado. Portanto, sem terra e sem o trabalho humano, não temos pão e vinho e, sem estes, não temos vida e nem salvação.

Enfatizo que a Igreja Católica soube, significativamente, efetivar a Pastoral do Pão e do Vinho, resta-lhe aprender a promover a Pastoral da Terra, da Água e do Trabalho. Caso ela a abandone, não teremos amanhã o pão e o vinho. Por isso, busco na Eucaristia a essência do meu ministério, assumindo intensamente as lutas populares, plenamente consciente daquilo que o Papa Francisco nos tem alertado: *Quem toca na Eucaristia tem a obrigação de tocar as chagas dos corpos daqueles que são excluídos do banquete da vida*.

Encerro, portanto, esse artigo com as sábias palavras do Pe. Antônio Vieira, um jesuíta do século XVII. Segundo ele, quando os antigos queriam saber sobre a sorte que os deuses lhes guardavam para o futuro, observavam os rins de certos animais sacrificados. Analogicamente, afirma ele, que devemos consultar as entranhas dos sacrificados na história para descobrir qual futuro a nós está reservado.

Atualmente, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce é uma entranha escancarada de sacrificados que, às velhas demandas não solucionadas, acrescentam-se as novas e mais profundas. A atual realidade, pós desastre-crime da mineradora Samarco, exige de todos nós uma nova consciência socioambiental e um outro método de cuidar da Criação Divina, permeados por um novo marco regulatório das atividades ligadas à mineração. Nenhum de nós, portanto, está desobrigado dessa causa.

# A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO VALE DO RIO DOCE, MINAS GERAIS

**Rangel Nascimento<sup>1</sup>**

**Brasilino Moreira<sup>2</sup>**

**Enio Bohnenberger<sup>3</sup>**

**Gilson de Souza<sup>4</sup>**

**Helenice Pereira<sup>5</sup>**

**João Leite<sup>6</sup>**

**Serginho Barbosa<sup>7</sup>**

**Terezinha Sabino<sup>8</sup>**

Para a produção de conhecimento sobre a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Vale do Rio Doce, nos reunimos – sete militantes do MST e um professor universitário – no Assentamento Oziel, em Governador Valadares, para uma conversa aberta sobre o tema. Essa metodologia é o reconhecimento dos saberes que incorporamos na resistência, com êxito, à opressão. Na luta pela terra vamos incorporando um conhecimento que não é superior, nem inferior ao saber científico, e sim uma perspectiva sobre a territorialização do MST na região do Vale do Rio Doce, pelo testemunho dos que viveram os acontecimentos e construíram uma história de luta. A produção de conhecimento a partir da perspectiva subalterna se inspira nas propostas epistemológicas: de Paulo Freire (1968), pela síntese cultural entre os saberes popular e científico;

---

1 Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

2 Militante do MST; Coordenação do Assentamento Oziel, Governador Valadares-MG.

3 Militante do MST; Coordenação do MST de Minas Gerais; Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Presidente Prudente-SP).

4 Militante do MST; Graduado em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

5 Militante do MST; Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

6 Militante do MST; Coordenação do Assentamento Oziel, Governador Valadares-MG.

7 Militante do MST; Coordenação do Assentamento Nova Vida, Novo Cruzeiro-MG.

8 Militante do MST – setor de saúde; Pedagoga pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Especialista em Educação do Campo pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Especialista em Educação, Trabalho e Movimentos Sociais pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

de Orlando Fals Borda (1995), pela investigação-ação participativa para um diálogo de saberes; de Bernardo Mançano Fernandes (2001), para uma pesquisa-militante; e de Boaventura de Sousa Santos (2002), para transformar as ausências em presenças, no traslado entre o saber subalterno e o saber científico e, portanto, a tradução intercultural valorizando a ecologia de saberes (NASCIMENTO, 2019).

Este capítulo é, em grande parte, a reprodução organizada de nossas memórias, nós militantes do MST, que participamos da luta pela terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Por essa razão o texto é produzido na primeira pessoa do plural.

A presença do MST no Vale do Rio Doce é um desdobramento da sua gênese em Minas Gerais, empreendida no Vale do Mucuri, que resultou na primeira ação de massa do movimento no Estado, em fevereiro de 1988, quando 400 famílias ocuparam a Fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. As famílias excedentes em relação às que foram assentadas em Aruega estão entre as protagonistas da primeira ocupação realizada pelo MST no Vale do Rio Doce, em 1993, em Tumiritinga.

De acordo com o trabalho de pesquisa de Bernardo Mançano Fernandes (1999) sobre a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:

Em Minas Gerais, o MST nasceu nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Em 1984, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do município de Poté, começaram as primeiras reuniões, promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nas CEBs, as famílias discutiam as experiências de lutas que o MST vinha realizando nos estados do Sul. Os trabalhadores rurais estavam interessados em conhecer mais a respeito das ocupações de terra e em como construir o movimento em Minas. Por essa razão, aumentava o número de famílias participantes nas reuniões para discutirem a reforma agrária. O conteúdo das reuniões era marcado pela compreensão que não bastava esperar por uma política do governo, mas que os próprios trabalhadores deveriam construir a sua organização para lutar pela terra. Desse modo, decidiram enviar dois delegados para o 1º Congresso do MST. [...] Voltaram com a proposta concreta de construção do MST mineiro. A resolução não era somente organizar as famílias de Poté, mas também iniciarem os trabalhos de base em outras regiões. A população que compunha as comunidades era formada por camponeses proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados. Nesse primeiro momento, um dos vínculos que os unia era o trabalho pastoral. Com a decisão de organizarem os trabalhadores



para lutar pela terra, cada vez mais o vínculo passou a ser o fato de serem sem-terra. Sem-Terra tornou-se uma identidade que reunia diversas categorias de trabalhadores rurais, em diferentes condições. Sem-Terra significava tanto o estado de exclusão, por meio da negação de uma condição: de serem camponeses sem poderem trabalhar nas suas terras, quanto estava carregada de sentido histórico e de força política de uma identidade própria. [...] Em junho de 1985, os sem-terra promoveram, com o apoio da CPT, o 1º encontro regional em Teófilo Otoni, [...] elegeram uma coordenação regional e iniciaram os trabalhos de base nos municípios de Ladainha, Teófilo Otoni, Pavão, Ouro Verde de Minas e Frei Gaspar (FERNANDES, 1999, p. 125).

No Vale do Mucuri, Poté, com o primeiro município de Minas Gerais a ter sindicato dos trabalhadores rurais, foi a principal referência de cidade onde se articulou o MST, com destaque para a liderança de Joaquim de Poté. Outra liderança do sindicato, Sati, foi fundamental nessa articulação, era um sujeito muito corajoso, animado e nos deu uma grande força. Ele era ameaçado constantemente por pistoleiros, até mudou-se do município para não ser assassinado. O padre Gerônimo também deve ser lembrado por sua contribuição para a articulação do MST no Vale do Mucuri, inicialmente. Para a ocupação de Aruega também foram famílias do Vale do Rio Doce, de Jampruca, Frei Inocência. Houve apoio político em torno da luta de Aruega vindo dos polos regionais de Teófilo Otoni e Governador Valadares, com destaque para as figuras do Marcos Heleno, do Passarela e do Bispo de Araçuaí, Dom Enzo.

As CEBs incentivavam a organização dos sem-terra. Houve um curso de formação de monitores na Paraíba, cuja última etapa era participar de uma ocupação. No caso dos monitores de Minas Gerais, a tarefa era auxiliar na ocupação de Aruega. Então, saímos de lá com a tarefa de articular as famílias mais próximas da região do Vale do Mucuri, em Itambacuri, Frei Inocência, Jampruca, entre outras. Com a decisão da ocupação, articulou-se toda a região do Vale do Mucuri e parte do Jequitinhonha. Decidimos pela ocupação da Fazenda Aruega, mas a região era toda vigiada. Havia o medo de vazamento de informação e, assim, os fazendeiros bloquearem nossa ação. Então, marcamos de ir para outra fazenda, dissemos que iríamos para a fazenda Borá, aí deixamos vazar a informação e fomos para Aruega. E por que Aruega? Porque já sabíamos que uma parte dela era devoluta, portanto, facilitou a justificativa para poder fazer a disputa. Fizemos essa ocupação no dia 12 de fevereiro de 1988. Enquanto

o pessoal estava pulando Carnaval, a cidade de Novo Cruzeiro em festa e os sem-terra passando com o argumento de ir colher café.

No julgamento da reintegração de posse da Aruega, o juiz marcou a audiência para uma sexta-feira, às 14 horas, e tínhamos o prazo de 24 horas para entrar com recurso em Belo Horizonte. Aí foi uma coisa que mobilizou, marcou a cidade, porque o juiz estabeleceu esse horário justamente para não dar tempo de entrar com recurso. Com articulação da CPT, fretamos um avião e os nossos advogados estavam só esperando a decisão do juiz para ir de avião para Belo Horizonte. A cidade inteira foi para o campo de aviação. Na hora que o avião foi decolar, o então prefeito de Novo Cruzeiro mandou atravessar um fusquinha na pista para o avião não decolar. Depois de muita confusão tiramos o fusquinha, o avião decolou e os advogados conseguiram chegar ao tribunal em Belo Horizonte a tempo de protocolar o recurso para cassar a liminar.

Enquanto a situação de Aruega se arrastava ocupamos a área ao lado, a Fazenda Sapezinho, em setembro de 1989. Mas lá teve despejo, conseguiram a reintegração de posse. A polícia agiu estrategicamente, não foi lá e nos despejou, mas montou um acampamento ao lado do nosso e ficou ali minando a gente por dentro. Quem tentava sair de Aruega e de Sapezinho e era pego pela polícia, era torturado. Caminhões que traziam alimentos doados pela CPT eram interceptados pela polícia, que jogava querosene nos alimentos. Com a concretização do despejo de Sapezinho, a polícia ousou tentar fazer o despejo de Aruega. Aí teve um fato histórico que marcou: todo mundo em Aruega enfrentou e impediu que o batalhão conseguisse fazer o despejo.

Fernandes (1999) descreve em detalhes o contexto dessas duas primeiras ocupações do MST mineiro, Aruega e Sapezinho:

O governo estadual enviou seiscentos soldados para Cruzeiro Novo, que acamparam ao lado dos sem-terra. Por quatro meses, a Polícia Militar bloqueou a área, impedindo que os trabalhadores saíssem do acampamento. Isolados, sem alimentação, algumas famílias começaram a desistir. Ainda o prefeito tomou a frente da [União Democrática Ruralista] UDR regional e divulgava que os sem-terra não permaneceriam na Aruega, nem na região. Durante a repressão, o número de famílias caiu para 250. Ao mesmo tempo, a articulação MST-CPT-Sindicatos pressionava os governos estadual e federal. Em setembro [de 1989], os trabalhadores ocuparam a sede do [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] INCRA em Belo Horizonte, quando conseguiram a desapropriação da Aruega. Nesse confronto

de forças, um mês depois, o MST realizou a segunda ocupação. Duzentas e cinquenta famílias ocuparam a fazenda Sapezinho, ao lado da Aruega. Resistiram por seis meses, plantando na área e exigiram a vistoria pelo INCRA. Outra vez, os sem-terra foram cercados, agora por um contingente de aproximadamente mil policiais. O acampamento estava localizado em um lugar de difícil acesso e a Polícia Militar preparou uma ação estratégica para impedir a saída dos trabalhadores. Os que tentavam e eram pegos, os policiais torturavam. Com a liminar de reintegração de posse e a perspectiva de uma ação violenta, os sem-terra decidiram transferir o acampamento para uma pequena propriedade no município de Itaipé. A área pertencia a um camponês que tinha um filho acampado. Na fazenda Aruega, com a demarcação dos lotes, ficara definido que o número de famílias assentadas seria 25. Dessa forma, havia um excedente de 125 famílias. No acampamento em Itaipé, estavam em torno de 100 famílias. Os trabalhadores continuaram negociando com o INCRA, que não apresentava proposta de assentamento das famílias acampadas. Ante a falta de perspectiva, os sem-terra articularam uma nova ocupação e no dia 5 de setembro de 1989, tentaram ocupar a fazenda Bela Vista, no município de Teófilo Otoni. As famílias acampadas em Itaipé chegaram até a área, todavia, as famílias da Aruega foram barradas na rodovia pela Polícia Militar. A Bela Vista era um latifúndio de dois mil e setecentos hectares, que os sem-terra pretendiam ocupar e exigir a vistoria. Primeiro os jagunços e depois os policiais impediram que as famílias montassem o acampamento. No confronto, duas pessoas foram baleadas e as famílias recuaram. Vários trabalhadores foram presos e as famílias transferidas para uma área na periferia da cidade (FERNANDES, 1999, p. 127).

Despejados de Sapezinho, negociamos com um camponês que possuía uma pequena propriedade em Itaipé para ficarmos acampados provisoriamente. Quando finalmente saiu o assentamento em Aruega, havia um número grande de famílias acampadas que não foram assentadas, eram excedentes. Então, um grupo composto por famílias excedentes de Aruega, famílias despejadas de Sapezinho e famílias acampadas no município de Itaipé, na Pedra do Chifre, decidimos pela ocupação da Fazenda Bela Vista, em Topázio. A polícia chegou ao mesmo tempo dos sem-terra e impediu que montassem acampamento. Foi um conflito pesado. Os sem-terra enfrentaram a polícia, foram para o confronto com foices e enxadadas. Houve feridos, baleados e crianças que ficaram até quatro dias perdidas no mato. Posteriormente, a Polícia Militar de Minas Gerais criou duas armas, batizadas de “aruega” e de “sapezinho”, para fazer enfrentamento em despejo. Segundo Fernandes (1999, p.127-128):

A aruega é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “V”, que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O sapezinho é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatando foices e enxadas.

Com a repressão violenta em Bela Vista, o padre Giovanni, de Teófilo Otoni, nos acolheu naquele momento, conseguindo um local na comunidade rural da Laginha, onde as famílias que estavam lá em Sapezinho e em Itaipé ficaram acampadas um bom tempo, de 1989 a 1992. Já as famílias excedentes de Aruega, para lá retornaram, em virtude de não ter para aonde ir.

Em 1992 fizemos uma ocupação no INCRA, que se comprometeu a solucionar a situação e, posteriormente, visitou Aruega com um pessoal da Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), com a proposta de assentar no Assentamento Craúna, em Jequitinhonha, as famílias excedentes de Aruega e as acampadas em Itaipé. Fomos lá conhecer e ficamos satisfeitos com o local oferecido. Mas quando chegamos de mudança, nos levaram para outra parte do assentamento, porque aquela que nos mostraram, já estava com famílias assentadas. Então, recusamos ficar e dissemos que o combinado não havia sido aquela área. Era muita gente, três ônibus e quatro caminhões de comida. Um batalhão da polícia ficou no acampamento; e desta vez para que as famílias não pudessem sair e, desse modo, obrigá-las a aceitar o assentamento na área diferente da que havia sido prometida. Ficamos provisoriamente até eles cansarem e nos deixarem ir embora, já que não tinha mais jeito de nos segurar. Chegaram uns motoristas dizendo que iam nos tirar de lá, mas quando passávamos por Itaobim disseram que não seguiriam mais. Ali quase teve um conflito com a polícia, porque já tínhamos decidido por um canto na beira da estrada que iríamos ficar acampados. Um bispo veio para as negociações e acabaram nos levando aonde queríamos, em Padre Paraíso, no Ponto do Marambaia.

Em seguida viemos a Governador Valadares, para ir até Tumiritinga encontrar com o Padre Antônio e pedir uma ajuda econômica para o movimento. Passamos no gabinete do deputado Marcos Heleno, também encontramos o Joaquim Nicolau e ele falou da Fazenda Califórnia, em Tumiritinga, que viria a ser o Assentamento 1º de Junho. Voltamos a Teófilo Otoni para dizer, olha gente, surgiu uma luz no fim do túnel, mas precisamos montar uma equipe para ir conhecer a área. Após o re-

conhecimento da fazenda, concluímos que era necessário fazer trabalho de base na região de Governador Valadares, como Marilac, Tumiritinga, porque tínhamos poucas famílias lá no Ponto do Marambaia e era preciso levar mais gente.

No entanto, não havia um consenso entre a coordenação regional do MST e a da CPT. As opiniões se dividiam em relação a como ocupar a Fazenda Califórnia. A CPT entendia ser necessária uma Romaria da Terra (evento itinerante organizado anualmente pela CPT em vários estados), no Vale do Rio Doce, mais precisamente em Tumiritinga. Por outro lado, a nossa preocupação e a nossa tese era que deveríamos fazer primeiro a ocupação, depois a romaria, porque, se fizesse a romaria, despertaria a curiosidade dos fazendeiros tornando mais complicado ocupar a área, em função do histórico de violência dos fazendeiros da região e, portanto, um provável enfrentamento pesado. Então, todo cuidado era pouco. A partir disso, tivemos uma votação interna na CPT, para poder facilitar o encaminhamento. Inclusive o Gilmar Mauro, da Direção Nacional do MST, veio auxiliar, com aquele jeitão meio de padre, habilidoso, ajudou a conduzir a conversa junto com o Joaquim Nicolau, que era da CPT. Conseguimos fazer uma votação, já que não houve consenso, e a decisão de fazer primeiro a ocupação prevaleceu. E quando veio a romaria, ela aconteceu dentro da ocupação, na Fazenda Califórnia.

Decidimos a data da ocupação para 1º de junho de 1993. Fretamos ônibus com o argumento de que era para buscar gente para trabalhar e marcamos no polo da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) para baldear, já que os ônibus só iam pegar no Ponto do Marambaia e trazer até ali, não rodavam em estrada de chão. Faltavam uns 40 km, então, seguimos em carroceria de caminhão. Foi assim que o MST começou no Vale do Rio Doce. Por isso que essa história tem tudo a ver com a dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, uma vez que eram destas regiões a maioria dos assentados em Tumiritinga. E naquela época, até era possível discutir a reforma agrária fora de Governador Valadares, mas aqui ninguém acreditava que faríamos uma ocupação nessa região. Não saía nada se o povo não viesse de fora.

Conforme esclarece Fernandes (1999, p. 25-26):

Na região de Governador Valadares, desde o início da década de 1940, os posseiros enfrentaram fazendeiros interessados naquelas terras, por causa da construção da rodovia Rio-Bahia. Para formar fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros a condição de

derrubar a mata para a formação de pastos, e só poderiam plantar para a subsistência. Desse modo, com a formação das fazendas, os posseiros foram sendo expulsos da terra e se organizaram, o que fez aumentar a violência dos fazendeiros contra eles.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, nosso lema era: “Ocupar, Resistir e Produzir”, porém, nós apanhamos tanto, que mudamos a estratégia. Assim, o resultado do nosso Encontro Nacional, em 1995, foi o lema: “Reforma Agrária se faz no campo, mas se conquista na cidade”. Então, decidimos fazer marcha para todas as capitais, tínhamos que ir protestar nas cidades. A marcha para Belo Horizonte, em 1996, foi decisiva para a conquista do Assentamento Oziel; fomos tão reprimidos, apanhamos tanto, que a repercussão ajudou a pressionar para a conquista. Entramos em Belo Horizonte no mês de abril, alguns dias antes do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, onde o pessoal também estava marchando e foi duramente reprimido com aquela chacina.

E nós também fomos reprimidos quando nos aproximamos de Belo Horizonte, apanhamos, bloquearam nossa entrada na cidade, nos fizeram entregar as foices, os facões e prenderam 21 lideranças. Pessoas levaram pancadas tão fortes na cabeça, que tiveram que ir para o hospital; um padre desmaiou devido a um enforcamento com cassetete; um deputado foi mordido por cachorro etc. Tudo isso, virou a opinião pública a nosso favor. Daí o prefeito, que era o Patrus Ananias (PT), nos deu a chave da cidade e entramos com cerca de seis mil pessoas. O governador Eduardo Azeredo (PSDB) viu-se obrigado a reunir-se conosco. Na reunião perguntaram: ‘qual é a pauta de vocês?’ E nós respondemos: ‘a Fazenda do Ministério, onde estamos acampados desde agosto de 1994’. Então, disseram: ‘se é isso, está tudo resolvido, ela será repassada a vocês’. Isso deixou os fazendeiros muito revoltados e até hoje eles não se conformam, já que essa fazenda era um símbolo de disputa. Em uma palestra recente, o pecuarista, presidente da União Ruralista Rio Doce e atual prefeito de Governador Valadares, André Merlo (PSDB), disse que o lugar estratégico do desenvolvimento de Governador Valadares era a Fazenda do Ministério, mas eles a haviam perdido para os sem-terra. Daí depois ele diz que, não que ele seja contra a reforma agrária, mas que ali não era para ter virado assentamento. O nome do Assentamento, Oziel Alves, é uma homenagem ao companheiro assassinado no massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996.

Em 1963, o governo João Goulart, o Jango, havia prometido a Fazenda do Ministério para as Ligas Camponesas. Com o encaminhamento da reforma agrária pelo presidente (GOULART, 1964), a transmissão da Fazenda do Ministério para os camponeses ficou marcada para o dia 30 de março de 1964. Nesta data havia uma grande movimentação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Os fazendeiros, então, se organizaram e, armados, com o reforço de pistoleiros contratados, cercaram o Sindicato e o invadiram provocando um conflito sangrento com muitos feridos e vítimas fatais. Este episódio antecipou o golpe de 1964 para o dia seguinte, 31 de março, uma vez que ele estava sendo arquitetado para o início do mês de abril. Ou seja, o golpe de 64 começou em Governador Valadares e a Fazenda do Ministério, com o golpe, se transformou em um quartel general da ditadura militar.

Quando ocupamos a Fazenda do Ministério, em 1994, com 200 famílias vindas de diversos municípios do Vale do Rio Doce, isso representou um resgate da luta das Ligas Camponesas, que haviam conquistado a fazenda em 1964, porém, no dia marcado para receber a área, veio o golpe de Estado. Depois de 21 anos de ditadura militar e passados 30 anos daquele revés de 1964, voltamos a colocar esse território no centro das atenções da luta pela terra no Vale do Rio Doce, em 1994. Foram duas ocupações e dois despejos, até conquistá-la em definitivo, com o assentamento de 47 famílias em 1.948 hectares, no dia 23 de agosto de 1996, como resultado da marcha para Belo Horizonte, em abril do mesmo ano. A essa altura dos acontecimentos, a ocupação já não somava mais aquele grande número inicial de famílias, devido aos despejos e à condição de estarem acampadas à beira da BR-116, entre o asfalto e a cerca da fazenda.

Sobre os episódios de despejos, conforme já relatamos para o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2009, s.p.):

Foi um ano e nove meses na estrada. A decisão de ocupar novamente era do desejo do grupo já. No dia do despejo, muita gente com farda, a cavalo, mostrando vitória. Colocaram banda de música tocando alto. Armamento pesado. Uma fila enorme no asfalto. Estavam vitoriosos. Jogavam bala sobre nós e as crianças, como se fosse uma festa. Chateadas e revoltadas voltamos para os barracos na estrada, arrasadas, não éramos mais as mesmas. Saímos da grota. Daí a nossa opção seguinte foi de, ao invés de entrar de novo na terra, fazer a caminhada até Belo Horizonte.

Mesmo quando fomos despejados e acampamos à beira da BR-116, continuávamos trabalhando a terra, nossa roça era dentro da Fazenda do Ministério. Daí, ligavam para a polícia. Quando a polícia chegava, nós voltávamos para o acampamento. A polícia ia embora, a gente voltava para roça. Até que a polícia desistiu de ir quando ligavam para avisar que estávamos fazendo roça dentro da fazenda. Fizemos uma colheita de 15 toneladas de feijão. Daí o pessoal falava que a gente tinha comprado aquele feijão e que era mentira que tínhamos produzido. Olha só o absurdo, quem não tinha nem o que comer direito, ia ter dinheiro para comprar 15 toneladas de feijão. É uma pena não termos imagens registradas de como havia áreas degradadas nesta fazenda em 1994, quando aqui chegamos. Só tinha braquiária e mais nada. E foi toda arborizada. Hoje o clima daqui é completamente diferente do centro de Governador Valadares. Todas as áreas de reforma agrária têm preservação ambiental. Aqui no Assentamento Oziel, todo mundo tem moradia, trabalha o ano inteiro; tem escola, alimentação com fartura e segurança; somos vizinhos de um dos bairros mais violentos do município, e em 25 anos foram dois assassinatos aqui dentro, em um país que soma mais de 60 mil homicídios por ano.

A reforma agrária não é uma simples distribuição de terra, é fundamentalmente distribuição de poder. Por que o Brasil tem um poder do tipo escravocrata? Os países que fizeram reforma agrária, não fizeram só distribuição de terra, eles quebraram uma oligarquia. Nossos assentamentos não são apenas território material, mas também território de ideias, de cultura e onde se pratica uma produção que resiste ao uso de agrotóxicos. Na luta pela terra você vai despertando e ocupando também o latifúndio do saber. Governador Valadares não tinha uma universidade pública até antes do governo do PT. Além de a elite local não permitir que a classe trabalhadora tivesse o acesso à terra, também não permitia o acesso ao conhecimento. E dificultando o acesso ao conhecimento, dificulta tudo o mais. Quando foi decidido que teria um campus de uma universidade federal em Governador Valadares, ninguém disponibilizou um espaço, então, propomos ceder o espaço para a construção do campus aqui no nosso assentamento. Isso foi demais para a elite local e eles se viram forçados a ceder um espaço. Governador Valadares é uma cidade reacionária. Tem uma escultura numa praça que nós chamamos de monumento da mulher da boca aberta, que protestou contra a passagem do Brizola por Governador Valadares, em 1963. É uma homenagem a Aurita Machado, mulher do “coronel” Altino Machado, figura ativa do golpe de 1964.



Só foi possível construir o MST, tanto no Vale do Mucuri, como no Vale do Rio Doce, a partir de um grande mutirão; desde o bispo, ao padre e ao agente da pastoral lá da base. Desde o presidente do sindicato, o vereador, o assessor do deputado e até o deputado. Era muita gente envolvida. Não era possível fazer sem esse grande mutirão de pessoas envolvidas. Mas também não teria sido possível se não fosse a disposição, a determinação de um grupo de trabalhadores para enfrentar, inclusive essas forças aliadas, que tinham resistência a determinado tipo de luta, porque aqui não foi feito só por causa da vontade. Se fosse depender dessas forças aliadas, elas achavam muito perigosa a ocupação. Talvez não tivéssemos o êxito sem esse apoio, então, são as duas coisas combinadas. A pior causa para se defender é a causa que a gente não acredita. Desde o início do MST decidimos que, independente de se aliar com tudo o que é tipo de gente que quiser apoiar a causa da reforma agrária, nós iríamos construir uma direção política do nosso movimento. Isso também fez uma enorme diferença, tanto é que nós formamos nossa direção.

Durante o período entre a ocupação da Fazenda do Ministério e a conquista do Assentamento Oziel, sempre estivemos próximos do conflito, mas também sempre administramos para não chegar às vias de fato. Em todo o tempo sofremos desmedida repressão e perseguição das nossas lideranças pelos fazendeiros. No Vale do Rio Doce, isso sempre foi muito forte, com jagunços e pistoleiros. Inclusive, pistoleiros daqui cometeram crimes contra sem-terra em outras regiões do país.

Mesmo com tantas perdas de vidas que fazem parte da história do MST, o que ainda nos salvou muitas vidas foi nossa particularidade de direção coletiva. Por outro lado, em todo o Brasil, o que não salvou a vida do agente de pastoral, do presidente do sindicato, entre outros, foi a direção muito personalizada. E não adianta acabar com a vida de uma liderança nossa, porque a luta vai continuar. É muito difícil acabar com o MST, porque não criamos a cultura do personalismo; as pessoas não se vendem no MST; construímos uma Escola Nacional Florestan Fernandes, onde reproduzimos centenas de lideranças; criamos uma articulação internacional; criamos uma referência na sociedade; e criamos uma cultura diferente da esquerda brasileira, a cultura de valorizar o coletivo e não a personalidade. O Edgar Colen diz que isso é uma solução e um problema, porque o MST é tão coletivo que tende a apagar o indivíduo, então, a gente tem que fazer um esforço muito grande para enxergar a nossa parte na obra, porque a digital coletiva sempre apaga a individual. O problema

seria que, individualmente, você não vai ser reconhecido, o coletivo é sempre maior. Não há espaço para a vaidade.

Na análise de Fernandes (2005) outro fator decisivo a dificultar que o MST seja aniquilado por adversários políticos e inimigos como o agronegócio atual, deve-se ao fato de ele ser um movimento socioterritorial, ou seja, o MST tem a conquista do território como trunfo, como condição indispensável para a sua existência, por essa razão, por se territorializar na conquista da terra, ele resiste e é tão difícil eliminá-lo e é tão combatido pelas elites, porque o MST se territorializa desterritorializando o capital e o agronegócio.

Gostaríamos de concluir esse resgate da territorialização do MST no Vale do Rio Doce com um poema de Celso Moretti do Rio Grande do Sul. Ele comparou o nosso movimento com uma árvore e chamou o poema de “Árvore da Justiça”:

Nós plantamos uma árvore cujas folhas nunca caem. O Inverno vem e se vai, então, surge a Primavera e a natureza então gera muitas frutas e galhos novos e a esperança de um povo que vem brotando da terra.

Nessa árvore haverá espaço para todos os passarinhos construir seus ninhos em fraternidade mútua. Dará milhares de frutas dos mais variados sabores e produzirá também flores para os que tomarem na luta.

Essa é a árvore da justiça que a natureza cultiva regada por forças vivas que querem mudar a sociedade. E a fúria da tempestade não impede o seu crescimento, porque é chegado o momento de elegermos a verdade.

A mentira e a ganância são contratempos que ocorrem, mas a verdade não morre e continua sendo dita por aqueles que acreditam no fim da exploração e nem mesmo a voz dos canhões calarão as forças que gritam.

Tabela 1: Áreas de Assentamento e Acampamento na Regional Vale do Rio Doce-MG

<b>Município</b>	<b>Assentamento ou Acampamento</b>	<b>Nº. de famílias</b>	<b>Organização</b>	<b>Distância Km (em relação a Gov. Valadares)</b>
TUMIRITINGA	Assent. Águas da Prata	35	CPT	40
	Assent. Terra Prometida	45	MST	45
	Assent. 1º de Junho	81	MST	55
	Acamp. Boa Esperança	60	MST	60
	Acamp. Água Cristalina	80	MST	80
	Assent. Cachoeirinha	26	CPT	55
JAMPRUCA	Assent. Ulisses de Oliveira	?	MST	80
	Assent. Manoel Ferreira	23	MST	90
	Acamp. Janete Telles	80	MST	70
	Assent. Belo Monte	25	MST	100
	Assent. Santa Marta	?	STR	70
	Assent. Egidio Brunetto	32	MST	70
	Assent. Banco da Terra	?	?	110
RESPLENDOR	Assent. Roseli Nunes	?	MST	200
	Assent. Dorcelina Folador	?	MST	190
	Assent. Gilberto de Assis	34	MST	200
GOVERNADOR VALADARES	Assent. Oziel Alves Pereira	47	MST	6
	Assent. Barro Azul	48	MST	20
	Assent. Joaquim Nicolau	26	CPT	40

Fonte: MST, Coordenação do Estado de Minas Gerais; e Coordenação do Assentamento Oziel.

## Bibliografia

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, 2009.  
**P.A. Oziel Alves**. Disponível em: <[https://www.cedefes.org.br/projetos\\_realizados-113](https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-113)> Acesso em: 02 set. 2019.

FALS BORDA, Orlando, Pesquisa-Ação, ciência e educação popular nos anos 90. In: STRECK, Danilo R. (Ed.). **Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica, [1995] 2010. p. 358-370.

FERNANDES, Bernardo Mançano, **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do MST (1979-1999)**. 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista OSAL - Observatório Social de América Latina**. São Paulo, v. 16, p. 273-284, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, [1968] 1985.

GOULART, João. Discurso do presidente no comício do dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária 1943-2003**. São Paulo: Expressão Popular [1963] 2005. p. 97-110.

NASCIMENTO, Rangel. **De quem é a terra? A questão da reforma agrária e o MST no governo Lula**. 2019. 323 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 63, p. 237-280, 2002.

# FAZENDA DO MINISTÉRIO: O SIGNIFICADO DE UM TERRITÓRIO

**Nagel Medeiros**

Em 23 de agosto de 1994, cerca de 250 famílias coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveram a primeira ocupação<sup>1</sup> no município de Governador Valadares - Minas Gerais. Ocuparam a Fazenda do Ministério, localizada às margens da rodovia Br 116<sup>2</sup> (Rio Bahia), a apenas seis quilômetros do centro da cidade. Depois de quatro dias, cumprindo mandato judicial, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) despejou as famílias que, deixando a Fazenda, acamparam às margens da estrada, onde ficaram por dois anos, em barracos de lona improvisados. Só em junho de 1996, as terras da Fazenda do Ministério se tornaram o Assentamento Oziel Alves Pereira do MST<sup>3</sup>, abrigando 77 famílias de sem terra.

Mas a ligação da Fazenda do Ministério com trabalhadores rurais não começou em 1994. Trinta anos antes, em 1964, a Fazenda havia sido objeto de disputa entre trabalhadores rurais e latifundiários quando o presidente da República João Goulart, no comício da Central do Brasil<sup>4</sup>, às vésperas do Golpe Militar, anunciou a disponibilização das terras da Fazenda para Reforma Agrária. O fato gerou violenta reação dos ruralistas em Governador Valadares, onde o enfrentamento deixou mortos e feridos. Palco e motivação de luta pela terra em dois momentos da história de

- 
- 1 A estratégia básica dos sem terra é a ocupação de terra improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse" (GOHN, 1997, p.144). Em 1994, o MST cadastrava em todo o Brasil, 518 ocupações, num total de 151.427 famílias.
  - 2 Rodovia federal BR 116, apelidada de Rio Bahia, é uma importante via, com 4 mil quilômetros de extensão que vai de Fortaleza, no Ceará, a Jaguarão no RS.
  - 3 O nome do assentamento foi uma homenagem a um dos 19 sem terra mortos em 17 de abril de 1996 no conflito denominado Massacre de Eldorado de Carajás, que ganhou repercussão internacional ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), como uma das ações policiais mais violentas do Brasil.
  - 4 Último comício do Presidente João Goulart antes do Golpe Militar, realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964.

Governador Valadares, a Fazenda do Ministério foi o objeto deste estudo, cujo objetivo, à luz de uma abordagem territorial, é compreender o significado da Fazenda para atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de ocupação de 1994.

Embora nosso trabalho não seja um estudo eminentemente histórico, a história seria fundamental posto que, como nos ensina Raffestin (1993), qualquer análise territorial só é possível pela apreensão das relações no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. Importante ressaltar que não abordamos a história do ponto de vista dos pioneiros; expressão que, na cidade, representa aqueles que foram expoentes na formação do município, a maioria proprietários de terras e comerciantes. Utilizamos, sim, pressupostos da História Cultural, que, mais preocupada com os anônimos, valoriza as experiências individuais e as análises qualitativas (LACERDA FILHO, 2006), contribuindo, numa análise mais democrática, para a compreensão do território.

Para possibilitar esta compreensão, a partir de uma abordagem territorial, são fundamentais algumas conceituações, tendo como base o conceito de território que se distancia do senso comum que entende território como um espaço geográfico qualquer, geralmente marcado e defendido. Nesta abordagem, na definição de Raffestin (1993), entende-se que o espaço é anterior e que se transforma em território a partir da ação de um ator social. O território é, então, o espaço transformado, a partir do vivido. Entendido assim, o conceito distancia-se também da visão utilizada por muito tempo pela Geografia Política que associava território somente à delimitação e poder do Estado, ou seja, à ideia de território nacional (KAROL, 2000). No conceito que utilizamos, espaço e território não são a mesma coisa e território vai muito além do espaço físico e da divisão política; implica, sim, dimensões simbólicas, culturais e sociais.

Os conceitos de território e poder na disputa da terra nos levaram ao conceito de territorialidade, visto por Sack (1986) como "... uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área" (p.05). Assim, o território é o resultado desta estratégia de controle que vai depender de quem ou o quê está controlando ou influenciando.

Assim, neste trabalho, consideramos a Fazenda do Ministério um território com suas múltiplas dimensões; consideramos um tempo para efeito da nossa análise, marcado, em especial, por dois momentos nos

quais afloraram os antagonismos de grupos sociais na disputa pelo espaço, disputa esta que foi parte integrante da produção deste território. Seria coincidência a ocupação da Fazenda que trinta anos antes foi o estopim de uma reação violenta dos proprietários de terra contra a disponibilidade para Reforma Agrária? Seria uma afirmação de poder e força de atores sociais em situação de subordinação sobre as elites econômicas de Governador Valadares? O desejo pela posse da Fazenda significaria algo além da conquista dos quase dois mil hectares de terra?

## **A questão agrária brasileira: resistência e luta**

Embora o início da década de 60 tenha sido “... um período crucial para pensarmos questões relativas ao binômio terra e política no Brasil” (ROSA, 2009, p.2), encontram-se registros de movimentos sociais do campo no país desde o século XVII, tendo sempre como pano de fundo a concentração de terras e, conseqüentemente, a demanda por uma distribuição mais igualitária. Ao final do século XIX, em pleno desenvolvimento do capitalismo, com o fim do trabalho escravo, o trabalho livre se estabelecia no campo, alterando a relação social e o cenário do campo, que passa, então, a ser composto pelos proprietários de terra e trabalhadores livres - muitos destes últimos sitiantes, pequenos proprietários ou posseiros e outros agregados -, aqueles que moravam em terras alheias, ou seja, viviam e trabalhavam nas grandes fazendas.

Em seu processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, e se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para manter seu poder” (FERNANDES, 2000, p 32).

Pode-se afirmar que as grandes propriedades, os latifúndios, são uma característica do Brasil desde o seu descobrimento, caracterizando como precária a situação da moradia das classes populares, tanto na cidade - na luta pela obtenção de um teto para morar -, como no campo - por um local para produzir. (GOHN, 2003). Ainda no Brasil Colônia, as sesmarias, depois a Lei de Terras que acabava com as doações, o sistema de distribuição de terras sempre foi mercantilista. Assim, “[...] a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários”. (FERNANDES, 2000, p. 29). O conceito de função social da terra foi introduzido pela Constituição de 1946, mas,

mesmo assim, o direito de propriedade era valorizado. A proposta das Reformas de Base<sup>5</sup> nas décadas de 1950 e 1960 destacou a discussão sobre o latifúndio e deveria servir para alterar o sistema de dominação dos grandes proprietários no campo e melhorar a distribuição da renda, fazendo crescer o mercado interno, o que beneficiaria a industrialização. No entanto, em 1964, o governo militar editou o Estatuto da Terra que abandonou a ideia de reforma agrária, privilegiando a visão de uma política de terras (SILVA, 1997). A partir da década de 1970, a política econômica do Governo Militar provocou uma maior concentração da renda e, conseqüentemente, o agravamento da desigualdade social no País.

Assim, a história do Brasil foi, e continua sendo, marcada pela produção do território capitalista e também por lutas contra ele: a luta contra o cativo, contra a exploração, contra a expropriação; uma realidade histórica que contribui para a compreensão da formação do MST, por exemplo. A resistência e luta se expressam por meio de ações coletivas que definem os movimentos sociais, de acordo com Gohn (2008). “Os movimentos sociais, populares e não populares, rurais e urbanos, são sujeitos históricos que construíram e expressam cidadania coletiva” (GOHN, 2008, p. 26)

Na década de 1960, os movimentos sociais eram vistos como fontes de fomento de conflitos, tensões e revoltas, tendo sido abafados e reprimidos, com o Golpe Militar de 1964; com dispersão e prisão de militantes. Mas, nem toda a força do governo militar foi suficiente para reprimir inteiramente os movimentos sociais do campo. Surgiram, então, novos atores sociais na luta por mais liberdade e justiça social, com destaque para os movimentos sociais por terra e moradia.

Foi neste contexto que o MST começou a se constituir. Em 7 de setembro de 1979 fez sua primeira ocupação da gleba Macali, no Rio Grande do Sul. De 1979 até 1984 – quando foi criado oficialmente -, o Movimento se colocou autônomo e foi gestando seus objetivos gerais que lhe dariam o caráter político, assim esboçados: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna, acabando com o capitalismo; integrar à categoria dos sem-terra os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários; garantir a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver. O MST se solidarizaria com a luta dos índios, envolveria os sindicatos e articularia as lutas do campo com as da cidade. Os latifúndios

---

5 Conjunto de iniciativas propostas pelo presidente João Goulart que incluíam as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária (TOLEDO, 2004).



e as terras devolutas seriam prioritárias para ocupação, “... estratégia típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 7), como uma forma de pressão e de luta, ocupando terras improdutivas, públicas ou particulares, para negociar a concessão do título e o consequente assentamento definitivo na terra (GOHN, 2003).

Importante esclarecer que, para o MST, as ocupações podem ser de dois tipos: de uma área determinada ou uma ocupação massiva. Na primeira, o tamanho da área é critério para definir o número de famílias que serão mobilizadas para participar da ocupação; elas reivindicam aquela área ocupada, como foi o caso da ocupação da Fazenda do Ministério em Governador Valadares. No segundo tipo, o critério é assentar todas as famílias mobilizadas, ocupando quantas áreas forem necessárias.

## **Terra, cultura política e poder no Vale do Rio Doce**

No Vale do Rio Doce, a importância da terra como bem econômico remonta ao século XIX. Como um atrativo para estimular o povoamento da região, D. Pedro permitiu que a concessão de sesmarias continuasse válida “... a todos os que, até 1836, se dirigissem para a região do Rio Doce e ali se dispusessem a cultivar a terra e a comercializar seus produtos” (BORGES, 2004, p. 306). A partir da década de 1930, o povoamento foi acelerado com a chegada dos meios de transporte, comunicação e a alta do café. Assim, o povoado de Figueira – distrito de Peçanha se preparava para, em 1938, se transformar no município de Governador Valadares. Para o aumento da produção agrícola, com a chegada das rodovias, grandes levas de camponeses ocupavam novas áreas. Muitos não eram proprietários da terra; trabalhavam para os donos, mesmo que parcialmente, o que propiciava a diminuição dos custos da produção (ÁVILA, 1999).

Na Região do Rio Doce, onde o capim “colonião” se espalhava como “praga”, na linguagem da época, a pecuária tornou-se uma atividade dominante nos anos 50, impondo uma supremacia incontestável. Desenvolveram-se fazendas especializadas nas “invernadas”, ou seja, engorda do gado para os mercados de Belo Horizonte e Rio de Janeiro (ESPINDOLA, 1999, p. 9)

A atividade pecuária em alta e a excelente qualidade das terras motivaram o governo federal a instalar na década de 1940, a poucos quilômetros da cidade, uma fazenda destinada a ser modelo de produção rural, ligada ao Ministério da Agricultura. Inaugurada pelo presidente

Getúlio Vargas, ficou conhecida como a Fazenda do Ministério, objeto deste estudo que, durante anos, foi centro de pesquisa e disseminação de técnicas científicas entre a zona rural da região. “Com o passar do tempo, a má gestão política a destruiu e seu pasto e os poucos equipamentos que sobraram estavam sendo ilegalmente utilizados apenas por fazendeiros da região” (RABELO, 2005, p. 6).

## **Poder e Território**

A partir da definição ampla de território por nós utilizada, nas suas variadas dimensões, política, econômica e cultural, Haesbaert (2004) ressalta que a mais difundida é a dimensão política, ou jurídico-política, que se refere às relações espaço poder, institucionalizadas ou não, a partir da qual “... o território é visto como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce um determinado poder” (p. 40). Raffestin (1993) ensina que, além da população e do recurso, o território é um dos três trunfos do poder, lógica que se aplica à realidade do Vale do Rio Doce, onde ter terra é ter poder e onde a estrutura fundiária apresenta uma concentração média de 80% das terras nas mãos de apenas 16% da população, que “... estabeleceu uma lógica territorial marcada pela apropriação do espaço pelo grande proprietário, pela tutela das camadas sociais subalternas e pela constituição de formas de mandonismo local” (ESPINDOLA, 2008, p 181).

Uma das formas deste mandonismo e demonstração de poder, característica da construção social do Vale do Rio Doce, era a grilagem<sup>6</sup> de terras que tinha como desdobramento a incorporação de terras dos camponeses aos latifúndios, um processo que se dava, em geral, mediante a compra da terra do posseiro que, coagido, vendia sua posse por muito menos que o valor de mercado (BORGES, 2004).

O processo de ocupação dessa fronteira foi tão rápido que no alvorecer dos anos sessenta, praticamente inexisteriam terras devolutas

---

6 Os termos surgiram a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de “comprovação” de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação. Para além da origem do termo, a Grilagem constitui-se hoje num “Sistema ou organização ou procedimento dos grileiros”. Estes últimos são “indivíduo[s] que procura[m] apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade” (MOTTA, 2001, p. 4).

na região. Os posseiros, na sua maioria, haviam sido incorporados aos latifúndios como retireiros, meeiros, parceiros e/ou assalariados. Uma pequena parcela resistira ao processo de concentração da propriedade privada. [...] Essas não contavam com o apoio de nenhuma política agrícola (BORGES, 1988, p. 210).

A cultura política no Vale do Rio Doce - cultura aqui entendida no seu sentido mais amplo e abrangente, como concepção de mundo - tem ainda outro traço do mandonismo que alude a um fenômeno: o coronelismo<sup>7</sup>, forma peculiar de manifestação do poder privado, que, na verdade, faz parte da cultura política de toda a sociedade brasileira, principalmente no interior do País. Chefe do lugar, com forte poder político, o “coronel” substituía o poder público na sua ausência, ou, quando existia, era ligado a ele, com o qual mantinha um “compromisso, uma troca de proveitos” (LEAL, 1976, p. 40), principalmente eleitoral. O “coronel”, quase sempre um grande fazendeiro, tinha os “votos de cabresto”, na sua zona de influência, em função do poder econômico. Também exercia funções policiais, com ou sem caráter oficial, muitas vezes se valendo de capangas ou jagunços (LEAL, 1976).

Observamos, então, que no processo de ocupação do Vale do Rio Doce, o trunfo maior era o território; a população - o elemento dinâmico da relação - chegava a ser um entrave, ou seja, anulava-se a população para se ter a terra, como aconteceu com os índios botocudos, primeiros habitantes, que acabaram dizimados, posto que “... o índio foi considerado inimigo a ser subjugado ou exterminado pela força das armas.” (ESPINDOLA, 2009, p. 79); assim como também mais tarde, os posseiros foram expulsos para dar lugar ao gado e “... o agricultor perdeu a luta para o boi” (NARDELY, 2000, p. 40), luta esta que, mesmo anos depois, fez parte dos objetivos do MST, reivindicando terra para plantar.

## **Embates: a luta no campo**

A força dos movimentos sociais na década de 1960, antes do Golpe de 1964, marcou o surgimento de organizações de luta pela terra, por direitos dos trabalhadores e pela reforma agrária. O clima se caracteriza-

---

7 O termo “coronel” vem da extinta guarda nacional, uma espécie de milícia cidadã, que lutou na guerra do Paraguai. Os fazendeiros adquiriam a patente legalmente, podendo formar milícias em casos de conflito. A guerra acabou, mas a figura do “coronel” ficou sustentada pela estrutura agrária (LEAL, 1976).

va por uma mobilização político - ideológica capitaneada pelo governo democrático e popular do presidente João Goulart, que propunha as Reformas de Base, entre elas a reforma agrária. Em Governador Valadares, a luta era representada de um lado, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, liderado por um sapateiro, líder e presidente do Sindicato, Francisco Rodrigues da Paixão, o Chicão; e do outro, pelos proprietários de terras, com a Associação Rural de Governador Valadares, instituição representativa da classe, constituindo, assim, duas territorialidades distintas, que logo tornariam o clima tenso na cidade onde circulavam "... lavradores nas ruas pedindo terra para plantar, posseiros despejados por grileiros e seus capangas,..." (RABELO, 2005, p.5).

A dicotomia se fez representar pela mídia local. Durante a década de 1950, surgiram dois jornais impressos em Governador Valadares que representavam estas territorialidades antagônicas: o *Diário do Rio Doce (DRD)*, ligado à elite local, que se transformou no "diário oficial" da cidade, circulando ininterruptamente até hoje (NARDELY, 2000). "No período de embate político-ideológico, que antecedeu o Golpe Militar de 1964, foi importante tribuna conservadora"; e o *Saci* do jornalista Carlos Olavo, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), vindo da capital mineira que tinha como bandeira principal a defesa da reforma agrária, e incomodava o poder do setor latifundiário, publicando histórias de grilagem de terras, com nomes dos mandantes e até fotos. Embora não tivesse nenhuma ligação com o meio rural, o jornalista Carlos Olavo acabou se tornando articulador da luta pela terra junto com o líder Chicão, em função do posicionamento do jornal.

A efervescência política do país, que levaria ao golpe de 64, acirrou ainda mais o embate de territorialidades na cidade. "Governador Valadares talvez tenha sido a única cidade do país onde o Golpe Militar provocou mortes e muita violência, com reflexos na sua história política" (NARDELY, 2000, p. 35). A revista *O Cruzeiro*, em sua edição de 14 de março de 1964, dava como manchete que o Vale do Rio Doce era "... um vulcão prestes a explodir.", e noticiava que Chicão comandava mais de dois mil sindicalizados prometendo terra, trabalho e comida. A elite se manifestou indo às ruas, com Marcha com Deus pela Pátria e Família.

O estopim dos acontecimentos seguintes foi o anúncio pelo presidente João Goulart da desapropriação da Fazenda do Ministério para fins da reforma agrária, atendendo à reivindicação do Sindicato dos Tra-

balhadores que denunciava que fazendeiros a utilizavam indevidamente, extraindo madeira e usando-a como pastagem. A Fazenda acabou sendo o objeto que deflagrou a violenta reação na cidade às vésperas do golpe militar. O decreto de desapropriação acirrou ainda mais a luta e, em 30 de março de 1964, o clima era tenso na cidade. Diante da situação, os ruralistas resolveram agir por conta própria. Apoiados pelo delegado de polícia, tenente-coronel Paulo Reis, e supervisionados pelos “coronéis” Pedro Ferreira e Altino Machado, conseguiram armas e partiram para a sede do Sindicato dos Trabalhadores, no bairro Santa Terezinha. Houve tiros e mortes. A Fazenda do Ministério permaneceu no mesmo *status* como propriedade do Governo Federal, sendo depois incorporada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

### **Trinta anos depois**

Em plena década de 1990, o Brasil respirava ares democráticos, após a eleição direta para Presidente da República de 1989. Em 1994, o país era governado pelo presidente Itamar Franco (PMDB) que havia assumido em 1992, após o impeachment do presidente Fernando Collor (PRN), cuja política promovia um encolhimento do papel de garantir direitos sociais. O estado de Minas Gerais vivia o último ano do governo de Hélio Garcia (PMDB), e Governador Valadares tinha como prefeito representante do mesmo partido de Collor, Paulo Fernando (PRN), cuja eleição, em 1992 “... rompeu o ciclo de vitórias do PMDB” (NARDELLY, 2002, p.35), que havia governado a cidade por mais de 20 anos.<sup>8</sup> A entidade de classe que reunia os proprietários de terra se denominava Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares, comumente chamado de Sindicato Rural, como permanece até hoje; era o correspondente à Associação Rural de 1964, já citada anteriormente.

Nesta época, em 1994, a Fazenda do Ministério era formalmente vinculada à Embrapa, mas cedida em comodato para à Epamig, con-

---

8 Após o período da ditadura militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sempre teve o candidato mais votado, embora em algumas eleições a soma da legenda tenha favorecido à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que legitimava os governos militares. Mesmo assim, o MDB, depois PMDB, foi o partido que mais tempo governou a cidade. A partir de 1976, o MDB ficou à frente do poder municipal até 1992, quando se elegeu Paulo Fernando, do Partido da Renovação Nacional (PRN). Para Nardely (2000), desde 1970, “... a elite econômica foi aos poucos perdendo o poder político, e hoje não tem mais que dez mil votos na cidade” (p. 35).

forme indicam os documentos da desapropriação. A área era destinada a pesquisas em produção de grãos e genética de animais, conforme os registros pesquisados. No entanto, de acordo com lideranças do MST, apenas 5% da terra era destinada a estes fins, enquanto os outros 95% eram cedidos a fazendeiros para criação de gado. Vale observar que a denúncia de que as terras da Fazenda serviam aos grandes proprietários de terras, se assemelha à denúncia feita em 1964, pelo Sindicato dos Trabalhadores, o que pode sugerir que, trinta anos depois, a situação não havia mudado muito.

No Brasil, vivia-se uma nova fase do protagonismo da sociedade civil, quando registrou-se perda da visibilidade política dos movimentos sociais urbanos e crescimento dos movimentos de sem-terra no campo, especialmente o MST (GOHN, 2008). Os contrários aos movimentos de luta pela terra também se articularam e se tornaram atores sociais do cenário político dos anos 90. A classe de grandes proprietários de terra, já organizada com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), se fez representar no Congresso Nacional na chamada bancada ruralista.

Neste contexto, longe de ser uma ação isolada, a ocupação da Fazenda do Ministério pelo MST em 1994, foi uma consequência ocorrida quase 10 anos depois do início da organização do Movimento em Minas, na segunda metade da década de 1980 nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, no nordeste do Estado. Começava, então, novamente uma batalha pela posse da Fazenda do Ministério, desta vez mais longa, inserida num contexto mais democrático, no qual se destacava a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra.

O episódio de ocupação da Fazenda gerou embates entre os grupos estabelecidos na sociedade de Governador Valadares, e os “out siders”, como nos define Elias (2000). De um lado, a territorialidade dos latifundiários; do outro, a dos sem terra, atores reunidos pelo MST, que utilizou a ocupação e posteriormente o acampamento às margens da estrada como estratégia para obtenção da propriedade da Fazenda, fazendo valer sua territorialidade por meio do controle da área. As 250 famílias que se instalaram às margens da rodovia “debaixo da lona preta”<sup>9</sup> eram apenas um dos grupos de atores envolvidos diretamente na relação de disputa pela Fazenda. Do ponto de vista da territorialidade definida por Sack (1986),

---

9 Expressão que caracteriza a forma de acampamento normalmente formado por barracas de lona preta.

a ocupação confirma que as relações dos homens com o espaço não são neutras; pelo contrário, na produção do território, há sempre uma intencionalidade, que demonstra que “A territorialidade é sempre socialmente construída. Ela precisa de um ato do desejo e envolve múltiplos níveis de razão e significados” (SACK, 1986, p. 32), significados estes que pretendemos desvendar neste trabalho.

Como em 1964, também 30 anos depois, a classe ruralista de Governador Valadares se sentiu ameaçada no seu poder de dominação e se manifestava na imprensa local. Já no dia seguinte à entrada dos sem terra na Fazenda, matéria jornalística do DRD, de 25 de agosto de 1994, aparecia sob o título: “Invasores erguem barracas na EPA-MIG”. Além das informações jornalísticas, o jornal trouxe ainda matérias pagas<sup>10</sup> nas quais entidades e instituições ligadas aos ruralistas se manifestavam a respeito da ocupação da Fazenda. Todas eram notas de repúdio assinadas por entidades representativas ou apoiadoras da classe ruralista. Apenas uma das notas pagas se manifestava a favor da ocupação, assinada pelo próprio MST, com apoio de oito sindicatos de trabalhadores de várias categorias.

O embate não se dava apenas na imprensa, mas também no Judiciário. Já no dia seguinte à ocupação, 26 de agosto, o juiz da 5ª vara Cível de Governador Valadares concedeu a liminar de reintegração de posse a EPAMIG. Diante da medida, o jornal noticiou que os líderes do MST se reuniram com o comando da Polícia Militar e firmaram acordo de deixarem a Fazenda pacificamente até às 17h do dia seguinte, 27 de agosto, quando, sob um forte aparato policial, as famílias acamparam às margens da BR 116 (Rio Bahia), onde ficaram até a conquista definitiva da Fazenda em 1996. Advogados do Movimento tentavam derrubar a liminar, enquanto lideranças do MST se reuniam com a direção da Epamig na capital do Estado, Belo Horizonte, na tentativa de pressionar para conseguir o assentamento definitivo das famílias. Naquele momento, a batalha na Justiça foi perdida pelos sem-terra. Assim, a partir dos contextos político, econômico, social e cultural, dimensões territoriais da Fazenda do Ministério, sob diversos vieses teóricos, indagamos quais os significados para os diversos atores sociais no cenário no qual ela se insere em 1994.

---

10 Matéria publicada mediante compra de espaço em veículo da mídia.

## Significado, o valor de um território

Atribuir um significado é um processo psicológico comum, mas ao mesmo tempo importante para as atividades e relações humanas. O significado pode ser compreendido como uma percepção subjetiva ou reação afetiva de uma pessoa frente a alguma coisa ou alguém, percepção ou reação essas que são influenciadas pelas relações interpessoais e sociais (TORRES; NEPOMUCENO, 2005). Logo, nesta linha de raciocínio, o valor que se dá a alguma coisa pode ter uma dimensão prática, de utilidade, ou simbólica. Um imóvel, por exemplo, tem um valor pecuniário que vai determinar seu valor de venda; mas também pode ter um valor simbólico/afetivo para o seu proprietário, se, por exemplo, foi a casa onde ele nasceu. O significado simbólico é o resultado das experiências sociais vividas e seu valor é relacionado à cultura da sociedade onde está inserido, caracterizando uma abordagem cultural do território. Segundo Bonnemaïson (2002), “os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações...” (p. 111).

O conjunto de significados projetados em um espaço geográfico faz parte do processo de transformação deste espaço em território; um processo que não tem fim; atravessa o tempo, num contínuo. Na sua produção, o território vai sendo impregnado das pessoas que também carregam um pouco dele na produção de si mesmas. Um se apropria do outro. Esta apropriação é envolvida pelas relações sociais que se travam neste espaço. “É o espaço relacional “inventado” pelos homens”, na visão de Raffestin (1983, p. 48), e o “...espaço social, de alguma forma, produzido pela sociedade...” na visão de Bonnemaïson (2002. p 103).

Sack (1986) ressalta que “... as pessoas, simplesmente, não integram no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar.” (p. 38). Ao contrário, os atores se distribuem no espaço a partir de seus objetivos e não é aleatoriamente que ordenam o território (RAFFESTIN, 1993). Carregadas de intencionalidade, as territorialidades envolvidas no processo de escolha são elementos que ajudam a entender os diversos significados da Fazenda do Ministério. Ou seja, qual o valor ou a importância da Fazenda do Ministério para que o MST quisesse ocupá-la, já que em 1994, tinha outra opção para ocupação no Vale do Rio Doce: a fazen-



da Urupuca, propriedade particular no município de São José do Safira, a aproximadamente 100 quilômetros de Governador Valadares, preterida no momento da escolha.

A pesquisa nos revela que a opção da escolha pela Fazenda foi fruto da decisão do grupo de lideranças do MST que demonstrou seu poder e impôs sua territorialidade. Sack (1986) reforça que “A territorialidade propicia meios de reavivar o poder” (p. 41). Como atores sintagmáticos, os sem terra eram organizados e tinham objetivos determinados. A escolha foi calculada, determinada por estratégias que levaram em conta dimensões - jurídica, política, econômica, cultural e até subjetiva.

De acordo com relatos de lideranças do MST, dois critérios, em especial, foram levados em conta para a opção pela Fazenda do Ministério: um simbólico e o outro econômico e, a compreensão tanto de um significado como de outro, colabora para a formulação dos significados da Fazenda. O primeiro dizia respeito ao fato das terras já terem sido objeto de disputa perdida para os trabalhadores em 1964; o segundo, o critério econômico, leva em conta, entre outros fatores, a localização da Fazenda, praticamente dentro da cidade, centro consumidor, o que garantiria o escoamento da produção do futuro assentamento. Então, com base nos aspectos de materialidade e funcionalidade da terra, o objetivo do MST, mais do que obter a propriedade da Fazenda do Ministério, era ter poder sobre ela para utilizá-la como espaço para produção, fazendo coincidir o limite da propriedade com sua área de ação. Assim, este significado estava relacionado à terra como meio de produção. Para Sack (1986) seria a imposição da territorialidade camponesa de controle de uma área.

Na sua dimensão econômica, o significado da terra para o trabalhador rural, então, contrasta com o significado que tem para o latifundiário, especialmente em Governador Valadares onde a propriedade da terra e a pecuária assumiram um caráter muito mais de comércio e negócio, do que de vida rural, como revela Espindola (2008, p. 194): “O desejo de adquirir fazenda de engorda se tornou generalizado, com comerciantes, industriais e profissionais liberais comprando terras.”

Visto por um outro viés, o aspecto econômico da propriedade da terra revela ainda outro significado: obter poder. Na percepção de Foucault (1979), as relações de poder são imanentes às relações econômicas e sociais, não se constituem isoladamente e não têm por função única reproduzir as relações de produção; ao contrário vão mais

longe, gerando outros tipos de poderes, mais sutis que podem, inclusive, ter mais força. “As redes de dominação e os circuitos da exploração se recobrem, apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem” (FOUCAULT, 1979, p. 160). Neste caso, as territorialidades - entendidas como forma primária do poder (SACK, 1986) - que envolviam a disputa da Fazenda do Ministério não diziam respeito apenas a deter a sua propriedade com o objetivo de produzir, mas a possuir a terra simplesmente, porque, como já enfatizamos, no Vale do Rio Doce, ter terra era ter poder.

O outro critério levado em conta pelas lideranças do MST para ocupação da Fazenda do Ministério é da ordem do simbólico, ligada também ao ser e não apenas ao ter. O território quando envolvido em relações de dominação ou apropriação “... desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBART, 2004, p.95). Nestas circunstâncias, a Fazenda adquiria um significado simbólico igual ou maior que o seu próprio valor pecuniário. “Assim, entre a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constante” (BONNEMAISON, 2002, p. 106).

Em 1994, embora a elite econômica tenha vindo aos poucos perdendo o poder político (NARDELY, 2000), no Vale do Rio Doce, a cultura local ainda estava impregnada do poder da chamada elite rural, para quem a ocupação de terras pelo MST funcionaria como um desafio ao poder estabelecido. O enfrentamento dos sem terra ante esta elite em Governador Valadares retrata o confronto entre os dois grupos, quando o primeiro - considerado marginal, opositor ou minoritário em relação a uma determinada ordem cultural dominante - quer reverter esta ordem, tentando “dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política ...” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 23), ou desafiando práticas estabelecidas. É a resistência contra o poder defendida por Foucault (1979) e por Raffestin (1983) que diz que há “resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação” (1983, p 56), uma constante do homem do campo, como temos observado neste estudo, em relação ao sem-terra. Da mesma forma, há resistência à transformação também pelo lado oposto, ou seja, dos ruralistas. Assim, a ocupação foi um desafio à elite ruralista que, se não gerou uma reação violenta por parte dos

fazendeiros, nem por isso deixou de significar uma ameaça ao “autoritarismo social.”<sup>11</sup>

## Considerações finais

Nos trinta anos entre os conflitos que envolveram a Fazenda do Ministério, ela esteve lá, no mesmo *status*; e, embora tenha sido Estação Experimental de Pesquisa dada em comodato ao governo do Estado de Minas Gerais, nunca deixou de ser conhecida pelo apelido; por alguns era até chamada apenas de “Ministério”. Instigava-nos compreender, fora do senso comum, o que significou a ocupação. Qual a importância daquele lugar tão carregado de simbolismos e um território tão disputado?

Aflorado, o significado simbólico da Fazenda, despertou um sentimento adormecido, como um resgate da terra que no passado poderia ter sido dos trabalhadores. Um trunfo do poder num jogo de disputa, como bem diz Raffestin (1993, p. 60): “O ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos.” Como um símbolo, um ícone também é uma espécie de signo que, como tal, produz um significado para quem o interpreta, significado este que, por sua vez, produz um sentimento (NETTO, 2001). A disputa reavivou os conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros em 1964. Trinta anos depois, os trabalhadores rurais sem-terra voltaram a lutar pela Fazenda do Ministério movidos pelo desejo, razão e significados, que alimentam as territorialidades, como ensina Sack (1986). Lutavam, não por qualquer terra onde pudessem produzir para sobreviver; mas por aquela terra que um dia quase chegaram a possuir.

É ainda Sack (1986) que explica que a territorialidade não compete por espaço, mas por coisas e relações no espaço. Uma delas é o poder, intrínseco a todas as relações constituintes de um território. O poder do tempo presente, resgatando o poder perdido no tempo passado. A ocupação da Fazenda do Ministério pelo MST abalou a estrutura de poder estabelecida na cidade, provocando, em nova feição,

---

11 Por autoritarismo social designamos uma matriz cultural, vigente no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, que preside a organização desigual e hierárquica das relações sociais, no âmbito público e privado. Baseada em diferenças de classe, raça e gênero que constituem a base principal de uma classificação social que impregnou historicamente a cultura brasileira, estabelecendo diferentes categorias de pessoas hierarquicamente dispostas em seus respectivos “lugares” na sociedade, essa matriz reproduz a desigualdade das relações sociais em todos os níveis, subjazendo às práticas sociais e estruturando uma cultura autoritária.

a reação dos ruralistas que expressaram seu descontentamento; não mais a bala como em 1964, mas, disparando contra o movimento social em articulações políticas e por meio da mídia, que, na contemporaneidade, se constitui em importante instrumento por meio do qual as pessoas se informam e formam as suas opiniões. Rodrigues (1994) destaca que a comunicação é a grande força legitimadora de outras esferas de ação como a política ou a econômica; passou a ser o campo de mediação da vida social e um importante instrumento mobilizador, sendo considerada como a nova ideologia.

A reação contrária dos ruralistas, então, não foi mais por meio da violência física; mas pela simbólica, gerada por um poder também simbólico que legitima outras de suas formas, como ensina Bourdieu (2001):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce de for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (p. 14).

A disputa era menos pela terra e mais pelo poder e pelo significado simbólico da Fazenda, que nem pertencia aos ruralistas. Para eles, assim como em 1964, a possibilidade da disponibilidade da Fazenda para os sem-terra, significava a inversão da lógica de dominação da elite rural, acostumada a exercer o poder e impor sua territorialidade; era o resultado da ampliação do protagonismo da sociedade civil, por meio da ação do movimento social e com a cumplicidade do Estado. Em 1994 a indignação dos ruralistas evoca o poder de outrora, do mando dos “coronéis”, da violência dos jagunços, da grilagem de terras que ainda assombrava, mesmo num contexto político, econômico e social mais democrático. Um estudo de Bruno (2003) sobre a violência no campo e sua representação na mídia nos anos 80, defende que o problema é consequência das relações de classe que expõem componentes de velhos padrões de conduta como se a violência fosse uma questão cultural da classe latifundiária brasileira. A autora resgata expressões nos jornais que legitimam sua visão:

A “saudade” do tempo em que “só a chibata podia manter os trabalhadores sob controle” e o “fazer justiça com as próprias mãos” são expressões que enunciam uma das dimensões fundantes do habi-

tus de classe da propriedade latifundista da terra no Brasil (BRUNO, 2003, p. 22).

Esta questão faz parte de uma análise das dimensões econômica, histórica e política da cultura mineira, que revela uma característica de resistência à mudança social e uma influência de "... de signos de distinção social tradicionais, como aquisição de terra, {...}. Ou seja, a estrutura de poder que predomina em Minas Gerais é assente no controle da terra e na subordinação política das populações rurais (GODOY, 2009, p. 98). Revela-se, com isso, a dimensão cultural do território a partir da concepção de Claval (2002) de que o espaço cultural é uma realidade histórica inscrita na terra pela soma de seus territórios, sendo que "... por meio de uma certa visão e sensibilidade cultural, o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo." (p 106).

Na dimensão simbólica do território, a Fazenda do Ministério não era uma Fazenda qualquer; tinha o significado de um troféu. Conquistá-la era como ganhar um embate; o das territorialidades. Numa sociedade na qual as graves questões sociais, frutos das desigualdades, a divide em classes, significava o resgate do poder de dominados sobre dominantes; a vitória dos outsiders sobre os estabelecidos, na concepção de Elias e Scotson (2000), refletindo a cultura política local dominante e excludente, "...na medida em que se baseava numa concepção oligárquica de política, vindas das práticas sociais e políticas do latifúndio, onde os poderes pessoal, social e político se superpunham, constituindo uma única realidade" (ELIAS; SCOTSON, 2000,p. 27), que os movimentos sociais queriam transformar. Tínhamos, então, um território como trunfo do poder que significava mais que apenas a terra para produção ou sobrevivência.

E a história não acaba.

Dois anos depois, em 1996, a Fazenda do Ministério foi disponibilizada pelo Incra para reforma agrária e se transformou no Assentamento Oziel Alves Pereira, fruto da luta e da esperança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nos remetendo à Bonnemaïson (2002) quando ensina que: "A esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos" (p. 108). Mas, isto já é história para novos estudos.

## Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANJOS, Maria Anita dos; FARAH JR., Moisés. Economia brasileira. **Gazeta do Povo**. Curitiba, p. 43, nov. 2002.

ÁVILA, Rodrigo V. **A Viabilidade Econômica da Reforma Agrária em Minas Gerais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1999.

BERTERO, José Flávio. Sobre reforma agrária e MST. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.163-183, set. 2006.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.) **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p 83-131.

BORGES, Maria Elisa L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 24, nº 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a12v2447.pdf> Acesso em: 11 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRUNO, Regina A. Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 5 n. 10, p. 284-310, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf>> Acesso em: 11 out. 2019.

CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.) **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **História da Associação Comercial de Governador Valadares**. Governador Valadares: Univale, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do Século XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan. / jun. 2009.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, p. 177-197, 2008.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GODOY, Marcelo M. Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

GOHN, Maria da Glória, **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

KAROL, Eduardo. **Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - F.A.S.E.** - estudo sobre território e organização não- governamental. 2000. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LACERDA FILHO, Mozart. A lupa do professor de história: a Micro-história na sala de aula. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. 2012. 18. Mariana. **Anais Eletrônicos**. Mariana: EDUFOP, 2012.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

NARDELY, Aurea. **As estratégias comunicacionais na campanha do PT à Prefeitura de Governador Valadares (MG) nas Eleições 2000**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2002.

NEPOMUCENO, Marcelo. V.; TORRES, Cláudio V. Validação da Escala de Julgamento e Significado do Produto. **Estudos de Psicologia**, (Natal) v.10 n.3, p. 421-430, set./dez. 2005.

- NETTO, J. Teixeira Coelho. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo. Perspectiva, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./ dez. 2001.
- RABELO, Ernane. **Vida e Morte de O Combate**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA MÍDIA. 2007. 5. **Anais eletrônicos**. São Paulo: FECASPER, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégia da comunicação, questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença, 1990.
- ROSA, Marcelo C. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 76, p. 197-227, 2009.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its teory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SILVA, Lúgia O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n.2, p. 15-25, 1997.



# ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NUM TERRITÓRIO AVESSE: O CASO DE GOVERNADOR VALADARES

**Denis Boaventura da Silva<sup>1</sup>**

## **Introdução**

O estabelecimento de um assentamento de reforma agrária não é um evento corriqueiro, especialmente quando se trata de algo que não estaria num horizonte de expectativa próximo ou desejável para uma região. Os determinantes sociohistóricos, políticos e econômicos que tangenciam uma tal implementação devem ser pensados de forma a se obter uma visão de contexto mais abrangente. É neste modo de pensar que este ensaio se debruça sobre a presença de três assentamentos em Governador Valadares, a partir da segunda metade da década de 1990: Os Assentamentos Barro Azul, Joaquim Nicolau da Silva e Oziel Alves Pereira.

Como pensar três assentamentos numa cidade marcada pela presença do latifúndio? O que isso pode significar? Que diferença fizeram esses assentamentos, nos distritos de Chonim de Cima e de São Vitor e na sede do município de Governador Valadares? Num território marcadamente avesso a eles, como esses assentamentos se organizaram? Uma vez estabelecidos, é possível afirmar que são novos territórios? Foi pensando nessas e outras questões que esta reflexão foi proposta, isto é, como parte de um projeto maior: “O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra”, projeto esse financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.<sup>2</sup> Nesse sentido a história da luta pela terra, no vale do rio Doce, compõe parte destas memórias.

Podemos imaginar que não foi e não é fácil para os ‘sem terra’, agora ‘com terra’, se estabelecerem. Por exemplo, os assentados ainda são chama-

---

1 Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT/UNIVALE).

2 Trata-se do Edital 12/2015: “Memórias brasileiras: conflitos sociais”; nele a CAPES apoiou financeiramente projetos para “resgatar e registrar memórias não contadas do Brasil”.

dos de sem terra, como se não se reconhecesse que o direito à terra lhes foi garantido. O imaginário social predominante ainda é o do sem terra marginal, bandido, invasor de propriedade privada; como ainda estampam as notícias de jornal, que são quase sempre desabonadoras do movimento social<sup>3</sup>. Reflete mais do que apenas um simples choque de concepções e interesses sobre a propriedade e uso da terra entre os movimentos sociais e a política latifundiária até então dominante no Vale do Rio Doce. Não reflete, é certo, o fim de um privilégio exclusivo e estrutural sobre o uso da terra voltado ao latifúndio, pois a área incorporada pela reforma agrária é ainda mínima (0,002% da área total do município)<sup>4</sup>. Entretanto, reflete o que poderia ser chamado de estratégia vitoriosa por parte dos movimentos sociais de luta pela terra (e outros direitos), pois afinal, estabelecer não um, mas três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares, cidade que outrora fora um bastião fundiário, ressignifica os esforços das lideranças e lutas anteriores.

Nesse sentido, embora a implementação de três assentamentos de reforma agrária no município de Governador Valadares, tenha seguido processos regulatórios diferentes, simbolicamente remetem a uma história local e regional com elementos socioterritoriais em comum: o conflito histórico pelas terras, a grilagem e a expulsão de posseiros e a repressão aos movimentos sociais, a resistência dos trabalhadores e a retomada das mobilizações. Portanto, todas as ações anteriores à formação dos assentamentos são marcas definidoras dos mesmos.

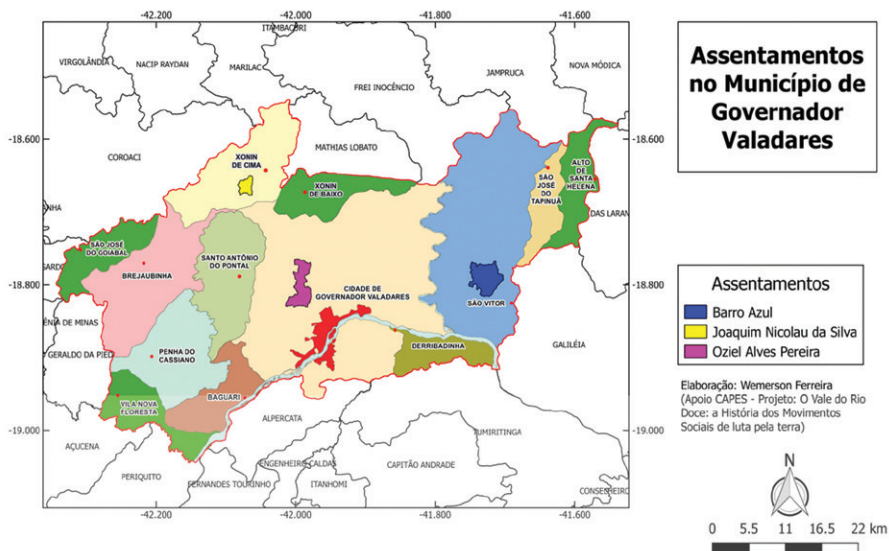
O ano de 1996 foi sem dúvida um marco para a região do Vale do Rio Doce e principalmente para Governador Valadares, sua maior cidade. Foi neste ano que os três assentamentos de reforma agrária emergiram na cidade, como resultado da luta pela terra, especialmente pela ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no vale do Rio Doce. Os assentamentos Barro Azul, Joaquim Nicolau da Silva e Oziel Alves Pereira são, ao mesmo tempo, lugar para viver e produzir e lugar de resistência dos assentados. O mapa a seguir indica a localização dos três assentamentos.

---

3 Como exemplo ver: G1 Vales de Minas Gerais - 24/04/2017 (integrante do MST é morto com dez tiros em assentamento na zona rural de Periquito); Hoje em dia- 26/08/2014 (famílias sem-terra ocupam fazenda em Governador Valadares).

4 Área Total do Município de Governador Valadares: 2342,325 km<sup>2</sup>; Área de Reforma Agrária: 4,689 Hectare = 0,0469 km<sup>2</sup>. A área usada pela Reforma Agrária no município de Governador Valadares corresponde aproximadamente 0,002% da área total do município. A partir de dados do Caderno Territorial 058 Médio Rio Doce - MG – MDA. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_058\\_M%C3%83%C2%A9dio%20Rio%20Doce%20-%20MG.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_058_M%C3%83%C2%A9dio%20Rio%20Doce%20-%20MG.pdf)> Acesso em: mar. 2019.

Figura 1 – Mapa com os assentamentos em Governador Valadares



Fonte: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE).

Buscando compreender a formação destes três assentamentos também como território, Alves (2008) afirma que “assentamento é um espaço onde se materializam as relações sociais” e com isso aponta uma ideia de complexidade na formação de um assentamento, mesmo que esse tenha partido de uma luta comum, a luta pela terra. Neste ponto, Fernandes (1999), considerando as ações do MST, afirma que a luta pela terra é bem diferente da formação do assentamento. Enquanto a primeira é compreendida, segundo o autor, como uma espacialização, o segundo é um momento, o da formação do assentamento seria a territorialização:

Registrar-se no espaço social em um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1999, p. 36).

A territorialização, portanto, se inicia antes mesmo da formação dos assentamentos, pois está diretamente conectada com os objetivos

da luta pela terra nos movimentos sociais. Todas suas ações anteriores à formação do assentamento caracterizam também o próprio assentamento, territorializando-o:

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. (...) Nesse processo, a fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado de formação e organização do movimento. Dessa forma, o território conquistado é trunfo e possibilidade de sua territorialização na espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 1994, p.182).

Com a análise da formação dos três assentamentos em Governador Valadares como uma espacialização da luta pela terra, busca-se compreender como se deu as conquistas dessas frações do território.

## **O assentamento Joaquim Nicolau da Silva**

“Joaquim Nicolau” foi o primeiro assentamento implementado no município de Governador Valadares. Estabelecido em 16 de abril de 1996, com 17 famílias, segundo o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT),<sup>5</sup> está localizado no distrito de Chonim de Cima a 36 km do centro de Governador Valadares, totalizando 609 hectares de terra. A fazenda originária que tinha por nome de Padre José de Anchieta, passou a se chamar “Assentamento Joaquim Nicolau da Silva”, depois de uma reunião consensual entre as lideranças do novo assentamento que pensaram homenagear a falecido líder das lutas populares na região. O relato de Cláudio Gonçalves de Oliveira<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 2018, p. 35-36), morador do assentamento, lembra a definição do nome:

Bão, esse nome, ele veio, seguinte... Primeiro eu já conhecia o Joaquim, né? E o Joaquim tinha falecido. Só que num foi eu, nem fui eu que fiz a proposta. Então quando a gente estava pra

5 Centro Agroecológico Tamanduá – ONG voltada para apoio técnico à produção agroecológica e agricultura familiar; no município de Governador Valadares apoia e atende agricultores dos Assentamentos Joaquim Nicolau e Barro Azul.

6 Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

escolher o nome do assentamento, o João Calazans me chamou. Na época chamou eu, Odair, acho que a Josilma também... Chamou nós lá na Fetaemg, e foi conversar com nós. Ó, nós estamos pensando num nome(...) aí ele falou pra nós assim; porque eu queria por um nome em homenagem ao Joaquim. Joaquim Nicolau, que foi um grande lutador. E eu conhecia Joaquim... Já sabia quem era Joaquim... Tá doido, é um nome que... Importante demais! Aí nós viemos e marcamos a assembleia... Aqui a gente tinha uma comissão que reunia antes, né, reunimos. Propus, aí eu propus o nome. Aí foi pra assembleia, aí o João veio. Veio João, na época acho que João, Madalena e Rosemary. Aí nós reunido, aí propomos o nome, (...) Aí eu fui e falei. Falei, contei a história de Joaquim. E falei assim; por sinal, era evangélico. Cara evangélico, mas era um evangélico um pouco diferente dos outros evangélicos. Ele era um evangélico de luta. E... Mas era um cara muito importante. Aí contei que conheci ele no Aruega... E depois lá no 1º de Junho. Aí o pessoal topou!

O episódio relatado já confere ao nome do assentamento uma expressão da história de resistência dos trabalhadores e da reorganização do movimento sindical, após a redemocratização do país, em fins da década de 1970. Joaquim Nicolau da Silva foi uma reconhecida liderança do movimento sindical na região, especialmente em Governador Valadares. Veio da zona rural e trabalhou em pequenas metalúrgicas da cidade até se tornar carroceiro, porque apresentou problemas de saúde que o impediam de continuar como metalúrgico. Sua esposa, Maria dos Reis Silva,<sup>7</sup> lembra de sua atuação à frente dos movimentos sociais em Governador Valadares, de seu envolvimento com a organização do Partido dos Trabalhadores e vários sindicatos. Essas experiências foram marcadas por muitas ameaças:

Por isso que ele foi jurado de morte. Quando eu casei, eu comprei quatro mudas de rosas e plantei na frente da casa ali porque a casa era frente de tábua e era muito bonita. Minha casa era a mais linda, e eu plantei as rosas lá e quando o pessoal ia jurar de morte eles traziam aqueles papel de pão, escrito aqueles trem feio que ia matar ele, que eu tava muito nova pra ficar viúva, e botava isso lá...<sup>8</sup>

---

7 Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

8 Entrevista concedida por Maria dos Reis Silva. Governador Valadares, em 06 de abril de 2018.

A implementação do assentamento “Joaquim Nicolau” ocorreu de forma negociada entre o antigo proprietário da terra, atores do movimento de luta pela terra, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), devido ao interesse inicial do proprietário de transformar a fazenda numa comunidade cristã-coletiva. O espelho do projeto de assentamento, registrado pelo INCRA, informa:

O imóvel se encontrava ocupado à época da vistoria, por 16 famílias de trabalhadores rurais, por iniciativa própria do proprietário, que pretendia formar uma comunidade rural em seu imóvel, no estilo do kibutz de Israel. Como a filosofia da vida comunitária não obteve sucesso entre as famílias o proprietário se mostrou propenso a negociar a área com o INCRA. O INCRA procedeu vistoria e considerou referido imóvel de interesse social para fins de reforma agrária daí à sua desapropriação e criação do PA Joaquim Nicolau da Silva.<sup>9</sup>

Para realizar seu projeto de vida comunitária, com a transformação da fazenda num kibutz,<sup>10</sup> o antigo proprietário da Fazenda Padre José de Anchieta, também ex-sacerdote católico, negociou a vinda de 12 famílias do município de Dolores de Guanhanes e de quatro famílias de outras comunidades rurais. Em abril de 1996, essas famílias se alojaram na fazenda, organizadas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.<sup>11</sup>

Afirma Flávio Hilário Alves Sabino,<sup>12</sup> morador do assentamento Joaquim Nicolau que:

A história começa um pouco diferente. Quando o proprietário quis (...). Quis as família aqui, a ideia inicial dele num era fazê o projeto de reforma agrária com o INCRA. A ideia inicial dele era fazer um sistema que existe em Israel, conhecido como “kibute”. Então,

---

9 Espelho Completo de Projeto MG0075000. Sistema de informações de projetos de reforma agrária – SIPRA. Disponível em: <[http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/espelho\\_projeto\\_completo/espelho\\_projeto\\_completo/](http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/espelho_projeto_completo/espelho_projeto_completo/)> Acesso em: 12 out. 2018.

10 O site da Confederação Israelita do Brasil (CONIB, 2019) afirma que este modelo fará 100 anos em 2019. Hoje possui polos industriais em Israel, com mais de 200 kibutz implementados no Oriente Médio, com três formatos diferentes. Ver em: <http://www.conib.org.br/glossario/kibutz/>

11 Conforme site oficial a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG – é um entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que congrega mais de 500 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/institucional/a-fetaemg>> Acesso em: 10 out. 2018.

12 Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

que todas essas família vivia em comum, dentro da propriedade. Só que o pessoal não conseguiu entender o princípio de tudo, das intenções. A terra foi destinada à reforma agrária depois de ter tido problemas em ser instalado o “kibute”, compreender as propostas do proprietário. Então o proprietários se viu numa situação difícil de por as pessoa pra fora. Que as pessoa já estavam trabalhando na terra, mas é... Ele foi explicando gradativamente o processo, como é que é, né. Então... Nesse processo, eles tiveram a ideia de vender a fazenda pro INCRA, pro INCRA assentar as família.

Conforme o relatório do PDR/GV (2001-2002), o grupo de famílias não se acertou com a proposta comunitária do proprietário e suas intenções iniciais. Desta forma, cerca de um ano depois, a fazenda foi desapropriada pelo INCRA, que realizou um projeto de reforma agrária convencional.

Ao concretizar a desapropriação e iniciar o processo de assentamento das famílias, foi dado início a um projeto comunitário de produção que envolvia comissões de trabalho e uma cozinha coletiva (PDR/GV, 2001-2002). Tal projeto começou com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar de estes recursos terem chegado ao assentamento, a falta de amparo técnico para garantir a continuidade do projeto, fez com que eles fossem se fragmentando, como demonstra o depoimento de Flávio Sabino:

Só quando o INCRA entreviu mesmo, que ele comprou a fazenda, que ele mediu a fazenda pra separar os lotes. Pra dividir os lotes. Que aí veio recurso, né? Veio recurso pra comprar ferramenta, veio recurso pra comprar. Pra mexer na casa, construir. Veio recurso pra... Que é o PRONAF, pra comprar maquinário. Pra criação, fazer cerca, divisa, essas coisas. Então, na época teve, né, esse recurso. Só que, ... No processo de assistência e tal, fico tudo paralisado. Num teve aquele efeito que deveria ter. Porque o governo num deu aquela assistência técnica. Num, num... Acompanhou, num instruiu. Deu o dinheiro e deixou prá lá...

Pelo relatório (PDR/GV, 2001-2002), o assentamento apresenta as seguintes características naturais: relevo íngreme com poucas áreas de baixa; solo de baixa fertilidade; vegetação original de Mata Atlântica semi-caducifólica, “atualmente com 40% de área ocupada por mata secundária e o restante ocupado por gramíneas e espécies típicas de áreas degradadas”. Em relação à presença de água, “o assentamento é

banhado pelo córrego Casimiro, de pequena vazão e conta com nove nascentes de pequeno porte. Também conta com duas lagoas de médio porte” (PDR/GV, 2001-2002).

As características naturais da região influem diretamente na produção, conservação e problemas ambientais que o assentamento possui. A mata preservada já havia sofrido exploração de madeira e queimadas antes da formação do assentamento (PDR/GV, 2001-2002). Somado a este problema, a exploração de pedras nas cabeceiras de córregos, em passado recente, assoreamentos, erosão e degradação do solo que prejudicam a produção dos assentados. Aqui, a necessidade de assistência técnica, como relatou Flávio, fica mais evidente.

As fontes de renda dos assentados são variadas. A base fica por conta de salários e aposentadorias. A produção ganha destaque para o leite e cereais. O solo, embora degradado, permite a produção de cereais e hortaliças e a agricultura tem maior participação na produção e renda do que a pecuária (PDR/GV, 2001-2002).

O acesso ao assentamento nem sempre é facilitado. Parte da estrada de acesso não é asfaltada. O transporte público é frágil e pontos de acesso não são próximos. Isto influi no atendimento de questões emergenciais. Acidentes, doenças e outros problemas que porventura possam ocorrer precisarão ser enfrentados na distância e na dificuldade de acesso. Outras necessidades, como lazer, ficam relacionadas ao cotidiano da vida no campo.

Embora em condições adversas, os assentados do Joaquim Nicolau, se desdobram para fazer de seu assentamento, um território.



Figura 2 – Mapa do Assentamento Joaquim Nicolau



Fonte: Material produzido pela comunidade no PDR/GV, 2001 – 2002.

## Assentamento Barro Azul

O Assentamento Barro Azul está localizado no município de Governador Valadares, às margens da rodovia Engenheiro Benedito Quintino, ou BR-381, no sentido do distrito de São Vitor, a leste do município, rumo ao Estado do Espírito Santo. Depois de percorrer 25 quilômetros pela rodovia, vira-se à esquerda, numa das entradas do Assentamento.

De acordo como histórico apresentado no Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e Projeto Final de assentamento do PA Barro Azul,<sup>13</sup>

13 INCRA. Diagnóstico Socioeconômico e ambiental e Projeto Final de assentamento do PA Barro Azul. Disponível em: [http://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Governador%20Valadares/PFA%20Barro%20Azul\\_Gov%20Valadares.pdf](http://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Governador%20Valadares/PFA%20Barro%20Azul_Gov%20Valadares.pdf)> Acesso em: 10 out. 2018.

“o processo de constituição do PA Barro Azul tem origem nas ações de vistoria do INCRA-SR06, tendo em vista seleção de terras para o Programa Nacional de Reforma Agrária, que teve certo impulso ao longo da segunda metade da década de 90.”

Segundo o mesmo relatório, a área da antiga fazenda Barro Azul, daí o nome do assentamento, chegou ao final dos anos 1980, em estado avançado de degradação em função do manejo inadequado do solo, de queimadas e de um processo erosivo avançado. Neste contexto a fazenda

foi declarada como de interesse social para fins de reforma agrária, por decreto presidencial publicado em 03 de julho de 1996. (...) A fazenda era o retrato fiel de uma propriedade rural que não cumpria com sua função social, tanto sob a perspectiva de produtividade, quanto sob o aspecto da utilização adequada dos recursos naturais, uma vez que o desmatamento predatório e o processo de formação de pastagens comprometeram as nascentes, as matas ciliares, as encostas e a fauna local.

A situação improdutiva da fazenda tornou-se de conhecimento do MST, que exerceu forte pressão para que o processo de desapropriação ocorresse rapidamente. E de fato o tempo decorrido para o processo foi bastante rápido: menos de dois meses. “A desapropriação ocorreu no dia sete de outubro de 1996, a imissão de posse ocorreu quatro dias depois, e o PA foi criado em dezembro do mesmo ano”.

A fazenda foi então ocupada por 118 famílias, cuja maioria estava acampada às margens da BR-381, na entrada da cidade de Periquito, município vizinho ao de Governador Valadares. Outras famílias vieram de muitos municípios vizinhos e de outros acampamentos de sem terra, lideradas pelo MST. Tal ocupação representa o que Fernandes (1994) aponta como espacialização da luta pela terra. Com o foco na conquista da terra, esta ocupação, organizada, focada no resultado de formar ali um novo assentamento caracteriza a luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em um relato, o morador e assentado no Barro Azul, Sidiney Cardoso Silva,<sup>14</sup> descreve o perfil de algumas destas famílias que chegaram para este acampamento:

---

14 Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

Eu vou lhe dar um exemplo de uma mulher que mora aqui. Essa mulher era minha conhecida desde criancinha. Inclusive moramos em frente um ao outro. Ela era criança e um dia, eu estando no acampamento, vi o marido dela, chegou com ela e... E as três filhas. E ela passou da porteira pra dentro, e ele voltou pra trás. E ela ficou no acampamento. Ele ia lá, dava assistência as crianças, depois ele sumiu. Foi aparecer aqui, já. Outros vieram de fora, como veio seis pessoas de Patrocínio. Foram tirados por Zé Aparecido é...do trabalho escravo. O Zé Aparecido trabalhava na CUT e aí trouxe essas seis pessoas que estavam trabalhando no trabalho escravo, lá. No mais, foram pessoas aqui da região, ao entorno de Valadares. Tinha Sebastião Domingos, que trabalhava a vida inteira em fazenda pro doutor Marcílio, para esse pessoal dos Avelino... Trabalhava nessas fazendas assim... Tem também pessoas que morava de baixo da BR, num túnel. Inclusive, essas pessoas não ficaram porque não foram classificadas. E no mais eram pessoas realmente da roça que, que vinha de todo lado, vinha... Veio de Alvarenga, vieram daqui da região mesmo e, veio gente de Itambacuri, é... Tem um outro lugar também que veio pessoas. Mas essas pessoas num deram sorte, porque eram 118 famílias, fizeram o cadastro e vai, vai. E eles não foram classificados, e eles tiveram que voltar pro acampamento novamente.

Chama a atenção as condições em que muitas famílias chegaram para a ocupação da fazenda e a quantidade: basicamente o dobro do que viria a ser a capacidade do assentamento. Outro detalhe destacado tanto no relato quanto no diagnóstico emitido pelo INCRA (2004, p. 3) é o trabalho dos movimentos sociais que lideravam as ações de ocupação, consolidação e resistência até a formação do assentamento.

Algumas famílias ficaram acampadas no município de Periquito, durante três meses, outras apenas algumas semanas. A maior parte delas tem uma história recente de contato com os Sem Terra. Conheceram o MST através da mídia, de amigos ou da presença de assentamentos e/ou acampamentos na vizinhança. Alguns aderiram graças às iniciativas de abordagem do próprio Movimento, mas em muitos casos a adesão partiu da iniciativa pessoal de se aproximar da organização.

A falta de infraestrutura na fazenda desapropriada foi um fator marcante. A escassez de água e de alimentos, aliados às más condições do solo caracterizaram este momento na história do assentamento. A solução que se viu, ainda que momentânea, veio de um dos moradores da região e ex-funcionário da fazenda já desapropriada. Conversando com a liderança do MST, buscou mostrar os melhores locais para manter o

acampamento com água e energia elétrica dentro da fazenda, facilitando a estadia. Isso pode ser visto nos termos do senhor Sidiney Cardoso Silva em sua entrevista:

Vieram todo praqui, foram... Fomos acampados lá onde era a agrovila, é... Mas por não ter água, apareceu uma senhora que foi pra televisão e chorando, e reclamando que num tinha água, e que num ia ficar, que ia embora, e tal, e tal. Aí esse senhor, meu vizinho aqui, que era um dos moradores antigos da fazenda, é... Vendo aquilo na televisão, passando na televisão, ele foi lá no acampamento e nos trouxe aqui pra margem do córrego. Falou: não, vocês vão lá pra frente lá de casa, que lá ao menos água pra vocês lavar roupa, tomar banho... eu tenho uma cisterna muito boa. E aí viemos praqui. E aí formamos um acampamento aqui novamente. E aqui permanecemos até o dia que fomos pra terra. Cada um pro seu lote.

O processo de desapropriação e emissão de títulos foi muito rápido, como já dito acima, mas tal velocidade não significou melhoria para os acampados. Muitas famílias desistiram devido à falta de infraestrutura mínima como a água e outras que permaneceram, o fizeram sem se transferirem para uma área dividida em lotes definidos pelo INCRA (2004, p. 7), onde barracos de lona foram levantados. Tais famílias se mantiveram neste local em que havia a água e energia por mais de dois anos. Os recursos para o assentamento auxiliaram os assentados a levantar as casas, fazer as cercas e outras melhorias de infraestrutura. Entretanto, a questão ambiental que caracterizava a fazenda ainda protagonizaria os rumos da implementação do assentamento. Clóvis Augusto de Oliveira(2018),<sup>15</sup> também assentado no Barro Azul, explica como foi a chegada dos recursos e o uso destes no assentamento:

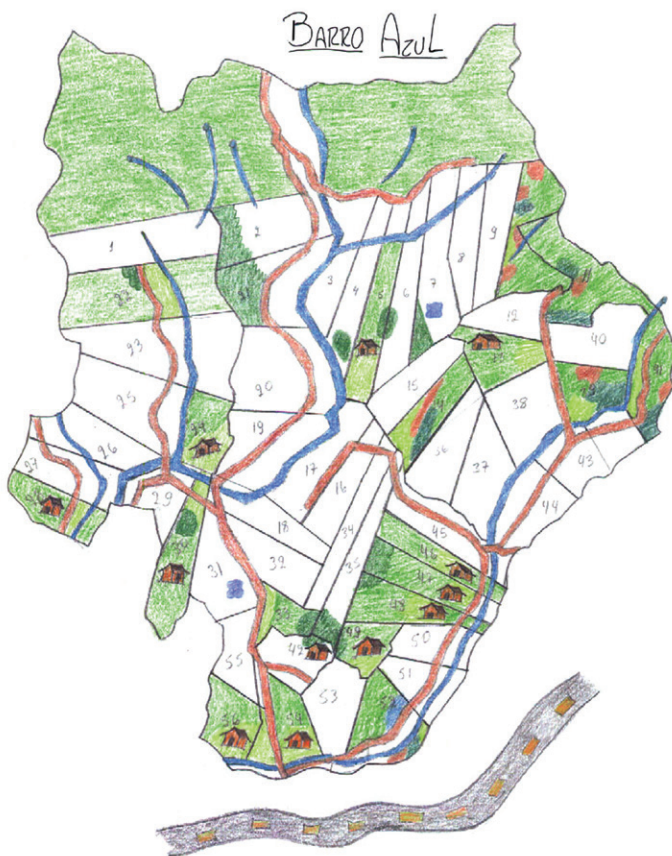
Sem nada. Aí num tem uma cerca, num tem uma casa. Maioria das vezes num tem nem água, né, que é o básico, né? Num tem uma estrada, que é o básico. Né? Num tem nada. Aí quando chega um recurso, pouco, ele tem que fazer cerca. Que aquele recurso ali ele vai ter que investir ali no... Na cerca, na criação e coisa, pra ele iniciar. Mas só que a maior parte do recurso que ele gasta ele num tem retorno financeiro. E depois tem que pagar. (...) É, empréstimo bancário. Sabe? Uma linha de crédito que os assentamento de reforma agrária tem, né? Então assim, a pessoa pega ali e ele

---

15 Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

vai gastar um dinheiro, porque tem duas formas, né? Quando cê, pega o dinheiro, ou cê, gasta, ou cê, investe, né? Eles fala que é PRONAF investimento, sabe? Mas num é, na maioria das vezes o... investimento se você tivesse um retorno, né? Se você gasta ali em fazer uma cerca, que não é barato, sabe? Não é barato cercar um lote todo, fazer um curralzim, fazer um chiqueirim, comprar uma ferramenta ou uma coisa qualquer, né? Aí compra lá, compra uma criação, compra umas vaquinhas lá com o que sobra... que aquele dinheiro ali, ele não vai gerar uma renda pra pagar.

Figura 3 – Mapa do Assentamento Barro Azul



Fonte: Material produzido pela comunidade no PDR/GV, 2001 – 2002.

Com os recursos recebidos do governo federal,<sup>16</sup> uma horta comunitária foi implementada e os trabalhos na terra se iniciaram. Desta forma, as famílias começaram a se espalhar pela fazenda a fim de alavancar a produção. Entretanto, a falta de água fez com que as produções minguassem. As famílias passaram a buscar alternativas de modo individual findando rapidamente assim, as iniciativas comunitárias (INCRA, 2004). Foram quatro grupos formados por associação no assentamento, sendo alguns coletivos e outros individuais, com destaque para dois: a Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Barro Azul – ACOOAB e Associação dos Produtores Agrícolas Individuais do Barro Azul – APADIBA. Sobre estas associações, Clóvis A. de Oliveira (2018) explica:

Com o tempo o grupo coletivo acabou. O grupo semi-coletivo acabou muito mais rápido, né? E o individual permanece, que na verdade também, se você for analisar a cultura nossa... A sociedade brasileira ela é individualista. (...) Né? Ela é individualista. É cada um querendo dar um jeito de resolver os seus problemas... De se ajeitar e coisa, né. Aí, assim... Agora, quando vai prum assentamento, eles até tentam coletividade, é... É muito bonito, né? Falar na, na coletividade é bonito. É romântico demais. Mas você construir, em...com umas pessoa, (...) Que já vive numa cultura individualista, construir a coletividade é difícil. (...) Quando fala-se num benefício coletivo todo mundo quer o benefício coletivo.

Corroborando com a fala de Clóvis, o INCRA (2004) explica que o trabalho na estrutura familiar, nos lotes individuais prevaleceu e acabou sendo a associação que agregou mais de 40 famílias. Mais tarde, passou a ser a entidade que responde ao INCRA quando às decisões do assentamento. Dois fatores foram apontados no diagnóstico feito pelo Governo que explicaria estas divergências na organização do assentamento: 1. As diferentes culturas das quais as famílias vieram. Diferentes cidades, diferentes histórias e perspectivas que culminam ali, no assentamento Barro Azul, dificultando um engajamento coletivo com maior fluidez política; 2. A disputa política interna, entre as lideranças que viam caminhos diversificados entre eles, impossibilitando o diálogo. A falta de infraestrutura dificultou que os auxílios do Governo pudessem de alguma forma,

---

16 O INCRA desenvolveu o Projeto Lumiar, para assentamentos de reforma agrária, que funcionou até final do ano de 1999. Esse projeto forneceria assistência técnica aos assentados, para a consolidação dos projetos de assentamento (INCRA, 2004).

potencializar a produção e garantir a sobrevivência dos assentados e a comercialização do que fosse produzido.

As características naturais do Assentamento Barro Azul, à época de sua desapropriação, ajudam a compreender a baixa produtividade que dificultou tanto sua implementação. O INCRA (2004) aponta a terra em estado crítico de degradação. Com devastação da mata nativa e poucas nascentes preservadas, a água se tornara escassa e insuficiente para o consumo ideal de mais de 50 famílias que foram assentadas ali. Ainda segundo o INCRA (2004), a fazenda passou por uma intervenção nos anos de 1980, que visava diminuir os atoleiros, formados pela água proveniente de pequenas nascentes e matas ciliares e aumentar a área de pasto. O resultado foi uma degradação avançada com processos erosivos alarmantes. Sem as matas, a capacidade de reservatórios nas várzeas foi diminuída. Sidiney C. Silva (2018) explica sua experiência com este problema no assentamento:

(...) Eu tenho água pra beber ali depois de nove anos de estar aqui dentro, sofrendo horrores. Buscando água até fora pra tomar, é... Depois de nove anos. Fizeram o pocim, mini poço. O meu é o mais raso do Barro Azul. Então eu uso água dele. Tive um grande privilégio agora com essa caixa que veio, porque armazena água ali. E eu num vou precisar sair fora pra buscar água pra beber igual eu já fui. Então, é... Tem outras coisas a fazer também, porque a gente tem que preservar a nascente. E nem sempre eu posso fazer isso, por quê? Na nascente que enriquecia esse córrego aqui, o grande fazendeiro foi lá e esgotou a lagoa. Mas é dele. Quando viram já tinha esgotado. Esgotou tudo, então hoje em dia corre muito pouquinho lá, e ela chega até certa altura some na areia. (...) É, uma parte dele vinha dessa lagoa. E aí o córrego que é o considerado Barro Azul mesmo é dentro do assentamento aqui, mas, porém tá seco. Secou a mina. Que é pra cima da agrovila lá. Esse secou mesmo. E a lagoa que enriquecia o córrego foi esgotado há uns três anos atrás, parou de correr.

O esgotamento da lagoa pelo fazendeiro vizinho dá uma medida dos problemas enfrentados. Além da terra já degradada era visível o incômodo que o Assentamento causava nos proprietários vizinhos. A solução para a falta de água veio de um projeto do INCRA juntamente com a prefeitura de Governador Valadares para a perfuração de 56 mini poços. O problema está no fato de que a perfuração é de baixa profundidade, ou seja, baixa capacidade de abastecimento de água. Para agravar, o lençol freático da região é pobre devido aos problemas de degradação ambiental pela qual a região passou. Tal projeto dos poços foi elaborado depois de muita discus-

são dentro do assentamento, se seriam três grandes poços profundos para todo o assentamento, ou se cada família teria o seu poço, porém de baixa profundidade (INCRA, 2004, p. 81). Clóvis A. Oliveira (2018) explica que:

Na época foi muito criticado, porque os assentados do Barro Azul preferiram um poço individual cada um, do que um poço... Do que três poço grandão profundo, né? Qual que era melhor na visão que está de fora? Os três... (...): Os três poços profundos. Qual a visão de quem tá lá dentro? Uma manutenção de poço, pagar energia? Uns contribui... Porque isso gerou... Porque lá já tinha um poço pronto de cento e trinta metros, e quando chegou essa discussão pra fazer os outros poços, a energia do outro poço lá já tinha sido cortada um montão de vez, né? Isso é uma só das partes. Aí vai passar o encanamento. Área de, de roça.

Para ele, se fossem instalados apenas os três poços profundos, teriam de montar encanamentos que deveriam passar dentro das terras de outros assentados. Se houvesse uma quebra de canos por causa do uso de máquinas pesadas, isso traria problemas para algumas famílias, sem contar que as contas de energia deveriam ser pagas em coletivo. A contribuição deveria ser fiel ao mês de vencimento e o Assentamento já havia dado sinais de que o coletivo não seria a melhor opção. Desta forma foi que o projeto de um poço raso para cada família foi aprovado e efetivado.

As famílias que possuíam mais contato com o MST foram as que mais usufruíram dos equipamentos coletivos comprados com os projetos do INCRA (2004). Segundo o relatório, a agrovila do Assentamento inicialmente era administrada por 12 famílias que tinham mais acesso aos equipamentos. Como já apontado nos relatos dos entrevistados, a gestão do assentamento enfrenta muitas dificuldades, tanto pelas questões mais estruturais quanto pelo individualismo. O relatório afirma que em reuniões para definição da aplicação das verbas do projeto, as decisões eram tomadas sempre em direção a propostas de responsabilidades individuais. Este panorama dos tempos iniciais de organização do Assentamento Barro Azul mostra que os assentados ainda teriam que superar um grande desafio: a luta na terra como continuidade da luta pela terra.

## **Assentamento Oziel Alves Pereira**

Este assentamento fica a apenas 6 km do centro de Governador Valadares, na saída para Teófilo Otoni, e é emblemático para as lutas pela



terra na região. Seu nome homenageia um sem terra,<sup>17</sup> morto no Massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996,<sup>18</sup> no mesmo ano de sua fundação. O nome foi escolhido por consenso entre as lideranças que haviam ocupado a então fazenda que viria a ser o assentamento. Uma das lideranças deste movimento e morador no assentamento, Brasilino Moreira da Silva (2019), conta da escolha do nome:

É, na verdade, em relação a esse nome eu nem participei. Eu estava fora, quando eu cheguei eu fiquei sabendo da decisão que tinha tomado. O Oziel foi um dos dezenove que foram mortos lá no Pará. Era um menino de dezenove anos que tava muito engajado na luta e vários assentamentos no Brasil colocaram o nome dele em homenagem a luta que ele fazia, a perseverança dele... inclusive até na hora de morrer. A conquista da terra se deu em noventa e seis e o assassinato do Oziel também foi em noventa e seis, foi exatamente no mesmo período, aí foi... Bem em cima.

A história do Assentamento Oziel Alves Pereira é, em relação aos três assentamentos de Governador Valadares, a que mais guarda referências dos conflitos agrários que marcam a formação histórica do território do vale do Rio Doce.

Em 1996 o Assentamento Oziel Alves Pereira foi estabelecido na chamada de “Fazenda do Ministério”, em terras que beiram a BR-116, Rio – Bahia, a Rodovia Santos Dumont. O nome da fazenda deriva de um projeto do governo federal dos anos de 1940. De acordo com Medeiros (2011, p. 42) o avanço da pecuária e a boa qualidade das terras na região instigaram o Governo Federal a instalar em Governador Valadares, “uma fazenda destinada a ser modelo de produção rural, ligada ao Ministério da Agricultura. Inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas, ficou conhecida como a ‘Fazenda do Ministério’”.<sup>19</sup>

---

17 Oziel Alves Pereira tinha apenas 17 anos quando foi morto, mas já despontava como uma futura liderança do MST em Eldorado dos Carajás, no Pará. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/isp/1996/4/22/brasil/16.html>> Acesso em: 18 mar. 2019.

18 Cf INCRA - Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação (2019) existem 21 assentamentos de reforma agrária que levam o nome de Oziel Alves Pereira, ou algum variante, como “Herdeiros de Oziel, no RGS; ou Oziel dos Carajás, em RD; distribuídos por vários estados. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)> Acesso em: 18 mar. 2019.

19 Cf. T. Vilarino (2008) A partir de 1942 a região do vale do Rio Doce recebeu diferentes investimentos do governo federal. Interesses econômicos ligados à exploração mineral e a acordos com EUA; e motivação política de interiorização do poder do Estado num processo de ‘statebuilding’, motivavam Getúlio Vargas (e governos seguintes) a investirem no vale do Rio Doce.

Entretanto, problemas de gestão política, nos anos de 1950 e 1960, impediram a continuidade do projeto, abrindo brechas para que fazendeiros da região passassem a utilizar as terras e os equipamentos que restaram, de modo ilegal (RABELO, 2005). No início da década de 1960, no Vale do Rio Doce, o latifúndio não era apenas o modelo dominante de posse das terras, mas também o que ditava o ritmo das relações do poder político que envolvia empresários, funcionários públicos do judiciário e do executivo (BORGES, 2004).

O contraponto a este cenário está nos movimentos sociais que receberam a notícia sobre as “Reformas de Base”, anunciadas pelo então presidente João Goulart. Tais reformas trariam reforma agrária. Isto resultaria na desapropriação da Fazenda do Ministério, minando seu uso por parte do latifúndio local. O histórico do assentamento apresentado no Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e Projeto final de assentamento PA Oziel Alves Pereira relata:

De acordo com José de Souza Martins, em seu livro os “Camponeses e a Política no Brasil”, o anúncio pelo presidente João Goulart da destinação da Fazenda Ministério para reforma agrária é considerado um dos principais motivos para a adesão do então governador de Minas Gerais Magalhães Pinto aos militares golpistas em 1964. A partir desse ano a Fazenda Ministério desapareceu do cenário político nacional e os sindicalistas de Governador Valadares foram perseguidos, torturados e mortos, passando o imóvel público a ser intensivamente utilizado por fazendeiros da região (FERREIRA NETO, 2005, p. 9).

Portanto, o resultado deste momento político crítico, para Governador Valadares após o Golpe Militar de 1964, foi o silenciamento dos movimentos sociais, a imposição do latifúndio nas políticas agrárias e a manutenção do uso da “Fazenda do Ministério” pelos fazendeiros, como aponta Rabelo (2005, p. 6): “Com o passar do tempo, a má gestão política a destruiu e seu pasto e os poucoequipamentos que sobraram estavam sendo ilegalmente utilizados apenas por fazendeiros da região.”

Trinta anos depois, em 1994 a fazenda mantinha apenas 5% do total de seus quase dois mil hectares (1.945,9232 ha) usados para pesquisas de produção de grãos e genética de animais (MEDEIROS, 2011). O restante ainda se mantinha para uso de fazendeiros da região. Ao entrar em cena, o MST passa a agir visando efetivar de uma vez, a desapropriação destas terras em prol da reforma agrária, como conta Brasilino M. da Silva

(2019): “(...) E aí isso ficou congelado durante trinta anos. E aí quando foi exatamente em noventa e quatro, nós ocupamos ela de novo.”

A data da ocupação foi 23 de agosto de 1994 “visando a vitória de uma luta iniciada 40 anos antes” (MELO; WAQUIL, 2018). 250 famílias que vieram de diferentes acampamentos coordenados pelo MST. Com quatro dias de ocupação, todas famílias foram despejadas via mandado judicial que a Polícia Militar cumpriu. Este despejo acabou culminando em um novo acampamento que se estabeleceu às margens da BR-116, que durou mais de um ano (INCRA, 2005). O acampamento foi levantado em frente a uma instituição católica da cidade, chamada Cidade dos Meninos como demonstra Nagel Medeiros (2011). Enquanto mulheres e crianças foram acolhidos, os ruralistas da cidade se pronunciavam contra ao movimento do MST. Segundo eles, a instituição, dirigida por uma freira vinda de Santa Catarina, não deveria “dar apoio à ilegalidade” (MEDEIROS, 2011, p. 62).

Durante este tempo, novas tentativas de ocupação foram feitas, o que acabou resultando em violentas reações do Estado, via Polícia Militar, Cavalaria, tropa de choque e até helicópteros foram usados. A agente da Comissão Pastoral da Terra, Maria Madalena da Silva (2018)<sup>20</sup>, se recorda da ação policial:

E aí pra tirar aquele povo ali teve polícia, com aparato policial, com batalhão... Com, até banda de música tocou. (...) Banda. Aquela... Não tem aqueles, aquelas que tocam, né? Que é do sexto, né?... Sexto batalhão. Então teve aviões no ar, cachorro... Tipo de uma comemoração, né. Vem a arrogância de tirar e a arrogância de fazer farra no tirar do povo. Mas só que ele não tirou, porque o povo entrou no lá de baixo da BR e continuou na luta até ganhar, né?

Em 1996, mais de um ano depois da primeira ocupação, o processo de desapropriação da “Fazenda do Ministério” começou a ser efetuado. O INCRA indicou 50 famílias provenientes do MST e outras 22 famílias que estavam vinculados à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas

---

20 Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

Gerais – EPAMIG.<sup>21</sup> Segundo um dos assentados e membro do MST, João Leite, não foi uma negociação tranquila. Ceder parte da terra para famílias que não estavam vinculadas à luta pela terra com os movimentos sociais não estavam nos planos, até porque, para cada lote cedido, é um a menos para os movimentos.

É, na verdade era pra assentar mais. Aí teve um problema aqui com os ex-funcionários da EPAMIG. Que a empresa saiu daqui e iludiu eles, que eles iam ser assentado também. (...) e foi um trabalho pra tirar eles, todos espalhados aqui, né? Até que a única saída foi que o INCRA veio discutir com a gente, pra ceder uma parte da terra pra eles. Aí como eles falaram que não queria muita terra, que era mesmo um quintalzim pra trabalhar, e tal. Aí definimos... Eles eram vinte e duas famílias na época. Então cedemos oitenta e dois hectares de terra pra eles, então ficaram média de dois a três hectares pra cada ainda. Então, é lá na Cascalheira, que é depois da cidade dos meninos, né? E, então tem esse pessoal que mora lá. Criou uma outra comunidade. Tá dentro do assentamento, mas eles criou uma outra comunidade, né? (...) A comunidade lá é.. a comunidade Boa União. Mas que em relação a igreja, né? É, tem a comunidade Santa Isabel. Mas a comunidade deles é considerada como Boa União, que é o nome da, da associação deles (LEITE, 2019).

A descrição ambiental feita pelo Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Projeto Final de Assentamento feito pelo INCRA (2005) indica a existência de um processo erosivo muito avançado, pouca vegetação nativa e muitas áreas em que as voçorocas estão presentes. Os topos de morro em sua grande maioria estão sem cobertura de matas, facilitando a aceleração do escoamento das águas das chuvas e contribuindo para erosões. Muito destes problemas ambientais estão diretamente relacionados com o uso da terra em si. Ainda nos anos 60, a “Fazenda do Ministério” já era utilizada para a pecuária, característica econômica da região. Durante as três décadas que se seguiram antes da ocupação e posteriormente, formação do assentamento, este modelo de uso da terra permaneceu como aponta o relatório do INCRA (2005).

---

21 A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) foi constituída como empresa pública, pela Lei nº 6.310, de 8 de maio de 1974 com a finalidade de desenvolver pesquisas e experimentações relacionadas direta e indiretamente com a agropecuária e com o objetivo de constituir-se no principal instrumento de execução das atividades de pesquisa agropecuária no Estado de Minas Gerais.

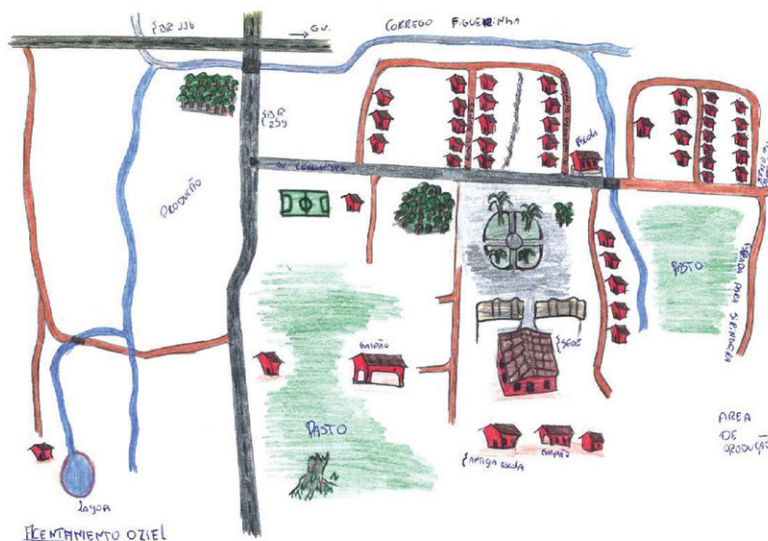
Outro aspecto ambiental preocupante são os recursos hídricos do assentamento. O Ribeirão Figueirinha, sendo a principal fonte de água do assentamento, foi o que sustentou durante anos, a pecuária ali. A ausência de matas ciliares, tanto nas cabeceiras de pequenos córregos e nascentes secundários quanto no Figueirinha, em função da postura do manejo da cultura pecuarista, acaba se contrastando com a consciência que os movimentos sociais buscam no uso da terra, como aponta Brasi-lino M. da Silva (2019):

Pois é, isso aqui era completamente tudo devastado. Inclusive hoje a gente tem, vive uma contradição, né? Passa as pessoas aqui e fala, aqui ó, vocês não produzem nada. Porque produção pra eles tem que jogar tudo no chão e fazer pasto (risos). Então se eles não ver tudo no chão e tudo pasto, não é produção, não tem produção. Eles não conseguem enxergar que produzir, não é apenas produzir boi. Tem que produzir alimento, e produzir alimento você não precisa de muito espaço. E, e você tem que produzir pensando na questão ambiental. Você tem que preservar o meio ambiente. Então assim, (...) Essa região toda teve um problema com água, aqui no assentamento não!

A produção do assentamento é em sua grande maioria baseada na agricultura familiar. Sem registro de uso de grandes irrigações, a produção é mais concentrada para o consumo interno. Arroz, feijão, mandioca, árvores frutíferas, criação de gado e aves também se caracterizam como familiar (INCRA, 2005).

O núcleo do assentamento foi formado com base nas estruturas já construídas quando funcionava como sede administrativa da “Fazenda do Ministério”. Uma vez formado, ganhou uma característica mais urbana, com uma escola e trinta casas próximas. A proximidade da cidade facilita o acesso ao transporte público e aos serviços públicos. A disposição geral do Assentamento pode ser dividido em três partes: o grande núcleo urbano, com a sede, onde a grande maioria dos assentados residem; um segundo núcleo que é ocupado pelas famílias que não se associaram ao órgão coletivo interno e por último, o espaço destinado aos antigos funcionários da EPAMIG.

Figura 4 – Mapa do Assentamento Oziel Alves



Fonte: Mapa produzido pela comunidade no PDR/GV (2001-2002)

Como vimos anteriormente, também nos Assentamentos Joaquim Nicolau e Barro Azul, a questão da terra degradada e de problemas com a água marcou o início da nova luta dos agora assentados, a luta na terra. A degradação da terra é comum a outros assentamentos no Vale do Rio Doce, cuja história de exploração da terra sempre foi do estilo predatório (ESPINDOLA; WENDLING, 2008).

Entretanto, o depoimento de Terezinha Sabino, que foi assentada no PA Oziel Alves Pereira, à Comissão da Verdade Mineira,<sup>22</sup> que esteve em Governador Valadares, em 2017; mostra que existe uma motivação de luta e de resistência que tem relação com a produção da vida.

Porque as pessoas, por mais pobres que ele seja, a visão dele ainda é de, da grande produção, mas o assentamento, não é só o assentamento Oziel... o assentamento, né, aonde mora o Claudinho, o acampamento aonde está o Tião, assentamento onde está o Zé Aparecido, lá não tem grande produção, porque as condições também financeira e política, né, contribui para que a gente, né, produz

22 Depoimento de Terezinha Sabino, Brasilino Moreira e Gilson de Souza à Covemg, em 05 de fevereiro de 2017. Entrevistador: Monique Álvares Assis. Governador Valadares (MG): Assentamento Oziel, antiga Fazenda Modelo, 2017. Disponível em: <<http://www.comissaoдавerdade.mg.gov.br/handle/123456789/1682>> Acesso em: 18 mar. 2019.

nem o suficiente. Mas a produção de vida e de conhecimento ela está acima de tudo, então a produção de vida e de conhecimento.

Apesar de todos os problemas vividos ainda hoje pelos três assentamentos no município de Governador Valadares, inclusive apontados no depoimento de Terezinha Sabino, a sua territorialização é simbólica numa região historicamente avessa à sua presença.

## **Conclusão**

São três assentamentos de reforma agrária que se instalaram em um mesmo ano, 1996; em uma cidade que está situada em uma região que possui um histórico violento entre sindicalistas e latifundiários (BORGES, 2004). Maria Eliza Linhares Borges pontua muitos aspectos políticos da região em 1964, durante o Golpe Militar. As dificuldades na formação dos assentamentos portanto, são percebidas na própria história política da região, algo que reverberou durante muitos momentos iniciais de formação do assentamento Oziel Alves Pereira (MEDEIROS, 2011). Para além das questões políticas externas aos movimentos sociais, havia também as questões políticas internas, entre os assentados. As relações entre famílias com histórias diferentes, de lugares diferentes e necessidades parecidas são somadas às dificuldades que a luta pela terra impõe.

Levantar o acampamento, passar dias em barracas de lona, as necessidades básicas sendo ameaçadas pela falta de comida, água e tantos outros detalhes são elementos que compõem o quadro da luta pela terra na formação dos três assentamentos. Fernandes (1999) aponta que a conquista do território ocorre de modo multidimensional. A cada acampamento levantado, a cada família transportada que auxilie fortalecer os movimentos sociais, ocorre também a “especialização da luta pela terra” o que é compreendida pelo autor como conquista de territórios, fração por fração. Nesta leitura, todos os problemas enfrentados e vencidos pelos assentados são também frações deste território hoje denominado como assentamento de reforma agrária. À medida que os assentados resistem, que avançam na construção do assentamento, no enfrentamento dos problemas ambientais e se propõem produzir na terra degradada, geram o processo de territorialização (FERNANDES, 1994, p. 182). Processo este que, por sua vez, caracteriza a formação de novos territórios.

## Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, pp. 98-113, 2019.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, v. 24, p. 177-197, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752008000100009>> Acesso em: 31 mar. 2019.

FERREIRA NETO, José Ambrósio (coord.). **Diagnóstico socioeconômico e ambiental e projeto final do Assentamento do PA Oziel Alves Pereira, no município de Governador Valadares, MG**. INCRA, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Brasil%20-%20500%20anos%20de%20luta%20pela%20terra.pdf>> Acesso em: 19 set.. 2019.

\_\_\_\_\_. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERREIRA NETO, J. A.; RAMOS, Márcio Mota. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do projeto final de assentamento (PFA) do PA Oziel Alves Ferreira, no município de Governador Valadares**. MG. 2005.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO - DEA- Atualização em 31/12/2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em > 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **PLANO DE CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS - P.A. BARRO AZUL – Governador Valadares-MG**. Montes Claros, MG, 2004.

MEDEIROS, Nagel. **Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do



Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011. MELO, C. C.; WAQUIL, P. D. O Curso Técnico em Cooperativismo realizado pelo PRONERA: uma análise baseada na Abordagem das Capacitações. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 1, p. 126-152, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4533>> Acesso em: 30 set. 2019.

RABELO, Ernane C. Vida e morte de “O Combate”. ENCONTRO DA REDE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA MÍDIA – ALCAR. 3. 2005. Novo Hamburgo. **Anais eletrônicos**. Novo Hamburgo: Centro Universitário FEEVALE, 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1?b\\_start:int=100](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1?b_start:int=100)> Acesso em: 23 set. 2019.

VILARINO, M. T. B. **Entre lagoas e florestas**: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e 1960). 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

# A LUTA PELA TERRA EM TEÓFILO OTONI E O ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA EDMAR FRITZ

**Aloídes Souza de Oliveira<sup>1</sup>**

## **Introdução**

Este capítulo propõe-se a contextualizar historicamente a luta pela terra no Município de Teófilo Otoni, Minas Gerais, bem como, situar o processo de formação do assentamento Edmar Fritz. A origem desse assentamento se diferencia do processo de conflito aberto que envolve a luta pela reforma agrária. Trata-se do processo de luta pela terra em Teófilo Otoni, da origem e da formação do assentamento. A cidade de Teófilo Otoni é polo da Mesorregião do Vale do Mucuri, que se encontra situada no nordeste do Estado de Minas Gerais. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o município de Teófilo Otoni possuía 134.745 habitantes (zona urbana: 110.076; zona rural: 24.669 habitantes), sendo que a população estimada no ano de 2018 foi de 140.235 habitantes. Próximo à cidade de Teófilo Otoni encontramos o “Assentamento Edmar Fritz”, que ocupa a antiga Fazenda São Pedro, localizado no Córrego Santo Antônio, comunidade de Barra da Limeira, zona rural próxima à cidade de Teófilo Otoni.

## **A luta pela terra em Teófilo Otoni – MG**

A luta pela terra em Teófilo Otoni, e, em todo Vale do Mucuri, seguiu o processo vivenciado em todas as regiões do Estado de Minas Gerais, bem como do Brasil, fruto do modelo agrícola e econômico implementado pelo governo e que tinha por base a concentração da terra, tendo como eixo central a prevalência do latifúndio.

Enquanto durou a concessão de sesmarias na região muitas foram as lutas entre os novos donos da terra, os sesmeiros, e os que lá já

---

1 Assistente Social, Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce.

se achavam instalados e não detinham título de propriedade. (...) as terras e águas dos Vales do Doce e do Mucuri abrigaram outros sonhos e outros projetos. Já em 1857 achava-se concluída a estrada que ligava Diamantina a Filadélfia (atual cidade de Teófilo Otoni). Sua construção fora motivada por dois projetos a cargo do deputado geral do Império, Teófilo Otoni. O primeiro destinava-se a catequizar os indígenas da região e o segundo, a construir uma nova província que, a partir de uma rede de estradas, haveria de permitir o escoamento dos produtos mineiros para outras regiões do país, através do porto de Vitória, no Espírito Santo. É nessa conjuntura que se funda a Companhia de Navegação do Mucuri. Ainda que esse projeto não tenha se concretizado, a construção da estrada viabilizou a instalação de uma colônia de imigrantes alemães na década de 1850 (BORGES, 2004, p.307).

A região de Teófilo Otoni iniciava então, na metade do Século XIX, seu projeto desenvolvimentista e neste contexto é que se criou a Companhia de Navegação do Mucuri, principal responsável pela introdução de imigrantes no Vale do Mucuri. Esse sem sua maioria de origem alemã vieram para trabalhar na construção de estradas nas regiões, segundo Gazinelli:<sup>2</sup>

Os imigrantes trazidos por iniciativa da companhia foram instalados em duas áreas: a urbana, em que se concentravam vários tipos de especialistas, como engenheiros, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, professores, enfermeiros, comerciantes etc.; e a área rural, onde se formaram as colônias agrícolas. A estes, coube a dura tarefa de desbravar e cultivar a terra, o que talvez possa justificar a organização do trabalho, uma vez que cada imigrante contava com a ajuda de outros imigrantes ou familiares para abrir clareira nas florestas, desmatar e cultivar o terreno, para depois construir um primeiro abrigo (GAZINELLI, 2012, p. 73).

Cibele Gazinelli complementa:

Mal chegados esses primeiros imigrantes, a Companhia lhes confiou um empreendimento comum: trabalhar na estrada que ligaria Filadélfia com Santa Clara. Só depois de cumprida essa fase – 1858 – é que cada qual poderia tomar posse de suas cotas de terras. Estas apresentavam a dimensão de 220m de frente por 3.300m de fundos, o que corresponde a 15 alqueires. (GAZINELLI, 2012, p. 74)

---

2 Para mais detalhes sobre a Colonização Alemã no Vale do Mucuri, veja-se contribuição de Cibele M. Diniz Figueiredo Gazinelli.

Os primeiros habitantes de Teófilo Otoni foram imigrantes de origem germânica, que vieram para trabalhar na construção de estradas e rodovias, quando finalizado este trabalho lhes eram oferecido amparo em todos os sentidos por parte da “Companhia Mucuri”; recebiam alimentos, vestuários e terras. Nestas terras construía suas colônias e estabeleciam moradias, contribuindo e participando do desenvolvimento local, a expansão das colônias alemãs se espalhou por todo o município e pela região. Com a posse da terra e construção de suas moradias, apenas alguns retornavam ao país de origem, optando assim, por morar em Teófilo Otoni. Por isso, é muito comum encontrarmos hoje famílias de descendência alemã no município; a cultura germânica se faz presente e é muito forte nos costumes dos moradores locais.

Diante do processo de intensificação das relações capitalistas no meio rural, marcado pela expropriação da terra dos trabalhadores rurais e pelo assalariamento, emergiram em meados do século XX, em Minas Gerais, várias formas de luta pela terra, desenvolvida por uma variedade de atores, muitas vezes com sentidos distintos (ZANGELMI, 2013, p. 306).

As terras da região de Teófilo Otoni ficaram muito valorizadas desde o início da década de 1940, devido à perspectiva de construção da rodovia Rio-Bahia, a BR-116, hoje Santos Dumont, que só se realizaria em 1957 (MORISAWA, 2001). Essas terras já eram povoadas por muitos posseiros em grande parte vindos do Nordeste, que se apossaram destas bem antes do regime sesmarial. Foi a partir da política de sesmarias que começaram a surgir os que se diziam donos das terras, exigindo que os posseiros derubassem as matas para que fossem formados pastos. Ao mesmo tempo, plantava-se apenas o necessário para subsistência, diferentemente do posseiro que tinha como objetivo alimentar sua família. Ao mesmo tempo, as empresas estavam interessadas na exploração dos recursos naturais e os fazendeiros na criação de gado bovino (ESPINDOLA, 2011). Quando as fazendas eram formadas os supostos proprietários expulsavam os posseiros das terras, uma prática que nessa época se tornara comum pelo Brasil.

Tangido pela seca inclemente e fugindo do latifúndio onde até a água tem dono, o lavrador nordestino vira “pau de arara”. Emigra. Ajunta o que tem, vende o que pode, embarca num caminhão com a mulher e os filhos, Rio-Bahia abaixo. Descobre as terras do rio sem dono. Escolhe a sua – pela primeira vez a sua terra. Explode libertado trabalhando e produzindo, povoando e colonizando. Adoece e sofre, muitas vezes perde entes queridos no ermo da mata

virgem. Rega a gleba com o seu suor. Mas, trabalha o que é seu. É o mais feliz dos homens. Um dia surge o grileiro astuto, desumano e implacável. É a luta pela terra que começa. Violenta, cruel e desigual (ZANGELMI, 2013, p. 309).

A partir das décadas de 1940 e 1950 acentuam-se os conflitos de posseiros, meeiros e arrendatários contra grandes proprietários que buscavam expulsá-los. Primeiro aqueles eram convertidos em parceiros, e, em seguida, expulsos pelos fazendeiros grileiros, que apareciam apresentando a documentação de posse da propriedade.

Entre os anos de 1945 a 1948, aconteceu o que ficou conhecido como a Guerra dos Posseiros de Teófilo Otoni, onde posseiros dessa região que até então viviam tranquilos em suas terras, em razão da construção da Rodovia Rio-Bahia, viram as terras da região se valorizarem muito. Isto despertou o interesse dos fazendeiros e grileiros que agiam de forma brutal. Tomavam as terras dos que ali moravam e o resultado desse conflito foi muitos posseiros expulsos de suas terras. Esses não viam alternativas a não ser mudar-se para outros lugares ou permanecerem na área, porém, não mais como donos e sim como parceiros, trabalhando para os fazendeiros locais. Situações como essas foram responsáveis por desencadear grandes conflitos e confrontos entre posseiros e fazendeiros da região.

Impossibilitados de fazer do diálogo com o “outro”— com os grandes proprietários rurais e seus aliados — um recurso legítimo para sua independência no campo, restavam-lhes apenas três saídas. A primeira seria continuar no campo como assalariado e ser leal a seu patrão, já que a tradição autoritária dos setores latifundiários não permitiria o uso da voz para melhorar a situação do trabalhador dentro da propriedade alheia. A segunda opção seria deixar suas terras para novamente buscar outra área de fronteira agrícola e nela reiniciar a luta pela manutenção do modo camponês de viver. E, a terceira, seria deixar suas terras, recusar-se a se transformar em empregado rural e ir engrossar as filas do êxodo rural em busca de outra vida nas áreas urbanas. Na realidade, tanto na opção de ficar, quanto na de sair em direção aos centros urbanos, o posseiro estava fadado a perder sua identidade camponesa (BORGES, 2004, p.310).

Como está demonstrado por Maria Eliza Borges, os camponeses não tinham muitas escolhas, e independente do que escolhessem, perderiam a identidade camponesa. Situações como as apontadas acima, resultaram na expulsão de muitos que viviam no campo, que se viam agora com poucas alternativas. Dentre elas a de migrar para a cidade em busca da sobrevi-

vência. Existiram, porém, aqueles que tentavam resistir às imposições dos grileiros, como foi o caso do ocorrido no município de Itambacuri, vizinho a Teófilo Otoni. Ali um camponês ameaçado seguidamente de expulsão de sua terra, não suportando mais tal situação, assassinou um dos maiores grileiros da região. Os conflitos por terra expandiam-se em toda região do Vale do Mucuri, expressando a reação dos camponeses ante a possibilidade de perderem suas terras. As tensões foram se agravando cada vez mais, e a ausência de autoridades governamentais nos locais de conflitos contribuía para os excessos cometidos pelos grileiros, que faziam desta região um barril de pólvora. Os camponeses não tinham a quem recorrer, uma vez que, as tentativas de resistência eram tratadas como casos de polícia, conforme aponta Borges:

Após denúncias sobre os excessos cometidos por grileiros na região, o Diário de Minas enviou um de seus repórteres para os vales do Doce e do Mucuri. As matérias do jornalista Mauro de Santayana puseram a nu a situação de impunidade desfrutada pelos grileiros vinculados ou não às companhias siderúrgicas e madeireiras, as quais contavam com o respaldo de Juízes de Paz, deputados, jagunços e policiais. As imagens de cemitérios cravados no meio das matas, de famílias inteiras sendo assassinadas, de tenentes e coronéis de polícia transformando-se em grandes proprietários rurais da noite para o dia e de Juízes de Paz que jamais eram localizados pelos reclamantes, eram uma demonstração do casamento entre latifúndio e siderurgia, modelo que ainda hoje vigora na região. As resistências que porventura ocorriam eram tratadas como caso de polícia (BORGES, 2004, p. 309).

Em meio a um contexto de impunidade e injustiça social, crescia a insatisfação e um profundo sentimento de perda de valores e hábitos próprios dos camponeses (BORGES, 2004). Resistindo a isso tudo, surgiam as mobilizações do movimento social rural, que emergiam da organização dos trabalhadores rurais, a partir da capacidade dos camponeses e dos posseiros atuarem contra os despejos e grilagem de terras (ESPINDOLA, 2011). Em Teófilo Otoni, essas mobilizações, receberam forte apoio da Igreja Católica. Cabe ressaltar também que originalmente a Igreja Católica desenvolvera trabalhos no campo com o claro intuito de evitar o avanço de forças progressistas, como o Partido Comunista e as Ligas Camponesas, buscando ocupar este espaço conquistado por esses (RODRIGUES, 2013). Entretanto, a presença da Igreja Católica foi fundamental para o processo de amadurecimento e organização dos trabalhadores do campo

no Vale do Mucuri;<sup>3</sup> essa foi responsável por desenvolver um trabalho de politização e informação destes, que levaria à criação do Sindicato Rural de Poté e mais tarde o de Teófilo Otoni, conforme nos informa Rodrigues.<sup>4</sup>

Apesar do papel central – e já justificado por nós – do Partido Comunista para o sindicalismo nacional, este não terá influência na organização dos trabalhadores do campo, quer seja no Vale do Mucuri, quer seja no Vale do Jequitinhonha. Virá mesmo da Igreja Católica o impulso inicial para a fundação de um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos de Minas Gerais, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté, cidade localizada no nordeste de Minas, Vale do Mucuri (RODRIGUES, 2013, p. 119).

Nos anos da década de 1950, vieram à cidade de Poté um grupo de jovens da Igreja Católica, da assim chamada “Juventude Agrária Católica” (JAC), do estado de São Paulo. O grupo citado possuía postura nitidamente progressista. Inicialmente o grupo organizou neste município de Poté, um grupo JAC local que debatia entre si as questões relativas ao campo e, com o apoio da Igreja, percorria as comunidades e conversava com a população rural (RODRIGUES, 2013). Essas atividades acabaram por incentivar a população rural a se organizar em sindicatos; foi daí que surgiu o STR de Poté.

A iniciativa seguinte desse grupo foi expandir os trabalhos de incentivo aos diversos municípios da diocese, que tinha sua sede em Teófilo Otoni. Destaca-se aqui, o apoio do bispo, Dom Quirino, presença marcante na organização dos trabalhadores rurais do município.

A situação de pobreza foi gradativamente sendo enfatizada nos encontros promovidos pelos padres da paróquia de Teófilo Otoni ocorridos nas diversas comunidades do município. A partir da exposição dos problemas vividos pela maioria da população rural, os párocos salientavam a importância da organização coletiva dos trabalhadores (RODRIGUES, 2013, p. 132).

Foi expressivo o movimento da Igreja Católica, através Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) no incentivo à criação de uma instância sindical local, e na expectativa de os trabalhadores terem um órgão que os defendessem. Assim os campones-

---

3 O local mais próximo, em que não se registrou a atuação da Igreja, foi Governador Valadares, leste de Minas Gerais. Ali a influência foi das Ligas Camponesas (RODRIGUES, 2013).

4 Para traçar o quadro a partir do qual emerge o sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, é crucial fazermos referência ao Sindicato de Poté, município vizinho (RODRIGUES, 2013).

ses se organizam na criação deste Sindicato. Nesse processo é que surge o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, fundado precisamente em 09 de março de 1975 e reconhecido oficialmente em 15 de agosto do mesmo ano (RODRIGUES, 2013, P. 119). O que inicialmente impulsionou a filiação de trabalhadores ao sindicato foi a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). Isto é o que nos informa Rodrigues:

Instituído pela Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971. Tal assistência se direcionava exclusivamente aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários que não possuíssem empregados, bem como aos dependentes do trabalhador rural (a esposa, no caso de invalidez do marido; o pai inválido e a mãe, etc.). Em resumo tais benefícios se tratavam de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e Serviço Social. A gestão do PRO-RURAL era feita pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL (RODRIGUES, 2013, p. 35.).

A importância de grupos como CEBs, CPT e o STR foi expressiva na luta dos camponeses em Teófilo Otoni. Trabalhava-se pelo cumprimento das leis trabalhistas e a regularização das relações de parceria entre fazendeiros e trabalhadores rurais, introduzindo os contratos de parceria, que traziam algumas garantias para os trabalhadores rurais (meeiros, parceiros, etc.) (ZANGELMI, 2013). Colaboraram também para a regularização das terras de posseiros, com o intuito de dificultar a sua expulsão. Para isso, buscavam a medição das propriedades e marcavam as terras. Documentando esses direitos evitavam que os proprietários “empurrassem com a barriga do boi” os posseiros para fora de suas terras. Para Arnaldo Zangelmi, a CPT, criada seguindo a tradição de atuação progressista de setores da Igreja Católica, foi “importante instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo” (ZANGELMI, 2013). E no intuito de fortalecer a luta dos trabalhadores do campo, a CPT enviou dois delegados ao I Congresso do MST realizado em Minas Gerais, no ano de 1984.

Em 1984 foi realizado, em Contagem, o I Encontro dos Trabalhadores Sem Terra de Minas Gerais, com forte influência das mobilizações que ocorriam no Sul, marcando uma maior identificação com suas demandas. (...) as articulações entre integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de Minas Gerais, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Sul e Rio de Janeiro no Encontro, que também apontou as principais regiões nas quais



as mobilizações deveriam ocorrer: Nordeste e Norte de Minas Gerais, regiões de maior exploração e conflitos pela terra (ZANGELMI, 2013, p. 319).

Esse evento culminou na formação do MST na região do Mucuri, quando os delegados enviados ao referido congresso retornaram com a proposta de iniciar o movimento partindo das regiões dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, por meio de ocupações de terras e formação de lideranças (MORISSAWA, 2001). A cidade de Poté tornou-se o centro das articulações iniciais do MST; em seguida as pessoas envolvidas em Teófilo Otoni também entram na discussão por ocupações em Minas Gerais. Sobre esse momento de efervescência política, Rodrigues parafraseando Fernandes diz:

No início do primeiro semestre de 1987, foi realizada uma assembleia municipal do MST, em Poté, com a participação de aproximadamente trezentos trabalhadores. Em abril, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, onde deliberaram pela ocupação de terra para fazerem avançar a luta (FERNANDES APUD ZANGELMI, 2013, p. 316).

Para tanto, iniciaram os trabalhos de base nas comunidades, e em 12 de fevereiro do ano de 1998, foi realizada a primeira ocupação do MST na região do vale do Mucuri, no município de Novo Cruzeiro, onde cerca de 400 famílias ocuparam a Fazenda Aruega (ZANGELMI, 2013, p. 319).<sup>5</sup>

No que concerne à luta pela terra no Município de Teófilo Otoni, os órgãos que contribuíam para a organização desta foram: CPT, STR, FETAEMG e mais tarde o MST. Esse último, embora não tenha se firmado como principal organizador da luta que já se fazia organizada pela CPT, “impulsionou uma série de movimentações que transformaram o cenário de luta pela terra na região, tendo a forma acampamento, como um de seus principais eixos de mobilização e interlocução com o poder público” (ZANGELMI, 2013, p. 327). Cabe, além do mais, dizer que, o trabalho da CPT merece destaque como o de maior expressividade e atuação, permanecendo atuante e efetivo, mantendo e implementando ações em defesa da população rural. Por meio de missas e reuniões,

---

5 Para mais informações sobre a ocupação da Fazenda Aruega, ver Arnaldo José Zangelmi, História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.

os membros da CPT articulavam fé epolítica organizando trabalhadores rurais para o enfrentamento dos conflitos pela terra e sindicalização.” (ZANGELMI, 2013, p. 324).

Ações como as citadas, apoiadas pelos movimentos acima mencionados, impulsionaram por ocupações de terras, culminando na formação de acampamentos, situações de lutas, ataques violentos, grilagem de terra, etc. Existem em Teófilo Otoni, dois acampamentos, que já são considerados assentamentos em função do processo de legalização junto ao INCRA, são eles: o “Mãe Esperança” localizado na Fazenda Itamunheque. A ocupação se deu no ano de 2004, quando posseiros ocuparam uma área de 40 hectares, da fazenda Itamunheque, situada a 10 km da cidade. Aproximadamente 80 famílias acampadas, foram vítimas de vários atos de violência, tentativas de expulsão, formando assim um intenso conflito entre posseiros e proprietários do latifúndio. Por fim, o INCRA desapropriou as terras, e, está em processo de legalização a distribuição dos lotes para as famílias que lá residem. Outro assentamento é o “Edmar Fritz” na fazenda São Pedro (Colorado). Esse último, lócus deste estudo, cuja historicidade será retratada no tópico seguinte. Ações que levam a entender a prevalência do latifúndio no município, por meio de terras adquiridas através de grilagem, descumprimento da função social da terra, são fatos, que denunciam a continuidade da luta pela terra no município.

## **A luta pela terra dos Irmãos Fritz**

O nome do “Assentamento Edmar Fritz” se vincula a história de três irmãos (Edmar, Sílvio e Lauro), proprietários da fazenda São Pedro, que haviam recebido por herança.<sup>6</sup> Há documentos que atestam que além dos três irmãos citados, existia uma irmã, porém não se encontrou maiores informações a esse respeito; não consta nome, participação, envolvimento etc. Quando perguntado sobre a possível existência desta irmã, Antônio (Representante da CPT-TO), afirmou: “Tinha sim, mas ela morava na rua (cidade), na fazenda eram só os três, eles é que se envolvero no caso”. Os irmãos tinham ascendência alemã, originada das famílias germânicas que migraram para o vale do Mucuri, pela iniciativa de Teófilo Otoni, fundador da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, na década de 1850.

---

6 Camponeses solidários acamparam na fazenda, na tentativa de evitar a expulsão do Sílvio Fritz de suas terras. O Estado de Minas, edição de 16 de novembro de 1999.

A fazenda estava com a família Fritz há várias gerações; desde a época do estabelecimento dos imigrantes alemães. Isto fazia parte do processo de colonização do Vale do Mucuri, empreendido por Teófilo Otoni, no século XIX, na então província de Minas Gerais. A posse da fazenda São Pedro foi o motivo de intensos conflitos marcados por estelionato, morte, despejo, mobilização social, entre outros fatos que compuseram a história dos irmãos Fritz até a formação do acampamento e, mais tarde, do assentamento de reforma agrária.

A fazenda São Pedro possuía uma área de 33,5 alqueires (162,14 hectares), localizada no Córrego do mesmo nome, na comunidade de São Jerônimo, que dista nove quilômetros da cidade de Teófilo Otoni, região nordeste do estado de Minas Gerais. Os três irmãos residiam na propriedade onde plantavam culturas de subsistência para consumo próprio, além de manterem cerca de 30 cabeças de gado bovino. A fazenda pouco explorada era considerada pelos vizinhos como uma das melhores do lugar, não apenas pela localização próxima a cidade, com fácil acesso, mas também pela qualidade das terras para agricultura e criação do gado bovino. Esses fatores eram apontados como o motivo que teria levado o “grileiro” José Lúcio Costa a planejar e executar o plano para se apossar da propriedade dos irmãos Fritz.<sup>7</sup> As primeiras investidas de José Lúcio foram com a “intenção” de comprar a fazenda dos Fritz, porém esses não queriam vender a propriedade. O ato de estelionato se configura pelo ardil utilizado para se conseguir a terra que pertencia aos Fritz. José Lúcio conquistou a confiança e, paulatinamente, se tornou amigo dos irmãos, com quem passou a se reunir frequentemente em bares, consumindo grande quantidade de bebidas alcoólicas.<sup>8</sup>

Em um desses encontros José Lúcio convenceu os Fritz a venderem uma parte de suas terras, chegando-se a um acordo no qual os irmãos venderiam 3,5 alqueires e um bezerro. Simulando que os irmãos assinavam um contrato de compra e venda, José Lúcio fez com que assinassem uma procuração dando-lhe plenos poderes para negociar com a

---

7 Apesar de os envolvidos nos eventos que marcam a disputa pela posse da fazenda São Pedro se referirem a José Lúcio como grileiro, seus atos se caracterizaram mais uma ação de estelionato.

8 Informações dão conta que os irmãos Fritz eram alcóolatas. Pelo Código Penal brasileiro define o estelionato como “a obtenção, para si ou para outro, de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”. A informação sobre o alcoolismo aparece na matéria do jornal “O Estado de Minas”, edição de 16 de novembro de 1999. Título da matéria: Camponeses solidários acamparam na fazenda, na tentativa de evitar a expulsão do Sílvio Fritz de suas terras.

terra e o gado bovino. De posse da procuração José Lúcio “guiou” todo o gado<sup>9</sup> e transferiu a propriedade dos Fritz para um preposto. Assim, juridicamente ficou como se os Fritz tivessem vendido seu gado e suas terras, mesmo que era de conhecimento público que não receberam nenhum valor da suposta à venda.

Nesse contexto, os irmãos perderam legalmente o título de propriedade e, a partir de então, se inicia a luta dos Fritz pela terra que lhes pertencia e foi usurpada de modo escuso. Ao perceberem que tinham sido vítimas da má-fé do José Lúcio, os irmãos recorreram aos meios legais na tentativa de desfazer o feito. A ação dos Fritz contra José Lúcio não foi um processo fácil e de respostas rápidas. Após muita investigação, se constatou o delito e a justiça condenou José Lúcio criminalmente por estelionato, porém o advogado recorreu desta decisão e o mesmo respondeu em liberdade.<sup>10</sup>

Na iminência de sair uma liminar favorável aos irmãos, José Lúcio não aceitando tal fato decidiu se vingar dos Fritz. Para tanto, contratou um adolescente pela quantia de R\$ 300,00 para matar os três irmãos, sendo R\$ 100,00 por morte. Na busca pelos Fritz, o primeiro que o adolescente encontrou foi o Edmar, que foi assassinado brutalmente a pauladas, no dia 09 de dezembro de 1995. Conforme relato abaixo:

A forma brutal como ocorreu o assassinato chocou a opinião pública e vários gestos de solidariedade aconteceram durante o velório, sepultamento e na celebração da missa de 7<sup>o</sup> dia, por parte de amigos, sindicalistas, CPT e trabalhadores rurais de Teófilo Otoni e região. Os manifestantes exigiram a rápida apuração e punição dos responsáveis pelo crime (CPT-Acervo, 2017).

Antes do assassinato de Edmar Fritz, apenas a Comissão Pastoral da Terra de Teófilo Otoni – CPT/TO e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni – STR/TO estavam sensibilizados com a situação dos irmãos Fritz. Depois desse evento trágico a questão envolveu outras entidades da sociedade civil que manifestaram apoio, tais como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Teófilo Otoni, Comitê Popular, a Pas-

---

9 Guiar o gado é a obtenção da Guia de Trânsito Animal – GTA, que constitui documento oficial e federal, obrigatório para trânsito intraestadual e interestadual de animais independente da finalidade. Entre as várias informações constam os dados sobre a vacinação dos animais. Sem a guia não se pode vender o gado bovino.

10 José Lúcio foi condenado criminalmente pela 2ª Vara Criminal, sentença confirmada pelo tribunal de alçada com trânsito em julgado em 9 de setembro de 1998. Cf. CPT-Acervo, 2017.

toral da Juventude, Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Essas organizações, juntas, articularam um movimento que incluiu manifestações em prol de justiça para os irmãos Fritz.

Com os atos públicos e noticiários das rádios e jornais locais e de meios de comunicação da capital mineira, a população teófilo-otonense tomou conhecimento do caso dos irmãos Fritz. Dos dois irmãos, restou apenas Silvio Fritz, pois Lauro Fritz foi acometido de grave enfermidade que o levou a óbito.<sup>11</sup> A situação trágica sensibilizou as instituições do município, que aos poucos aderiram ao apelo por justiça para Silvio Fritz.

Num contexto de pressão popular, marcada por intensas mobilizações e pedidos por justiça, quatro anos depois da morte de Edmar Fritz, em março de 1999, José Lúcio foi a julgamento no fórum da comarca de Teófilo Otoni, recebendo a pena de 17 anos de reclusão por assassinato (CPT-Acervo, 2017). O advogado recorreu da decisão e conseguiu o direito para José Lúcio permanecer em liberdade, enquanto o adolescente foi encaminhado para cumprir medida de internação.

Mesmo com a condenação, José Lúcio seguiu como proprietário legal das terras. Em outubro de 1999, para se livrar dos conflitos que o envolvia na fazenda São Pedro, José Lúcio “vendeu” a propriedade para Moretzshon Jacinto Coelho, cuja primeira iniciativa, como novo dono das terras, foi alterar o nome da fazenda para Colorado.<sup>12</sup> (CPT-Acervo, 2017). Como proprietário legal tomou posse das terras e exigiu que Silvio Fritz se retirasse delas, pois durante todo o processo esse continuou a residir na fazenda. Silvio Fritz que de dono passou a condição de posseiro, se recusou a deixar a fazenda.<sup>13</sup> Desta forma, o conflito deixou de ser com José Lúcio, de quem não se falou mais, para se tornar uma disputa com Moretzshon, o novo “dono” da fazenda, que diante da recusa do Silvio Fritz em deixar a terra, ajuizou várias ações de despejos contra ele.

---

11 Em relação à enfermidade, o único dado encontrado sobre a causa da morte foi numa edição do jornal “O Estado de Minas”, de 16 de novembro de 1999, onde consta que teria sido câncer, porém não informa detalhes nem esclarece o quadro.

12 Apesar de na matéria do jornal O Estado de Minas afirmar que foi por meio de permuta, os relatórios da CPT, confirmam que a propriedade foi vendida. Cf. CPT-ACERVO, 2017.

13 Como já informado os irmãos Fritz perderam a titularidade de proprietário da fazenda, uma vez que o juiz considerou como legal a venda desta. Portanto, como residia na terra, legalmente Silvio Fritz passou à condição de posseiro.

Com a iminência de ser julgada favoravelmente a ação de despejo, as entidades da sociedade civil, que se envolveram na luta do Silvio Fritz para permanecer em sua terra, se associaram a uma proposta inusitada de Silvio de convidar famílias de Teófilo Otoni para ocuparem a fazenda São Pedro. O processo de ocupação foi um ato de solidariedade e, ao mesmo tempo, uma estratégia para pressionar o judiciário a indeferir a ação de despejo, evitando assim, que Silvio fosse desalojado de “suas próprias terras”. Mesmo com o título de propriedade em nome do Moretzshon, as entidades apoiadoras consideravam Silvio Fritz o dono legítimo das terras.

Neste contexto é que surgiu o acampamento da fazenda São Pedro, com cerca de 70 famílias. Note-se que a fazenda continua a ser denominada de São Pedro, apesar da mudança legal para Colorado, quando Moretzshon a registrou em seu nome. A formação do acampamento expressou a continuidade da luta dos Fritz, que a partir desse momento deixou de ser apenas de Silvio Fritz, com apoio dos mediadores (entidades da sociedade civil), para se tornar uma luta das famílias acampadas.

## **A ocupação da fazenda São Pedro**

Prestes a ser despejado da fazenda São Pedro, como estratégia para evitar que isso ocorresse, Silvio Fritz teve a ideia de promover a ocupação da fazenda por famílias de Teófilo Otoni. Ele acreditava que as famílias impediriam que Moretzshon viesse a tomar posse definitiva da fazenda. As entidades da sociedade civil (mediadores), apoiadoras de Silvio Fritz, iniciaram o trabalho de convidar as famílias para participarem do processo de ocupação e formação do acampamento nas terras da fazenda São Pedro. O trabalho de divulgação foi feito, principalmente, nos espaços concedidos durante as missas e reuniões comunitárias, possibilitando a identificação e seleção das famílias. Também se realizou uma ampla divulgação através dos meios de comunicação da cidade e por meio de carros de som, que passavam pelos bairros informando a situação na qual se encontrava o Silvio Fritz e, ao mesmo tempo, convidando as famílias a se solidarizarem com a causa. Os organizadores se esforçaram para esclarecer a todos que a proposta era a formação do acampamento nas terras da fazenda São Pedro, em solidariedade ao Silvio Fritz.

O dia escolhido para a ocupação foi o feriado de finados, de dois de novembro de 1999, tendo sido programada uma grande manifestação de apoio ao processo de ocupação pelas cerca de 70 famílias, tendo à

frente Silvio Fritz e as lideranças das entidades sociais envolvidas na causa, além de dezenas de apoiadores. Ao chegarem à fazenda São Pedro, as famílias que formariam o acampamento e os manifestantes, junto com Silvio Fritz, assistiram a uma missa campal em memória do Edmar Fritz. Em seguida, famílias levantaram acampamento nas terras da fazenda (aproximadamente 250 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos). Eram moradores de Teófilo Otoni desempregados, pessoas que viviam em grandes dificuldades financeiras; outros eram trabalhadores rurais sem terra que estavam residindo na cidade; além de duas famílias de agregados que viviam numa fazenda vizinha. Se o único irmão sobrevivente dos Fritz não podia enfrentar a situação sozinho, com a formação do acampamento criava-se uma nova condição de luta, pois os trabalhadores permaneciam em estado de movimento e, dessa forma, ampliava-se a capacidade de lutar a favor do legítimo dono das terras e, ao mesmo tempo, o acampamento era a forma de conquistarem um pedaço de terra.

A maior parte das famílias (90%) era da cidade de Teófilo Otoni e se encontrava em situação de vulnerabilidade social, residindo em casebres de pau a pique e barracões alugados, todos em condições precárias e sem saneamento básico.<sup>14</sup> Logo depois de terem armado as lonas, formando as barracas que serviriam de moradias, reuniram-se para organizar os grupos de trabalhos com os respectivos responsáveis por cada setor (alimentação, limpeza, capina, saúde, segurança, etc.).

A ocupação irritou Moretzshon, que imediatamente queixou-se às autoridades locais, manifestando-se contra o que chamou de “invasão de suas terras”. Ele passou a exercer pressão sobre os acampados, por meio de diversos meios de hostilidade, na tentativa de expulsá-los das terras independentemente do processo que já corria na justiça contra o Silvio Fritz.<sup>15</sup> A ocupação e formação do acampamento chamou a atenção da mídia local e estadual, motivando várias publicações tratando do assunto.

Entretanto, diferente dos participantes e movimentos sociais que falavam em ocupação, a mídia utilizou sempre o termo “invasão”, que parece ser regra geral dos órgãos de comunicação da grande imprensa ao se referir a movimentos de sem terra. O termo invasão remete a um juízo

---

14 Cf. Dados da pesquisa, obtidos a partir do questionário aplicado aos assentados do “Edmar Fritz”. Arquivo pessoal da autora.

15 Cf. Processo de nº 002403999478-5, cuja Tramitação foi feita na Vara e Conflitos Agrários em Belo Horizonte – MG. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/7724977/pg-471-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-minas-gerais-doemg-de-02-03-2007> Acesso em 19 jun.2019.

de valor negativo, expressando uma ideia de um ato ilegal e de violência, que acaba por desqualificar o movimento e criar uma percepção negativa da parte da população, inclusive entre os teófilo-otonense que tinham acompanhado e apoiado o movimento de ocupação. A mídia ao utilizar o termo “invasão de terra” expressa um sentimento e ideologia de reação aos movimentos de luta pela terra no Brasil e, ao mesmo tempo, realça o princípio da inviolabilidade da propriedade privada da terra.

O acampamento recebeu o nome de “Edmar Fritz”, numa clara alusão ao direito à terra dos Fritz e, ao mesmo tempo, se criou um lugar de memória que marcaria e preservaria na representação a dialética da luta pela terra: o momento da violência e morte causada pelo usurpador da terra e, por outro momento, a organização e a luta de conquista e vitória contra a usurpação.

Como já mencionado, a saída pela ocupação foi um mecanismo tático utilizado para chamar atenção da opinião pública e influenciar o judiciário para que não deferisse a ação de despejo proposta por Moretzshon. Interessante ressaltar que o acampamento foi formado em uma área desocupada e não produtiva, além da ação ter recebido o apoio de grande parte das famílias do município de Teófilo Otoni, principalmente contou com a ajuda direta da Igreja Católica. Portanto, a história da formação do Acampamento Edmar Fritz se diferencia dos demais movimentos sem-terra existentes no Brasil e na região de Teófilo Otoni. Todavia, apesar de não se originar de um ato forçado de ocupação, uma vez que as famílias foram convidadas a ocupar solidariamente ao Silvio Fritz, não deixa de ter desencadeado um processo social característico dos movimentos de ocupação de trabalhadores sem terra.

Assim, Silvio Fritz se tornou um acampado como os demais ocupantes e, dessa forma, todos se apresentavam como sem terra que se utilizavam da *forma acampamento* para se organizar, resistir e lutar pela posse da terra. A ocupação expressou uma mudança qualitativa importante, pois não mais era apenas um ato de solidariedade e apoio a uma demanda individual do único sobrevivente dos irmãos Fritz, mas passou a ser um movimento coletivo de sem terra, transferindo a questão da esfera judicial para o campo da luta social e popular. A saga do único Fritz sobrevivente se tornou catalizadora dos elementos presentes na territorialidade do Vale do Mucuri, no qual emergiu o movimento coletivo de antigos posseiros, anteriormente expulsos do campo, mas que agora retornaram à terra por meio da luta social. Instrumento de organização



e resistência, a *forma acampamento* demonstrou ser um meio eficiente para transformar a fazenda São Pedro no Assentamento Edmar Fritz, legitimando o processo de territorialização, cujo início foi o ato de ocupação em solidariedade a Silvío Fritz.

## “Assentamento Edmar Fritz”

A conquista da terra por camponeses sem terra não ocorre sem o enfrentamento de muitos conflitos com fazendeiros, num contexto marcado pela negatividade produzida na opinião pública pela mídia, que se expressa principalmente na aversão, por parte da classe média urbana, aos movimentos de ocupação e aos assentamentos. No caso do acampamento Edmar Fritz não foi diferente, embora sua formação tenha resultado de um processo *sui generis*, no qual os ocupantes foram convidados a formar o acampamento por parte de quem, segundo a comunidade de Teófilo Otoni, era reconhecido como “legítimo dono”. Ao se constituir o acampamento muitos foram os conflitos que surgiram, pois a favor de Moretzshon Jacinto Coelho havia um “pedaço de papel” que lhe dava o direito legal: o título de proprietário da fazenda.

Respaldo pelo título de propriedade, Moretzshon questionou a permanência de Silvío Fritz na fazenda e o denominou de “invasor de suas terras”, exigindo a saída das famílias ali acampadas. Para ele todos violavam seu direito de propriedade e não passavam de invasores de terra. Assim, fez uso de várias estratégias para forçar os acampados a deixarem “sua” terra, inclusive atos de violência, tais como ameaças de mortes, colocação de fogo nas lonas (barracos de lona), destruição de plantações e perseguição diversas, em atos executados por pessoas por ele contratadas. As tentativas de mediação por parte do STR/TO e da CPT/TO, com objetivo de “amenizar” o conflito de Moretzshon com os acampados, não surtiram efeito. Ao mesmo tempo em que pressionava diretamente os acampados, prosseguia na justiça a ação de reintegração de posse com objetivo de retirar as famílias.<sup>16</sup>

Na disputa judicial houve nove liminares solicitando o despejo, contra as quais os acampados recorreram e ganharam todas. Em uma das

---

16 Cf. Processo nº 3.849/99 – Ação de Reintegração de Posse movida por Moretzshon e sua mulher Flávia Silva Costa Coelho. cuja Tramitação foi feita na Vara e Conflitos Agrários em Belo Horizonte – MG. Disponível em: ><https://www.jusbrasil.com.br/diarios/7724977/pg-471-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-minas-gerais-doemg-de-02-03-2007>> Acesso em 19 jun. 2019.

ações, a liminar quase foi deferida favorável ao despejo, porém em diálogo com o Ministério Público e com a Polícia Militar, os representantes dos acampados conseguiram postergar a data da saída, alegando que estaria em negociação junto ao governo estadual a desapropriação da área. Os advogados dos assentados entraram com pedido na Vara Cível de Teófilo Otoni, requerendo a suspensão da execução da liminar concedida, solicitando estender o prazo para 1º de abril de 2009. O Judiciário concedeu tal pedido, não ocorrendo, portanto, a reintegração de posse.

Um momento emblemático na resistência dos acampados da fazenda São Pedro foi quando, em uma das audiências para tratar do despejo, eles tiveram o apoio de lideranças dos movimentos sociais que faziam a mediação do conflito. Esses organizaram uma manifestação em frente ao fórum municipal, com exposição de produtos cultivados na fazenda, obtendo grande repercussão e, assim, fortalecendo o apoio da população de Teófilo Otoni contra a execução da ordem de despejo. Os populares se concentram na Avenida Marajoara, onde se localiza o fórum do município de Teófilo Otoni, expondo faixa com dizeres de apoio e gritando palavras de ordem em apoio aos trabalhadores que estavam acampados na fazenda São Pedro. A intensidade e abrangência da manifestação até hoje é lembrada como um momento histórico e símbolo da coragem e ousadia, estabelecendo-se ali um lugar permanente na memória dos assentados.

As manifestações como as mencionadas acima enfatizam a importância da “forma acampamento” como instrumento de resistência e permanência na terra, enquanto não se consegue a conquista do assentamento definitivo. A comprovação dessa afirmação está no fato ocorrido no dia 26 de agosto de 2005, cinco anos após o início do conflito, quando ocorria mais uma audiência envolvendo Moretzshon e os acampados, simultaneamente nos arredores do fórum os manifestantes se aglomeraram em apoio aos trabalhadores. A recomendação do juiz, no sentido de resolver o conflito, foi para que o INCRA negociasse a desapropriação da área, de aproximadamente 130 hectares. A desapropriação, segundo Sigaud (2001, p. 4), segue procedimentos específicos.

Após o pedido de desapropriação, o INCRA envia uma equipe de técnicos para proceder à vistoria. Se constatada a improdutividade, dará andamento ao processo. A documentação é enviada para Brasília, ao INCRA nacional, que a submete ao presidente da República. Cabe a ele assinar o

decreto estabelecendo que a propriedade não cumpre sua função social. Segue-se a desapropriação, na qual o proprietário recebe, pela terra, uma indenização em títulos da dívida agrária (TDA) com valor de mercado e, pelas benfeitorias, uma indenização em dinheiro (SIGAUD, 2001, p. 4)

O processo se arrastou ainda por mais três anos, quando o INCRA iniciou o processo de vistoria, porém constatou que a área ocupada não se enquadrava nos critérios de desapropriação. Apesar desse empecilho, o Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA apresentou uma saída, que seria a compra da fazenda pelo governo federal. Após apresentação do resultado da vistoria, o Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA explicou que o imóvel foi classificado como “pequena propriedade improdutiva” e, em função do tamanho, não poderia ser desapropriada. A solução apresentada seria a aquisição do imóvel denominado Fazenda São Pedro/Colorado – Acampamento Fritz, informando ainda que o imóvel seria avaliado pelo preço de mercado e que o laudo de avaliação sairia em até 40 dias. Ficou estabelecido o prazo de até 30 de julho de 2008, para a conclusão dos trâmites pertinentes da aquisição do imóvel. Estes trâmites constam em Ata do Gabinete da Superintendência Regional do INCRA – MG, de 29 de janeiro de 2008 (CPT-ACERVO, 2017).

Em 29 de janeiro de 2008, o INCRA realizou uma reunião com as lideranças dos acampados e Moretzshon, tendo esse concordado em vender as terras para o INCRA. Moretzshon Jacinto Coelho declarou perante todos os presentes, estar de pleno acordo com a compra e venda do imóvel pelo preço de mercado na forma de legislação em vigor. Isto consta em Ata da reunião realizada no Gabinete da Superintendência Regional do INCRA – MG, realizada em 29 de janeiro de 2008 (CPT-ACERVO, 2017).

Assim, o INCRA iniciou o processo de aquisição por compra, a partir de novembro de 2009, após o Presidente da República assinar o decreto declarando a “Fazenda São Pedro” de interesse social, para fins de reforma agrária. Decreto de 27 de novembro de 2009. “Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda São Pedro”, situado no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências” (BRASIL, 2009).

No mês seguinte saiu o edital de vistoria e avaliação do imóvel, cujo teor é o seguinte:

A Superintendência Regional do INCRA, em Minas Gerais, faz saber a todos quantos o presente virem ou conhecimento dele tiverem,

e a quem interessar possa, que procedeu a vistoria e avaliação do seguinte imóvel rural, para fins de desapropriação, conforme dados discriminados a seguir: Processo INCRA/Nº 54170.001892/07-18 Laudo SR-06/MG//N.º 6/08 Nome do imóvel: Fazenda Córrego São Pedro - Proprietário: Moretzshon Jacinto Coelho - Município: Teófilo Otoni – MG - Informações registrais: Matrícula 13.021, fl. 01, Livro 2, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais. - Microrregião Homogênea: Teófilo Otoni –MG - Mesorregião (IBGE): Vale do Mucuri. Área: Registrada: 142,3269 ha; Medida e avaliada: 130,3052 ha; Exploração predominante: pecuária e lavoura de subsistência “posseiros”. Resumo do Laudo de Avaliação: Valor da Terra Nua: R\$ 445.528,43; Valor das Benfeitorias: R\$27.880,33; Valor total do Imóvel: R\$473.408,76. (INCRA, 2009)

É importante ressaltar que com a referida compra do imóvel, o Estado acaba por validar o estelionato cometido no início do processo que envolve os irmãos Fritz, uma vez que o criminoso José Lúcio permanece em liberdade. Assim, pode-se afirmar que a perda dos irmãos Fritz, não foi reparada. O desfecho da questão representa a força da propriedade privada fundamentada no título registrado em cartório, como base do direito na modernidade. Veja o que afirma Staut Júnior:

O direito é uma dimensão bastante profunda de uma determinada sociedade e a reflexão sobre as diferentes relações de pertencimento, envolvendo as pessoas e as coisas, não pode deixar de considerar esse dado fundamental. O percurso histórico do conceito moderno de propriedade é bastante longo, alguns de seus alicerces são encontrados em momentos históricos muito distantes, embora essa noção só tenha adquirido toda a sua força no mundo moderno apenas no século XIX (STAUT JR., 2005, p. 166).

Todo o processo foi concluído ainda em 2009, porém a legalização do assentamento somente iniciou no ano de 2013, quando se estabeleceu a regularização dos direitos das famílias assentadas. A legalização pôs fim ao conflito pela terra entre os assentados (que tinham de fato a posse das terras) e o detentor do título de propriedade.

A constituição legal do “Assentamento Edmar Fritz” é parte viva na memória dos assentados, que fazem questão de relembrar os acontecimentos que marcaram cada momento de dificuldade que enfrentaram, até a solução definitiva. As famílias fazem questão de mostrar a casa e de levar o visitante até às plantações como se estivessem exibindo um troféu. Para eles realmente, isto tudo tem uma força simbólica expres-

siva, pois a casa, o terreno, os animais no quintal, a horta e plantações representam a conquista do direito de propriedade da terra. Isso não deixa de reforçar o que Staut Júnior (2005, p. 162) afirma: “a propriedade privada é interiorizada através do procedimento histórico”, como um valor dominante no seio da sociedade.

Entretanto, a questão não se resolveu apenas para o Silvio Fritz, pois, por decisão desse houve o envolvimento do coletivo que compôs o acampamento e, como protagonistas da luta, todos juntos se tornaram assentados. Parafrazeando Pereira (1988, p. 24), quando esse diz: “Existem os posseiros que resistiram. Não concordaram com a espoliação. Bradaram, lutaram, mobilizaram céus e terra, lançaram mão de todos os recursos dos quais dispunham”. Para Fonseca (2014, p. 103),

(...) a principal característica de um assentamento está no fato de ele ter sido resultado de longos meses de luta, com os companheiros no campo e na cidade, as marchas, os atos públicos, a repressão, esses fatores, que guiaram e fortaleceram os sem-terra enquanto acampados, permanecem na conduta dos assentados (FONSECA, 2014, p. 103).

A vitória dos assentados do “Edmar Fritz” foi o resultado de longos anos de lutas, a partir da formação do acampamento. Essa vitória não teria sido possível sem as entidades mediadoras, que estiveram ao lado de Silvio Fritz e dos acampados, organizando as manifestações e mobilizando a população de Teófilo Otoni, em atos que foram decisivos para garantir o direito de permanência na terra, materializado pela legítima conquista do “Assentamento Edmar Fritz”, que tomou o lugar da antiga fazenda “São Pedro”, localizada no Córrego Santo Antônio, comunidade de São Jerônimo, zona rural próxima à cidade de Teófilo Otoni.

O assentamento é formado por 29 famílias, num total aproximado de 145 moradores, ocupando uma área de quase 143 hectares. A conquista não significou o fim da luta dos assentados do “Edmar Fritz”, mas o objeto da luta agora é outro: luta-se pela construção da vida no assentamento, pela afirmação e sustentação da identidade de assentado.

A luta pela terra significa muito mais que ocupar um espaço; exige construir uma territorialidade como base no enraizamento socioespacial e que faça nascer um novo território, onde famílias anteriormente desterritorializadas encontraram a possibilidades de se reterritorializarem e criar ou recriar uma vida cultural rica e significativa.

## Considerações Finais

A investigação sobre a Luta pela terra em Teófilo Otoni e o “Assentamento Edmar Fritz” possibilita afirmar a presença de elementos comuns às situações enfrentadas pelos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, independente da motivação que deu origem aos mesmos.

Nota-se que a política fundiária aplicada pelo Estado brasileiro contribui para a existência da luta pela terra, visto que a concentração da posse fundiária é condição base para a consolidação do sistema capitalista no campo e, como consequência disso, cria mecanismos para a desigualdade social, a partir da expropriação de posseiros, camponeses e povos tradicionais da terra e trabalhadores sem terra de outras regiões, atraídos pela ilusória possibilidade de acesso a terras na região.

É reconhecida a importância que movimentos como a CPT, Sindicatos e MST tiveram na luta pela terra no Vale do Mucuri, contribuindo sobremaneira para o protagonismo dos trabalhadores sem terra em Teófilo Otoni e região.

O “Acampamento Edmar Fritz”, como se descreveu acima, se originou de motivações completamente diferentes dos processos conflituosos que resultam das ocupações de terra, porém as dificuldades enfrentadas pelos acampados não divergiu significativamente das situações vividas pelos acampamentos no restante do Brasil.

Existe uma reprovação genérica à forma como se dá o acesso à terra e se conquista a reforma agrária, expressa pela denominação negativa das ocupações como “invasão de terra”. Associa-se à reforma agrária a imagem de violência e criminalidade, no lugar de busca do direito e da justiça social. O desconhecimento das razões pelas quais existem os movimentos de sem terra e por que optam pela ocupação, num contexto de criminalização divulgado pela mídia nacional, explica os juízos de valor negativos sobre acampamentos e acampados pela reforma agrária. Não se verifica uma discussão na sociedade sobre a questão agrária no Brasil, mas apenas juízo de valor criado pelo noticiário veiculado nacionalmente, contra o qual, o juízo de valor dos movimentos de sem terra não consegue obter a mesma abrangência.

Diante do exposto percebe-se que, após a conquista da terra, a luta que se trava é pela permanência na terra.

## Referências

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto de 27 de novembro de 2009**. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda São Pedro”, situado no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Brasília: 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12329.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12329.htm). Acesso em: 05 maio 2017.

BRUNER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Tensões Agrícolas e Agrárias na Transição Democrática Brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 3-14, abr./jun.1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Balço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff**. 2015. Disponível em: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br). Acesso em: 20 maio 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Acervo documental da CPT**. “Casa dos Movimentos Populares”. Teófilo Otoni. Consultado em 16 maio 2017.

ESPINDOLA, HarufSalmen; MARINS, Renata Flor Marins; ESTEVES, Ana Caroline Gomes; MORAIS Júlio César Pires Pereira; AQUINO Barbara Parreiras. Emergência do Movimento Social no Campo: Conflito Entre Posse e Propriedade em Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14. 2011. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**, Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2011.

FONSECA, Lúcia Maria. **Reforma Agrária no Brasil e os Assentamentos MST – Uma Abordagem Jurídico-Social e Histórica**. Belo Horizonte: s.e. 2014.

GAZZINELLI, Cibele M. Diniz Figueiredo. A Imigração Alemã no Vale do Mucuri: Territorialidade e Identidade. **Águia: Revista científica da FENORD**. Teófilo Otoni, v. 2, p. 66-87, 2012. Disponível em: [http://www.fenord.edu.br/revistaaguia/revista2012/textos/artigo\\_04.pdf](http://www.fenord.edu.br/revistaaguia/revista2012/textos/artigo_04.pdf). Acesso em: 13 nov. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. MG – **Edital**. Processo INCRA/Nº 54170.001892/07-18 Laudo SR-06/MG//N.º 6/08. Belo Horizonte, 1º. Dez. 2009. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/minas-gerais-sr-06/extratos-de-avalicao-de-imoveis-rurais/faz\\_corrego\\_sao\\_pedro.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/minas-gerais-sr-06/extratos-de-avalicao-de-imoveis-rurais/faz_corrego_sao_pedro.pdf) Acesso em: 20 maio 2017.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

RODRIGUES, Alberth Alves. **O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni: Uma Aproximação à Configuração Histórica da “questão Agrária” no Brasil**. 2013, 212 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra.

**Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a10.pdf>. Acesso em 10.10.2015.

STAUT JR., Sérgio Said. Cuidados metodológicos no estudo da história do direito de propriedade. **Revista da Faculdade de Direito**. Curitiba, v. 42, p. 155-170, 2005. Disponível em: <http://buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/32646/public/32646-40021-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

ZANGELMI, Arnaldo J.; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; SALES, Izabella Fátima Oliveira de. Da Sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980). **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 47, n. 2, p. 306-330, out. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2013v47n2p306/27311>> Acesso em: 13 nov. 2015.

ZANGELMI, Arnaldo José. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG**. 2007. 163f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007. Disponível em: <http://www.reformaagraria-emdados.org.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.



# MULHERES NA LUTA PELA TERRA: NARRATIVAS FEMININAS NO MÉDIO RIO DOCE

## Polyana Valente

O presente trabalho é parte da pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Vale do Rio Doce em parceria com o Instituto René Rachou/Fiocruz-MG<sup>1</sup> e tem como objetivo contribuir para o debate sobre a atuação de mulheres nos movimentos de luta pela terra na Bacia do Rio Doce, particularmente da região do Médio Rio Doce.

Sob a bandeira da luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país, o Movimento dos Sem Terras (MST) foi fundado em 1984<sup>2</sup> e assumiu um protagonismo institucional sobre a reforma agrária, no entanto não é o único movimento social com esse objetivo; para ele convergem e ele mesmo abriga outros movimentos e instituições na luta pela terra. Sua institucionalização aconteceu em consonância com a redemocratização brasileira, momento em que se buscava reconquistar a noção de direitos e deveres que nos foi tomada pela ditadura civil-militar (1964-1984). Esse período, para os trabalhadores sem terra como para toda camada popular do país, foi marcado por lutas com a mobilização de diversos setores e movimentos sociais em prol de uma sociedade mais equânime.

Observa-se na historiografia brasileira um silêncio sobre o rural. Nossa historiografia mais tradicional escolheu narrar a História do Brasil sob o viés urbano em detrimento do rural. Por isso a importância de reflexões sobre o rural para a história do nosso país. Essa reflexão é um desafio e passa pela reconstrução da trajetória de ocupação do território brasileiro nas diferentes regiões.

Para isso, é necessário produzir uma história com as variadas camadas marginais, e com novos protagonistas. Com a presença de narrativas que não partam dos ruralistas, mas dos grupos que ocupam a terra. Nessa

---

1 Edital 12/2015. MEMÓRIAS BRASILEIRAS: CONFLITOS SOCIAIS. Projeto: O Vale do Rio Doce: a história dos movimentos sociais de luta pela terra. Coordenação Geral de Maria Terezinha Bretas Vilarino e co-orientação de Denise Nacif Pimenta.

2 Informação retirada do site [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

perspectiva, a pesquisa original propõe a discussão sobre como o papel das lideranças no movimento de luta pela terra é importante para o diálogo e consolidação da ocupação. Desde a minha inserção na equipe, em função da minha trajetória acadêmica e do meu interesse pelas discussões em torno da História das Mulheres<sup>3</sup>, tenho me dedicado a pensar sobre como se dá a participação das mulheres nos movimentos de ocupação da terra.

Não obstante, a presença feminina nesse lugar de fala se torna tão importante quanto a atuação do homem, uma vez que, ela se desloca do contexto meramente simbólico de seguidora do movimento em busca de um pedaço de terra, para ocupar o papel de protagonista na esfera da coletividade. Durante a pesquisa, visitamos dois assentamentos: Barra Azul de Governador Valadares, Cachoeirinha de Tumiritinga e um acampamento o Cachoeira da Fumaça de Governador Valadares. Na ocasião, entrevistamos três mulheres.<sup>4</sup> A seleção das entrevistadas se deu em parceria com o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e com indicações da comunidade. Aqui, selecionamos para análise a narrativa de uma mulher do assentamento Cachoeirinha de Tumiritinga. Esse assentamento trata-se de um desdobramento de um primeiro da região do Médio Rio Doce e que por questões políticas e ideológicas subdividiu-se em dois. O 1º. de junho e o Cachoeirinha, o primeiro sobre organização do MST e o segundo organizado por um grupo de agricultores locais ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nos últimos anos, é perceptível o recuo dos direitos sociais e do sentido democrático no nosso país. Avança uma onda conservadora que questiona as políticas sociais universais relacionadas ao projeto de sociedade igualitária. Nesse sentido, compreendemos o presente trabalho como uma tentativa de manter esse debate vivo. Compreendemos que,

---

3 Nas últimas décadas ampliou-se o campo de investigação sobre a História das Mulheres. Salienda Bock que, nos anos 1980, nos Estados Unidos, Suíça, Itália, Suécia e Dinamarca algumas revistas de História dedicaram vários números à História das Mulheres. Além do aumento quantitativo, a autora destaca o viés analítico desses trabalhos, que procuram demonstrar a experiência das mulheres, independente da história dos homens. Há nesses trabalhos uma clara tentativa de diminuir a presença dos homens, construindo as tramas a partir das experiências femininas. Bock e Cova afirmam que é interessante tentar apreender o que significa o engajamento militante para estas mulheres, de modo a clarificar as relações entre o público e o privado e a construção de uma identidade coletiva das mulheres atuantes no associativismo, aqui particularmente no movimento dos sem terra.

4 No desenvolvimento da pesquisa mais geral houve uma cobertura maior de entrevistados (homens e mulheres). Os dados apresentados nesse texto referem-se ao recorte estabelecido no estágio pós-doutoral.

narrar a luta pela terra sob diferentes ângulos, vozes e temporalidades podem mostrar a força do campo e a questão agrária como chave de resistência e transformação política. Dessa forma, é nosso objetivo construir uma “narrativa feminina” da história dos movimentos de luta pela terra no Médio Rio Doce.

Para apresentar os resultados parciais da pesquisa, o texto foi dividido em um breve histórico dos movimentos de luta pela terra no Brasil. Em seguida, levantamos uma discussão sobre os movimentos sociais e as mulheres na luta pela terra. Finalmente, apresentamos a experiência de uma mulher assentada no Cachoeirinha.

## **O movimento dos Sem Terra no Brasil**

Para compreender o processo de formação do Movimento Sem Terra (MST) faz-se necessário um breve retorno aos processos históricos de concentração de terras no Brasil e às diversas manifestações de luta pela terra que passam pelas discussões de desnaturalização da propriedade privada, do termo modernidade e da experiência indígena.

Fernandes afirma que:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde que os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra, ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. Essa é a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST (FERNANDES, 2000, p. 25).

Desse modo, a história do nosso país se confunde com a história da ocupação portuguesa e a tomada das terras indígenas e ganha novos significados ao longo do tempo. Segundo Schwarcz e Starling (2018), a mobilização dos trabalhadores do campo na cena pública reivindicando terra e direitos inicia-se nos anos de 1940. Para as autoras, o “campo começou a ferver”, a partir de 1945 com o levante camponês de Porecatu, no Paraná. Na sua origem,

estava a expansão do processo de expulsão do camponês de sua posse de terra por meio da especulação fundiária e do sistema de grilagem. (...) A generalização desse processo teve diversas consequências: a intensa migração para as cidades, que levou a um rápido e desordenado crescimento da periferia e o aumento das favelas; o início de um movimento populacional que se estenderia até os anos 1980 e afetaria substancialmente o padrão de ocupação do território brasileiro. Além disso, intensificaram-se as reivindicações no campo por terra e por direitos (SCHWARCZ; STARLING, 2018 p. 424).

No final dos anos 1950, a reforma agrária consolidou-se como um elo das lutas dos trabalhadores rurais gerando organizações camponesas importantes. As Ligas Camponesas emergem desse contexto e provocam um intenso debate entre nacionalistas, comunistas e socialistas sobre os rumos do país. A organização desses grupos provoca inquietações, disputas políticas e marca a importância dos camponeses nas tentativas de garantir o direito à terra e coloca a reforma agrária como um problema nacional (RANGEL, 2000).

Para Conceição (2006), as questões mais gerais para o surgimento do movimento no Brasil estão ligadas: a) à atuação social da Igreja Católica e do sindicalismo rural e urbano; b) à política agrária do regime militar que teve entre outras consequências, a concentração da propriedade da terra, o aumento da grilagem e os conflitos sociais e c) à conjuntura de luta pela redemocratização do país.

Como podemos ver, mesmo que o Movimento dos Sem Terra tenha se organizado oficialmente como movimento social em 1984, é preciso percebê-lo como fruto de um processo histórico de luta por terra no Brasil. Para se estabelecer nos territórios, o MST contou com o apoio de organismos da Igreja Católica e Luterana e também com o movimento sindical dos trabalhadores rurais (CONCEIÇÃO, 2006). Destaca-se a atuação da Igreja Católica, que na década de 1970 emergia dentro da instituição uma vertente intitulada Teologia da Libertação; essa nova vertente contava com órgãos como a CPT, que foram importantes para o desenvolvimento da luta pela terra.

Nestas três décadas de existência, o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária. Essas mudanças trouxeram novos desafios e um deles está no próprio nome. Quando foi fundado, o MST se denominou Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (STÉDILE; FERNANDES, 1999). Todavia, a expressão “trabalhadores rurais” não so-

breviveu na própria sigla, que desde o final da década de 1980 passou a ser MST. Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina),<sup>5</sup> a expressão “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST (FERNANDES, 2008a).

Para Caldart (2004), o MST, passa a se chamar SEM TERRA (com maiúscula e sem hífen), pois se reconhece como parte de uma organização social com objetivos, princípios e uma estrutura organizacional que se ajusta às novas necessidades que a sua expansão permanente vai produzindo, mas que mantém como eixo central sua identidade como um movimento de massas dirigido para trabalhadores do campo e voltado para a reforma agrária.

Para Fernandes (2005), tal definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês, acentuando a questão territorial da luta. Segundo o autor, um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato, o que nos faz entender que este é também um movimento socioterritorial.

Podemos afirmar que, nessa seara, o MST disputa territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa contenda é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Tem-se então que lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (FERNANDES, 2008a).

Rosa (2007) acredita que a partir do MST criam-se novas formas de relação entre o Estado e os movimentos sociais. Incluem-se desde aquelas

---

5 Como mostra Fernandes, desde meados dos anos 1990 a expressão, camponês aparece com frequência nos documentos e no discurso do MST. Torna-se palavra recorrente nos acampamentos e assentamentos, fortalecendo a identidade do MST como um movimento camponês. Fernandes ainda mostra que, na primeira década do século XXI, a questão agrária é marcada por uma série de conflitos. Nesse contexto, os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com as corporações transnacionais e cada vez menos com os latifúndios. Esta conformação está associada à globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina. A Via Campesina é uma organização internacional que congrega diversas entidades e movimentos sociais no campo. No Brasil participam desta organização: o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimentos dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (Cf. FERNANDES, 2008a).

capazes de estimular a construção de novas organizações àquelas que demandam por novas políticas ligadas à pequena produção; outras por uma maior equidade de gênero nesses espaços, além das que assim inspiradas, criam novas formas de reivindicação em grupos já estruturados.

O MST é comprovadamente um dos movimentos sociais brasileiros mais estudados. Acadêmicos e jornalistas se debruçam sobre o movimento revelando diferentes ângulos e inúmeros aspectos de sua origem, formação, organização, etc. (CONCEIÇÃO, 2006). Entretanto, poucas pesquisas tratam de seus diferentes sujeitos e atores, especialmente as mulheres. Trata-se de uma história cheia de marcos cronológicos estabelecidos e institucionalizados. Com isso, faz-se necessário recuperar e compreender a história de vida, o trabalho e o engajamento social de sujeitos pela construção do que conhecemos como luta por terra no Brasil, sobretudo sob a perspectiva feminina.

Tomaremos como ponto de partida a narrativa de uma mulher do assentamento rural na cidade de Tumiritinga - MG, o Assentamento Rural Cachoeirinha. Nossa hipótese é que, conhecendo as histórias dos sujeitos podemos traçar os impactos da atuação de movimentos sociais de luta pela terra nas cidades em que se localizam. Acreditamos que os movimentos sociais podem ser assumidos como espaços de desenvolvimento de autores autônomos de uma ação politizada, na medida em que a militância proporciona vivências e condições de ações dialógicas com a realidade.

## **Os movimentos sociais e as mulheres na luta pela terra**

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais (GOHN, 2008). Emergiram no hiato entre atores da esfera pública e o público. Estes segmentos podem se organizar para buscar a atenção pública para suas questões (COSTA, 1997). Para Gohn (2008), os movimentos sociais transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes, questionam as estruturas e propõem novas formas de organização à sociedade política. Segundo a autora:

O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. (...) a identi-

dade política dos movimentos sociais não é única: ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes (GOHN, 2008 p. 444).

Somando a essa dinâmica dos movimentos sociais, é importante compreender que não se trata de um grupo homogêneo, mas é marcado por identidades múltiplas. Por isso mostram-se necessários e urgentes os estudos com olhares multifocais sobre os movimentos sociais, com lentes que contemplem as questões de raça, etnia e gênero.

Como salienta Oliveira,

A trajetória das mulheres nas lutas sociais na América Latina no campo não está visível, porque as pontas das fitas vermelhas continuam soterradas. Recuperar a memória da participação política das mulheres nos movimentos sociais no campo se compara ao trabalho arqueológico que, para desvendar questões de nossa ancestralidade, exige várias escavações (OLIVEIRA (2007, p. 101).

Nessa direção esse texto questiona o papel da mulher nos movimentos sociais, sobretudo, na luta pela terra, pela reforma agrária e por cidadania. Questionamos porque as mulheres não estão presentes nas histórias oficiais do movimento dos trabalhadores sem-terra? Será que as experiências são idênticas em todos os acampamentos e assentamentos? Porque as mulheres estão silenciadas?

De acordo com Paola Giuliani:

No campo político, na primeira metade dos anos 1980, a preocupação em melhorar as condições de vida funciona como uma alavanca que mobiliza diferentes setores sociais em prol da redemocratização da sociedade brasileira. Esse objetivo é capaz de arregimentar e estimular setores que por muito tempo tem agido separadamente. Assim como há uma confluência entre propostas de renovação da cultura sindical e dos movimentos populares, também ocorre uma união entre os grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado (GIULIANI, 2018, p. 644-645).

Nesse sentido, o engajamento feminino na luta pela terra é também pela cidadania, igualdade de gênero e outros acessos. Para a autora, esses novos espaços coletivos, criam um ambiente favorável para que diferentes grupos femininos instituem um novo estilo de mobilização e debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical. Por conseguinte, aos poucos penetram nos fastígios das estruturas de representação, majorita-

riamente ocupados por homens, nas diretorias das organizações, partidos políticos, comitês e associações (GIULIANI, 2018).

As mobilizações das trabalhadoras rurais elucidam a capacidade das mulheres de vincular as reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos populares. Segundo Giuliani (2008), são as mulheres que introduzem, no final dos anos 1970, o apelo para que os sindicatos assumam com mais veemência a defesa e preservação do vínculo à terra, dando aos produtores maior força para enfrentar os proprietários rurais.

Para investigar a presença das mulheres nos movimentos de luta pela terra no Brasil, particularmente sobre o “guarda-chuva” do MST, fizemos um levantamento bibliográfico dos trabalhos que abordam a temática na plataforma “Google acadêmico”. O objetivo era mapear como a literatura brasileira analisa o papel da mulher nesses movimentos. Usamos como palavra-chave o seguinte termo: “história das mulheres no MST”. Já para pensar a realidade na bacia do Rio Doce, usamos o indicador “História das Mulheres do MST na região Bacia do Rio Doce/MG”. Vale destacar que foi uma opção metodológica fazer a busca pelo termo História das Mulheres e não Gênero.

A investigação serviu para demonstrar como ainda são raros os estudos sobre a temática se comparado aos estudos de movimentos de luta pela terra no país. Para termos ideia dessa proporção, ao colocarmos o indicador “História das mulheres no MST”, aparecem aproximadamente 18.400 resultados e 98 páginas.<sup>6</sup> A maioria dos trabalhos não tem como abordagem principal a história, mas é utilizada como “ferramenta” de análise do tema principal. De alguma maneira dialogam com questões de gênero, mas não pela via da História das Mulheres. Os estudos que falam sobre a História das Mulheres no MST tratam de regiões específicas ou sobre mulheres específicas, o que comprova a hipótese da diversidade e singularidade dos movimentos, atores e regiões. Destaca-se a análise de movimentos no sul, sudeste e nordeste brasileiro.

As personagens femininas aparecem articuladas aos temas da saúde e da educação. Isso em parte se explica, porque muitos autores ressaltam que a inserção das mulheres no espaço público reproduz lugares sociais femininos, ligados ao cuidado. Entretanto, ressaltamos que a ação femi-

---

6 Esse número merece ser mensurado e usado como forma de estudo comparativo. Pode ajudar a pensar de maneira mais geral os estudos dos movimentos sociais brasileiros, sobretudo no que diz respeito a luta pela terra.



nina nos movimentos não se restringe à extensão da vida doméstica, mas sim às mais variadas demandas e agendas. Observa-se também a predominância de trabalhos que abordam a atuação das mulheres no campo da agroecologia. Além do MST, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), destaca-se nas abordagens.

Dos trabalhos pesquisados no Google Acadêmico, apenas um foi publicado no final dos anos 1990, os demais foram publicados nos anos 2000, especialmente na segunda década, indicando uma renovação na literatura. Outro ponto a se observar é que nos anos 1990 não era tão recorrente a publicação eletrônica, mas sim as publicações impressas. Há uma prevalência de dissertações e teses, seguida de uma carência de artigos. Entendemos que a publicação de artigos é de fundamental importância para circulação e aprofundamento da temática.

Observamos também, que 95,3% dos trabalhos são de autoria feminina, ou seja, as mulheres se mostram mobilizadas pela questão, e, além disso, esses dados revelam o aumento da produção acadêmica feminina nos últimos anos. Outro dado interessante é que os trabalhos que pensam a história das mulheres nos movimentos abordam as singularidades, acionam diferentes vozes e fontes. Nesse percurso a metodologia de História Oral mostra-se predominante, além disso, observa-se a tônica de análises de viés marxista.

Finalmente, ao efetuarmos a busca “História das Mulheres do MST na região Bacia do Rio Doce/MG” encontramos apenas duas publicações que abordam a questão das mulheres na luta pela terra nesta região. Tal dado evidencia pelo menos duas questões: a primeira delas a carência de estudos sobre a perspectiva feminina na região e a segunda está relacionada ao tipo de busca e indicador utilizado. Como dito anteriormente, optamos pelo conceito história das mulheres, que cada vez mais é substituído pelo conceito de gênero. Tal substituição conceitual pode ser observada no interior do MST, como veremos a seguir.

## **As mulheres nos movimentos sociais rurais, sobretudo o MST**

Observa-se na literatura que a ampliação da participação feminina nos movimentos sociais brasileiros se dá nos anos 1980 e 1990, sobretudo nos sindicatos e nos movimentos autônomos de trabalhadoras rurais, bem como no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Podemos elencar como resultados da participação mais ativa das mulheres, a conquista de

igualdade entre homens e mulheres quanto aos direitos à terra, o reconhecimento da profissão das mulheres rurais para benefício da previdência social, bem como a promoção do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. Direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, que se adequaram de acordo com cada público e região (INCRA, 2015; DEERE, 2004).

Essa conquista formal não aumentou imediatamente o índice de beneficiárias na reforma agrária. Como mostra Deere (2002, 2004), até os anos 2000 a distribuição conjunta de terra aos casais tornou-se uma opção raramente praticada e pouco controlada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Somente em meados dos anos 2000 os movimentos rurais passaram a reivindicar a distribuição e titulação conjunta de forma mais sistematizada. Isso aconteceu porque a prioridade dos sindicatos era a garantia do fator previdenciário às mulheres do campo.

Em decorrência dessa escolha, nos anos 1990 o programa de reforma agrária no Brasil apresentava um baixo índice de mulheres contempladas com o direito à terra se comparado a de outros países da América Latina. Os dados do I Censo Nacional de Reforma Agrária (1996) revelam que as mulheres constituíam apenas 12,6% dos beneficiários diretos, enquanto, nas recentes distribuições de terra na Colômbia as mulheres compunham 45% e em El Salvador e Nicarágua, 34% (DEERE, 2004).

A partir de 2003, observa-se a implementação de políticas públicas que visava a ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais. Das quais destacamos: II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2004), o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004; BRASIL, 2008). Tais ações buscavam suprir a ausência do Estado com mudanças nas concepções que orientavam as políticas do meio rural de forma que houvesse a promoção da igualdade de gênero (BRASIL, 2008).

Assim, ainda em 2003, houve também a criação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PIIGRE) do Ministério de Desenvolvimento Agrário em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O programa passou a atuar no desenvolvimento de políticas públicas através da divulgação dos direitos econômicos dos trabalhadores rurais por meio de ações de apoio à produção; acesso e garantia de uso da terra; acesso à documentação civil; valorização da participação e do controle social (BRASIL, 2007; FARIA, 2009).

Como advoga Matos e Paradis,

Para se obter igualdade de gênero (igualdade política, material e simbólica de real [sic] oportunidades entre homens e mulheres), considerada um elemento social da justiça de gênero, é necessário transversalizar gênero nas ações públicas, incluindo-se a legislação, as políticas e os programas governamentais em todos os âmbitos políticos, sociais e econômicos e também na distribuição dos gastos públicos, através da elaboração de orçamentos sensíveis a gênero (MATOS; PARADIS, 2013, p. 2).

Segundo as autoras, a institucionalização do enfoque de gênero seria um grande passo em prol de um processo de mudança sociocultural e política mais democratizante. Além disso, mostra-se a necessidade de quebrar o histórico quadro de pouca representação da mulher na vida política e seu estado subordinado na economia e na família. A ocupação das mulheres na vida política representaria a abertura de novas agendas públicas femininas e, por conseguinte, a consolidação da democracia e justiça social (MATOS; PARADIS, 2013).

Ainda pensando na participação das mulheres nas políticas públicas, em 2008, as autoras Butto e Lopes (2008), organizaram a publicação do livro “Mulheres na História Agrária: uma história recente no Brasil”, como apoio às políticas e participação social no desenvolvimento rural sustentável. O livro contém vários artigos acadêmicos e de gestoras públicas que visam problematizar a presença feminina na reforma agrária. São estudos quantitativos e qualitativos de diferentes regiões, evidenciam a amplitude da agenda.

O livro é fruto do diálogo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) com distintas organizações de mulheres e dos compromissos expressos no II Plano Nacional de Reforma Agrária e no I e II Plano de Políticas para Mulheres com o amplo objetivo de promover políticas que procurem superar as desigualdades que marcam a vida das mulheres assentadas. Mostra-se também ali um movimento de redemocratização do Estado Brasileiro e a construção de um novo projeto de desenvolvimento social. Estatisticamente tais ações produziram ao longo dos anos o aumento da participação das mulheres no contexto da reforma agrária que passou a ocupar novos espaços dentro do movimento.

O levantamento mais recente (2012) do sistema de Informação da Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA aponta que o percentual de mulheres

ultrapassa os 48% do total dos beneficiários entre 2008 e 2010. No entanto, observamos que há uma variação regional quanto à proporção de mulheres cadastradas nos assentamentos da Reforma Agrária que revela as diferenças regionais na reforma agrária brasileira.

Assim, como podemos ver, há que se considerar então, que a participação e ampliação da atuação feminina na vida pública e política, não é uma linha progressiva e evolutiva, ao contrário disso, está imbricada nas teias das relações sociais, políticas e econômicas nas diferentes temporalidades, contextos e ligada a interesses políticos e por isso, muitas vezes depois de ondas de avanço, retrocede.

Além disso, como advertem as autoras (DAVIES; HARMAN; MANJOO; TANYAG; WENHAM, 2019) as políticas públicas, geralmente são cegas para as diferenças entre as necessidades das mulheres e dos homens, bem como para a produção desigual das mulheres, tornando-as visivelmente invisíveis. Alerta as autoras que a mudança não advém exclusivamente de processos formais como as leis trabalhistas e discriminação positiva, há de se abordar questões informais que promovem a hierarquia e a exclusão cotidianas. Tais hierarquias e exclusões cotidianas são evidenciadas nas experiências de vida das mulheres acampadas e assentadas.

## **A agenda de gênero no interior do movimento**

Nas primeiras décadas dos anos 1980, há uma proliferação de discursos sobre as mulheres nas publicações do MST que irão permanecer ao longo dos anos. Formulações expressas em documentos vão sedimentando e institucionalizando a questão da mulher no movimento. Observa-se ao longo de sua história a realização de vários encontros nacionais e regionais de mulheres com vistas a fortalecer a luta da mulher no campo e inscrevê-la nos diferentes espaços do movimento (CONCEIÇÃO, 2006).

Para Oliveira (2007), a história das mulheres no MST pode ser analisada em três períodos da luta pela reforma agrária e da organização do Movimento dos Sem Terra, a saber:

O primeiro período vai de 1984 a 1988, em que o MST estava se constituindo como movimento sindical, de massa, autônomo e de caráter nacional, a partir daí a sua expansão na luta pela conquista da terra, por meio das ocupações, enfrentando a violência da União Democrática Ruralista (UDR). O segundo momento de 1988 a 1998, período de consolidação da estrutura orgânica do

próprio movimento, setores, instâncias e das lutas contra o latifúndio improdutivo. O último período, de 1998 aos dias de hoje, em que os trabalhadores enfrentam o latifúndio moderno – o agronegócio (OLIVEIRA, 2007 p. 107).

Além disso, Oliveira (2007) considera que, a incorporação da mulher nos movimentos aconteceu de duas maneiras. A primeira, a participação por dentro de movimentos de forma heterogênea, isto é, homens e mulheres se aliavam e se organizavam para defender, reivindicar e promover novas formas de organização do trabalho e das relações sociais do campo. A segunda, quando organizaram grupos específicos de mulheres para tratarem de questões inerentes ao público feminino nos movimentos.

Como mostra Gonçalves (2009), no organograma do MST consta uma Coordenação Nacional, composta por militantes representantes dos estados; uma Direção Nacional, formada por um representante por Estado. A cada cinco anos ocorrem os Congressos Nacionais, instância máxima do Movimento, com debates para definir uma linha de atuação comum para o conjunto do MST. Os debates maiores ocorrem nos Encontros anuais dos estados e das regiões quando são eleitas, em cada um dos níveis, sua Coordenação e sua Direção. Ali são estabelecidas as prioridades e diretrizes com uma metodologia adequada à realidade regional. É nos Encontros estaduais e regionais que se discute a estruturação dos setores, compostos por militantes acampado(a)s e assentado(a)s que tanto configuram a base do MST como fazem o vínculo com as coordenações e direções estaduais e nacionais.

Segundo Oliveira (2007), desde o primeiro Congresso Nacional do MST, destaca-se a presença significativa das mulheres; registra-se que eram mais de 300 presenças femininas e destaca a atuação, Maria Oneide, do Pará; Elizabete Teixeira, da Paraíba; Santina Gracielle, do Mato Grosso do Sul; Maria de Fátima Lina Bandeira e Maria Pinheiro Pereira, do Paraná. Ainda de acordo com a autora, observa-se o engajamento feminino especialmente nas passeatas. Entretanto, costumeiramente, os cargos de direção e liderança são ocupados por homens. Pensamos que para a ampliação das agendas femininas, é necessário que cada vez mais elas ocupem os lugares dos homens nessas comissões.

Em 1989, na primeira edição das Normas Gerais do MST foi incluído um capítulo sobre a articulação das mulheres, com destaque para a luta contra as formas de discriminação e racismo. Além disso, destacava-

-se na edição a necessidade de organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, envolvida na participação e elaboração das políticas do MST (GONÇALVES, 2009).

Segundo Gonçalves (2009), em 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Nesse grupo a questão da invisibilidade da mulher passou a ser debatida e contemplada nas resoluções internas. Assim, no documento básico do MST de 1993, chama atenção dois artigos: 45 e 152. O primeiro enfatiza a necessidade de considerar as questões específicas das mulheres e sua participação no movimento, já o segundo trata de garantir a participação feminina em todos os níveis de cooperação agrícola, sobretudo sua participação no trabalho produtivo. Recomenda ainda o combate às desigualdades e aos tradicionalismos existentes no campo.

Nessa construção de uma agenda das mulheres no MST, o I Encontro de Mulheres de Setor Gênero, em 1995, é um marco importante. Então se discutiu as dimensões do machismo, capital, o agronegócio e suas influências na militância. Na ocasião, foi colocado na pauta o papel da mulher na luta pela terra, pela reforma agrária e por cidadania. Uma consequência direta desse encontro foi a criação do Setor Saúde, uma demanda feminina (FARIAS, 2016).

No mesmo ano de 1995, ocorreu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais na Terra. Como resultado desses encontros foi elaborada a cartilha “A questão da mulher no MST”. A cartilha procura mostrar que sem a presença mulher a luta não é inteira, desse modo, em seu conteúdo ressalta a importância da representação das mulheres na luta pela terra.

Paulatinamente, os termos mulheres e questões de mulheres são supridos pelo termo gênero, segundo Gonçalves (2009); tal mudança se dá pela abrangência da categoria gênero e não em substituição a categoria mulher. Assim, a questão de gênero foi declaradamente assumida na cartilha de 1998, intitulada, “Compreender e construir novas relações de gênero”. A edição da cartilha é atribuída ao Coletivo Nacional de Gênero e afirmava que a publicação devia servir de estímulo ao estudo permanente e aprofundado de militância com o objetivo de construir novas relações de gênero no cotidiano.

No ano de 2000, o coletivo Nacional de Gênero lançou a cartilha, “Mulher sem Terra”. Nessa edição propunham-se oito reuniões ou encontros para estudo, debate e fortalecimento dos seguintes temas:

mulheres e a luta de classes, relações de gênero, educar sem discriminar, valores, cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos, mulher e saúde, mulheres e a construção do projeto popular, as mulheres e a reforma agrária (GONÇALVES, 2009). Nessa edição, destaca-se o uso da linguagem em quadrinhos como estratégia de aumento da interlocução e alcance do material.

Em 2003, foi elaborada a primeira cartilha pelo Setor Nacional de Gênero, com o título, “Construindo novas relações de gênero”, tratava-se de uma edição mais teórica cuja abordagem passava pelos temas: relação de gênero, feminismo, luta de classe, significados da luta internacional da mulher (GONÇALVES, 2009). Como podemos ver há ao longo da experiência do MST uma ampliação da agenda feminina e sua internacionalização. Mostra-se como uma constante o tema da luta de classes e o investimento na formação teórica dos indivíduos, sobretudo das mulheres.

No ano de 2015, ocorreu a publicação do folheto, “Mulheres conscientes na luta permanente”. No folheto, a violência é abordada em suas diferentes dimensões: pobreza, fome, conflito de terra e a publicidade. Há esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha e informação de formas de proteção à mulher contra diferentes violências. Nesse material, pela primeira vez há referências de outras identidades femininas (mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais). Outra novidade é que nessa edição, assumem essas questões como problemas coletivos que vão para além do movimento de luta pela terra e a pretensão de atingir as mulheres fora do MST (SANTO, 2016).

Como podemos observar, há ao longo dos anos um esforço institucionalizado do MST em discutir questões relativas ao universo feminino e na promoção da igualdade de gênero, no entanto, não necessariamente tais ações se concretizam na prática cotidiana. Observamos nos estudos de história oral sobre as mulheres nos acampamentos e assentamentos, as tensões de gênero, a submissão feminina, a responsabilidade pela família e pelo trabalho doméstico e outras dimensões patriarcais muito presentes na vida das mulheres. Para Bogo (2003), persiste uma série de obstáculos culturais, morais e mitos que impedem a participação efetiva das mulheres. Para ele é preciso impulsionar uma revolução cultural que provoque mudanças de hábitos, costumes, tradições, formas de pensar e agir.

Conceição (2006) entende que a articulação das mulheres com o objetivo de discutir as questões femininas no interior do movimento, expressa tentativas da militância de organizar coletivos para demar-

car as suas representações em relação a elas na construção da sua identidade, ou mesmo em espaços de liderança, na estrutura da organização, no que tange às suas formas de fazer política. Pondera, no entanto, que a discussão da igualdade de gênero ainda está restrita aos congressos, encontros e outras mobilizações onde estão os militantes e salienta a emergência ampla de fala e reivindicação das mulheres no interior do movimento social.

Nessa direção, ouçamos, a seguir, a voz da assentada Jacarandá.<sup>7</sup>

## Jacarandá, um pé de sonhos

A entrevista com Jacarandá realizou-se no dia 26 de agosto de 2018. Estabelecemos um roteiro bem flexível e aberto que apenas orientasse a sua narrativa. Foi nosso objetivo estabelecer uma escuta sensível e que nossa entrevistada se sentisse confortável para construir as tramas e os percursos da sua narrativa. Procuramos aqui, obedecer aos trânsitos por ela sugeridos.

Era um dia de sábado, já que durante a semana, Jacarandá dedica-se a muitas atividades e procuramos interferir o mínimo possível na sua rotina. Na nossa equipe, havia duas funcionárias do CAT que inclusive foram muito importantes para a realização do encontro, dois alunos de Iniciação Científica e eu, estagiária pós-doutoral.

Jacarandá nos recebeu muito bem, parecia um pouco ansiosa com a nossa entrevista. Lembro com carinho do seu sorriso tímido, da sua pele morena e seus pés no chão. Os pés femininos descalços, na terra, foi uma constante nas diferentes entrevistas realizadas; são de fato, mulheres telúricas. Apresentamo-nos, explicamos sobre a nossa pesquisa e ela logo expressou o desejo de contribuir. Diante da sua afirmativa, preparamos o material de áudio e vídeo e demos início à nossa conversa.

No começo, Jacarandá revelou que tinha pouco para falar, sugeriu até outros nomes de mulheres lideranças e de homens. Senti que sua fala estava muito ligada a uma comunidade onde ela teria pouca audiência ou direito de fala, como também está relacionado ao histórico lugar de poder e falar destinado aos homens e às lideranças. Percebi também que olhava

---

7 Optamos por utilizar um pseudônimo. A escolha por Jacarandá deve-se a existência da árvore na região e sobretudo, pela sua característica: força, tamanho e dimensão poética cantada em verso e prosa.



constantemente para o relógio de parede, indaguei se a nossa equipe a atrapalhava, ela disse que não, apenas tinha que fritar linguiça para sua filha que ia chegar do trabalho. Tal preocupação, já revelava a dimensão da mãe e dona de casa; responsável pelos filhos e pelo lar, algo muito presente na realidade dos assentamentos.

Jacarandá decide iniciar sua narrativa a partir da infância, no Vale do Jequitinhonha. Assim, ela discorre: “eu nasci em Padre Paraíso, no Vale do Jequitinhonha e fui nascida e criada em fazenda dos outros com meus irmãos né”. Segue seu enredo ressaltando o ativismo da mãe na Igreja e na escola. Conta as dificuldades de chegar até à escola e que mesmo diante das dificuldades a escola era coisa importante para ela e sua família. É recorrente na sua fala a importância da família, das redes de sociabilidade na Igreja, do lugar da infância e da escola. Muitos estudos revelam que a questão familiar é muito importante para o MST, inclusive existem códigos de posturas que devem ser seguidas pelos assentados. Assim, as relações familiares têm muito peso nas decisões e engajamento na luta pela terra (FERNANDES, 2005; D’ICARAHY, 2017).

Além de Jacarandá e dos pais, havia na família mais uma menina e cinco meninos. Ela conta com gosto a rotina dos seus dias; a mãe era responsável por participar das reuniões de escola e vender os produtos cultivados pelo pai, que para ela, era um sábio no cuidado com a terra. Assim ela conta:

Só que não tinha nada pra gente que fosse mais importante do que estudar... é porque a gente sonhava muito... mainha não faltava a uma reunião de escola, sete irmãos nós somos, duas meninas e cinco meninos e painho fica na roça o tempo inteiro só parava a hora que o sol tava entrando mesmo né, ele num era de ficar indo na cidade, e eu e mainha que fomos pra feira na quarta e no sábado é vender o que a gente produzia, era terra dos outros mais o pedacinho de terra era muito bom pra mexer, é então na quarta e sábado era dia da gente vender as coisas, num tinha é, o que a gente produzia tinha com fatura em casa porque é só o que por exemplo o brejo era pequeno pra [inaudível] então aquele brejo foi transformado em bananal, canavial e lugar de horta, então ali tudo quanto é maneira que cê imagina, num faltava, e meu pai era uma pessoa, engraçado sem estudo mais muito sábio, ai eles botava a água do córrego pra puder molhar as hortas então ele fazia aqueles panelão dentro das hortas e a gente quando vinha da cidade ele mandava a gente, vê si a gente achava latinha de óleo vazia a gente trazia pra casa e ele fazia regador com aquilo porque ele furava um

buraco na latinha e colocava uma vara quase que uma grossura de um cabo de vassoura pra facilitar a molhada de horta (...).

Nota-se o amor pela terra, a inventividade da vida na roça e as técnicas para vencer a seca. Sentimentos que aumentam ao longo da narrativa. Salta aos ouvidos o trecho em que revela a falta que sente da infância e da vida no Vale do Jequitinhonha:

Mais olha só eu com oito anos eu rezava terço na minha comunidade, nós é celebrava o culto domingo em baixo de um curral de um fazendeiro, nós fazia novena de natal na casa de todo mundo, nós ia pra missa na rua, então assim nós era uma daquelas famílias da roça do Vale do Jequitinhonha que com trancos e barrancos nós, tipo assim eu preferia aquela vida que nós tinha morando em terra dos outros, si fosse pra você falar assim Jacarandá que que você prefere sua vida hoje ou a vida do cês antigamente, eu queria poder voltar no tempo e queria poder voltar a tá eu meu pai e meus irmãos lá no Vale do Jequitinhonha morro de saudade de lá, me desculpa mais não tem nada que me faça gostar daqui, já tem vinte e cinco anos que eu tô aqui mais ai alguém diz um dia você acostuma, mentira, que quando eu vim pra cá eu tava com quinze anos, então assim a minha estrutura, é, meus costumes foi de lá e ai quando alguém pensa em tirar a família de uma região e mandar pra outra esquece da desenculturação que vai fazer com aquela família, esquece que ta tirando a família do seu lugar do seu povo (...)

(...) Mais assim, é, nós tínhamos uma vida eu era feliz andando todo dia pra ir pra escola e andaria de novo, é agora eu não acho justo é tirar uma família do seu lugar, mesmo que o pedacinho de terra não era nosso não, tudo bem, mais levar a gente prum lugar desconhecido, um lugar onde todo mundo é louco pelo Cruzeiro que a primeira ocupação foi em Novo Cruzeiro, todo mundo fechava as portas na cara da gente (...).

Nesse trecho, como podemos ver, revela que a família de Jacarandá faz parte do primeiro grupo de moradores do assentamento Cachoeirinha, remanescente do grupo do Vale do Jequitinhonha. Jacarandá problematiza uma questão importante sobre lugar e identidade. Por mais que tenha realizado o sonho de ter sua própria terra, não se sente pertencente ao lugar. Podemos questionar se as lideranças dos movimentos de luta pela terra levam o fator pertencimento e identidade em consideração ou apenas convencem as pessoas a seguirem o movimento? Será que existem diálogos? Tal questão é muito debatida nos estudos de Território, Territorialidades e Territorialização. Para a entrevistada, como os líderes estavam

ligados à Igreja Católica, tinham grande credibilidade e aceitação das comunidades e afirma que usavam disso para convencer as famílias.

Jacarandá segue argumentando:

(...) igual por exemplo assim no sábado quando a gente tava feira vendendo as coisas sabia que quando desse três horas a igreja católica que tava em frente a feira eu ia pra lá ensaiar os cantigos do domingo, ia cantar na igreja no domingo, nós morava na roça mais nós participava das coisas, por causa que mainha toda vida participou de tudo na Igreja. É, então assim ela sempre foi uma pessoa muito ativa porque foi a partir daí que quando a gente falo assim que dizer os sindicatos e a igreja e o MST tem tudo a ver porque a CPT foi ligada a Igreja, o sindicato todo mundo que era envolvido com o sindicato eram pessoas ligadas as comunidades, é tanto que né Comunidade Eclesial de Bases veio da onde da Igreja.

Nesse trecho fica nítida a importância da Igreja, sobretudo, a católica para que as lideranças do movimento alcançassem a população. Somado a isso, vale lembrar que as mulheres sempre foram clientes preferenciais da Igreja e provavelmente tenham sido elas as responsáveis por levar para os seios das famílias o MST. O que endossa nosso argumento da importância das mulheres para a consolidação dos movimentos de luta pela terra, especialmente no seu nascedouro como incentivadoras dos pais e maridos na luta pela terra.

Jacarandá conta das dificuldades enfrentadas nos caminhos e descaminhos desse período, fala da fome e das péssimas condições de transporte, dos abandonos sofridos por parte das lideranças. Mostra-se indignada com a postura das lideranças; para ela mostravam-se irresponsáveis com a vida dos outros membros e seguidores e eram detentores de privilégios. A veemência em sua fala revela o que a literatura salienta entre os possíveis desencontros de interesses nos movimentos, especialmente entre as lideranças e a população que segue o movimento, as disputas de poder e interesses. Assim ela discorre:

(...) é tanto que nosso povo que eles pegaram pra fazer a primeira ocupação eles não tiraram de qualquer canto não eles tiraram de comunidade, é tanto que a base o MST si fortaleceu por causa dessa ocupação porque o povo era organizado nas comunidades e num foi as liderança do MST que organizou o povo não, porque o povo já tinha essa base só do, através da Igreja eram organizados (...).

Nossa entrevistada revela que a comunidade se sentia abandonada e muitos, pela primeira vez, passaram fome na vida e pouca coisa foi

feita por parte das lideranças. Lembra que a fome era tamanha que uma mulher da comunidade diante da situação decide agir. Assim nos conta:

Só que o mais engraçado é que quando fala na Fortaleza de Mulher, assim, o trem é, quando chegou a ficar feio mesmo mais que os homens gosta de si gabar, mais um das pessoas que amenizou mais o sofrimento do povo de Aruéga, teve época que morria muito mais gente, foi Francina irmã da Marlene, ninguém nem fala nela hoje mais, porque ela era atrevida assim quando ela via o pessoal passando necessidade ela não importou de ir lá em Novo Cruzeiro (...) e ela fez uma compra lá mais uma compra enorme porque ela não estava aguentando ver o povo passar fome mais, mais ela foi atrevida passou por cima de todo mundo porque eles não queriam que ela fizesse isso, só que ninguém nem toca no nome dela, ela foi a fortaleza do acampamento é tanto que todo mundo tinha um respeito desgramado por ela (...).

Ela segue a narrativa ressaltando a diferença da fidelidade e envolvimento das mulheres se comparados aos homens. Diz que ao longo do tempo, muitas lideranças masculinas “abandonaram o barco”. Menciona junto com Francina, a ação destacada de outras mulheres:

A Marlene surgiu lá alguns anos depois pra trabalhar com a alfabetização, mais a Francina trabalhou muito porque na época eu lembro que tinha a Francina e tinha a Raquel, é foi as duas mulheres de frente assim que tinha, a Raquel era de Pavão, Francina de Coté, e claro e logico que a gente vê (...).

Jacarandá lembra ainda dos tempos de Aruega, a chegada da escola e montagem da “farmacinha”; discorre sobre outras experiências dos diferentes acampamentos por onde passou; da vida com um dos irmãos em Belo Horizonte, enfatiza especialmente, os assédios sexuais sofridos no período que morou de favor na casa de terceiros. A questão da violência sexual é uma constante na sua fala nas travessias do movimento; nos assentamentos e acampamentos as mulheres tendem a se sentir mais protegidas desse tipo de violência, mas não de outras...

Até que finalmente, chega a Tumiritinga:

A primeira pessoa que eu conheci aqui dentro do Tumiritinga foi Aparecida mais o Zé Pavuna, porque foi através do Pavuna e Padre Antônio, na verdade foi através do Padre Antônio, que nós viemos parar aqui, porque o Padre Antônio já conhecia a gente desde lá de Aruega desde quando ele veio pro Brasil porque ele veio como missionário então ele tava aonde o povo realmente precisava dele

então quem sabia de nós era ele, quem falou de nós pra o povo de Tumiritinga e pra CPT.

Na época, ela tinha 15 anos e conta com orgulho que aprendeu a fazer atas de reuniões com o amigo Gisboi e que o sonho dela é escrever a história do povo de Tumiritinga. Assim, nos conta das características da comunidade e da separação dos grupos:

E o povo daqui do acampamento que eu moro hoje a maioria deles nem todos tinha entrado junto com nós na ocupação lá só que depois de um certo tempo teve um racha porque assim as famílias de Tumiritinga eram todos ribeirinhos que foram nascidos e criado na beira do Rio Doce na baixa do Rio Doce ou nas ilhas é tanto que as famílias do Cachoeirinha, eu já até falei que um dia eu tenho vontade de aprofundar de estudar de escrever uma história do povo de Tumiritinga e do povo de Cachoeirinha porque esse pessoal que eu cheguei aqui todo mundo foi criando junto, todo mundo (...).

Ressalta na sua narrativa, como eram difíceis os primeiros anos: a rotina de trabalho das mulheres, as dificuldades para manter-se na escola, comprar os livros e dos pneus que usam para carregar as roupas sujas para lavar e das festividades religiosas. Conta com entusiasmo sua participação nos eventos e na encenação na festa de São Sebastião. É conhecida a importância das mulheres no trabalho e na organização na fase de acampamento bem como no assentamento, onde ainda prevalece a lógica da divisão sexual do trabalho.

Em seguida, contou-nos como conheceu seu ex-marido e sobre a cerimônia do casamento. Narra que logo quando casou foi levada ao médico por uma conhecida da família para que pudesse tomar anticoncepcional, no entanto sofreu com os efeitos colaterais do remédio e desistiu de tomá-lo ficando grávida do primeiro filho. Jacarandá fala-nos com dor da sua vida nesse período; não encontra sentido na vida e como podia seguir a vida acompanhando o marido na militância. Esbarrando nas questões de gênero e na discussão sobre direitos reprodutivos.

Já com o segundo filho narra que:

O “Jacarandazinho” tava um anim fiquei grávida do meu “segundo Jacarandá” e aí, eu participava das assembleias do sindicato depois que eu casei, antigamente eu participava quando fui criança até eu ia com minha mãe, e tudo quanto é trem que ela tava me levava junto, nos atos públicos de igual o PT minha mãe ajudou a criar o PT na minha cidade.

Como podemos observar é recorrente na narrativa o envolvimento de sua mãe nos movimentos sociais, sindicatos e partidos. Procura mostrar essa experiência da infância que marca e influencia a sua vida. Explica que usou esse aprendizado acompanhando seu marido e outras lideranças na ocupação de outras terras na região, sobretudo em Periquito. Ou seja, as mulheres participam do exercício de liderança e dos jogos políticos de forma não institucionalizada, os homens usam a sua voz.

Jacarandá mostra que se reuniu a outras mulheres para algumas conquistas;

Nós fizemos um curso de leite e nós ficamos trabalhando na ideia de transformar nossa fábrica de farinha numa fábrica de iogurte, numa fábrica de mexer com leite porque quase ninguém tinha mandioca quase ninguém, então tipo assim era uma coisa que tava parada so que nosso erro foi assim trabalhar em torno de um sonho que era de poucos porque na verdade a farinheira era da comunidade toda praticamente ninguém usava só que a gente pensou, por exemplo pensou só nas mulheres porque os maridos tinha vaca então assim nós fomos egoístas porque nós trinta e três famílias e a gente só pensou em sete oito mulher, tinha muitas mulheres que queria mexer com costura outras mulheres queria mexer com sabão e assim acabou sendo imposto a vontade de poucos em cima da maioria então assim a gente não importou com o sonho das outras (...).

Ao relatar a experiência da fábrica, ela mostra os conflitos de interesses das mulheres, a imposição de um determinado grupo e mais tarde, o boicote dos maridos que não gostavam de ver as mulheres ganhando autonomia. Antes da fábrica elas trabalhavam na roça e os produtos eram vendidos pelos maridos, que por sua vez, administravam o dinheiro. Por isso, sentiam-se incomodados com o trabalho fora de casa que garantia alguma autonomia financeira às mulheres. Conta também da dificuldade de manter o trabalho fora e ainda cuidar da casa e dos filhos.

Ressalta que essa rotina a fez perder a dimensão do que ela fora, o que desejava e decidiu fazer um curso. Assim, discorre

Eu tava com vinte e seis anos já tinha dez anos de casada eu fui fazer o curso da PJR Parceria da Juventude Rural, esse trem que deu up na minha vida assim sabe, que eu nunca tinha me visto no espelho até meus vinte e seis anos de idade e eu lembro que o Daniel Nascimento lá de Congonhas ele tava dando comunicação de expressão pra gente porque eu lembro assim que na época ele é, é tanto que até hoje meu ex marido fala que a PJR é culpado da minha mudança da minha transformação porque a gente tinha aula

de teatro durante o período da formação que foram dois anos né, é a gente tinha aula de teatro tinha aula de comunicação e expressão, a gente tinha palestra de gênero, então assim muita coisa boa, aconteceu coisa boa demais assim, foi libertação da gente.

Observamos a importância desses espaços de formação e lazer para tratamento das questões de gênero e transformação da vida das mulheres e da estrutura machista. Como espaços de luta de mulheres que sonham com uma sociedade mais igualitária sem opressões de classe e gênero.

O ex-marido era vereador na época, nos idos de 2004, incomodado com a emancipação da mulher impede que ela continue na diretoria da Associação de Moradores. O que parecia ruim estimulou-a a retomar os estudos. Em 2006, matriculou-se na escola do 1º. de junho, na Educação de Jovens e Adultos, alimentando o sonho de tornar-se advogada no futuro. E foi assim:

Menina só contei pro homem que eu tinha me matriculado quando eu já tava estudando esse homem ficou bravo demais e falou comigo que eu voltei a estudar pra fazer pirraça nele, gente horas nenhuma a pessoa pensa que a gente que eu não queria ter parado de estudar nunca, nunca, é gostoso demais estudar, cês num sabe, cês num tem noção é o quanto não só pela libertação da gente mais como ser humano porque você vê a capacidade que cê tem você em é, é, é tem entrosamento com outras pessoas, você num fica sozinha porque eu ficava sozinha o tempo inteiro só tinha eu e meus fi, porque assim eu num ia em casa de ninguém desde quando eu casei (...).

Em seguida, Jacarandá revela os momentos de solidão da mulher, dona de casa e os silêncios a que são submetidas:

Cê já num tem com quem conversar dentro de casa quem tem cê quer dizer quando chegava pra conversar com você era só assunto de política e de sindicato e tanto que teve uma época que comecei até tomar raiva das coisas porque assim a gente é, eu num tinha vida então assim o único lugar que eu expressava era cantar na igreja [risos] fazer parte de um coral e... ah, menina te falar uma coisa desde os meus dezessete anos eu sou filiada no PT né, quando chegava na reunião que dava embate porque assim eu tinha uma ideia ele tinha outra, engraçado quando eu tava nas reuniões partidárias por exemplo eu me impunha cê acredita nisso, ali eu conseguia colocar minha opinião sem importar depois mesmo quando chegasse em casa ele ia ficar bravo.

Dessa época, até 2008, Jacarandá lembra que as ações machistas

do marido só aumentavam a ponto de levá-la ao psiquiatra com objetivo de conseguir um laudo para receber uma pensão para ela. Ouvir seu relato, foi doloroso e constrangedor, houve naquele momento um silêncio ensurdecedor entre nós da equipe. Ela dizia:

Ele queria que o psiquiatra fizesse um laudo de que eu tinha problema de cabeça pra poder internar eu porque ele queria que esse laudo montasse um auxílio doença pra ele poder ajudar pagar clinica essas coisas assim e ai depois disso deu pra poder assim, si eu bebesse alguma bebida depois que tivesse tomado um mucado de medicamento é, ai fazia um efeito que cês num imagina.

Ela nos revela também sobre o problema de alcoolismo. Segundo ela, a bebida a transportava para outro lugar, longe da sua vida dura e sem beleza. O traço do alcoolismo aparece na fala de outras mulheres entrevistadas, mostrando-se como um problema de saúde que precisa ser encarado pelos movimentos sociais e pelo poder público.

Jacarandá dizia:

Eu me aterrando e comecei a beber, só que eu não bebia com exagero assim algumas vezes aconteceu mais tipo assim eu não saia pra rua pra beber eu comprava e bebia escondido em casa (...) depois eu descambei ai eu desmontei pra valer não tinha estrutura pra puder guentar, e ai eu voltei, tipo assim já tava bebendo muito passei a beber mais ainda, então assim parece que é uma coisa simples mais é, a mulher da roça é muito isolada, mulher da roça você só vê ela num dia de, igual por exemplo vai fazer uma assembleia na comunidade mesmo assim a reunião num deixa ela falar porque quem fala é os homens né, e é, mulher não é paparica, mulher por exemplo fica doido pra alguém falar assim que vai fazer uma comida pra ela comer aquele dia que ela não precisa ir pro fogão fazer ou que, tipo assim hoje não existe aquele negócio de especial de mãe de nada, cê pode ter seus filhos em volta do cê mais ninguém si sujeita a ir pro fogão fazer uma comida especialmente pra você, isso é muito raro acontecer né, mais eu, eu sei que eu to assim muito deprimida mais eu ainda sonho muito em sair disso (...).

Entre os anos de 2006 a 2008, muitos sonhos se realizaram na vida de Jacarandá, outros, no entanto, viraram pesadelo. Devido à insistência do seu marido, na época, saiu do trabalho de servente na escola e assumiu a direção da Associação de Moradores; trabalhou arduamente para criação de cursos para mulheres e construção de uma nova sede. Passou no vestibular, como ela mesmo conta:



Fiz o vestibular passei e comecei a estudar nos fomos na prefeitura pra ver se o prefeito arrumava uma carta pra nós estudar, ai no início ele ajudou a pagar os primeiros carros, depois tirava do nosso bolso e eles pagavam um carro depois a gente cobrou da faculdade, a gente vai descobrindo os direitos da gente (...).

Chama atenção na fala de Jacarandá, como a experiência nos movimentos sociais, nos fóruns políticos, bem como do acesso à educação, a ajuda no exercício de sua cidadania e na garantia de seus direitos. Enquanto superava os desafios para manter-se na faculdade, Jacarandá recebe uma petição do então marido da guarda dos filhos, o que para ela foi o pior momento da sua vida. Sobre esse momento ela comenta:

Os sonhos da gente muda e só que ele fazia durante o tempo que eu tava é fazendo a faculdade sofria muita pressão assim ai é tanto que eu tranquei minha faculdade no sexto período, tranquei não, abandonei, deu abandono de curso.

A coordenadora do curso procurou ajudá-la nesse momento. Recebeu também a ajuda da coordenadora do CAT:

[ela] me convidou pra fazer o curso de feminismo e agroecologia, foi a época que eu tava passando por essa turbulência início né, eu fui fazer o curso e conheci muita mulherada que me deu força, eu falo que si eu não tivesse participado desse curso de formação de feminismo e agroecologia de Viçosa teria sido a minha derrota mesmo porque eu num tinha força, porque a força você cria com outras mulheres que passam por situações como você ai você vê que você não é a única e outra uma já sofreu (...).

O trecho revela importância dos grupos de mulheres e elucida ainda a importância da Universidade de Viçosa na formação e acolhimento das mulheres do campo. Além disso, atendida com os contextos políticos e históricos, Jacarandá menciona com orgulho o dia que viu a então presidenta Dilma que sofria o golpe. Nas palavras de Jacarandá,

A última reunião que a gente participou foi de Dilma lá em Belo Horizonte, eu ainda acreditava que a gente podia dar a voltar por cima por que si a gente conseguisse nossa, porque ela assim só tava acontecendo isso com ela porque ela era mulher, não adianta, não adianta não tiram da minha cabeça si fosse Lula que tivesse lá ele ia voltar muita coisa mais eles num ia fazer com ele o que fizeram com Dilma (...) só que a gente sabia do potencial dela então a gente, quando eu vi aquilo tudo acho que eu descambei ai eu desmontei pra valer não tinha estrutura pra puder guentiar, e ai eu voltei, tipo assim já tava bebendo muito passei a beber

mais ainda, então assim parece que é uma coisa simples mais é, a mulher da roça é muito isolada.

Jacarandá entende que a situação experimentada por Dilma põe em pauta, a agenda de outros grupos de mulheres, que sofrem com o machismo estrutural, sobretudo a mulher do campo. Não bastasse tudo isso, Jacarandá narra a saga para conseguir um advogado para retomar a guarda dos filhos e sua casa. Dado ao discurso moral e conservador não conseguiu um advogado no seu município. Com a ajuda de um padre da comunidade obteve auxílio político de uma advogada de Governador Valadares e felizmente conseguiu retomar a guarda dos filhos e o direito de voltar para casa. O evento aumentou o desejo de Jacarandá em cursar Direito para trabalhar em favor de outras mulheres que passam pela mesma situação. Ela muito emocionada nos disse:

Eu fico imaginando que assim eu quero muito ajudar mulheres a não passar por situações que destruam o futuro delas sabe, assim, eu quero fazer diferença na vida de alguém eu preciso tá bem pra fazer diferença na vida de alguém, por isso eu tentei voltar a fazer minha terapia, que eu tinha esquecido desse sonho meu (...).

Encerramos a entrevista nesse clima, ouvindo sobre os sonhos de Jacarandá, ela proferiu a seguinte frase: “Eu quero colocar a alegria para fora, aprendi a não ficar mais calada. Não vai ter clausura mais. Não leve um sonho. Não compre e venda sonho. Vivo cheia de medos. O medo paralisa”.

Nossa equipe é que ficou paralisada, emocionados com Jacarandá. Foram mais de três horas de conversa. Sentimos na pele a força e a fragilidade da mulher do campo. Compreendemos sua importância e protagonismo nos movimentos de luta pela terra. Observamos que para alcançar o sonho da terra própria, matou tantos outros... Revela também como é necessária uma transformação efetiva dos acampamentos para igualdade de gênero.

## **Considerações Finais**

Até aqui podemos considerar que inegavelmente construímos historicamente uma narrativa única sobre o Brasil; trata-se de uma tradição urbana que tem o homem e as instituições como protagonistas das tramas. Fazem-se urgentes novas formas de olhar para o Brasil que pensem no campo, nos movimentos sociais e porque não nas mulheres do campo.

Podemos procurar respostas para as questões: como se articulam nos movimentos de luta pela terra? O que as levam para o movimento? E suas atuações, desafios, entraves, dentre outros.

Ao fazermos esse movimento de lançar novos olhares para nossa história, observamos que a luta pela terra se confunde com a ocupação do Brasil e com as diferentes lutas travadas pelos indígenas, homens e mulheres do campo em diferentes temporalidades e com variedade de agendas. A região do Vale do Rio Doce é um exemplo de como essas lutas vêm até de tempos remotos e se confundem com as demandas políticas, econômicas e sociais que as cercam. Lutas em constante transformação e em processo.

Observamos, sobretudo, que os movimentos de luta pela terra são também pela democracia, pelos direitos e por acessos mais ampliados na nossa sociedade. Inegavelmente o MST tem destaque e grande importância no diálogo com o Estado e nas lutas pelos direitos da terra, mas não caminha sozinho, ele congrega e dialoga com outras instituições e com diferentes camadas da sociedade.

No que tange à experiência feminina, vimos que as mulheres sempre estiveram engajadas na luta pela terra, inclusive defendemos a hipótese que são elas as grandes incentivadoras desses movimentos. Notamos que as narrativas históricas silenciaram suas vozes e apagaram suas presenças ou as reduziram ao espaço familiar e doméstico.

O MST ao longo dos anos tratou institucionalmente sobre temáticas relativas às mulheres, na elaboração de folhetos, campanhas, setores e políticas; entretanto, persiste o fosso entre a teoria e a prática. Os espaços de poder e as hierarquias ainda são dominados pelos homens; é urgente que as mulheres cada vez mais ocupem esses campos.

São nítidas as diferentes camadas de hierarquias e violências sofridas pelas mulheres e a capacidade de resistência que desenvolvem dentro dos movimentos. Além das outras adversidades no percurso do acampamento para o assentamento (fome, frio, fome, limites de escola, cuidados com a saúde, lazer, etc.), evidenciam-se as distâncias entre as políticas e o cotidiano das mulheres.

Precisamos conhecer quem são as mulheres do campo que lutam pela terra, ouvir suas vozes, conhecer suas interseccionalidades e produzir análises que partam das suas experiências e não das experiências institucionalizadas. Uma história feminina desses movimentos ainda está para ser contada.

## Referências

BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género. Aspectos de un debate internacional. **Gender and History**, v. 1, n. 1, p. 7-30, 1989.

BOGO, Ademar. **A organicidade como parte da cultura**. Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, 2003, mimeo.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cadastramento e Seleção Nacional**. I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório 0227 – 16 julho de 2015**. Brasília: INCRA, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS\\_PUBLICAS\\_PARA\\_MULHERES\\_RURAIIS\\_NO\\_BRASIL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf)> Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária**. Brasília: MDA, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília: SEPM, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/1%20PNPM.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-demonitoramento-do-ii-pnpm/II%20PNPM%20-%20versao%20compacta.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília: SEPPM, 2004.

CONCEIÇÃO, Héli da dos Santos. **Muitas mulheres um mesmo movimento.** História e participação política das mulheres no MST. 2006. 153. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

COSTA, Sérgio. Movimentos Sociais, democratização e a construção das esferas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, online, 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/35costa.pdf> > Acesso em: 30 set. 2019.

COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente; SÁ, Maria de Fátima; AVELAR, Magda de. (Org.). **Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos.** Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 333-348.

D'ICARAHY, Leonardo Dantas. Mulheres sem terra no surgimento do MST na Bahia (1987-89). **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 44-62, ago./dez. 2017.

DAVIES, Sara; HARMAN, Sophie; MANJOO, Rashida, TANYAG, Maria e WENHAM, Clare. Why it must be a feminist global health agenda. **Lancet (Viewpoint)**, n. 393, p. 601-603, 2019.

DEERE, Carmen. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, v. 18, p. 112-146, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004

Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/cartilha\\_IICA\\_pol%C3%ADticas\\_P%C3%BAblicas-8920942.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf)> Acesso em: 11 nov. 2015.

FARIAS, Ludmila Bandeira Pedro de. A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da Zona da Mata Mineira. **Retratos de Assentamentos**, v. 19. n. 1, p. 303-322, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social da América Latina e Caribe**, Buenos Aires, v 4, n. 16, p. 273-283, ene./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatório Social da América Latina e Caribe**, Buenos Aires, v. 9, n.24. p. 73-85, oct. 2018 p. 73-85.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio (Org.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008b. p. 173-230.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de mulheres trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 640-668.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

GONÇALVES, Renata. (Re)politicando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**. v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009

LOPES, Adriana L. Lopes; BUTTO, Zarzar (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Mulheres e Políticas Públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 37. 2013. **Anais eletrônicos**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st05/8413-mulheres-e-politicas-publicas-na-america-latina-e-caribe-desafios-a-democracia-na-regiao/file>> Acesso em: 11 out. 2019.

MST. **A mulher nas diferentes sociedades**. São Paulo: [S.ed.], 1988.

MST. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: [S.ed.], 1996.

MST. **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Peres, 1998.

MST. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder**. São Paulo:[S.ed.], 2003.

MST. **Construindo o caminho**. [S.l.]: [S.ed.], 2001.

MST. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: [S.ed.], 2000.

OLIVEIRA, Djacira. Da Invisibilidade na Memória das Lutas Sociais ao Protagonismo Histórico das Mulheres no Campo. **LIBERTAS**. Revista da Faculdade de Serviço Social UFJF. Juiz de Fora, Edição Especial, p. 99-120, fev. 2007.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte**: esperança da vida. A história das Ligas Camponesas na Paraíba. 2000. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

ROSA, Marcelo C. Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco. **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 157-180, 2009.

\_\_\_\_\_. Para além do MST: o impacto nos Movimentos Sociais Brasileiros. **Antropolítica**, Niterói, n. 23, p. 97-118, ago./dez. 2007

SANTO, Thais Marques de. **As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra**: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

# TECENDO A VIDA EM CONTEXTO DE LUTA PELA TERRA: O PAPEL DA AGROBIODIVERSIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO ACAMPAMENTO PADRE GINO, FREI INOCÊNCIO, MINAS GERAIS\*

**Filipe Fernandes de Sousa<sup>1</sup>**

**Reinaldo Duque-Brasil<sup>2</sup>**

**Bianca de Jesus Souza<sup>3</sup>**

## Introdução

“A reforma agrária transforma o excluído em cidadão, naquele que frui direitos e se integra na construção social de uma nova realidade social para os que estavam condenados ao limbo da excludência e da falta de perspectivas” (MARTINS, 2009, p. 9). Essa assertiva proferida pelo expoente na sociologia brasileira José de Souza Martins, no clássico “Travessias”, traz para a cena do debate a importância social da conquista da terra pelos estratos sociais mais fragilizados, historicamente subjugados e socialmente excluídos. Neste contexto, a luta pela terra é também uma busca por acesso a oportunidades, por novos caminhos e horizontes que possibilitem a materialização dos projetos de vida.

Sob a égide da reforma agrária, a posse da terra é essencialmente os *fins* para os trabalhadores que adentram na luta pela conquista desse bem material, fato que representa o alcance da liberdade e o distanciamento das privações (WANDERLEY, 2009). Por outro lado, os meios, a outra face

---

1 \*Estudo realizado em paralelo à expedição da 13ª liminar de reintegração de posse, em 2016, a qual se concretizou no ano corrente. Após o novo despejo, poucas famílias remanescentes seguem acampadas às margens da BR 116, próximo à antiga área do acampamento. Doutorando em Extensão Rural, UFV.

2 Doutor em Botânica, UFV. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares/MG.

3 Mestre em Agroecologia. Coordenadora Executiva do Centro Agroecológico Tamanduá – CAT.



da mesma moeda, revelam uma realidade áspera para os que deste percurso fazem parte. Sendo as ocupações de terras as principais formas de reivindicar um pedaço de chão para viver (FERNANDES, 2001; LOERA, 2006; 2014; SIGAUD, 2000), o acesso para os que dele são alijados, se torna o ponto de chegada de um longo trajeto de privações, conflitos e ausências. A experiência dos acampamentos é, na maioria das vezes, uma condição *sine qua non* para materialização do acesso à terra. É neste trajeto, que antecede a grande conquista, que se expressam as diversas formas de resistência, resiliência e conseqüentemente de reconfigurações das estratégias de sobrevivência dos diversos atores desta trama.

Em um contexto de ocupação, a espera pelo processo de desapropriação da terra e a forma do trabalhador se mostrar interessado por ele, se dá através da prática de “socar-se debaixo da lona preta e compartilhar com os demais os sofrimentos causados pela chuva, pelo calor da lona, os despejos, a alimentação precária e a incerteza em relação ao futuro” (SIGAUD, 2000, p.85). É neste contexto, por meio de um sonho compartilhado coletivamente, que os movimentos de luta pela terra se afirmam socialmente, por ser em suas estruturas que os trabalhadores rurais encontram suporte no momento crítico da caminhada, como a proteção do grupo, o acesso a uma gleba para implantação de lavoura de subsistência, socialização de alimentos conseguidos pelas lideranças e, sobretudo, onde se encontra uma perspectiva (SIGAUD, 2000). Porém, as tensões desse novo momento são geradas pela defesa dos seus próprios interesses, não mais pela falta de perspectivas geradas pelos processos de excludência social (MARTINS, 2009).

Os condicionantes, principalmente sociais e econômicos, que desembocam na formação dos acampamentos têm sido analisados em tempos relativamente recentes, já que estudiosos são atraídos pelo processo sucessório, pela desapropriação e pelo parcelamento da terra, o sucesso ou o fracasso desses empreendimentos (LOERA, 2006; 2014; SIGAUD, 2000; 2005). Ou seja, a maioria dos estudos reflete mais sobre os fins do que sobre os meios que representam o processo da reforma agrária na perspectiva do trabalhador. Entretanto, percebe-se que parte desses estudos possui uma imbricação clara com os clássicos sobre o campesinato em sua tradição antropológica (GARCIA JÚNIOR, 1983; 1989; WANDERLEY, 2009; ELLEN WOORTMANN, 1995; KLAAS WOORTMANN, 1990), que buscaram compreender o campesinato de uma forma mais ampla do que um modo de produção ou lógica econômica,

mas como um modo de vida, uma ordem moral, uma rede de (inter) subjetividades (NOGUEIRA, 2013). É nesta direção que os estudos contemporâneos têm apontado que as motivações dos trabalhadores para suportar os tempos de barraco, de luta e de reforma (LOERA, 2006; 2014), não se exprimem apenas na luta por reforma agrária, estando intrinsecamente ligadas às subjetividades individuais.

As poucas reflexões acadêmicas sobre os condicionantes das conformações dos acampamentos, também revelam o hiato existente no tocante às estratégias de sobrevivência e, em especial, o papel da natureza na construção dessas estratégias pelos acampados, tendo em vista que a natureza, na maioria dos estudos, tende a compor o plano de fundo e não possui um relevo especial. É nesta direção que abordagens recentes (HALISKI; BRANDENBURG, 2016; VAN DER PLOEG, 2008; 2016) têm enfatizado que a condição camponesa no terceiro milênio se expressa na interdependência com os recursos ambientais, sendo a natureza condicionante para a reprodução cultural e socioeconômica desta categoria social, como evidenciado por Scoles (2009) em estudo na comunidade negra de Itacoã, no norte brasileiro.

Para Van der Ploeg (2008, p. 41), “a questão crucial é que a produção agrícola representa, para os camponeses, um de seus principais campos de batalha. É na produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado”. Essa relação entre agricultura e progresso possibilita compreender o sentido das primeiras ações projetadas pelos acampados ao ocuparem as áreas que almejam a desapropriação. Conforme demonstrado por Brenneisen (2009), a primeira providência tomada é a organização das roças e o cultivo de alimentos que irão garantir a sobrevivência, a energia necessária para os movimentos posteriores; essa ação também possui o significado simbólico de tornar uma terra improdutiva em produtiva, onde o processo de trabalho, a “limpa da terra”, representa a legitimação da terra pelo trabalho (BRENNEISEN, 2009).

Portanto, esses estudos apontam que os elementos da paisagem, como os corpos hídricos e a biodiversidade associada e manejada, não são apenas as bases físicas onde se materializam o trabalho dos acampados, eles se apresentam como elementos que possibilitam os diversos atores se estabelecerem na luta pela terra oferecendo os meios necessários para a obtenção dos recursos básicos para a manutenção da vida “no tempo barraco” (LOERA, 2014). Nesta seara suscitam-se algumas questões importantes que orientaram a elaboração deste trabalho. Como é

estabelecida a relação entre os acampados e o seu entorno? Quais as funções dos diversos elementos da paisagem na conformação da vida dessas famílias? A agrobiodiversidade se apresenta apenas como possibilidade estritamente mercantil?

Neste contexto, são objetivos gerais deste Capítulo registrar os múltiplos usos da agrobiodiversidade a partir do diálogo entre a etnobotânica e o conhecimento ecológico dos sem terra, bem como evidenciar a contribuição dos elementos da paisagem para a reprodução cultural e socioeconômica do acampamento Padre Gino, em Frei Inocência/MG. Como objetivos específicos, pretendemos analisar o contexto socioambiental que originou a ocupação da fazenda, os conhecimentos e usos da biodiversidade local que conformam a paisagem e a vida dos acampados, assim como as estratégias adotadas para geração de renda e manutenção dos seus meios de vida.

O capítulo está dividido em quatro seções além desta parte introdutória e das conclusões. Na próxima seção serão descritos os métodos utilizados na coleta e tratamento dos dados, assim como informações mais gerais sobre o local da pesquisa. Posteriormente, serão expostas as condicionantes socioeconômicas que desembocaram na formação do acampamento, além dos arranjos organizativos internos. Na seção quatro, será evidenciada a diversidade de espécies que compõem as paisagens do acampamento e os seus respectivos usos registrados no inventário etnobotânico. Por fim, discute-se a importância da agrobiodiversidade para a geração de renda e segurança alimentar das famílias residentes no acampamento.

## **Localização da área**

O acampamento Padre Gino (Figura 1) situa-se no município de Frei Inocência, às margens da BR-116, a cerca de 40 km da cidade de Governador Valadares, na região Leste de Minas Gerais. Na imagem temos que a linha verde delimita o acampamento; linha laranja a área utilizada para o cultivo de roças pelas famílias acampadas e o córrego Pela Macaco indicado pela linha azul.

A área localiza-se na microbacia do córrego Pela Macaco, afluente do rio Suaçuí Grande, pertencente à bacia do rio Doce. A vegetação nativa da região é classificada originalmente como Floresta Estacional Semidecídua, incluída no bioma Mata Atlântica (VELOSO et al. 1991, IBGE 2012). O clima predominante na região é classificado como Aw de

Köppen, tropical chuvoso (verão quente e inverno seco), caracterizado pela existência de uma estação seca, acentuada no inverno, tendo pelo menos um mês com precipitação superior a 60mm e temperatura média do mês mais frio superior a 18°C (ÁLVARES et al. 2013; INMET 2016).

Figura 1 – Imagem de satélite de parte da fazenda Eldorado ocupada pelo acampamento Padre Gino



Fonte: Google Earth®

## Coleta, tratamento e análise dos dados

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo, de caráter interdisciplinar, que procura dialogar com os aportes de conhecimentos gerados pela antropologia e pela etnobotânica. A partir de uma concepção de pesquisa participativa (COELHO, 2005), utilizou-se métodos e técnicas em campo que apresentam interfaces entre as duas áreas do conhecimento.

Na análise da agrobiodiversidade, para obtenção dos dados em campo foram adotados métodos e técnicas de pesquisa etnobiológica e etnoecológica (MEJÍA, 2002; ALBUQUERQUE et al., 2010). Buscou-se identificar os ambientes reconhecidos pelas famílias acampadas, compreender suas formas de uso e ocupação do solo, bem como registrar a agrobiodiversidade conservada, manejada e comercializada no acampamento. Nesses momentos de interação com os acampados, também se lançou mão da observação direta, de forma sistemática, para compreender as subjetividades presentes nos contextos das interações.

Para reconhecimento e descrição da área, foram utilizadas metodologias para Diagnósticos Rurais Participativos (DRP), visando proporcionar maior interação entre os atores envolvidos no processo, a exemplo do mapa falado (VERDEJO, 2006) e das entrevistas abertas realizadas em caminhadas transversais com lideranças (MEJÍA 2002), nas quais foram obtidas informações sobre características da vegetação, solos, potencialidades produtivas, uso dos recursos vegetais e ocupação dos ambientes que compõem a paisagem local.

Durante a caminhada, a biodiversidade vegetal nas unidades ambientais e os usos atribuídos às plantas pelos acampados foram registrados em listas livres (MEJÍA, 2002; ALBUQUERQUE et al., 2010). As espécies listadas foram fotografadas e a identificação botânica foi realizada por especialista, com auxílio de bibliografia especializada (LORENZI et al. 2006; LORENZI 2008; LORENZI; ABREU-MATOS 2008; KINUPP; LORENZI 2014). O sistema de classificação adotado foi o APG III (JUDD et al. 2009) e a nomenclatura botânica foi conferida de acordo as bases de dados interativas da Lista de Espécies da Flora do Brasil (FLORA DO BRASIL, 2019) e “Tropicos.org” (MISSOURI BOTANICAL GARDEN, MOBOT, 2019).

A diversidade de usos atribuídos às plantas pelos acampados serviu para organizar a riqueza vegetal encontrada nas unidades ambientais percorridas durante as caminhadas (MEJÍA 2002). Neste sentido, as plantas listadas foram separadas em seis classes de usos: (1) alimentação, (2) comercialização; (3) medicinal; (4) sombra; (5) enfeite; e (6) outros usos.

Para identificar os arranjos internos e as estratégias de sobrevivência do grupo no acampamento foi realizada uma reunião coletiva com todas as famílias, lançando mão da técnica do grupo focal (ALMEIDA, 2016), onde se procedeu a uma tempestade de ideias em um diálogo aberto. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com algumas famílias acampadas (MEJÍA, 2002; ALBUQUERQUE et al., 2010). Em complemento, também foi realizada uma visita à feira municipal de Frei Inocência para compreender a importância desse espaço para os meios de vida dos acampados.

Por fim, as narrativas foram analisadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A exploração se deu a partir da divisão dos elementos analisados em categorias, classificadas através da similaridade semântica. Em consequência foi realizada a inferência e interpretação do conteúdo a partir do referencial teórico, para embasar e dar sentido aos achados na análise.

## O surgimento e as estratégias para a manutenção do acampamento

O acampamento Padre Gino está localizado no município de Frei Inocência, região leste do estado de Minas Gerais. Fundado em 1963, o município possui hoje uma população de aproximadamente 9.500 pessoas, das quais 24% vivem no meio rural (IBGE, 2010; 2016). A cidade consolidou-se com vocação agrícola, tendo como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, onde juntas, representam 20% da mão de obra ocupada na cidade (BRASIL, 2010).

Atualmente, Frei Inocência possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,648, que é considerado médio. Mais de 2.000 famílias estão registradas no Cadastro Único, que é um cadastro para famílias que possuam renda per capita de até meio salário mínimo, das quais 1.137 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (36,75% da população do município). De 2011 a 2016 foram incluídas no Programa Bolsa Família 104 famílias que viviam em situação de extrema pobreza, ou seja, possuíam renda per capita inferior a 70 reais mensais (MDS 2016).

Ainda de acordo com o MDS (2016), 56% da população de Frei Inocência possui renda de até um salário mínimo por mês, 26% possui renda de um a dois salários mínimos mensais, apenas 12% possui renda superior a dois salários mínimos e 6% não possui nenhum rendimento, sobrevivendo apenas com os programas de transferência de renda. Esses indicadores evidenciam como a desigualdade social se manifesta no município, em termos de trabalho e renda, desencadeando uma série de vulnerabilidades nas condições de educação, saúde, saneamento básico, moradia, segurança, etc. Esse contexto de vulnerabilidade social, especialmente a falta de trabalho e renda, conforme citado pelas famílias, foram os elementos que desembocaram na organização social dos trabalhadores rurais, e refletiram na emergência do acampamento Padre Gino. Esses fatores socioeconômicos, aliados a um aumento da percepção por parte dos indivíduos da situação de pauperização vivenciada por eles, tem sido relatados como elementos relevantes nas conformações dos acampamentos (SIGAUD, 2000, LOERA, 2014).

Neste sentido, dezenas de famílias, trabalhadores rurais sem terra, resolveram ocupar a fazenda Eldorado, em Frei Inocência, julgada como improdutivo, como forma de exigir políticas de geração de emprego e

renda, distribuição da terra e dignidade humana, em suma, pressionar o Estado para a realização de ações tendo em vista a reforma agrária (FERNANDES, 2001). A ocupação ocorreu em 11 de abril de 2002 e, a partir de então, se iniciou o processo de instalação e reconfiguração da paisagem com a montagem do acampamento, construção de barracos, escolas, igrejas e o cultivo da terra.

A organização do espaço se assemelha aos traços distintivos dos acampamentos descritos por Sigaud (2000) reforçando a reprodutibilidade de uma “forma acampamento”, embora os contextos socioambientais lhes assegurem algumas diferenças. Os barracos cobertos por lona são montados próximos aos cursos d’água, alinhados de maneira a constituírem ruas paralelas, pertencentes a núcleos familiares ou a indivíduos isolados. Entretanto, não estão localizados próximos às matas ou em pontos mais elevados do terreno, devido às próprias limitações geográficas e à degradação ambiental. Os núcleos familiares são plurais e diversos em termos de composição, sendo comum a presença de idosos e crianças no local.

Entretanto, como é recorrente no tempo de acampamento (WANDERLEY, 2009), o que poderia ser considerado como um momento de conquista, ainda que permeada de incertezas, a instalação neste espaço se configura como uma vida de constantes movimentos, entre ocupações e despejos. De 2002, data de instalação, até 2016, foram registrados 12 despejos (ações de reintegração de posse), forçando os acampados a se agruparem em outros espaços e abandonarem o território do qual tinham se apropriado. Porém, nota-se que todas as desocupações não ocorreram de forma definitiva e não prosseguiram sem um retorno, demonstrando o interesse e a persistência dos acampados na busca pela desapropriação da terra. Cada desocupação também se apresentou como marcador temporal de um novo recomeço.

Evidentemente, esses processos de despejo e reocupação da área, ao longo de mais de uma década, além de intensificarem os conflitos agrários nesta localidade, também serviram para desestimular a permanência de diversas famílias no acampamento. Os conflitos neste período configuraram os fluxos de indivíduos e conformaram a totalidade de indivíduos que participam e vivem no acampamento. Ainda que se registre essa rotatividade, é possível distinguir o núcleo central, aquele que realizou a ocupação e que está presente há mais tempo e outros que adentraram posteriormente, fato evidenciado na formação de outros acampamentos, conforme demonstrado por Sigaud (2000; 2004).

Com efeito, a falta do título da posse da terra, a insegurança e incerteza fizeram com que muitas famílias desistissem de permanecer no acampamento e as que ficam não se arriscam a fazer grandes investimentos para ampliação da produção. Entretanto, há esperança para aqueles que permanecem na terra e dela tiram o sustento. Atualmente, vivem 51 famílias acampadas em uma área de 20ha, menor do que os 70ha previstos em acordo feito com os arrendatários da fazenda, sendo a maioria remanescente da primeira ocupação.

Em relação aos fatores econômicos, as fontes de renda não seguem o mesmo sentido de diversidade como demonstrado na formação dos núcleos familiares. As principais fontes são os benefícios sociais (Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - BPC) e o trabalho temporário. Os acampados ainda contam com o apoio da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais, por meio de projeto de combate à Pobreza Rural no acampamento, através do acesso a serviços públicos, benefícios e transferência de renda e de Inclusão Produtiva e Infraestrutura (SEDESE, 2016). Além dos benefícios sociais, a renda é complementada com recursos obtidos por meio da comercialização dos produtos na feira municipal que ocorre semanalmente na região central do município, fato que exploraremos com mais detalhes adiante.

Essa relação com a cidade, facilitada pela relativa proximidade, possibilita estabelecer relações que diversificam os meios de vida dos acampados (ELLIS, 2000). É comum os trabalhadores manterem o fluxo campo/cidade na busca por empregos que garantam o acesso a um mínimo de recursos financeiros. Nestes fluxos, a relação com a cidade também é explorada pelos acampados de outras formas, principalmente através das práticas de reciprocidade (SABOURIN, 2017). Parte dos alimentos excedentes produzidos pelos acampados é doada para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Frei Inocêncio, para escolas e creches da cidade. Ou seja, a produção advinda do acampamento além de servir para o autossustento das famílias, também é direcionada para instituições de caridade e escolar, gerando uma rede de vínculos e reprodução dos ciclos de reciprocidade e de solidariedade (SABOURIN, 2017). Como resultado, observam-se as celebrações de atividades religiosas no próprio acampamento, tanto por padres quanto por pastores, como também o recebimento de auxílio dos agentes de saúde municipais e da Secretaria de Agricultura, que fornecem maquinários para atividades agrícolas.



Não menos importante, são as relações estabelecidas com o ambiente e são circunscritas em um contexto de intensa degradação ambiental. Em relação às águas superficiais, o principal córrego que contorna a área do acampamento e segue o fluxo adentro da fazenda ocupada – córrego Pela Macaco – se encontra em alto estágio de degradação e totalmente seco. Além da baixa precipitação ocorrida nos últimos anos, os acampados atribuem a seca do córrego ao represamento da água feito por arrendatários da fazenda. Além disso, é evidente a completa ausência de mata ciliar ou qualquer proteção da APP na margem do córrego. As árvores e a pouca vegetação rasteira presente na margem do córrego pertence à área ocupada pelo acampamento e, conforme o relato das famílias, essas foram cultivadas pelos acampados mesmo depois de terem sofrido os doze despejos consecutivos, o que evidencia uma íntima relação entre a permanência do acampamento e o aumento da biodiversidade local. Efetivamente, embora a vida no acampamento seja conformada pela convivência com a destruição dos recursos vegetais cultivados e da infraestrutura construídas nesses intervalos de tempo, entre um despejo e outro, a agrobiodiversidade se comporta como bem natural fundamental nas estratégias de sobrevivência, possibilitando aos acampados se reconstituírem a cada retorno à área.

Além disso, percebe-se que esses movimentos geram uma série de habilidades e conhecimentos que são construídos a partir das relações estabelecidas entre acampados e a paisagem nestes constantes fluxos da vida (INGOLD, 2015). Temos, portanto, um emaranhado de relações que condicionam a vida dos acampados neste espaço. Em síntese, esses movimentos também são conhecimentos, obtidos em função das experiências vividas, compartilhados entre gerações e indivíduos e reconfigurados diante dos contextos de vida (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009; INGOLD, 2010).

Diante disso, procuramos destacar na próxima seção a seguir o conhecimento ecológico local e as relações estabelecidas com a biodiversidade, que se mostram essenciais na manutenção da vida dos acampados, em especial os múltiplos usos dados às espécies vegetais pelas famílias residentes no acampamento.

## **Conhecimento, uso da diversidade vegetal e conservação do patrimônio genético: Saberes em movimento**

Nas unidades ambientais amostradas que constituem a paisagem do acampamento e seu entorno, foram registradas 151 espécies vegetais,

distribuídas em 52 famílias botânicas (ANEXO 1), sendo Fabaceae (Leguminosae) a mais representativa com 19 espécies. Em seguida, destacaram-se as famílias: Asteraceae (12 espécies); Cucurbitaceae e Lamiaceae (10); Amarathaceae (8); Poaceae e Solanaceae (7); Euphorbiaceae (6); Rutaceae e Malvaceae (5), que abrigam 58,9% da riqueza de espécies registrada no acampamento e seu entorno. Dentre as famílias botânicas amostradas, 23 foram representadas por mais de duas espécies, sendo que 30 famílias foram amostradas com apenas uma espécie. A maioria dos vegetais registrados apresenta hábito herbáceo, sendo 80 espécies de ervas (53%), embora tenham sido identificadas 36 espécies arbóreas (23,8%), 21 lianas (13,9%) e 14 de porte arbustivo (9,3%).

Os quintais e hortas cultivadas pelas famílias acampadas destacaram-se como as unidades ambientais que detêm a grande maioria das espécies vegetais amostradas nesta pesquisa, onde foram listadas 99 espécies, o que corresponde a 65,6% da riqueza total (Tabela 1). As áreas comuns do acampamento também merecem destaque por abrigarem 47 espécies (31,1%). Na área de APP da fazenda visitada, constatou-se a presença de 29 espécies (19,2%), sendo destas 21 espécies consideradas “daninhas” por Lorenzi (2008), que também ocorrem com frequência em áreas degradadas e pastagens do entorno do acampamento, onde foram listadas apenas 10 espécies. No córrego Pela Macaco, completamente seco e degradado, registraram-se apenas oito espécies. Por outro lado, as roças cultivadas pelos acampados apresentaram riqueza vegetal considerável, com 25 espécies cultivadas. Além disso, nas margens da rodovia BR-116, foram listadas 14 espécies, principalmente árvores plantadas pelos próprios sem terra.

Tabela 1. Riqueza de espécies (número e porcentagem) registrada nas unidades ambientais amostradas.

<b>Unidades ambientais</b>	<b>Riqueza de espécies</b>
Quintais e hortas das famílias acampadas	99 (65,6%)
Área comum do acampamento	47 (31,1%)
APP da fazenda	29 (19,2%)
Roças das famílias acampadas	25 (16,6%)
Margem da rodovia	14 (9,3%)
Pastagens do entorno	10 (6,6%)
Córrego Pela-Macaco	8 (5,3%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as 151 espécies registradas durante a caminhada pelo acampamento e seu entorno, 144 foram consideradas “úteis”, ou seja, possuem valor utilitário ou simbólico para as famílias acampadas. Por outro lado, sete espécies não tiveram nenhuma finalidade de uso mencionada.

Analisando a riqueza de espécies citadas por classe de uso, verificou-se que a categoria alimentar destacou-se em relação às demais, sendo representada por 78 espécies vegetais, correspondendo a 51,7% da riqueza total (Tabela 2). A categoria medicinal foi a segunda mais importante, com 60 espécies reconhecidas como recurso terapêutico. Na sequência, a categoria comercial, que abriga os cultivos agrícolas que geram renda familiar, foi representada por 35 espécies de alimentos produzidos e comercializados. Outras 20 espécies vegetais foram citadas para usos variados, como material de construção, fornecimento de óleos e fibras, adubação e proteção do solo, repelentes naturais, alimentação animal, atração e abrigo para fauna silvestre. Também merecem destaque as 17 espécies mencionadas para sombreamento das áreas comuns e quintais do acampamento. Apenas sete espécies foram citadas como plantas ornamentais.

Tabela 2. Riqueza de espécies (número e porcentagem) por classe de uso.

<b>Classes de uso</b>	<b>Riqueza de espécies</b>
Alimentação	78 (51,7%)
Medicinal	60 (39,7%)
Comercialização	35 (23,2%)
Usos variados	20 (13,2%)
Sombra	17 (11,3%)
Enfeite	7 (4,6%)
Sem uso mencionado	7 (4,6%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além disso, a diversidade vegetal dos quintais e áreas comuns do acampamento também cumpre função importante na atração e conservação da fauna nativa, pois oferece abrigo e alimento para algumas espécies de animais que visitam ou vivem na área. Foram relatadas 24 espécies de aves, nove espécies de mamíferos e ao menos doze espécies de répteis e anfíbios que visitam ou vivem no acampamento. Além desses, ainda registrou-se a criação, pelos acampados, de cinco espécies de aves (galinhas, galinhas d’Angola, gansos, marrecos e patos)

e quatro espécies de mamíferos (cães, coelhos, gatos e porcos) para finalidades distintas como alimentação, proteção e controle de insetos e outros animais indesejáveis.

Para além das ocorrências e usos das espécies vegetais, esses registros revelam de forma mais ampla as estratégias utilizadas pelos acampados para garantir a manutenção da vida em uma terra ocupada e sem garantias de posse futura, limitada espacialmente, pelo estado avançado de degradação. Evidentemente, neste contexto a natureza e seus componentes se apresentam como protagonistas nesta trama da vida em busca da sobrevivência neste espaço.

A necessidade de produzir alimentos para o autoconsumo e geração de renda induzem os acampados a se organizarem de forma que possam explorar esse pequeno espaço de terra por meio do trabalho coletivo e também individual, tornando uma terra antes improdutiva em espaço de produção diversificada de alimentos que irão garantir a permanência das famílias na ocupação. Essa lógica é comum em áreas de acampamento, devido à necessidade de suprir as necessidades alimentares básicas das famílias envolvidas na luta pela terra (BRENNEISEN, 2009). Entretanto, no acampamento Padre Gino percebe-se uma forma de apropriação social do território que não é confinada à área interna delimitada, mas se estende para as adjacências, como as margens das estradas e para as áreas abandonadas da fazenda. É nesses diferentes espaços que são empregadas e reformuladas as lógicas do trabalho camponês, numa íntima relação entre o espaço habitado e as necessidades materiais e simbólicas dos camponeses e suas famílias (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Percebe-se que, conforme demonstrado por Loera (2014), o “tempo de barraco” não se processa apenas na estrutura da moradia, mas principalmente nos espaços ao redor dele, como a varanda, o quintal, as áreas de roçado, enfim, nos lugares onde se conformam as relações cotidianas.

As áreas de produção são os roçados, onde são separadas faixas para uso individual, somados aos arredores dos barracos que são constituídos pelos quintais produtivos, hortas e galinheiro. Nas áreas de roçados são cultivadas espécies que dependem “do tempo” como feijão e milho, que possuem ciclos curtos de produção, e embora demandem mais trabalho são tolerantes à ausência de irrigação. Nas hortas, as espécies mais utilizadas são as folhosas, como alface, taioba e couve, que diversificam os pratos cotidianos. Por outro lado, das áreas não cultivadas são extraídas as plantas que são utilizadas ocasionalmente e que não demandam ma-

nejos específicos, pois ocorrem em maior quantidade mesmo sem tanta dispensa de trabalho.

Nos quintais prevalecem as espécies arbóreas e frutíferas, responsáveis por promover a diversificação alimentar e o conforto da moradia. Também são nesses espaços que as subjetividades se expressam, tendo em vista os diferentes significados atribuídos às espécies vegetais que compõem um espaço singular como são os arredores dos barracos. Com efeito, algumas espécies arbóreas presentes nos arredores dos barracos apresentam características vegetativas que, segundo os acampados, se adequam aos constantes e itinerantes movimentos das famílias e, de forma mais ampla, contribuem para a reprodução da identidade “sem terra”, como é o caso da ciriguela (*Spondias purpurea* L.). Conforme relatado por um interlocutor, “a ciriguela é planta de sem terra, sempre acompanha a gente nos acampamentos. Você bota um galho no chão e ela pega, cresce rápido, dá sombra e fruto”.

São essas variadas e variáveis formas de conhecimento sobre as potencialidades das espécies ocorrentes nos diferentes espaços, que permitem a apropriação e uso das benesses oferecidas pela natureza, e que efetivamente conformam as condições dos acampados estarem-no-mundo (INGOLD, 2015). Da diversidade vegetal não são extraídos apenas os alimentos para consumo e geração de renda, mas outros materiais para construção de moradia, como os galhos de árvores para a construção do teto dos barracos e a terra para a construção das paredes, assim como as folhas e galhos para fins medicinais e ritualísticos, além da notória influência no conforto térmico, ao promover o sombreamento da área. Estabelece-se assim, um processo co-produtivo, onde as interações que ocorrem promovem a transformação mútua entre o homem e a natureza viva (VAN DER PLOEG, 2008).

Com efeito, os constantes movimentos atrelados a um atento monitoramento perceptivo do ambiente expressam as diferentes formas de “tarefas”, necessárias para a garantia da vida nesta área (INGOLD, 2010). Por meio desses movimentos, habilidades e conhecimentos são gerados e se estabelecem como elementos centrais nas estratégias de manutenção dos meios de vida dos acampados. São esses conhecimentos que possibilitam interagir com o ambiente e nele exprimir suas marcas por meio da coleta de materiais, do cultivo e beneficiamento de várias espécies.

Da mesma forma, a própria composição da paisagem é reflexo das mudanças e de movimentos da vida dos acampados, tendo em vista

que os despejos recorrentes tem como consequência a retirada das suas marcas sobre essa paisagem, incluindo a retirada da vegetação por eles cultivada. Ou seja, a própria paisagem é constantemente reconstruída neste fluxo da vida.

Neste contexto, a conservação do patrimônio genético surge como prática incluída nas estratégias de garantia da autonomia camponesa. O fato das famílias acampadas manejarem grande riqueza de espécies e variedades evidencia a relevância dessa prática para a conservação da agrobiodiversidade. Entretanto, além da diversidade de espécies vegetais manejadas, a prática se estende à conservação de sementes de variedades tradicionais de milho, feijão, leguminosas diversas e sementes de espécies florestais nativas, registrada entre as famílias acampadas. Essa conservação exerce um duplo papel dentro do contexto socioambiental: primeiro, a preservação do patrimônio genético local e regional, bem como os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, práticas sempre contestadas pelos defensores das perspectivas modernizantes de desenvolvimento; e, segundo, que é a própria autonomia e soberania para manutenção e reprodução do insumo básico ancestral para a produção de alimentos, a semente. É por meio dessa prática que se preserva uma relativa autonomia camponesa, em detrimento da mercantilização amplamente incentivada pelos programas de modernização da agricultura.

Nesta relação, embora se comporte uma fina sensibilidade perceptiva por parte dos acampados para as diversas possibilidades que o ambiente lhes oferece para a garantia da vida, os conflitos pela posse da terra constantemente interrompem o fluxo do movimento, evidenciando as limitações em termos de recursos, fazendo com que as estratégias sejam de tempos em tempos reformuladas. Conforme relatam as famílias, as principais limitações estão relacionadas ao tamanho restrito da área ocupada e à falta de garantia da posse da terra, que geram sentimento de insegurança e receio de planejar e investir nestas atividades. Assim, para se adequar a essa “vida itinerante”, que se processa num complexo sistema de privações e dependente de definições externas, percebe-se a intensificação da interdependência organismo-paisagem, onde os elementos da natureza aliados à dispensa do trabalho pelos acampados se encarregam de garantir as condições básicas para a continuidade da luta pelo pedaço de chão para viver.

## Conciliando segurança alimentar e geração de renda

Além da diversidade vegetal, a qualidade dos alimentos também se impõe como princípio norteador na produção vegetal e animal no acampamento, apresentando sintonia com os princípios agroecológicos de produção. Nos quintais e hortas, onde se registrou a maior parte das espécies vegetais (99 espécies), pouco ou quase nenhum insumo externo é utilizado, pois há o aproveitamento da biomassa proveniente da biodiversidade local que favorece a ciclagem de nutrientes e o fluxo de energia nestes ambientes e, conseqüentemente, auxilia na autorregulação do agroecossistema, devido às complexas e numerosas interações entre o solo, as plantas e animais (ALTIERI 2004).

A biodiversidade verificada no acampamento, a produção de alimentos nos quintais e as hortas manejadas com práticas agroecológicas, atrelados ao beneficiamento de alguns produtos, como a mandioca, fazem com que alimentos sejam ofertados em quantidade e qualidade tanto para o autoconsumo quanto para a venda e doação dos excedentes. A produção para autoconsumo, em especial, se mostra essencial para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dessas famílias.

Por outro lado, os ciclos de reciprocidade (SABOURIN, 2017) também possuem uma contribuição importante na garantia da SAN do acampamento. Essas práticas se estabelecem tanto “de dentro para fora” do acampamento, quanto se intensifica “dentro” desses limites. As trocas de alimentos produzidos é uma prática rotineira “dentro” do assentamento e contribui para a diversificação da alimentação das famílias residentes. Assim, a partilha de carne de animais, grãos e legumes além de garantirem a SAN, também fortalecem os vínculos sociais entre os acampados, constituindo um elo-de-ligação importante para a própria existência do acampamento.

Entretanto, esses alimentos produzidos não são apenas consumidos e partilhados pelas famílias residentes na área, são também direcionados aos moradores da cidade de Frei Inocência, através da doação e da comercialização. Neste contexto, os alimentos ali produzidos detêm uma tripla importância, ao garantir a SAN dos acampados, gerar renda para mais da metade das famílias acampadas e contribuir para o abastecimento de alimentos no município. Não houve interesse neste estudo de quantificar a produção de alimentos, mas de registrar as formas de comercialização, onde se percebeu uma intensa interação com o município de Frei Inocência.

Os circuitos curtos de comercialização são privilegiados pelos acampados para a venda dos excedentes de produção, destacando-se a venda direta ao consumidor, através da feira local e a venda de porta em porta. Essas formas de comercialização privilegiam o contato com os consumidores dos alimentos e se torna uma estratégia viável devido à proximidade do acampamento e o centro do município. Além disso, a venda direta faz emergir uma rede de confiança que pode ser fortalecida ao longo do tempo, desde que os valores que a sustentam não sejam rompidos (VAN DER PLOEG, 2008). Outra forma de comercialização praticada é a venda a intermediários, embora esse canal seja restrito aos alimentos que são produzidos em maiores quantidades e que geram maiores volumes para serem comercializados. Essa forma de comercialização embora desempenhe um importante papel na geração de renda, não é a prioritária para acesso das famílias, por apresentar maior incontabilidade por parte dos acampados.

Conforme detalhado por Van der Ploeg (2008), há uma racionalidade na agricultura camponesa em que a segurança das bases dos recursos autocontrolados é privilegiada quando se estabelece relações com o ambiente externo, onde estão presentes fatores independentes de seu domínio, a fim de garantir uma relativa autonomia frente a esses contextos de subordinação, a exemplo dos próprios mercados. Essas interações com o ambiente externo “são orientadas de modo a permitir a contração ou expansão nos momentos apropriados e as armadilhas são evitadas ao máximo” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 43). Neste sentido, ainda segundo Van der Ploeg, o fluxo relativamente autônomo dos recursos das unidades familiares se comporta como um fator importante na manutenção da condição camponesa.

Na visita à feira municipal de Frei Inocência, registrou-se a presença de quatro famílias acampadas comercializando seus produtos, além de um agricultor que viveu por sete anos no acampamento Padre Gino. Na ocasião, foram listados 17 itens produzidos no acampamento e comercializados naquele dia, a saber: abóbora, acerola, cebolinha, coentro, couve, fava, feijão andu, mandioca, maracujá, maxixe, mostarda, quiabo, rapadura, rúcula, salsa, taioba e corante. Esses feirantes relataram que os recursos financeiros provenientes da feira e da venda direta de seus produtos correspondem à maior parte da renda monetária familiar, algo próximo a 2/3 da renda. Além disso, destaca-se que a maior parte desses recursos volta a circular nos mercados locais, fazendo girar a economia do



município, garantindo emprego e renda para os outros atores envolvidos nesse círculo econômico.

## Conclusões

As ocupações de terra se transformaram na principal estratégia utilizada pelos trabalhadores organizados em movimentos sociais para mobilizar o aparato do Estado no direcionamento à realização da reforma agrária. Embora não seja uma prática recente, os estudos elaborados para a compreensão desses fenômenos sociais é que apresentam uma relativa recente temporalidade. Porém, pouca atenção é dada ao papel que a natureza exerce na elaboração das estratégias nos meios de vida das famílias envolvidas no processo de luta pela terra.

As análises sobre as motivações indicam as vulnerabilidades sociais bem como imperativos na organização dos trabalhadores em movimentos e que os influenciam no engajamento para a luta. Essas vulnerabilidades também foram indicadas pelos nossos interlocutores, que enfatizaram as desigualdades sociais, a ausência de trabalho e a falta de perspectivas, como principais elementos na conformação do acampamento Padre Gino, no município de Frei Inocência.

Entretanto, esse estudo foi além das motivações ao tentar compreender as estratégias adotadas para a manutenção da vida nesse acampamento, dando maior ênfase ao papel da agrobiodiversidade na conformação da forma de estar-no-mundo. E este enfoque se mostrou relevante na compreensão dessas estratégias. É a partir da relação estabelecida com o ambiente em que estão inseridos e os recursos ofertados que os acampados formulam as suas estratégias de organização e sobrevivência. A terra e os vegetais fornecem os materiais básicos para construção das moradias, para o cultivo dos roçados e hortas, plantas para fins medicinais e ritualísticos.

A partir dessa relação com seu entorno, que excede a área delimitada e incluem os arredores como as margens das estradas, os acampados se desenvolvem ao mesmo tempo em que transformam a paisagem. Neste ambiente, são realizadas práticas que geram ciclos de reciprocidade e garantem a segurança alimentar e nutricional das famílias, além de estabelecerem uma relação centrada na conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e do patrimônio genético, bem como os conhecimentos tradicionais associados.

A produção pautada nos princípios agroecológicos e a conservação de sementes crioulas são práticas que asseguram a independência em relação aos mercados e contribuem para a manutenção de uma relativa autonomia frente aos “impérios alimentares”. Assim, os alimentos produzidos em quantidade e qualidade, se comportam como estratégia geradora de renda e de fortalecimento dos vínculos sociais, já que esses são trocados, doados e comercializados dentro e fora do acampamento.

Dessa forma, esse estudo contribui para a compreensão que a vida nos acampamentos passe necessariamente pela relação que se estabelece entre os acampados e seu ambiente, incluindo humanos e não humanos. E assim, sugere-se que esta relação de dependência pode ser elemento central para os estudos que objetivam compreender como se faz para ganhar a vida nestes espaços e em contexto de luta pela terra.

## **Anexos**

### **Anexo1.**

Lista de espécies vegetais registradas no Acampamento Padre Gino, com seus respectivos usos e ambientes de ocorrência. Legenda: Usos: 1=Alimentação; 2=Comercialização; 3=Medicinal; 4=Sombra; 5=Enfeite; 6=Outros usos. Ambientes: 1=Quintais e hortas; 2=Roças cultivadas pelas famílias acampadas; 3=Áreas comuns do acampamento; 4=Margens da rodovia; 5=Córrego Pela Macaco; 6=Pastagens do entorno do acampamento; 7=APP da fazenda.

<b>Nome popular</b>	<b>Família</b>	<b>Espécie</b>	<b>Usos</b>	<b>Local</b>
Abacate	Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.	1	1
Abacaxi	Bromeliaceae	<i>Ananascomosus</i> (L.) Merr.	1,2	1,2
Abóbora-d'água	Cucurbitaceae	<i>Benincasa hispida</i> (Thunb.) Cogn.	1,2	2
Abobrinha	Cucurbitaceae	<i>Cucurbita pepo</i> L.	1,2	2
Açafrão	Zingiberaceae	<i>Curcuma longa</i> L.	1,2,3,6	1
Acerola	Malpighiaceae	<i>Malpighiaemarginata</i> Sessé&M oc. ex DC.	1	1
Açoita-cavalo	Malvaceae	<i>Lueheadivaricata</i> Mart.	7	5,4
Aguapé	Pontederiaceae	<i>Eichhorniacrassipes</i> (Mart.) Solms	-	7
Alface	Asteraceae	<i>Lactuca sativa</i> L.	1,2	1
Alfavaca	Lamiaceae	<i>Ocimumgratissimum</i> L.	3	1
Alfavaquinha	Lamiaceae	<i>Ocimumminimum</i> L.	3	1
Algodão	Malvaceae	<i>Gossypiumhirsutum</i> L.	3,6	1
Algodão-de-seda	Asclepiadaceae	<i>Calotropisprocera</i> (Aiton) W.T. Aiton	-	6
Alho	Amaryllidaceae	<i>Alliumsativum</i> L.	1,3	1
Almeirão	Asteraceae	<i>Cichoriumintybus</i> L.	1,2	1
Amendoeira	Combretaceae	<i>Terminaliacatappa</i> L.	1,4	3,4
Amendoim	Fabaceae	<i>Arachishypogaea</i> L.	1,2	1,2
Amora	Moraceae	<i>Morus nigra</i> L.	1,3	1
Anador	Acanthaceae	<i>Justiciapectoralis</i> Jacq.	3	1
Andorinha-do-campo	Euphorbiaceae	<i>Chamaesyce hirta</i> (L.) Millsp.	3	3,6
Angico	Fabaceae	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	3,4	3,4,6
Angico-cangalha	Fabaceae	<i>Peltophorumdubium</i> (Spreng.) Taub.	4	4
Angico-ferro	Fabaceae	<i>Parapiptadeniasp.</i>	4	4
Anil	Fabaceae	<i>Indigoferasp.</i>	6	4,7
Arnica	Asteraceae	<i>Porophyllumrudelare</i> (Jacq.) Cass.	3	5,7
Aroeira	Anacardiaceae	<i>Myracrodruonurundeuwa</i> Allemão	3	3,4,6
Arruda	Rutaceae	<i>Rutagraveolens</i> L.	3	1
Árvore-da-felicidade	Araliaceae	<i>Polyscias fruticosa</i> (L.) Harms	5	1
Assa-peixe	Asteraceae	<i>Vernoniasp.</i>	3	3,5,6,7

Nome popular	Família	Espécie	Usos	Local
Aveloz	Euphorbiaceae	<i>Euphorbiatirucalli</i> L.	3	1
Babosa	Xanthorrhoeaceae	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	3	1
Bambu	Poaceae	<i>Bambusavulgaris</i> Schrad. J.C. Wendl.	ex 6	3
Banana	Musaceae	<i>Musa xparadisiaca</i> L.	1,2	1
Batata-doce	Convolvulaceae	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	1,2	1,2
Beldroega	Portulacaceae	<i>Portulacaoleracea</i> L.	1	1,3
Berinjela	Solanaceae	<i>Solanummelongena</i> L.	1,2	2
Beterraba	Amaranthaceae	<i>Beta vulgaris</i> L.	1,2	1
Bico-de-juriti	Fabaceae	<i>Senegaliasp.</i>	4	4
Bicota	Solanaceae	<i>Physalissp.</i>	1	3,7
Boldo	Lamiaceae	<i>Plectranthusbarbatus</i> Andrews	3	1,3
Bom-dia	Turneraceae	<i>Turnerasubulata</i> Sm.	-	1,3,7
Braquiária	Poaceae	<i>Brachiariadecumbens</i> Stapf	6	4,5,6,7
Brasileirinha	Euphorbiaceae	<i>Codiaeumvariegatum</i> (L.) Rumph. ex A. Juss.	5	1
Bucha	Cucurbitaceae	<i>Luffacylindrica</i> M.Roem.	6	1,2
Caapeba	Piperaceae	<i>Piper umbellatum</i> L.	1,3	1,7
Cabaça	Cucurbitaceae	<i>Lagenariasiceraria</i> (Molina) Standl.	6	1,2
Caju	Anacardiaceae	<i>Anacardiumoccidentale</i> L.	1,4	1,3
Cambará	Verbenaceae	<i>Lantanacamara</i> L.	3	3,7
Camomila	Asteraceae	<i>Matricariachamomilla</i> L.	3	1
Cana	Poaceae	<i>Saccharumofficinarum</i> L.	1,2,6	1,2
Cana-de-macaco	Costaceae	<i>Costusspicatus</i> (Jacq.) Sw.	3	1
Candiúba	Cannabaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	4	3,5
Canela	Lauraceae	<i>Ocoteasp.</i>	3	7
Capiçoba-branca	Asteraceae	<i>Erechtitesvalerianifolius</i> (Link exSpreng.) DC.	1	3,7
Capim-santo	Poaceae	<i>Cymbopogoncitratus</i> (DC.) Stapf	1,2	1
Capoeraba	Commelinaceae	<i>Commelinabenghalensis</i> L.	1	1,3
Cariru	Amaranthaceae	<i>Amaranthusdeflexus</i> L.	1	3
Cariru-de-espinho	Amaranthaceae	<i>Amaranthusspinosus</i> L.	1	3,7
Cariru-roxo	Amaranthaceae	<i>Amaranthushibridus</i> L.	1	3,7
Carrapicho	Asteraceae	<i>Bidens pilosa</i> L.	3	3,7
Caxixe	Cucurbitaceae	<i>Lagenariasp.</i>	1	2
Cebola	Alliaceae	<i>Allium cepa</i> L.	1	1
Cebolinha	Alliaceae	<i>Alliumfistulosum</i> L.	1,2	1

<b>Nome popular</b>	<b>Família</b>	<b>Espécie</b>	<b>Usos</b>	<b>Local</b>
Cenoura	Apiaceae	<i>Daucus carota</i> L.	1,2	1
Chuchu	Cucurbitaceae	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	1	1
Ciriguela	Anacardiaceae	<i>Spondias purpurea</i> L.	1,4	1,3,4
Citronela	Poaceae	<i>Cymbopogon winterianus</i> Jowitt ex Bor	6	1
Coco	Arecaceae	<i>Cocos nucifera</i> L.	1	1
Coentro	Apiaceae	<i>Coriandrum sativum</i> L.	1,2	1
Colonião	Poaceae	<i>Panicum maximum</i> Jacq.	6	4
Corante	Bixaceae	<i>Bixa orellana</i> L.	1,3	1,3
Couve	Brassicaceae	<i>Brassica oleracea</i> L.	1,2	1
Crajiru	Bignoniaceae	<i>Arrabidaea chica</i> (Bonpl.) B. Verl.	3	3
Crista-de-galo	Boraginaceae	<i>Heliotropium lanceolatum</i> Ruiz & Pav.	3	1,3,5, 7
Dipirona	Amaranthaceae	<i>Alternanthera</i> sp.	3	1
Embaúba	Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	1,3	3,5,7
Erva-cidreira	Verbenaceae	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E. Br.	3	1
Erva-moura	Solanaceae	<i>Solanum nigrum</i> L.	3	3,7
Espada-de-São Jorge	Asparagaceae	<i>Sansevieria trifasciata</i> Prain	5	1
Fava	Fabaceae	<i>Phaseolus lunatus</i> L.	1	1,2
Feijão	Fabaceae	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	1,2	2
Feijão-andu	Fabaceae	<i>Cajanus cajan</i> L.	1,2,6	1,2,3
Feijão-de-corda	Fabaceae	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.	1,2	1,2
Gengibre	Zingiberaceae	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	1,3	1
Girassol	Asteraceae	<i>Helianthus annuus</i> L.	1,5	1
Goiaba	Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i> L.	1,3,4	1,3
Gondó	Asteraceae	<i>Erechtites hieracifolius</i> (L.) Raf. ex DC.	1	1,3
Hortelã	Lamiaceae	<i>Mentha</i> spp.	1,3	1
Hortelã-pimenta	Lamiaceae	<i>Mentha piperita</i> L.	3	1
Imburana	Fabaceae	<i>Amburana cearensis</i> A.C. Smith	3	1
Ingá	Fabaceae	<i>Inga</i> spp.	1	5,7
Inhame	Araceae	<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	1,2	1
Jaborandi	Piperaceae	<i>Piper</i> sp.	3	7
Jacarandá-do- brejo	Fabaceae	Indeterminada	-	7
Jalapa	Convolvulaceae	<i>Exogonium purga</i> (Wender.) Benth.	3	1,3
Jenipapo	Rubiaceae	<i>Genipa americana</i> L.	1,4	1,3,7
Jiló	Solanaceae	<i>Solanum aethiopicum</i> L.	1,2	1,2
Juá-bravo	Solanaceae	<i>Solanum viarum</i> Dunal	-	6,7

<b>Nome popular</b>	<b>Família</b>	<b>Espécie</b>	<b>Usos</b>	<b>Local</b>
Lab-lab	Fabaceae	<i>Lablab</i> sp.	6	2,3
Laranja	Rutaceae	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	1,3	1
Laranjeira-do-mato	Styracaceae	<i>Styrax camporum</i> Pohl	4	1,3
Lei-nova	Fabaceae	<i>Centrolobium</i> sp.	4	4
Leucena	Fabaceae	<i>Leucaena leucocephala</i> (Lam.) de Wit.	4	3,4
Levante	Lamiaceae	<i>Mentha viridis</i> L.	3	1
Limão-galego	Rutaceae	<i>Citrus limonia</i> Osbeck	1,2,3	1
Limão-Tahiti	Rutaceae	<i>Citrus latifolia</i> Tanaka	1,2	1
Macaé	Lamiaceae	<i>Leonurus sibiricus</i> L.	3	1,3
Malva	Malvaceae	<i>Sida cordifolia</i> L.	3	3,6,7
Malva-branca	Malvaceae	<i>Sida glaziovii</i> K. Schum.	3	3,6,7
Mamão	Caricaceae	<i>Carica papaya</i> L.	1,2,3	1
Mamona	Euphorbiaceae	<i>Ricinus communis</i> L.	6	2,3
Mandioca	Euphorbiaceae	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	1,2,6	1,2
Manga	Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.	1,4	3
Manjeriço	Lamiaceae	<i>Ocimum basilicum</i> L.	1,3	1
Manjeriço-roxo	Lamiaceae	<i>Ocimum basilicum purpurascens</i> Benth.	var. 3	1
Maracujá	Passifloraceae	<i>Passiflora edulis</i> Sims	1,3	1
Mastruz	Amaranthaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	1,3	1,3
Maxixe	Cucurbitaceae	<i>Cucumis anguria</i> L.	1,2	1,2,7
Melancia	Cucurbitaceae	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai	1,2	2
Melão-de-São Caetano	Cucurbitaceae	<i>Momordica charantia</i> L.	1,3	1,3,7
Mexericá	Rutaceae	<i>Citrus deliciosa</i> Tem.	1	1
Milho	Poaceae	<i>Zea mays</i> L.	1,2,6	1,2
Moça-velha	Asteraceae	<i>Cosmos</i> sp.	3,5	1,3
Moranga	Cucurbitaceae	<i>Cucurbita maxima</i> L.	1,2	2
Moreira	Moraceae	<i>Maclurata tinctoria</i> (L.) D. Don ex Steud.	3,4	3,4,6
Moringa	Moringaceae	<i>Moringa oleifera</i> Lam.	1,4,6	1
Mostarda	Brassicaceae	<i>Brassica</i> sp.	1,2	1
Mucuna	Fabaceae	<i>Mucuna pruriens</i> (L.) DC.	6	2
Noni	Rubiaceae	<i>Morinda citrifolia</i> L.	3	1
Pacová	Araceae	<i>Philodendron martianum</i> Engl.	3	1
Pimentas	Solanaceae	<i>Capsicum</i> spp.	1	1
Pinha	Annonaceae	<i>Annona squamosa</i> L.	1	1
Pinhão-roxo	Euphorbiaceae	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	3,6	1
Piteira	Agavaceae	<i>Agave</i> sp.	5,6	1

Nome popular	Família	Espécie	Usos	Local
Poejo	Lamiaceae	<i>Menthapulegium</i> L.	3	1
Quiabo	Malvaceae	<i>Abelmoschusesculentus</i> (L.) Moench	1,2	1,2
Quitoco	Asteraceae	<i>Pluchecosagittalis</i> (Lam.) Cabrera	3	7
Romã	Lythraceae	<i>Punica granatum</i> L.	1,3	1
Rúcula	Brassicaceae	<i>Eruca sativa</i> L.	1,2	1
Saco-de-bode	Fabaceae	<i>Senna</i> sp.	4	3,4
Salsinha	Apiaceae	<i>Petroselinum</i> sp.	1,2	1
Serralha	Asteraceae	<i>Sonchusoleraceus</i> L.	1,2	1,3
Sofre-de-rim-quem-quer	Indeterminada	Intederminada	3	1
Sojinha	Fabaceae	<i>Glycine wightii</i> (Graham) Verdc.	-	3,7
Taioba	Araceae	<i>Xanthosomasagittifolium</i> (L.) Schott	1,2	1
Terramicina	Amaranthaceae	<i>Alternanthera brasiliiana</i> (L) O. Kuntze	3	1
Tomate	Solanaceae	<i>Lycopersiconesculentum</i> Mill.	1	1,2
Transagem	Plantaginaceae	<i>Plantago major</i> L.	3	1
Urtiga	Urticaceae	<i>Urerabaccifera</i> (L.) Gaudich. exWedd.	-	7
Uva	Vitaceae	<i>Vitissp.</i>	1	1
Veludo	Amaranthaceae	<i>Celosia</i> sp.	5	1

## Referências

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P. & CUNHA, L.V.F.C. (Eds.) **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NU-PEEA, 2010.

ALMEIDA, R. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ALONSO, A.; MIRANDA, Danilo de Santos de. (Eds.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016. p. 60-72.

ÁLVARES, C.A.; STAPE, J.L.; SENTELHAS, P.C.; GONÇALVES, J.L.M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. **MeteorologischeZeitschrift**. v. 22, p. 711-728, 2013.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo da SUAS, 2010**. Disponível em: < [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/CensoSUAS\\_2010.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/CensoSUAS_2010.pdf)> Acesso em: 30 set. 2019.

BRENNEISEN, E. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, J. de S. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 53-106.

COELHO, F.M.G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Editora UFV, 2005.

CAPORAL, F.R. ; COSTABEBER, J.A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 70-85, 2002.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. 23, 2001. Washington-DC, **Anais do XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**. 2001.

FLORA DO BRASIL 2019. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: 31 jan. 2019.

GARCIA JÚNIOR, A. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **O sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Editora UnB, 1990.

HALISKI, A. M.; BRANDENBURG, A. Da constituição à uma “certa” condição camponesa: Um estudo de caso a partir dos usos dos recursos naturais. **Raízes**, Campina Grande, v. 36, n. 1, p. 34–49, 2016.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v.33, n. 1, p.6-25, jan./abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. São Paulo: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Manual** técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos. Rio de Janeiro: IBGE- Diretoria de Geociências, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. 2016. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INMET. 2016. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

JUDD, W.S.; CAMPBELL, C.S.; KELLOGG, E.A.; STEVENS, P.F. & DONOGHUE M.J. **Sistemática vegetal**: um enfoque filogenético. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum, 2014.

LOERA, N. R. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo, Campinas: Polis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

LORENZI, H.; ABREU MATOS, F.J. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

LORENZI, H. **Plantas daninhas no Brasil**: terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. 4. ed. Nova Odessa: Plantarum, 2008.

LORENZI, H.; SARTORI, S.F.; BACHER, L.B. & LACERDA, M.T.C. **Frutas brasileiras e exóticas cultivadas (de consumo *in natura*)**. São Paulo: Instituto Plantarum, 2006.

MARTINS, J. de S. O sujeito da reforma agrária. In: \_\_\_\_\_. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEJÍA, M.A. Métodos e instrumentos para la investigación etnoecológica participativa. **Etnoecológica**, v. 6 , n. 8, p. 129-143, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Mercado de Trabalho no Censo de 2010**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=232](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=232)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. 2016. **Boletim: O Brasil Sem Miséria no Município de Frei Inocêncio**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=232](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=232)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MISSOURI BOTANICAL GARDEN – MOBOT. 2019. **Tropicos.org: Vascular Tropicos Nomenclatural Database**. Disponível em: <<http://www.tropicos.org>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. Introdução. In: NEVES, D.P.; SILVA, M.A.M (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo, Brasília: EdUNESP, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008, vol. 1.

NOGUEIRA, V. S. Trabalho assalariado e campesinato: Uma etnografia com família camponeses. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 241-268, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: WELCH, C; MALADOFI, E.; CAVALCANTI, J.; WANDERLEY, M.N.B. (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo, Brasília: EdUNESP, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

SABOURIN, E. Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade, **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 1-21, 2017.

SCOLES, R. Comunidade Negra de Itacoã: Território, biodiversidade e organização social, pilares para o etnodesenvolvimento? In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. MARIN, R. A (Org.) **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, estratégias de reprodução social. São Paulo, Brasília: EdUNESP, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 163-184.

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MINAS GERAIS – SEDESE. **Secretários de Estado discutem ajustes finais do Plano de Enfrentamento da Pobreza Rural**. Disponível em: <<http://social.mg.gov.br/component/gmg/story/4070-secretarios-de-estado-discutem-ajustes-finais-do-plano-de-enfrentamento-da-pobreza-rural>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SIGAUD, L. A forma acampamento. **Revista Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n.58, p.73-92, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.1, p. 255-80, jun. 2005

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, 2009.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e a Arte da Agricultura**. São Paulo, Porto Alegre: Editora Unesp, Editora da UFRGS, 2016.

VELOSO, H.P., RANGEL-FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE. 1991.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. Estudo de caso no Nordeste. In: MARTINS, J.de S. (Org.), **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 203-246.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EdUnB, 1995.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho na terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UnB, 1997.

WOORTMANN, K. "Com parente não se negueia": o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 87, p. 11-73, 1990.

# A LUTA PELA TERRA E SUA MATRIZ EDUCATIVA: VALE DO RIO DOCE E SUA TERRITORIALIDADE<sup>1</sup>

**Sônia Maria Roseno<sup>2</sup>**

## **Introdução**

O presente capítulo, inicialmente, objetiva situar a História da Luta pela Terra e sua Matriz Educativa através de seus territórios e em destaque no Vale do Rio Doce. Levando em consideração que os movimentos sociais de maneira geral e em especial, os movimentos de luta pela terra, são diversos e possuem sua trajetória iniciada, a partir da chegada dos portugueses, no Brasil Colônia. Temos os exemplos destas lutas em Palmares (1655); Canudos (1896-1897); Contestado (1912-1916); Trombas e Formoso (1950); Ligas Camponesas (1950) e tantos outros.

Sendo assim, confiante na produtividade dos esboços, nas possibilidades que o inacabado traz à vida, apresentam-se aqui as contribuições que acredito empreender a esta obra literária, somando-se assim a esta literatura, 'minha inserção' com a experiência como pesquisadora educadora. Inicialmente, trata-se o tema de forma mais ampla e posteriormente, a partir da territorialidade 'da autora'. Assim, ao propor realizar um trabalho, entendo que a subjetividade de quem registra se aloca não somente na escrita da palavra, mas também nas ações narradas, visto que sou parte integrante deste constructo. Portanto, entendo minha trajetória como uma trilha marcada de momentos significativos, neste processo. Cada momento se constituiu por situações que, ao longo do tempo, vão se ampliando, ramificando e, nesse processo, tecendo caminhos de limites e possibilidades de compreensão e intervenção na dimensão subjetiva e coletiva, de vida familiar e humana.

---

1 Uma parte deste capítulo faz parte da minha tese de doutoramento: Sônia Maria Roseno, conforme citada nas Referências no último item.

2 Pedagoga. Pós Doutoranda na Universidade Estadual Paulista, através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe - TerritoriAL, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/Unesp). Educadora e pesquisadora da Educação do Campo.

Atualmente, sou Pós-Doutoranda e Pesquisadora Credenciada na Universidade Estadual Paulista, através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe - TerritoriAL, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual de São Paulo (IPPRI/UNESP). Deste modo, considero a entrada na universidade como mais um momento de ampliação de produção desta caminhada, através da Graduação na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, entre 1998-2001. Nesse curso realizei o primeiro estudo científico sistematizado por meio da pesquisa sobre a entrada de um Movimento Social para a Universidade. Uma década depois, ocorreu minha inserção na pesquisa, por meio do ingresso no Mestrado em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Na dissertação foi trabalhado e analisado o tema da organicidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMG. Os resultados da análise da organicidade interna revelaram que os sujeitos da pesquisa, a maioria educadores das escolas do campo do Vale do Rio Doce, já apresentavam uma forma própria para se inter relacionar com as novas realidades postas. Percebemos também que a implantação do curso com caráter específico e diferenciado abriu novas perspectivas tanto para a instituição – UFMG –, quanto para os Movimentos Sociais, indicando a possibilidade de novas formas de conhecimento e aprendizado e de novas parcerias em um processo mediado pelo diálogo e por uma educação voltada para a realidade dos sujeitos envolvidos na Educação do Campo. Concluí o mestrado em julho de 2010. Em agosto do mesmo ano entrei para o doutorado na FaE/UFMG (2010-2014), onde foi analisada a práxis educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através dos desafios e possibilidades no diálogo com Instituições Universitárias (ROSENO, 2014).

Neste subscrito, buscamos situar o historiador Thompson (1987), que afirma que a condição básica para a criação de um movimento social é a existência de um conjunto de pessoas que tenham metas em comum. Explica ainda que essas metas tendem a surgir quando a população apresenta experiências em comum e necessidades semelhantes. No caso dos trabalhadores camponeses, essa experiência refere-se à luta pela terra, ao combate do processo da ‘entrada do capital no campo’. Situamos aqui os Movimentos Sociais, dentro de um contexto histórico, na luta de classes. Thompson (1987) compreende como um erro o entendimento de classe social como uma passagem ou como constituição teórica negativa.

Ele defende a ideia de classe social a partir da existência do ser social e histórico existente no processo de formação social e cultural num determinado tempo, espaço e lugar. “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9). Nesse sentido, a classe social pode ser refletida como inclusão e processo, ressaltando suas relações objetivas, com os elementos de produção e as expressivas incompatibilidades que causam conflitos e potencializam as lutas; adquirem experiência social em ‘forma de classe’. Ainda que não se anuncie como consciência de classe, ou em constituições aparentemente notáveis ao longo do tempo, as pessoas vão descobrindo que ‘objetivamente são distribuídas em classe’ e percebem como essas relações vão sendo impostas sobre os processos sociais e territoriais. Thompson sustenta que as classes surgem pelo fato de pessoas em ‘relações de produção determinadas’ dividirem experiências em comum e começarem a pensar e conferir o valor de acordo com as ‘formas de classe’ em conjunto e através dos seus territórios.

## **Luta pela terra no Vale do Rio Doce: o olhar para diversos territórios**

Diversos autores em destaque no campo da geografia política têm se ocupado em investigar e em dar sentido à relevância da dimensão espacial, bem como à sua intrínseca relação com a procela “geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2005, p.144).

David Harvey destaca, como tarefa, a elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista, a partir da teoria social marxista, como forma a contribuir também para a explicação das transformações, das funções do Estado (HARVEY, 2005). Esse autor ainda teoriza como a dimensão espacial tem sido historicamente apropriada pelo capital e como as suas dinâmicas produzem uma racionalidade que garanta, mesmo a partir de suas crises e contradições, a representação e o aumento das condições fundamentais para a acumulação capitalista. No entanto, em Milton Santos, vemos que o retorno do território como noção importante para a análise social se dá como superação do conceito herdado da modernidade que limitava o território a ser o fundamento do Estado-Nação que o conformava (SANTOS, 1978). O território, junto do povo e da soberania, é um dos elementos constituintes do Estado e se

decompõe em espaço, quando ocorre seu uso pelo povo. “O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história” (SANTOS, 1978, p. 233). E, aqui, temos o relacionamento com o tema apresentado a partir da centralidade do uso do território, como acontecem as práxis e as narrativas camponesas.

Assim, a princípio de maneira geral, buscando entender qual a contribuição destas narrativas e práxis territorial, para o desenvolvimento camponês: assentamento, comunidade, movimento social, etc. Buscaremos discorrer como se dá a tomada e o uso dos territórios no âmbito dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra, em destaque, na Região do Vale Doce. Essa reflexão vem fundamentada, também em autores como Milton Santos (1978, 1996), Henry Lefebvre (1991), Heloisa Starling (1986), Bernardo Mançano Fernandes (2005, 2008 e 2009), Haruf Espindola (2008, 2010) dentre outros.

Nesta inferência, o estudo do território vem se constituindo em uma tradição do pensamento geográfico nas últimas décadas. Não obstante, o seu conceito ressignifica a ideia de lugar, espaço de residência ou local onde se dão as múltiplas relações entre os sujeitos, sejam sociais ou econômicos na esfera do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, compreendemos que há múltiplas abordagens e acepções do que seja “território” e as formas como ele é interpretado nas ciências sociais, o que sugere a existência de uma diversidade de enfoques ligada às relações sociais e do poder dominante.

Com isto, o neoliberalismo se afirma no Brasil, amparado pelo discurso da importância do crescimento econômico para ascensão de renda, geração de emprego e superávit da balança comercial. Fatos estes que se revelam, nesta linha de pensamento, em benefícios próprios. Este alinhamento político neoliberal reordenou, mais uma vez, a lógica estatal permitindo a alocação de grandes somas de capital estrangeiro, gerando assim, exploração de recursos naturais e minerais e de mão de obra, através de multinacionais e dos investimentos das grandes corporações e apoio de instituições supranacionais, como o FMI e, também, por meio de incentivos fiscais para as empresas multinacionais.

Muito embora o poder de apropriação devesse sobrepujar o poder de dominação (LAFEBVRE, 1991), de modo que os territórios efetivamente se constituíssem em espaços de alteridade e expressões dos grupos sociais, observa-se que a dinâmica capitalista de acumulação fez com que

a dominação prevalecesse sobre a apropriação, conferindo aos territórios uma expressão mercantil, ou seja, de mercadoria.

Para o Professor Fernandes (2009), não basta falar apenas em Território, é preciso definir qual território e nesse sentido ele aponta pelo menos três tipos:

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais [...]. Segundo território, nossa casa pode ser o ponto de partida de referência para a compreensão de propriedade. Estou me referindo à propriedade como espaço de vida, que pode ser particular ou comunitária [...]. O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado (FERNANDES, 2009, p. 10-11).

Nesta direção, nota-se que o fator diferenciador da definição de território é as relações de poder que lhe dão consistência. Vale lembrar que 'território' se diferencia da concepção de 'espaço' que é anterior ao território e diz respeito ao ambiente propriamente dito. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o sujeito territorializa o espaço.

O geógrafo Milton Santos em, "A Natureza do Espaço" afirma:

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias. Desse modo estaremos em condições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos (SANTOS, 1996, p. 12).

Outrossim, para Fernandes é a ideia de que:

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado



pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade (FERNANDES, 2005, p. 26).

Dentro da perspectiva da interligação dos territórios e suas tipologias, os múltiplos territórios referem-se às relações entre os diversos sujeitos que exercem as chamadas territorialidades. Sendo assim, o território é uma categoria de análise produzida por ações políticas e socioeconômicas. Emerge como um produto da construção de uma sociedade, num processo de apropriação de uma amostra do espaço.

Para Espindola e Wendling:

A apropriação produtiva e cognitiva da natureza, na sua gênese, é sempre um processo de territorialização. O território resultante se torna, ele próprio, uma força condicionante dos processos sociais, bem como das ações e atitudes futuras frente à natureza. O território forma um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, do qual emerge a territorialidade, isto é, “a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação” (ESPINDOLA ; WENDLING, 2008 p. 178, grifos dos autores).

Observa-se que os múltiplos atores de uma determinada sociedade, através de suas forças condicionantes, como os governos, as empresas e os próprios indivíduos podem criar e/ou destruir territórios. A partir do momento em que habitam e começam a estabelecer relações de dominação e apropriação nos espaços, que lhe são inerentes a seus lugares de pertencimento.

Reafirma Santos que:

A temática central é também aquela representada pela expressão anglo-saxônica *placecounts*, isto é, o lugar tem importância. (...). A literatura que vem depois revela, porém, que, na ausência de uma definição clara de espaço, mesmo a abundância de exemplos pode ter valor demonstrativo, mas não explicativo, do papel do lugar e do espaço no processo social, e isto talvez justifique a rapidez com a qual esta temática se esgotou (SANTOS, 1996, p. 10).

Para João Pedro Stédile (2005), a partir da colonização no Brasil, aconteceram dois agravantes na Lei de Terras de 1850 que legitimam a estrutura fundiária até a atualidade:

O que caracteriza a Lei nº 601, de 1850? Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra - que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política - em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa. Ora, essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para “comprar”, pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados (STÉDILE, 2005, p. 15).

Um dos motivos da desestabilização do modelo agroexportador, aprimorado no uso da mão de obra do trabalhador escravizado, é sua insurreição em relação às suas condições de vida. A Região Vale do Rio Doce está inserida neste constructo, ao se destacar, no processo da Luta pela Terra nesta Temporalidade. A partir da década de 1930, o Vale se destaca também, por possuir “as matas ricas em madeira de lei; terra com fertilidade extraordinária, e o subsolo faustoso em mica, berilo, pedras coradas” (PEREIRA, 1980, p. 10). Já em 1936, a empresa siderúrgica Belgo Mineira apropria na região comprando terras e produzindo carvão vegetal. Com isto, surge a necessidade de abertura da estrada para escoamento da produção. Por isso, em 1942, Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que assina os “Acordos de Washington”, cria a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que tinha como finalidade a exploração de minério na região do quadrilátero ferrífero (GENOVEZ; VILARINO, 2010, p. 119). Sendo assim, “com a última grande guerra açoitando o mundo, nova busca de riquezas minerais do Rio Doce começou. Era a mica, material estratégico de primeira ordem, a grande procurada. O berilo também. Empresas se formaram em vários pontos da região” (PEREIRA, 1980, p. 10).

Na época, a cidade de Governador Valadares (MG), que é considerada “a metrópole do Vale do Rio Doce”, era uma referência estratégica, também pelo número de rodovias. O município é “cortado” pela BR-381, principal acesso da cidade a Belo Horizonte (capital mineira), ao Vale

do Aço e ao Espírito Santo; a BR-116 ou Santos Dumont, que faz a ligação entre o Rio de Janeiro e Governador Valadares e a Bahia (na realidade esta rodovia coloca Governador Valadares em contato com o Brasil); a BR-451, uma rodovia ainda incompleta, que inicia em Governador Valadares e termina em Bocaiuva, perto de Montes Claros; e a BR-259, ligação entre o Espírito Santo, mais propriamente Vitória, e a Região central mineira.

Tal localização significou a convergência de olhares e interesses em comum para a região tanto para os aspectos econômicos como para os culturais e sociais. A partir da década de 1940, com o “Programa Rio Doce e Mica”, através dos “Acordos de Washington”, foi concluída a rodovia Rio-Bahia (cujo nome oficial é Santos Dumont), possibilitando a implantação da pecuária de invernada e com ela chegou algo até então desconhecido no Vale do Rio Doce: o latifúndio (BORGES, 1991; ESPINDOLA, 2005; GENOVEZ; VILARINO, 2010). “A pecuária que se põe em prática quase sempre é a pecuária extensiva. Simples pecuária de corte, nem sempre mesmo de criação” (PEREIRA, 1980, p. 12). A partir da intertextualidade entre os autores nesta análise, destacam-se também, as modalidades de grilagem de terras consubstanciadas na região do Vale do Rio Doce.

Para Antônio Cândido, “a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre” (CÂNDIDO, 1967, p. 23). Segundo o autor a construção literária “depende de fatores do meio”, sendo necessário ao pesquisador “investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais” (CÂNDIDO, 1967, p. 25). Sendo assim, destacamos aqui também, outrossim, neste capítulo, o descrever de forma literária, o que foi na “Luta pela Terra”, nesta região, no romance “Nas Terras do Rio Sem Dono” escrito por Carlos Olavo da Cunha Pereira, durante o exílio na Bolívia, nos tempos da Ditadura Militar. O romance abarca o período em que Carlos Olavo Cunha Pereira dirigiu o jornal “O Combate”, na cidade de Governador Valadares. Destaca de forma precípua, o dia a dia dos conflitos entre os proprietários locais, o Partido Comunista e o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, no período que antecedeu o Golpe Civil/Militar de 1964. Na procelosa participação do que foi este período, evidencia-se também ainda nesta gênese, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que ocorrera na capital mineira, entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961, e que atraiu mil e seiscentos delegados de todo o país, tendo como um dos palestrantes o presidente João Goulart, bem como lideranças rurais como: Francisco Raimundo da Paixão, mais

conhecido como Chicão, Francisco Julião das Ligas Camponesas Nordestinas e tantas outras.

“Ocupação não é invasão”. Este registro passou a se tornar para os Movimentos Sociais e em destaque, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), já na década de 1980 até os dias atuais, como que uma marca registrada. Ou seja, esclarecer à sociedade, através do diálogo, que ocupação não é invasão. Thompson afirma que, entre sujeito e objeto praticado, existe uma interação dialética no processo de construção do conhecimento, da ação e reflexão, ou seja, da práxis instituída que, segundo ele, se forma a partir de dois diálogos: “Primeiro, o diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem à experiência; segundo, o diálogo entre a organização teórica (em toda a sua complexidade) da evidência, de um lado, e o caráter determinado de seu objeto, de outro” (THOMPSON, 1989, p. 42).

Em 1994, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), juntamente com apoiadores ligados aos Sindicatos Organizados, à Comissão Pastoral da Terra, ligada a Igreja Católica e representantes da sociedade civil realizou-se mais uma ocupação no Vale do Rio Doce. Nessa ocasião ocupou-se a “Fazenda do Ministério”, localizada em Governador Valadares. Essa que ficou conhecida nacionalmente, como a sede central onde foi pensado e planejado o “Golpe Militar” em 1964, conforme citado acima. Muitos anos depois esse local viria a ser um assentamento de famílias de “Sem Terra”, recebendo o nome de Oziel Alves Pereira (homenagem póstuma ao mais jovem, Oziel Alves Pereira, de 18 anos, assassinado no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará em 1996). A ocupação transgrediu a cultura política local mais uma vez, sendo que a Fazenda já havia sido palco de conflito entre trabalhadores rurais e latifundiários em 1964, trinta anos antes.

Para Espindola e Wendling:

A ocupação tardia das terras do médio rio Doce possui uma peculiaridade: a fase agrícola foi abortada pelo predomínio dos pastos de capim-colonião e da pecuária extensiva. Isso ocorreu na maior parte do território do rio Doce, de Antônio Dias até Colatina, em praticamente todos os municípios da margem esquerda, se estendendo ao extremo norte da bacia, entre os municípios do Serro e Itambacuri, passando por Capelinha e Malacacheta, e toda bacia do Suaçuí Grande. Nas outras regiões da bacia hidrográfica do rio Doce a pecuária somente assumiu caráter dominante com o esgotamento dos solos pela agricultura (ESPINDOLA; WENDLING, 2008 p. 194).

Nessa perspectiva, situamos em termos históricos, econômicos, políticos e culturais a emergência, na década de 1980, no final da ditadura militar, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na ocasião, muitos trabalhadores camponeses que lutavam por terras e pela tão anunciada Reforma Agrária, posseiros, meeiros, arrendatários, migrantes, pequenos agricultores, dentre outros se uniram e levantaram uma bandeira e gritaram em uníssono, reivindicando transformações sociais no Brasil.

Em síntese, a abordagem teórica que enfocamos aqui opta, especificamente, por uma visão territorial da questão, utilizando parte da base conceitual da geografia política. O conceito de territorialidade, tal como estruturado pelos autores acima, nos permitiu uma abordagem dos processos territoriais. As relações que aqui chamamos de territoriais são, na verdade, relações entre sujeitos, o espaço geográfico e outros sujeitos. Se alcançarmos o entendimento de que territórios são organizados para controlar, em uma determinada área, pessoas e recursos, este controle será sempre em relação a alguém. Além disso, ao constituir o território, o sujeito social está sempre condicionado aos territórios dos outros sujeitos, conforme a canção abaixo de Zé Pinto.

## **ORDEM E PROGRESSO**

### **Zé Pinto**

Esse é o nosso país  
Essa é a nossa bandeira  
É por amor a essa pátria Brasil  
Que a gente segue em fileira  
Queremos mais felicidades  
No céu deste olhar cor de anil  
No verde esperança sem fogo  
Bandeira que o povo assumiu  
No verde esperança sem fogo  
Bandeira que o povo assumiu  
Amarelos são os campos floridos  
As faces agora rosadas  
Se o branco da paz se irradia  
Vitória das mãos calejadas  
Se o branco da paz se irradia

Vitória das mãos calejadas  
Esse é o nosso país...  
Queremos que abrace essa terra  
Por ela quem sente paixão  
Quem põe com carinho a semente  
Pra alimentar a nação  
Quem põe com carinho a semente  
Pra alimentar a nação  
A ordem é ninguém passar fome  
Progresso é o povo feliz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz  
Esse é o nosso país...



Imagem arquivo do MST

## **Luta pela terra e sua matriz educativa: das gerais, ao Rio Doce**

Na região do Vale do Rio Doce, o processo de “ocupar” as escolas públicas, através dos Movimentos Sociais, surge na década de 1990, juntamente com a luta pela terra. Inicialmente, em 1994, no Assentamento Primeiro de Junho no Município de Tumiritinga; no ano de 1996 foi criada a escola pública no Assentamento Oziel Alves Pereira e em 1997, no Assentamento Barro Azul ambas no Município de Governador Valadares; e em 1998 no Assentamento Liberdade, no Município de Periquito. Vale ressaltar que o Vale do Rio Doce é a maior região do Estado de Minas Gerais em número de assentamentos e acampamentos ligados ao MST, totalizando dezenove áreas de Reforma Agrária, ocupadas no latifúndio neste Vale.

Atualmente existem cerca de 13 escolas públicas, algumas delas, desde os anos iniciais do ensino fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos e o ensino médio. Todas as escolas são públicas e ligadas ao Estado e ou ao Município. Vale ressaltar que para cada escola pública conquistada pelo MST, o Movimento sempre contou com a participação coletiva de Educadoras, Educadores, Pais, Mães, enfim principalmente mulheres de luta, que dedicaram suas vidas e militância na construção e organização das escolas dos Acampamentos e Assentamentos, onde estudam os Sem Terrinha, os Jovens e Adultos do MST.

Neste processo temporal, ainda por volta dos anos de 2000, o processo de organizar as escolas nos acampamentos e assentamentos em Minas Gerais se dava sem grandes planejamentos; era mais praticar do que planejar. No projeto de um novo acampamento, surgia a necessidade de ter uma nova escola. Assim, outras experiências surgiam. A cada ocupação do MST, sempre vencia o sentimento de principiar novamente, com a mesma eficácia e estímulo do início. A cada ocupação, a comunidade já era distinta e, assim, essa história ia se construindo e reconstruindo com novos sonhos de propiciar uma nova filosofia política e pedagógica em uma nova escola do MST (ROSENO, 2014). Ainda que sem compreender bem a dialética, sem saber quais, de fato, seriam os próximos desafios, seguia num processo de ensinar e aprender. Dessa troca de experiência, vale lembrar que tive a oportunidade também de juntamente com outros educadores, conhecer outros países da América Latina como Nicarágua e El Salvador, trocando ideias e aprendizados, construídos ao longo destes anos de militância no Movimento Social (ROSENO, 2014). Imerso nesse movimento de manifestações, formação

política, organizativa no estado de Minas Gerais, na década de 1990, o MST inicia seu processo de formação de educadores e educadoras de forma mais conceitual, através da produção de conhecimento, primeiro internamente e depois em parceria com outras instituições de ensino, para a ampliação da formação em nível do superior.

O espaço que venho acompanhando no MST me coloca questões sobre os limites e possibilidades do Movimento através da sua formação educativa, tanto interna quanto externamente, em relação às suas parcerias. Dessa forma, tento compreender como essa formação interna se articula com a formação no espaço, que aqui denomino como externo, que é o da universidade. Estamos compreendendo por formação interna os processos resistência e a luta pelo “não fechamento das escolas do campo”; os cursos de formação das crianças, jovens, adultos, educadores e da militância como um todo; o processo de luta pela terra e por direitos, através das ocupações, mobilizações, marchas, mística e o processo organizativo dos acampamentos e assentamentos. Vale ressaltar a preocupação com a produção, sistematização e socialização do conhecimento através de publicações, seminários, congressos, reuniões e debates. Nessa dimensão, perguntaram-nos como essas práticas dialogam ou não com as práticas das universidades, bem como as repercussões desse processo na formação dos sujeitos envolvidos. Consideramos que no MST, desde as décadas iniciais, priorizava-se a formação interna dos seus militantes. Porém, a partir dos anos 2000, intensifica-se a sua relação com as universidades. É nesse ponto que queremos lançar o nosso olhar como pesquisadora-militante. Como a constituição das parcerias configura a formação dos sujeitos-militantes? Que práticas internas do Movimento aparecem no âmbito da formação nas universidades? Elas aparecem como parte do processo formativo ou como ações paralelas? Como o processo repercute na prática do sujeito-militante? Essa prática encaminha-se no sentido de fortalecimento do Movimento em termos de suas lutas por educação, entendida como educação na escola e fora dela, por direitos e principalmente na centralidade da luta pela terra? Vale ressaltar que no Vale do Rio Doce, inúmeros professores destes assentamentos e/ou acampamentos são estudantes ou já graduados e ou licenciados em Instituições do Ensino Superior, do Estado de Minas Gerais, bem como de outros Estados do País.

Ao fazer as parcerias com as universidades, o MST tem objetivos claros. A organização move-se pelas suas práticas sedimentadas pelos sa-



beres da formação interna em articulação com os saberes que os próprios militantes trazem consigo. Ainda que as universidades tenham conhecimentos outros, no entendimento do Movimento essas práticas devem interligar-se intimamente com a teoria, pois nessa trajetória ganha novas concepções educativas. Em outras palavras, sua práxis elabora e reelabora os processos educativos.

Tais questões completam a ideia que Molina e Sá defendem quando discutem as repercussões dos cursos de formação para os sujeitos do campo no campo do conhecimento:

Há inúmeras questões que estes cursos suscitam. Seja no âmbito pedagógico, epistemológico, institucional ou político, muito ainda há para extrair de experiência das Licenciaturas em Educação do Campo, que podem trazer contribuições importantes para acúmulo de forças na perspectiva da transformação social almejada por aqueles que apostam na possibilidade da construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil (MOLINA; SÁ, 2011, p. 15).

Nesse percurso, fizemos o caminho de tentar identificar uma formação interna e também no âmbito da universidade do Movimento Sem Terra. Essa trajetória é, sem dúvida, uma empiria vivenciada que provoca questões e cria condições para uma reflexão, a partir da própria vivência. Outra razão reside na preocupação em produzir um conhecimento que possa contribuir para que o Movimento compreenda suas práticas formativas na relação com as parcerias, visto que, ao longo de sua história, essa tem sido uma constante. Mas um motivo relevante reside no fato da possibilidade desse registro contribuir para o fortalecimento do Movimento como um todo, e notadamente, no que diz respeito à centralidade da luta pela terra neste Vale. Todo o processo educativo só faz sentido se vinculado e comprometido com a ampliação e qualificação dessa luta. Nesse contexto, busco registrar como esse processo formativo repercute na prática dos sujeitos militantes, visto que entendemos que podem acontecer tensionamentos nesse encontro. Assim é refletir como esses sujeitos se apropriam da aprendizagem de se constituir como sujeitos/militante, seja no labor da luta, seja pela produção e reprodução da vida.

## ASSIM EU VEJO A VIDA

### Cora Coralina

Assim eu vejo a vida  
A vida tem duas faces:  
Positiva e negativa  
O passado foi duro  
mas deixou o seu legado  
Saber viver é a grande sabedoria  
Que eu possa dignificar  
Minha condição de mulher,  
Aceitar suas limitações  
E me fazer pedra de segurança  
dos valores que vão desmoronando.  
Nasci em tempos rudes  
Aceitei contradições  
lutas e pedras  
como lições de vida  
e delas me sirvo  
Aprendi a viver.



Imagem arquivo do MST

## Considerações finais

Por fim, neste acúmen, sintetizamos que o processo de desapropriação nas terras do Vale do Rio Doce, ainda na atualidade, se arrefece, principalmente, partindo de dois fatores: um na declaração do interesse social do imóvel; outro na promoção da expropriação que compreende a execução, dos atos necessários à sua implementação. Nada impede, entretanto, que um ente federativo incumba tal tarefa a um órgão ou entidade da administração indireta, criados com a especial finalidade de promover a Reforma Agrária, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA). Estes indicativos nos levam à dimensão de como é ajustada a questão da Reforma Agrária, da posse da terra, em *locus*, e no geral, na jurisprudência. Portanto, a luta dos Movimentos Sociais, onde estão inseridos também camponeses do Vale do Rio Doce, vem adquirindo grandes proporções e expressões dentro do contexto da Luta pela Terra no Brasil, bem como na questão agrária brasileira, quando apontados seus avanços e desafios. Neste sentido, os Movimentos vêm estabelecendo também, vínculos com vários Movimentos Sociais de outros continentes, a exemplo da Via Campesina, um movimento internacional que reúne milhares de camponeses, pequenos e médios agricultores, Sem Terra, Indígenas, Migrantes e Trabalhadores Agrícolas em todo o mundo. Lutam por produção agroecológica, pela agricultura sustentável em pequena escala, e com soberania, em contraponto à agricultura neoliberal que atinge o mundo inteiro, encabeçada pelo capital e pelo agronegócio.

Por fim, une-se a esta reflexão o entendimento de que a educação dos Movimentos Sociais auxilia na fundamentação das reivindicações dos Movimentos pronunciadas pela construção de uma política pública de educação dos povos do campo, dentro de uma compreensão de educação ampla. Assim, os movimentos do campo conjugam a educação como “todos os processos sociais de formação das pessoas, como sujeitos de seu próprio destino”. Em síntese, a educação dos Sem Terra, tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação emancipatória dos trabalhadores e das trabalhadoras e para a participação social. Relações estas que apontam tanto para os avanços bem como para os desafios internos e externos, de um processo em construção ao longo dos 35 anos de Movimento no Brasil e 26 anos no Vale do Rio Doce.

## Referências

BORGES, Maria Eliza Linhares. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v. 77, p. 173-201, 1991.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.177-197, jan./jun. 2008.

ESPINDOLA, Haruf Salmen, et. al. Apropriação de terras devolutas e organização territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (Org.). **Território, Sociedade e Modernização**: Abordagens Interdisciplinares. Governador Valadares: Univale, 2010. p. 19-58.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 273-302.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-216.

GENOVEZ, Patrícia Falco; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Entre práticas sanitárias e saberes tradicionais: a territorialização do saneamento no Médio Rio Doce. In: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (Org.). **Território, Sociedade e Modernização**: Abordagens Interdisciplinares. Governador Valadares: Univale, 2010. p. 119-154.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, v. 1, p. 324-330.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Codecri/Pasquim, 1980.

ROSENO, Sônia M. **A práxis Educativa do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): desafios e possibilidades no diálogo com instituições universitárias**. 2014. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

STÉDILE, João Pedro (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

THOMPSON, E. **A formação da Classe operária Inglesa: a força dos trabalhadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3.

# ENTENDER AS RELAÇÕES LOCAIS A PARTIR DOS INTERESSE DOS ATORES

**Ivana Cristina Lovo<sup>1</sup>**

**Julia Silvia Guivant<sup>2</sup>**

O presente capítulo objetiva trazer uma reflexão a partir da experiência empírica relacionada aos trabalhos de assessoria técnica, de ensino, pesquisa e extensão e de gestão pública vivenciados por uma das autoras no período que vai de junho de 1997 até dezembro de 2005 na região de Governador Valadares, em Minas Gerais (MG). Nesse período, houve na região uma efervescência de conquistas no campo popular – as quais geraram também conflitos –, como a implantação de sete Assentamentos de Reforma Agrária<sup>3</sup> (presentes hoje nessa região) e o fortalecimento do campo agroecológico como modelo produtivo e de bem viver. Ainda nesse período, ocorreu a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) nos municípios de Governador Valadares e Periquito.

Neste capítulo, também é apresentada a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) como base teórica de análise sobre as relações entre os atores. Essa teoria considera as diferenças de interesses em contextos de disputas por recursos, ações e projetos de desenvolvimento. Além disso, também serão apresentadas, com base na POA, reflexões sobre participação social e os desafios para exercitar modelos de autoridade compartilhada.

A vivência na região inspirou estranhamentos e indagações sobre as diversas possibilidades discursivas e práticas do falar e do fazer, envolvendo o campo das relações de poder que afloraram no cotidiano das relações entre os diversos atores sociais, os quais podem ser indivíduos e/ou organizações, sejam elas formais ou informais. De algum modo, esses estranhamentos foram fonte das reflexões que impulsionaram os estudos

---

1 Professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - Diamantina (MG).

2 Professora do Depto de Sociologia e Ciência Política, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

3 Refiro-me aos atuais Assentamentos de Reforma Agrária: Joaquim Nicolau, Barro Azul e Oziel, em Governador Valadares; Cachoeirinha e Primeiro de Junho, em Tumiritinga; Urupuca em Urupuca e Liberdade, em Periquito.

realizados no período do doutorado de uma das autoras (2006-2011), com o apoio e orientação da professora Julia S. Guivant, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>4</sup>. Diante disso, este texto é uma oportunidade de compartilhar os estudos realizados na pesquisa e dar um retorno sobre eles para os atores sociais que atuam na região de Governador Valadares, considerando as possibilidades de reflexões sobre as possíveis formas de estar e agir no mundo.

Para a constituição deste texto, os conteúdos foram abordados em três momentos: primeiro, localizando o(a) leitor(a) quanto à experiência empírica e os estranhamentos e indagações suscitados por ela; no segundo momento, será apresentado o referencial teórico e metodológico relacionado pela Perspectiva Orientada aos Atores, que permite refletir sobre relações de poder, participação social em processos de gestão e o estar e agir no mundo; e, por último, a conclusão que busca destacar uma análise possível, a partir da vivência empírica, sobre as afinidades e diferenças entre os atores e as oportunidades que emergem a partir das relações de interface entre eles.

## **A passagem pela região de Governador Valadares**

O período de oito anos e meio vividos na região do Vale do Rio Doce, com residência em Governador Valadares e trânsito pelos municípios dessa região (destaque para Periquito, Sobrália, Tumiritinga, São José da Safira), iniciou com o trabalho no Centro Assistência Técnica (CAT)<sup>5</sup>, dialogou com trabalhos na Universidade Vale do Rio Doce e contou ainda com a contribuição direta, por dois anos, na primeira gestão do PT em Governador Valadares (2001-2004). Governador Valadares, em 1997, em pleno fervilhar de uma virada de século, vivia a efervescência dos

---

4 LOVO. Ivana Cristina (2011). Agricultura Urbana: um elo entre a sociedade e o ambiente. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95958>>. Acesso em: 25 out. 2019.

5 Hoje o CAT tem o nome de Centro Agroecológico Tamanduá. A mudança de nome ocorreu a partir de 2002. Ter um nome que não explicita o perfil da entidade sempre foi ressaltado pelo colega de trabalho na época, Edson José Soares (Dum Dum), que era natural da região e tinha clareza sobre o que significava ter um nome genérico para a instituição, considerando o que representaram os conflitos vivenciados em Governador Valadares nos anos 1960, inclusive na conjuntura que antecedeu o Golpe de 1964. Melhores informações sobre a história e os conflitos no Vale do Rio Doce consultar “Nas Terras do Rio Sem Dono”, de Carlos Olavo da Cunha Pereira, publicado em 1988, e “Sertão do Rio Doce”, de Haruf Salmen Espindola, publicado em 2005.

movimentos sociais populares no Brasil. Após os 25 anos que marcaram o Golpe e o Regime Militar de 1964, as eleições diretas de 1989 tinham registrado o rito de passagem para a abertura política brasileira.

Para o período que estive diretamente vinculada aos trabalhos no CAT, destaco as oportunidades e atividades que fomentaram reflexões envolvendo o coletivo dos sócios(as), agricultores(as), assentados(as) e técnicos(as), que permitiriam àquele coletivo<sup>6</sup> amadurecimento intelectual e afetivo. Identifico aquele momento com o que Paulo Freire (2014) apresenta como práxis pedagógica, isto é, refletir a prática. É assim que se criam possibilidades de mudar o mundo, entendendo que, de acordo com Freire (2014), a práxis é a reflexão e ação dos seres humanos (homens e mulheres) sobre o mundo para transformá-lo: “sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2014, p. 41).

Observar essa experiência profissional permitiu organizá-la em três momentos que agregam áreas/campos do conhecimento que, por sua vez, apontam reflexões interdisciplinares relacionadas à agroecologia. São eles: 1) atuar sobre a formação de jovens e mulheres que demandaram e articularam aprofundamentos sobre educação popular e do campo, relações geracionais e relações sociais de gêneros; 2) aprofundar o entendimento sobre as relações sociais de gênero refletiu nas atividades que estimularam formar o Grupo de Trabalho de Gênero da Rede PTA Sudeste<sup>7</sup> (GT Gênero) e seus desdobramentos. Agregados aos desafios práticos de democratizar a gestão do CAT vieram reflexões e práticas relacionadas à transparência, ao compartilhamento de responsabilidades, à democracia e às hierarquias, com estímulos à par-

---

6 Refiro-me especificamente à equipe de sócios(as), agricultores(as), técnicos(as) que vivenciaram os desafios de gestão e ampliação de atuação particularmente refletidos no período de 1998-2001, com os grupos de estudos sobre as localidades de atuação do CAT e os momentos das instâncias gestoras, em especial com a assembleia dos sócios e os conselhos fiscal e consultivo, que pensaram as reestruturações na gestão do CAT.

7 A partir de 2002 e da realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), realizado nesse ano, no Rio de Janeiro, as organizações que configuravam a Rede Projetos de Tecnologias Alternativas (Rede PTA) e que fomentaram a realização do I ENA, passaram a compor a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Em Minas Gerais, constituíram a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Para aprofundar o processo de constituição do movimento agroecológico no Brasil consultar a tese de Faria (2017), “A educação que constrói a agroecologia no Brasil: trajetórias de um vínculo histórico”, de Andréa Alice da Cunha Faria (Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9900>>. Acesso em: 28 out. 2019), que identifica três momentos históricos desse movimento: espaços de germinação, dinâmicas de interação e movimento de expansão.



ticipação ativa dos(as) agricultores(as) na gestão institucional, incluindo a ampliação da participação das mulheres. Essas demandas motivaram estudos coletivos, realizados na época pelo denominado grupo de formação do CAT; 3) momentos de experimentação agroecológica, que podem ser exemplificados pelo grupo de agricultores-experimentadores e pelas pesquisas com sistemas agroflorestais e de recuperação de áreas degradadas, realizadas em comunidades de agricultores familiares e em assentamentos da reforma agrária.

Aos três momentos citados estavam associadas também atividades de geração de renda, economia popular solidária, segurança alimentar nutricional e soberania alimentar, entre outros temas típicos das demandas que se apresentavam para as organizações que atuavam com o campo agroecológico na época.

Vale ressaltar que entre 1997 e 2001 se destacam como atores sociais de grande relevância na região a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobrália e o próprio CAT. O poder de agência<sup>8</sup> dessas organizações e desses movimentos, explicitado nas relações de interfaces nas diferentes arenas em que os debates e as disputas ocorriam, revelava também as afinidades e divergências que delineavam as micro e macro relações locais e regionais. Além disso, revelava também as disputas de interesses entre atores do mesmo campo social e entre aqueles de campos diferentes – como o interesse dos trabalhadores e camponeses organizados nos seus respectivos movimentos e esses em disputa com o interesse do poder hegemônico regional, representado pelos latifúndios pecuaristas de Governador Valadares e região.

Com o foco nas microrrelações entre atores do mesmo campo social, é possível indicar divergências que explicitam diferenças entre estratégias centralizadoras e verticalizadas – com hierarquias rígidas, caracterizadas por ações direcionadas de cima para baixo – e estratégias dialogadas e horizontalizadas – caracterizadas pelas demandas que se

---

8 De acordo com Long (2007) o poder de agência é entendido como a habilidade dos atores de conhecer e a habilidade para fazer. Long e Villareal (1994) atribuem o conceito de agência humana ao ator que tem capacidade de experimentar processos sociais e tomar decisões, mesmo em condições de extrema coerção.

apresentam a partir atuação local. As duas estratégias englobam relações de poder nos seus mais diferentes aspectos e expressões, como as diferenças nas relações entre os gêneros, as sexualidades, as classes, as gerações, as raças, entre outras, perceptíveis ou não nas diversas intersecções das relações cotidianas, como as diferenças de valor dos conhecimentos entre atores. Por exemplo: o conhecimento do técnico(a), mais valorizado, e do(a) agricultor(a), menos valorizado, do(a) letrado(a) e não letrado(a), alfabetizado(a) e não alfabetizado(a), as diferenças entre lideranças, a experiência dos homens adultos – mais valorizada em relação a das mulheres e dos jovens –, entre tantas outras relações que podem ser identificadas no contexto das microrrelações de poder.

Os estranhamentos que foram surgindo dessa experiência apontaram para reflexões como: o quanto autoritário pode estar sendo um processo entendido como participativo e formativo se, por exemplo, o olhar e interesse de técnicos são os privilegiados? Há dificuldades, explícitas ou não, em considerar e fazer valer as opiniões e o interesse das mulheres, sendo elas técnicas, agricultoras, negras, sócias? Há violência física e simbólica com mulheres ou outros sujeitos, no momento de fazer valer um ponto de vista? As orientações dadas pelas direções dos movimentos são sensíveis e flexíveis para integrar realidades e contingências que surgem da e na vivência local? É possível haver diálogo entre o interesse do coletivo, do qual participo, com o interesse de outros coletivos, entendendo quem é e onde está o “inimigo comum” em um contexto de disputas sociais, de classes e de raças? Em momentos de definição de critérios para distribuição de um direito conquistado ou acesso a uma necessidade, se privilegiam coletivos afins ou se abrange o conjunto de atores que vivenciam determinada realidade ou determinado contexto? Há coerência entre o discurso proferido e a prática realizada? É possível haver gestores públicos, que representam o Estado, que desenvolvam gestões que dialogam com a sociedade e seus diferentes coletivos, formalmente organizados ou não?

Esses estranhamentos e incômodos provocaram e estimularam reflexões para entender melhor as diferenças nas relações de poder e os caminhos da participação social. A Perspectiva Orientada aos Atores, apresentada por Long (2007), foi, então, a chave de leitura utilizada para tentar responder às inquietações colhidas daquele momento. A seguir apresentamos os conceitos fundantes da POA, referenciada em Lovo (2011) e Gonzáles et al. (2015).

## A opção pela análise a partir dos interesses dos atores

A proposta que Long (2007) apresenta é um marco teórico para realizar análises de projetos de intervenção com uma perspectiva centrada/orientada no ator e nas relações de interface entre os diversos atores envolvidos em um determinado processo. Essa perspectiva está baseada no construcionismo social<sup>9</sup> que, de acordo com a versão proposta, tem como foco a leitura e releitura da sociedade mediante as ações e percepções que transformam um mundo de atores diversos e entrelaçados. A análise a partir do ator foca no modo como se entrecruzam os significados, os propósitos e os poderes para entender como se dá a construção de formas sociais emergentes.

Na concepção centrada no ator, o conceito de “agência” é fundamental, pois se refere à noção de ator social enquanto indivíduo ou grupo social. Considerando a definição de Giddens (1979), Long (2007) reforça esse conceito entendendo-o como a habilidade de conhecer e a habilidade para fazer. Long e Villareal (1994) atribuem o conceito de agência humana ao ator que tem capacidade de experimentar processos sociais e tomar decisões, mesmo em condições de extrema coerção.

Long e Long (1992) e Long e Villareal (1994) reforçam que não devemos considerar uma interpretação constante e universal de agência, por haver variações culturais e de razões, pois não se pode esquecer que tratamos com diversidade de atores e com realidades múltiplas.

---

9 O construcionismo social é um termo vinculado a um movimento contemporâneo que indica novas bases para os trabalhos no campo da psicologia social. De acordo com Gergen (2009), a pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente em explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou, de alguma forma, dão conta do mundo onde vivem (incluindo-se a si mesmas) tendo no plano meta-teórico uma das seguintes premissas: aquilo que consideramos como experiência do mundo não determina por si só os termos em que o mundo é compreendido; os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas; o grau com que uma dada forma de entendimento prevalece ou se sustenta através do tempo não depende fundamentalmente da sua validade empírica, da perspectiva em questão, mas das vicissitudes dos processos sociais; e as formas de compreensão negociada são de uma importância crítica na vida social, na medida em que estão integralmente conectadas com muitas outras atividades das quais participam as pessoas (GERGEN, 2009). Esse autor esclarece ainda que, “embora o nome construtivismo também seja utilizado para se referir ao mesmo movimento, este termo é usado mais para se referir à teoria piagetiana, a uma forma de teoria perceptual e a um importante movimento artístico do século XX. O termo “construcionismo” evita essas confusões e permite que se mantenha o vínculo com a obra seminal de Berger e Luckmann (1966), *The Social Construction of Reality (A Construção Social da Realidade)*” (GERGEN, 2009, p. 301).

Nessa abordagem, os atores não são vistos simplesmente como passivos recipientes de intervenção, mas como participantes ativos que processam informações e estratégias em suas transações. Isso pode ocorrer seja com vários atores locais, seja com instituições e personalidades, pois a agência é composta por relações sociais e somente pode se efetivar por meio delas; esta conectividade requer capacidade de organização.

Assim, entender a implementação de projetos de desenvolvimento que podem se apresentar alheios às realidades locais significa compreender a inviabilidade de se ter propostas prontas com objetivos fechados e resultados controlados e admitir que esses sempre sofreriam modificações ou adequações a partir do momento em que se inicia o diálogo com os atores locais. Contudo, um projeto de desenvolvimento pode se responsabilizar por criar um contexto novo, em que os diferentes atores sociais, sejam eles articulados ou não, expressem seus projetos individuais e os coloquem em linha de negociação com o novo projeto que lhes é apresentado. Essas intervenções podem ou não, dependendo do contexto em que se concretizam, tornar-se estrutura de oportunidade política fomentando formas sociais emergentes, como as ações coletivas e os movimentos locais.

Devemos, então, examinar detalhadamente quais e de quem são as interpretações ou os modelos que prevalecem e em que circunstâncias o fazem. Guivant (1997) sustenta, considerando o conceito de agência para análise da mudança no espaço rural, de que forma diversas pesquisas que adotam a perspectiva centrada no ator têm dado importância a como os agricultores, nos mais variados contextos, criativamente, dão forma aos padrões de desenvolvimento. Isso revela que, mesmo se valendo de recursos restritos e ações limitadas, eles não podem ser considerados recipientes passivos ou vítimas de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica.

Segundo Long (2007), poder e conhecimentos surgem de processos de interação social. Eles são, em essência, produto conjunto do encontro e da fusão de horizontes. Portanto, devem ser vistos em suas relações e não ser tratados como se pudessem ser esvaziados ou usados. Além disso, Long e Long (1992) afirmam que a geração e utilização do conhecimento não são meramente matéria instrumental, de eficiência técnica ou hermenêutica, mas envolvem aspectos de controle, autoridade e poder que estão embebidos nos relacionamentos sociais e os permeiam. Dessa forma, esses autores destacam que o enfoque orientado ao ator não é

simplesmente uma ação de pesquisa, mas se trata de um enfoque teórico e metodológico para compreender processos sociais.

Guivant (1997), discutindo a produção do conhecimento no desenvolvimento rural sustentável, comenta que na perspectiva centrada nos atores não se tem como estabelecer delimitações sociais rígidas entre tipos de conhecimento. Uma distinção desse tipo é vista como problemática porque os atores têm capacidade de criar e experimentar e também habilidades de, continuamente, absorver e reinterpretar ideias e tecnologias. A autora cita Long e Long (1992) e Long e Villarreal (1994) que mostram que a abordagem centrada nos atores se distancia, criticamente, das propostas de desenvolvimento participativo devido a problemas decorrentes da centralidade e da caracterização dada à transferência de tecnologias que resultam em uma perspectiva muito pragmática e limitada. Segundo Guivant (1997), a abordagem centrada nos atores não se propõe realizar uma pesquisa-ação, pois seu enfoque está na análise social e não no desenho e manejo de programas de intervenção.

Esse enfoque tem implicações em práticas de desenvolvimento, pois desempenha a função de colocar frente a frente pesquisador(es) e implementador(es); ambos vistos como atores sociais com suas respectivas funções. A perspectiva orientada ao ator pode ajudar a explicar e identificar a natureza e o grau dos espaços sociais e políticos dos diferentes tipos de atores sociais, pois é possível identificar os projetos e as estratégias dos diferentes atores, a interlocução entre eles, as estruturas intermediárias e diferenciadas, os campos de negociação e a acomodação. Implícita nesta perspectiva teórica está a interpretação de processos de forma não linear e não determinística.

O enfoque no ator começa com a simples ideia de que em circunstâncias estruturais iguais ou similares se desenvolvem formas sociais diferentes. Essas diferenças refletem variações nas maneiras como os atores lidam cognoscitiva, organizacional e emocionalmente com as situações. A partir disso, Long (2007) aponta que uma tarefa principal na análise é identificar e caracterizar as diferentes práticas e estratégias assim como os diferentes raciocínios do ator; as condições em que eles surgem, a maneira em que se entrelaçam, a sua viabilidade ou efetividade para resolver problemas específicos e suas amplas ramificações sociais: "A intervenção deve ser vista como um jogo complexo de práticas e lutas/resistências sociais que envolvem o tempo e o espaço,

podendo ser reintroduzidos como elementos de processos históricos específicos” (LONG, 2007, p. 147).

Dessa forma, Long e Long (1992) afirmam que um estudo sociológico e histórico das mudanças não pode ser completo sem que se inclua uma preocupação com os caminhos nos quais diferentes atores sociais dirigem e interpretam novos elementos em seus mundos de vida; uma análise de como grupos particulares ou indivíduos estão atentos para criar espaços para eles mesmos – seus projetos que podem correr paralelos ou em disputa com programas governamentais ou interesses de outras partes intervenientes; e a atenção para mostrar como o processo organizacional, estratégico e interpretativo pode influenciar o amplo contexto de poder e ação social e ser influenciado por ele.

Dessa forma, o conceito de intervenção planejada não caberia nesta leitura. E, para reforçar isso, conforme Long e Long (1992), a intervenção deve ser vista como um processo operacional envolvendo negociação sobre intenção e significado entre partes com interesses conflitantes ou divergentes. Trata-se de um processo progressivo, socialmente construído e negociado, e não a execução de um plano de ações especificado previamente e com expectativa de resultados. Os autores propõem a noção de “práticas de intervenção” (e não modelos de intervenção), pois, dessa forma, o foco vai para “formas emergentes de interação”, procedimentos, estratégias práticas e tipos de discursos e categorias culturais presentes em contextos específicos.

Associadas ao enfoque centrado no ator, os conceitos de “estrutura, múltiplas realidades e arenas de disputas”, em que diferentes mundos de vida e discursos se encontram, são fundamentais, assim como a noção de “situação de interface”, em que há descontinuidades de interesses, valores, conhecimentos e poder: “A interface é o momento de encontro com o outro, o outro lado de concepções, ideias, imagens e marcos normativos, onde as margens de ações são definidas e transformadas” (LONG; LONG, 1992, p. 255). As situações de interface provêm janelas pelas quais o pesquisador pode olhar as negociações, omissões, expectativas, a frase usada, as atitudes e os gestos que podem dar indicação e ajudar a compreender os limites existentes naquele recorte.

De acordo com Long (2007), “as arenas” são sítios sociais e espaciais que dão lugar a disputas entre diferentes práticas e valores. Nas arenas, busca-se resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores. Nesses espaços encontra-

mos também as situações de interface em que as “múltiplas realidades” se encontram. Aqui, o conceito de estrutura é refeito, deixando de ser algo externo ou pré-determinado e fixo, concebido como força incontrollável suficiente para explicar os fenômenos sociais. O conceito passa a estar relacionado ao processo no qual projetos e práticas dos atores se entrelaçam e interatuam para produzir formas ou propriedades emergentes. Dessa forma, a estrutura é um complexo extremamente fluído de “propriedades emergentes” e sem fatores determinantes, mas com marcadores limítrofes, que chegam a ser foco para negociação e reconstrução, ou seja, são como barreiras que são eliminadas ou transformadas no decorrer dos processos (LONG, 2007; GUIVANT, 1997).

Aprofundar o entendimento das situações de interface no interior das arenas e entre as arenas, assim como analisar a forma de ocorrência das relações entre os atores que se envolveram em um determinado projeto/programa de intervenção ou de desenvolvimento, consiste na primeira atitude na busca de um olhar das realidades proporcionadas pelo referido projeto/programa em determinado território. Identificar as arenas é entender que elas são espaços em que a diversidade de interesses e intenções dos atores fica explícita, se expressa em formas diretas e indiretas, gerando situações que possibilitam emergir e direcionar o conjunto das ações acordadas e implementadas pelos atores.

Observar e descrever as formas emergentes em um determinado processo é a linha mestra que guiará a análise dos cenários de interação possíveis promovidos por determinado projeto/programa. Segundo Long (2007), deve-se estar atento para o problema de como integrar de forma teórica os cenários interativos de pequena escala, com estruturas institucionais ou sociais maiores, ou seja, ter uma atenção para a interação entre as micro e macrorrelações.

Com base em Foucault, Long (2007) ressalta que, mesmo que o poder pareça remoto e sujeito à soberania jurídica e às instituições do Estado e, portanto, além da arena de interação social cotidiana, ele se manifesta e se reproduz ou se transforma nos lugares de trabalho, nas famílias e nos outros cenários organizacionais da vida cotidiana. A autora, por fim, aponta para a necessidade de se ter um olhar sobre as diferentes escalas dos fenômenos emergentes, que estão, intrinsecamente, inter-relacionados.

Um processo com as características e com a base de conceitos descritos tem na sua prática toda a “riqueza de relações de poder”, as quais, entendidas a partir de Foucault, consistem em “estratégias pelas quais os

indivíduos procuram conduzir, determinar a conduta dos outros” (FOUCAULT, 2003, p. 80-81). Ou seja, o exercício de poder, de acordo com o filósofo, é um conjunto de ações sobre ações possíveis, “uma ação sobre ação” (FOUCAULT, 2010, p. 288). Por outro lado, ele ainda destaca que as relações de poder são sempre um modo de agir sobre um ou vários indivíduos ativos. Dessa forma, “poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” e “poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo, uma relação de força” (FOUCAULT, 1979, p. 175).

De acordo com Machado (1979, p. 16), “Foucault não parte de uma noção negativa do poder que o define como algo que reprime, que diz não, que impõe limites, que castiga, situações que o identifica com a força da proibição”. O filósofo afirma que “o poder permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”, assim, “deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem a função de reprimir” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Para Machado (1979), o conceito de Foucault (1979) dos micropoderes mostraria que o aspecto negativo do poder, sua força destrutiva, talvez não seja o fundamental: “é preciso refletir sobre o lado positivo do poder, isto é, seu lado produtivo, transformador” (MACHADO, 1979, p. 16). Essa ideia pode ser confirmada com a seguinte passagem de Foucault (1979, p. 148): “se o poder é forte é porque produz efeitos positivos no nível do desejo e, também, no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz”.

O conceito de micropoderes encaixa-se de forma bastante apropriada no percurso histórico das relações para construção e reconhecimento de um determinado território, já que esse reconhecimento não é um caminho linear, mas responde a uma rede complexa envolvendo diferentes atores e relações em diferentes escalas. Por isso é importante destacar o que é sustentado por Machado (1979, p. 14): “poderes não são localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”. Por sua vez, essa afirmação parte da significação ampla do termo poder, vinculada ao vocábulo governar que, antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrange um amplo significado, a saber: “não se referia apenas às estruturas políticas e de gestão dos Estados, mas



significava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (FOUCAULT, 2010, p. 288). Assim, poder interligado a essa noção ampla de governar “refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” (FOUCAULT, 2008, p. 164).

Esse autor chama atenção ainda para o termo “conduta”, sendo este o que mais bem permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder, ou seja, o ato de conduzir os outros e a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades. De acordo com Foucault (2008, p. 255, grifo nosso):

“conduta” se refere a duas coisas [...] à atividade que consiste em conduzir [...] mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução.

Assim, quando uma proposta metodológica prevê uma intervenção em um determinado espaço e se apresenta como uma estratégia de reforçar a rede de relações em torno de um contexto, é necessário entender como ocorre essa prática, considerando o poder inerente na prática social da ação humana, que será reflexo da conduta de cada ator social no contexto das redes de relações. Também está presente nessas redes de relações “a liberdade” como um elemento importante dentro do conceito amplo de exercício de poder, pois, reforçando o que nos traz Foucault (2010): o poder só se exerce sobre sujeitos livres, “entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 2010, p. 289).

A expressão das relações de poder nos processos que vão promover uma determinada ação no território pode ser entendida no contexto das estratégias para impulsionar a participação dos diferentes atores. Ainda segundo Foucault (2003, p. 82): “é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades”. Assim, “quanto mais as pessoas são livres em relação às outras, maior é a vontade numas e noutras de determinar a conduta alheia. Mais aberto é o jogo, mais atraente e fascinante ele é” (FOUCAULT, 2003, p. 84).

Portanto, é no jogo das relações entre os atores que se entende as ações que se concretizam no território e se explicita, também, o poder

de agência dos diferentes atores. Dentro do jogo das relações é possível entender as estratégias e os mecanismos que promovem ou não a participação dos atores. A seguir trazemos uma discussão sobre participação, tendo a clareza que a discussão sobre participação não é nova – tampouco será aqui abordada em toda sua profundidade. A intenção é mais bem entendê-la para, assim, compreender as relações de poder que se desenvolveram durante a implementação de um projeto/programa e nas ações continuadas a partir dele.

## **Participação e a sustentabilidade das ações locais**

Para entender como as metodologias participativas ganharam espaço e se tornaram “estrelas” nos projetos de desenvolvimento é necessário nos reportarmos ao final dos anos 1980, em que a ineficiência das formas de planejamento e das investigações impostas por agentes externos ou orientadas por peritos ganha certo consenso entre as organizações de cooperação internacional. Nesse período, começa a ser identificado o fracasso dos projetos de desenvolvimento devido à ausência de consulta às populações locais e seu envolvimento. Ainda nessa época, as agências financiadoras internacionais e organizações para fomentar o desenvolvimento começam a adotar e incentivar o uso de métodos de investigação e planejamento participativos. A participação popular ganha importância e torna-se parte da linguagem comum de muitas agências de desenvolvimento, como ONGs, departamentos governamentais e bancos (PRETTY, 1995; SACHS, 1996; COOKE; KOTHARI, 2001; FREY, 2004).

Como resultado desse processo, chegamos ao século XXI com a participação popular cada vez mais associada a uma estratégia para obter resultados positivos garantidos em projetos e programas que fomentem principalmente o desenvolvimento sustentável.

A força do conceito de “participação” traz também seus problemas. De acordo com Cleaver (2001), a participação tem se tornado um ato de fé e de confiança para gerar desenvolvimento, como algumas coisas nas quais nós acreditamos e raramente questionamos. Segundo o autor, esse ato de fé está baseado em três principais tendências: a participação é intrinsecamente considerada uma boa coisa (especialmente para os participantes); o foco em certas técnicas como caminhos principais para assegurar o sucesso no desenvolvimento; e o consenso de que considerações

de poder e da política em geral devem ser evitadas, para, assim, se evitar também situações divisórias e obstrutivas.

A análise crítica de processos que têm como base a participação torna-se cada vez mais importante e está aí a contribuição da sociologia contemporânea. Atualmente, essa análise tem-se distinguido entre duas concepções: uma concepção que foca o argumento da eficiência e vê a participação como uma ferramenta para conseguir melhores resultados nos projetos; e outra, que foca o argumento do “empoderamento” (*empowerment*), “vendo a participação como um processo que aumenta a capacidade de os indivíduos para melhorar ou mudar suas vidas” (CLEAVER, 2001, p. 37), ou, “como um meio para iniciar a mobilização para a ação coletiva, construindo o empoderamento e a institucionalidade” (PRETTY, 1995, p. 168).

Deere e León (2002) trazem uma revisão sobre o termo “empoderamento” no contexto das mulheres e mostram que esse termo chama atenção para a palavra “poder” e o seu conceito enquanto relação social. As autoras afirmam que “as relações de poder podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53). Aprofundando a discussão sobre conceito de empoderamento, Deere e León (2002) corroboram com Rowlands (1997, p. 218-223), para diferenciar quatro tipos de poder: “o poder sobre, poder para, poder com e o poder de dentro”, agrupando-os em formas positivas e negativas de exercer o poder:

“poder sobre” representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras três (3) formas – poder para, poder com e poder dentro de – são todas formas positivas e aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos (DEERE; LEÓN, 2012, p. 53).

Também Arriaga et al. (1998), na discussão sobre modelos de investigação de desenvolvimento e transferência de tecnologias agropecuárias, mencionam duas escolas de pensamento e prática quanto à investigação participativa: uma que considera a participação da comunidade como um meio para aumentar a eficiência produtiva tendo como ideia central que, se as pessoas se envolvem, é mais provável que estejam de acordo e apoiem uma inovação ou um serviço; a outra, que vê a participação comunitária como um direito tendo como principal objetivo iniciar uma

mobilização para realizar ações coletivas, dar empoderamento e construir novas instituições locais.

Guivant (2002), discutindo a contribuição da sociologia ambiental no debate sobre o desenvolvimento rural sustentável e participativo, resalta que “a difusão e o consenso em torno do conceito de participação estão associados diretamente ao que caracteriza o conceito de sustentabilidade” (GUIVANT, 2002, p. 80). Este pensamento recebe a acolhida de Pretty (1995) quando aponta que:

a participação tem sido usada para justificar a extensão do controle do Estado, para construir capacidades locais de autodesenvolvimento, para justificar decisões externas, para devolver poder e capacidade decisória às comunidades, e, ainda, para coletar dados e fazer análises interativas (PRETTY, 1995, p. 168).

Em seu estudo, Guivant (2002) diferencia as abordagens metodológicas participativas. A abordagem populista se baseia no positivismo e se caracteriza pela falta de questionamento a respeito das relações de poder; e a não populista, sendo pós-positivista, reconhece que as relações de poder são inevitáveis, e estas são objeto de explicitação para que assim se tenham melhores condições de negociação, comunicação e reconhecimento dos pontos de vista das comunidades locais possibilitando o seu empoderamento. A autora resalta que o importante, nas estratégias participativas, “é considerar que nem o conhecimento dos peritos, nem o das comunidades-alvo são produtos estanques, sendo necessário entender os pressupostos de ambos os tipos de conhecimento com vistas a gerar condições de negociações satisfatórias” (GUIVANT, 2002, p. 82).

Cooke e Kothari (2001) ressaltam que os promotores do desenvolvimento participativo têm sido, geralmente, superficiais sobre as complexidades do poder social. Esses autores destacam que o poder permeia todas as relações desde o campo, entre participantes e facilitadores, até as mais amplas, isto é, entre doadores e beneficiários e, ainda, na construção do conhecimento e das normas sociais. O poder permeia as relações sociais de múltiplas e diversas formas. Com isso, na maior parte do discurso participativo há um mau entendimento do poder e assim, a identificação das más interpretações sobre como e onde ele se expressa na participação nos impulsiona a reconsiderar noções de empoderamento e as reclamações feitas por muitos operadores participativos.

Cooke e Kothari (2001), discutindo a aproximação da participação com o desenvolvimento, reconhecem que, a partir dos anos 1980,

a participação vem sendo usada de maneira crescente como uma estratégia para promover o desenvolvimento. Os autores chamam a atenção de que, nesse contexto, a participação também pode ser usada para um exercício injustificado de poder. Segundo eles, o desenvolvimento participativo tem sido, em muitas situações, ingênuo e superficial no tocante às complexidades do poder e às relações de poder. Ainda que a análise de poder na participação não seja coisa nova, “o que é evidente é que são vários e distintos os caminhos pelo qual o poder se expressa e, mais ainda, as articulações de poder, que são frequentemente menos visíveis, estando elas imersas nas práticas sociais e culturais” (COOKE; KOTHARI, 2001, p. 14, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Esses autores mostram que o abuso do poder em processos participativos pode estar em momentos de produção, de decisão e controle, de dinâmicas de grupo e, ainda, junto aos métodos participativos utilizados. Os mesmos autores alertam para o fato de que o desenvolvimento participativo foi construído por profissionais do desenvolvimento, que são acadêmicos, técnicos e políticos, e que a habilidade de criar e sustentar seus discursos são indicativos do poder e da influência que possuem.

Cooke e Kothari (2001) destacam, ainda, que as questões anteriores devem estar acompanhadas da pergunta: “De quem é a realidade que conta?”. Eles sugerem que a consolidação do poder para esses profissionais se dá tanto de forma clara como sutil, quase imperceptivelmente. As contrastantes realidades têm forte tendência de mascarar o interesse de abrangência desses profissionais. Tais objetivos estariam incutidos desde a criação do projeto até as suas práticas de implementação. Esses projetos seriam construídos não apenas para serem aplicados na melhoria de uma realidade social, mas também para alcançar outras realidades – inclusive a de consolidar o poder nas mãos desses profissionais. Aponta-se, nesse sentido, o interesse na construção de uma realidade particular, que é sensível e tênue, mas convive intimamente com as realidades conhecidas de fato, tendo por objetivo justificar a existência e a intervenção desses profissionais. Então, vale estar aberto para o que Cooke e Kothari (2001) indicam como um primeiro passo para a reflexão sobre a prática participativa que é “a necessidade de uma genuína e rigorosa reflexão que re-

---

10 No original: What is evident here is that there are multiple and diverse ways in which this power is expressed; furthermore, articulations of power are very often less visible, being as they are embedded in social and cultural practices.

conheça os processos e as consequências de suas construções” (COOKE; KOTHARI, 2001, p. 15, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Tal como afirma Pretty (1995), seguindo correntes hermenêuticas, o mundo está aberto a múltiplas interpretações, então, é impossível dizer que determinada interpretação representa a verdade total. Diferentes construções da realidade podem ser relatadas somente de um para o outro, em um processo de diálogo e, a partir disso, podem ser negociadas na busca de um entendimento comum, se esse for possível. Os problemas estão sempre abertos a interpretações sendo que todo ator tem uma perspectiva sobre o que é o problema e o que constitui sua solução. A autora afirma, ainda, que conhecimento e entendimento são socialmente construídos, sendo que o que cada um conhece e acredita depende do contexto atual e da sua própria história. Portanto, para entender as múltiplas perspectivas de uma situação-problema é fundamental que se assegure um amplo envolvimento dos atores e grupos.

Este é um rico campo situacional para se compreender a relação entre o discurso e a prática, com suas respectivas contradições. Decodificar o cotidiano e as diversas relações vividas entre os atores é um caminho para o discernimento de como cada ator ou grupo de atores articulou e negociou seu poder ou expressou sua capacidade de agência. Os valores, os entendimentos, os acordos, as divergências e os compromissos dos respectivos atores se expressam na prática e nas relações cotidianas.

Dessa forma, a perspectiva de Long (2007), que propõe realizar análises de projetos de intervenção com uma visão centrada/orientada no ator e nas relações de interface entre os diversos atores envolvidos em um determinado processo, nos parece apropriada para ajudar a distinguir as relações de poder. Para o autor, a intervenção deve ser vista como um jogo complexo de práticas e lutas/resistências sociais que envolvem o tempo e o espaço, podendo ser reintroduzidos como elementos de processos históricos específicos. A intervenção, além disso, também pode ser entendida como um processo continuado, socialmente construído e negociado; não se trata simplesmente da execução de um plano específico de ações já pronto com resultados esperados.

De acordo com Long e Villareal (1994), em uma ideia reforçada por Guivant (1997), os processos de desenvolvimento são inevitavelmente

---

11 No original: What we are calling for as a first step, therefore, is a genuine and rigorous reflexivity, one that acknowledges the processes and consequences of these constructions.

complexos, permeados por descontinuidades de interesses, valores, conhecimento e diferentes condições para expressão das relações de poder, envolvendo negociações, acomodações e conflitos, fatores que não podem ser considerados como anomalias. Assim, o conhecimento surge como resultado de acomodações nas situações de interface entre os diferentes mundos dos atores e emerge como o produto da interação e do diálogo entre eles.

Essas intenções podem estar mais ou menos explícitas e vão transitar entre a concretização de objetivos coletivos e aqueles específicos de cada ator envolvido na rede de relações. Foucault (1979, p. 152) afirma que o “interessante não é ver que o projeto está na base de tudo, mas em termos de estratégias, como as peças foram dispostas”. Ainda dentro desta perspectiva Foucault (1979) sustenta que entendendo estratégia como a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim/objetivo, pode-se identificar “estratégias de poder”, como o conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder, ou seja, os mecanismos utilizados nas relações de poder. Dessa forma, é possível entender como as estratégias relacionam-se com a “governamentalidade” – conceito entendido como a maneira em que se governam as tecnologias governamentais no nível da moral, relacionado ao governo de si mesmo; no nível da economia, relacionado ao governo de uma família; e no nível da política, relacionado ao governo do Estado e da instituição (Foucault, 1979; 2003; 2008).

Segundo Scherer-Warren e Lüchmann (2004), o conceito de governança participativa/interativa aglutina um conjunto de novas tendências de gestão compartilhada e de caráter interinstitucional que envolve Estado, mercado e sociedade (terceiro setor), ancorados em novos arranjos institucionais, os quais visam, de um lado, aumentar a legitimidade democrática por meio do estabelecimento de novas práticas interativas entre Estado e sociedade e, de outro, melhorar a qualidade das políticas públicas e dos resultados da gestão mediante uma participação ampliada.

As autoras chamam a atenção para os possíveis deslocamentos de sentido e de propósito nas noções de sociedade civil, participação e cidadania, pois esses deslocamentos podem estar obscurecidos por um vocabulário comum, mas são expressões de uma disputa política cuja análise revela ou expõe os diferentes projetos políticos em jogo na sociedade, podendo representar uma confluência perversa que coloca em questão a despolitização e o conseqüente encolhimento do espaço da política

e da democracia. Com isso, chamam a atenção para o que pode estar representando a crescente aproximação dos governos de esquerda aos instrumentos de gestão gerencial, tão frequentes no início do século XXI.

De acordo com Scoones e Thompson (1994), a análise institucional de abordagens participativas requer um foco detalhado nos papéis dos diferentes atores e as ligações ou divisões entre eles. A noção superficial de participação não revela a complexidade sociopolítica das interações entre os atores. Por isso, o conceito de interface, de acordo com Long (1998), pode ser importante nessas análises por focar nos pontos críticos de interação entre diferentes níveis de ordem social, em que é mais provável que ocorram competições por recursos e conflitos de valores e interesses sociais. Os estudos das análises institucionais a partir da interface entre os atores podem revelar o caráter dinâmico e emergente das interações e mostrar como os objetivos, as percepções, os interesses e as relações em meio às várias partes podem ser reformados/reformulados/reinterpretados, já que não podemos esquecer que nessas relações está implicado o poder de agência e as intenções dos atores. Lembrando que “poder implica negociação, luta e compromisso” (SCOONES; THOMPSON, 1994, p. 7), então, aqui podem se revelar as estratégias de como os atores buscam concretizar seus interesses.

Autores como Tarrow (1998), Gohn (2008) e McAdam et al. (2008) concordam que as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas são um dos principais fatores que interferem nas condições para definir a linha de ações coletivas da rede de atores que direcionam os movimentos sociais. De acordo com Lüchmann et al. (2007), as estruturas de oportunidades políticas quando surgem geram condições de ações coletivas, uma vez que a ação só é possível de acontecer por meio dos atores e de seus interesses em concretizá-la.

McAdam (2008) salienta a importância das oportunidades políticas para a compreensão da dinâmica dos movimentos e identifica quatro dimensões consensuais das estruturas de oportunidades políticas que impactam a ação coletiva: 1) a relativa abertura ou o relativo fechamento do sistema político institucionalizado; 2) a estabilidade ou instabilidade do amplo conjunto de alinhamentos da elite que normalmente estabelece a organização política; 3) a presença ou ausência de aliados da elite; e 4) a capacidade e propensão do Estado para a repressão. Segundo esse autor, uma alteração em qualquer uma dessas quatro dimensões pode incentivar a ação coletiva, isto é, a mobiliza-



ção, cuja forma é muito susceptível de ser afetada pelo tipo de oportunidade que se apresentou, uma vez que movimentos sociais partem da condição da existência de ação coletiva.

Uma sustentada interação, para dar suporte às ações coletivas que envolvem pessoas com diferentes identidades e demandas, requer, como apontam Tarrow (1998) e McAdam et al. (2008) quatro propriedades inerentes às ações coletivas, que são: haver desafios coletivos, haver marcos culturais e objetivos comuns, recorrer a redes sociais e construir a solidariedade por meio de estruturas conectadas e, por último, haver identidades coletivas para sustentar a ação. Como consequência da interação entre essas propriedades, pode-se destacar o jogo de estratégias e contraestratégias entre os atores, considerando as relações de poder que refletem os interesses dos atores envolvidos e a interação dessas propriedades; tudo isso indica a sustentabilidade da ação coletiva ou do movimento social.

Long (2007) acentua que a multiplicidade de atores e perspectivas incluídos nas interfaces sociais surge e se combina por processos de acomodação e conflito para gerar novas formas de organização e entendimento, inclusive as dinâmicas envolvidas podem levar à separação, oposição ou a um conflito renovado. Por isso, o conceito de “interface social” inclui pontos críticos de interseção entre distintos campos sociais, domínios ou mundos de vida, em que se encontram as discontinuidades sociais por diferença de valores, interesses sociais e poder.

Além disso, Long (2007) aponta que as ações coletivas são concretizadas a partir das redes sociais que, por sua vez, se constroem sobre uma base de interesses compartilhados, de confiança, de uma identidade cultural, da lealdade que se somam a outras propriedades inerentes para ações coletivas, indicadas anteriormente. Mas, esse autor chama a atenção para a situação que, na consolidação das redes sociais também estão envolvidos elementos de exclusão, de competição, de poder e de controle. E, dessa forma, mesmo que a literatura aponte que as redes sociais são feitas por um conjunto de relações equilibradas, baseadas no princípio da reciprocidade, Long (2007) afirma que a maioria das redes sociais é composta por um conjunto de relações desiguais e parciais, que tende em direção a modelos de centralização e hierarquia. Dessa forma, os elementos estruturais que conformam uma rede não são fixos, podendo a todo o momento, ser influenciados por um fator novo, o qual pode redirecionar a construção da ação coletiva.

Dessa forma, Long (2007) assinala a importância de dar atenção para questões relativas às estruturas institucionais, às hierarquias de autoridade e aos mecanismos de controle e regulação, para mais bem compreender a relação entre os grupos formalmente constituídos ou organizações reconhecidas legalmente. Por esse motivo, a perspectiva centrada no ator se concentra em delinear as práticas organizadoras e de simbolização cotidiana dos atores, assim como o entrelaçamento dos seus projetos. Isso deve refletir em um interesse nas formas emergentes de interação, em estratégias práticas e nos tipos de discurso e construção cultural, mais que nos modelos administrativos e nas construções ideais típicas dos processos e projetos de desenvolvimento.

De acordo com Velho (1980), se referenciando a Schutz (1971), quando há ação com algum objetivo predeterminado ter-se-á projeto. Velho (1980, p. 41-46) defende a tese de que a consciência da individualidade, fabricada dentro de experiência cultural específica, corresponderá a uma maior elaboração de projeto. Ele parte da noção de que o indivíduo tem a capacidade de escolha e esta é a base para se pensar em projeto que vai ser a forma de expressão da individualização. Os projetos são elaborados em função de experiências socioculturais, de vivências e interações interpretadas, e é pela verbalização, por meio do discurso, que se tem indicações mais precisas sobre os projetos individuais. O projeto é algo que pode ser comunicado e para existir precisa expressar-se por meio de uma linguagem que visa o outro, sendo potencialmente público. Assim, o projeto, enquanto um conjunto de ideias e condutas está sempre se referindo a outros projetos e condutas localizáveis no tempo e no espaço. Por isso, é fundamental entender a natureza e o grau, maior ou menor, de abertura ou fechamento das redes sociais em que se movem os atores.

Nessas situações não estão descartados os conflitos e consensos possíveis em torno dos projetos individuais que cada ator (indivíduo ou organização) possui e que refletem os seus interesses e os valores com os quais se comprometem. Na realidade, a efetividade da ação coletiva está na negociação entre esses diferentes projetos que, por sua vez, reflete a maior ou menor sustentação das formas de envolvimento entre os atores. Por isso, o local e o cotidiano devem ser destacados nas análises sobre projetos de desenvolvimento, pois é onde se efetivam os envolvimento que expressam os diferentes interesses e os projetos dos atores. A sustentabilidade das relações nesse sentido passa pelo fortalecimento

do princípio da comunidade, em que, de acordo com Santos (2008, p. 239, grifo nosso), baseando-se em Rousseau, “a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem a transparência à relação entre soberania e governo”.

A busca por efetivar relações mais horizontais, considerando o envolvimento Estado-sociedade, passa pelo que Santos (2007) caracteriza como democratização de todos os espaços, partindo da sua definição de democracia que é a de “substituir relações de poder por relações de ‘autoridade compartilhada’” (SANTOS, 2007, p. 62), que entendemos como substituir relações de autoritarismo, ou de um exercício vertical das relações de poder, por um exercício que privilegie relações de poder horizontais, em que haja uma atividade compartilhada de tomada de decisões. A partir das reflexões que fazem Santos (2007) e Dagnino (2004a), uma visão democrática mais ampla requer rever as posições e os valores de ambos os lados, flexibilizando a verticalidade presente entre Estado e sociedade, e passa pela necessidade de construir uma nova emancipação e, com isso, uma nova cidadania a partir de uma nova relação entre o respeito e o direito à igualdade e o respeito e o direito à diferença.

Trabalhar para se chegar a uma situação de autoridade compartilhada requer dar um salto na condição histórica de relações cotidianas que são violentamente competitivas. Isso não significa que os atores devam abdicar de seus interesses, mas nos recorda que as mudanças históricas são resultado da articulação entre as dinâmicas dos poderes locais e trans-locais. Assim, experiências que buscam inaugurar essa autoridade compartilhada podem indicar formas sociais emergentes a partir de práticas de envolvimento entre atores e, com isso, reforçar o potencial da agência humana na gestão de projetos coletivos.

Essa realidade está incluída na teoria da prática, que reforça a importância das ações dos atores sociais na vida concreta. De acordo com o estudo de Ortner (2007) sobre a teoria da prática, o mundo é feito por intermédio das ações das pessoas comuns e pode, portanto, ser desfeito e refeito por essas ações. Para se chegar a uma situação de autoridade compartilhada – ou seja, de ação coletiva –, faz-se necessário praticar a igualdade dentro da diversidade, a qual é ampla e envolve valores, cultura, condição social, etnias, gênero, gerações, entre outras dimensões que se expressam no cotidiano das práticas por meio dos interesses e projetos de vida dos atores.

Ortner (2007) faz uma atualização da teoria da prática e elabora uma relação entre teóricos dessa teoria<sup>12</sup> (Bourdieu, Giddens e Sahlins) com os teóricos do poder (Foucault, Scott e Williams), mostrando as afinidades que demarcam paralelos entre essas teorias. Ele destaca como afinidades a partir dos teóricos da teoria da prática que “a noção de *habitus* é de uma estrutura profundamente internalizada, fortemente controladora e, em grande medida, inacessível à consciência”, ao mesmo tempo em que “os atores são, ao menos parcialmente, sujeitos que sabem que são capazes de refletir, até certo ponto, sobre suas circunstâncias e, portanto, de desenvolver um determinado nível de crítica e possível resistência”, e parte da “noção de hegemonias culturais fortes, mas por outro lado, reconhece certas fissuras na estrutura” (ORTNER, 2007, p. 27-28). Esse comparativo mostra como uma teoria está dentro da outra e aponta caminhos para contribuir com a análise de construção de ações coletivas, incluindo, aqui, a implantação de projetos de desenvolvimento que nunca são concretizados a partir do interesse de um só ator.

O potencial da ação coletiva é influenciado pelas estruturas de oportunidades políticas que surgem. Por sua vez, essas oportunidades políticas são consequência de fissuras que aparecem na estrutura hegemônica dos processos de gestão. Essas fissuras, quando se transformam em oportunidades, podem fazer com que a ação coletiva seja potencializada e, como consequência, sejam criadas condições para uma experiência envolvendo visões conflitantes. Então, essas experiências podem contribuir para gerar transformações sociais profundas ampliando a condição da fissura inicial para uma mudança de valores e visões que podem chegar a fazer parte de um novo sistema hegemônico, independente do tempo necessário para alcançar essa nova condição. Nesse sentido, o “significado profundo de transformação social não é apenas um rearranjo de instituições, mas implica a transformação da cultura” (ORTNER, 2007, p. 40).

Dessa forma, a possibilidade de ação conjunta, ou mesmo a ação na comunidade, faz com que projetos individuais possam se tornar projetos coletivos, potencializando os indivíduos enquanto agentes e as ações

---

12 Ortner (2007) considera três trabalhos-chave desta teoria publicados entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a saber: o *Outline of a Theory of Practice* de Pierre Bourdieu, publicado em 1978; o *Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis*, de Anthony Giddens, publicado em 1979; e o *Historical Metaphors and Mythical Realities: Structure in the Early History of the Sandwich Island Kingdom*, de Marshal Sahlins, publicado em 1981.

coletivas enquanto movimentos sociais. Para compreender os processos dessas transformações, os conceitos de agência e projeto podem ser considerados significativos, avaliando o enfoque a partir do interesse do ator, a teoria da prática, a teoria sobre poder e a possibilidade de se construir uma nova concepção de cidadania, conforme supramencionado. Afinal, essas transformações resultam das atitudes dos atores, os quais expressam seus valores enquanto agentes sociais, e vão impactar nos projetos políticos em disputa na sociedade. Bhabha (2001)<sup>13</sup> alerta para possibilidades de se formarem alianças estratégicas no momento de indeterminação. Ele aponta que a problemática da contingência permite, estrategicamente, que uma contiguidade espacial seja (re)articulada no momento da indeterminação. Isso pode ser lido como uma solidariedade ou ação coletiva, gerando oportunidades para direcionar os caminhos da prática social.

Bhabha (2001) afirma que a agência tem força de ação e intervenção e é a consciência que possibilita perceber as brechas e fissuras no sistema dominante. Isso reflete no que Ortner (2007) destaca sobre o conceito da teoria da prática<sup>14</sup> que, para ele, aponta a produção do mundo por meio da prática humana, pois “fornece uma síntese dialética da oposição entre ‘estrutura’ (ou mundo social tal como está constituído) e ‘agência’ (ou as práticas interessadas das pessoas reais) que antes não fora conseguida” (ORTNER, 2007, p. 38). Considerando que Santos (2008) distingue como espaços políticos estruturantes o espaço da cidadania, o espaço doméstico, o espaço da produção e o espaço mundial, é consequente perceber cada um desses espaços como espaços políticos que podem suscitar uma luta democrática singular adequada a transformar as relações de poder próprias desses ambientes. As condições que favorecem

---

13 De acordo com Bhabha (2001, p. 258), o agente se forma no processo de individuação. Essa individuação do agente se dá em um momento de deslocamento, um “entretempo”, um espaço que possibilita tocar os limites do conhecido e não conhecido, da sentença e a não sentença, do dentro e fora, do passado e presente, do sim e não, entre outras dicotomias. Esse tanger entre opostos abre relações disjuntivas de espaçamento e temporalidade no interior do signo, abrindo possibilidades para novas significações. O deslocamento, conforme o autor, “é um incidente pulsional, o movimento instantâneo em que o processo de designação do sujeito se abre lateralmente a ele”, o entretempo da significação e, no retorno desse entretempo emerge o agente como uma forma de retroatividade. Nas próprias palavras do autor: “como resultado de sua própria divisão no entretempo da significação, o momento da individuação do sujeito emerge como um efeito do intersubjetivo, como o retorno do sujeito como agente. É preciso pensar fora da sentença para se formar o agente” (BHABHA, 2001, p. 259).

14 A teoria da prática “trata-se de uma teoria geral da produção de sujeitos sociais por meio da prática no mundo e da produção do próprio mundo por intermédio da prática das pessoas” (ORTNER, 2007, p. 38).

a expressão da agência humana tornam-se, portanto, a base para efetivar projetos de resistência ou projetos alternativos dentro de um mundo ainda de dominações e desigualdades. Os atores, as oportunidades políticas e a emergência de novas relações.

Considerando o detalhamento teórico supracitado, seguimos nesta sessão do texto com a revisita ao passado, olhando, então, para as realidades, os processos e, claro, os atores sociais com os quais foi possível se relacionar direta e indiretamente no período vivenciado na região de Governador Valadares. Essa revisita é uma oportunidade de perceber como a história vai sendo tecida no efervescer das relações de cada momento do presente. Dessa forma, olhar para região de Governador Valadares, incorporando a dimensão territorial e política que esta região representa na história do Brasil, é perceber os constantes desafios para identificar fissuras na estrutura do sistema que está hegemônico, assim como identificar e consolidar oportunidades políticas que delineiam estratégias para ampliar essas fissuras, transformando-as em oportunidades para alterar as condições de vida de trabalhadores(as), reconhecidos(as) nas suas diferenças de raça, gênero e classe e de interesses, expressos pela ação dos movimentos que os representam.

Nesse sentido, as divergências marcantes na história dos movimentos e organizações na região do Vale do Rio Doce, como as caracterizadas pelas diferenças que demarcam a atuação conjunta da CPT, FETAEMG e CAT que diferem com o MST em alguns momentos, como os revelados nas dificuldades de relações e nos desafios para consolidar os Assentamentos Cachoeirinha e Primeiro de Junho, em Tumiritinga; nas divergências em momentos de negociação com o INCRA e, também, nas microrrelações que demonstram diferenças de interesses entre grupos de agricultores e associações locais, exemplificadas nas diversas associações comunitárias dentro de um mesmo assentamento, Barro Azul, em Governador Valadares.

No âmbito das diferenças citadas existem conflitos revelados nas arenas que se construía em espaços de negociações com o INCRA para definição da quantidade e da escolha das famílias que seriam assentadas na terra ocupada, para a definição de prioridades e orientação técnica na elaboração de projetos, os quais eram suporte para acesso a créditos e recursos para as famílias no contexto de consolidação dos assentamentos, entre outros que consolidavam a diferença, naquele momento, entre os assentamentos apoiados ou “da” FETAEMG, que agregava a ação conjunta

com a CPT e CAT e alguns dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), e os apoiados ou “do” MST, que contavam com o apoio de outros STRs da região. Essa situação revelava esses atores sociais como “inimigos” no final dos anos de 1990.

A situação se altera a partir do momento em que o PT assume a prefeitura de Governador Valadares no período de 2001 a 2004, na figura do prefeito João Domingos Fassarella. A partir dessa gestão, pessoas que estavam envolvidas com os dois grupos de atores (representados pela FETAEMG e pelo MST) assumem cargos e assessorias na gestão. A prefeitura passa, então, a assumir um papel de importante agente no fomento da solução de problemas e desafios na consolidação dos assentamentos instalados em Governador Valadares. Em particular, o processo participativo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Governador Valadares<sup>15</sup> possibilitou a escuta e o diálogo de atores rurais, de agricultores e assentados e suas respectivas lideranças. Por meio do Plano, houve condições para se criar a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente assim como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Governador Valadares, que se torna a principal arena de discussão e decisões sobre as prioridades para ações e projetos no território rural do município.

Esse processo de diálogo iniciado em Governador Valadares facilitou a articulação dos atores com ação e influência regional para sustentar, também, a política de desenvolvimento territorial inaugurada pelo Governo Federal em 2003 pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), implantado sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O Programa visava à concertação<sup>16</sup> participativa para gerar uma estratégia de desenvolvimento rural fundamentada no marco territorial das políticas, rompendo com a centralização

---

15 Para informações sobre o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Governador Valadares acessar o documentário sobre o processo em CAT e UNIVALE (2002), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aGMFf20Z5Vw&t=63s>>. Acesso em: 28 out. 2019.

16 De acordo com Brasil (2009, p. 3-4) “a vivência da gestão social do desenvolvimento de um território se dá a partir da construção e consolidação de espaços institucionais de caráter territorial e participativo (conselhos, comitês, fóruns, colegiados etc.) que oportunizam o diálogo, a negociação, a aprendizagem, a transparência e a democracia necessária à construção de um ambiente favorável à integração e ao estabelecimento de consensos, de acordos e de compromissos coletivos fundamentais a um processo de desenvolvimento”.

das prefeituras na execução de políticas, projetos e ações governamentais, e fomentou a integração horizontal e vertical dos atores e instituições no contexto de planejar, priorizar e implementar políticas, projetos e ações governamentais no âmbito dos territórios e regiões. O Território Médio Rio Doce foi um dos cinco primeiros territórios criados por meio do PRO-NAT, e articulou atores da sociedade civil e gestores de 17 municípios da região do Rio Doce.

Como descreve Freitas et al. (2010, p. 21), o Território Médio Rio Doce foi criado em 2003 pela SDT/MDA e aprovado em 9 de outubro do mesmo ano pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Composto pelos municípios de Açucena, Alpercata, Coroaci, Frei Inocência, Galileia, Governador Valadares, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São José da Safira, Sardoá, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia, esse território foi um dos cinco selecionados no ano de 2003, em Minas Gerais, sendo sua proposição uma iniciativa de organizações representativas dos(as) agricultores(as) familiares (Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias) e de entidades de assessoria e apoio (Centro Agroecológico Tamanduá – CAT, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Pastoral da Juventude Rural – PJR, Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT).

Entre interesses renovados ou atualizados, o transitar entre velhas e novas divergências e novos e velhos conflitos e a capacidade de diálogo entre os atores fizeram com que a conquista da gestão da prefeitura de Governador Valadares e a criação do Território Médio Rio Doce se configurassem como uma nova estrutura de oportunidade política que fomentou formas sociais emergentes, as quais propiciaram outras ações coletivas e novas relações entre os movimentos sociais, assim como entre eles e os gestores públicos, reconfigurando, inclusive, o poder de agência desses atores.

Aprendizados e novas atitudes no campo das microrrelações de poder também se configuraram como avanços importantes. Com foco nas arenas de relações internas ao CAT vale destacar o exercício da horizontalidade na tomada de decisões nas instâncias gestoras do CAT. Reflexos de um intenso processo de reflexão sobre a entidade, iniciado em 1997, fizeram com emergissem também novas formas de entender e praticar a gestão da entidade a partir dos anos 2000. A participação ativa dos



sócios e sócias nas instâncias de gestão, como assembleia geral, conselho consultivo, conselho fiscal, e coordenação executiva, com destaque para os(as) agricultores(as) sócios(as) que estão se sucedendo no cargo de coordenação executiva, e até mesmo compartilhando essa função em coordenações partilhadas, com interação ativa de sócios(as), tanto urbanos(as) como rurais. O mesmo acontece com a alternância entre homens e mulheres, com função de assessores técnicos, que têm se revezado na função de assumir a responsabilidade da secretaria executiva da organização.

Também é importante destacar como o coletivo institucional, no âmbito dos processos de gestão no CAT, tem tratado temas relacionados com preconceitos inerentes à sociedade machista e patriarcal, que transitam na antiga polêmica sobre questões públicas e privadas. Podemos citar como exemplo a violência contra as mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto no público, que antes não era tratada adequadamente. Hoje, é possível trazer as ações machistas identificadas pelo conjunto dos atores para o debate no âmbito da organização. Atualmente, essas questões estão sendo tratadas e encaminhadas no âmbito da gestão institucional, com a identificação do agressor e criação de estratégias que levaram ao afastamento do mesmo do quadro de sócios, em uma situação do tipo. A dimensão dessa mudança pode ser visualizada com o exemplo de que antes, final dos anos 1990 e início de 2000, essas situações ficavam restritas aos diálogos velados ou, quando expressas para o coletivo, se faziam por metáforas como: “na prática da agrofloresta não matamos nem formigas, nem mulheres!”<sup>17</sup>.

Outra percepção importante é o tratamento dado em relação aos interesses diferentes que se expressam em conflitos e posicionamentos divergentes diante de uma pauta referente à captação e ao uso de recursos financeiros. Atualmente, a decisão coletiva da instância gestora não é desvalorizada em função da prioridade dada ao interesse indicado pelo sócio ou técnico homem que teve o poder e a condição de negociar e captar os recursos. Em contextos semelhantes relacionados à gestão institucional está o desafio, ainda não superado pelo coletivo institucional, de atribuir responsabilidade individual e ou personificada por estratégias de gestão que não foram bem-sucedidas em algum momento, levando

---

17 Essa metáfora foi expressa por um agricultor em entrevista em momento de coleta de imagens para produção do vídeo: “Agrofloresta: uma alternativa para agricultura familiar no Vale do Rio Doce” (CAT (1999).

ao afastamento e ou distanciamento temporário e ou definitivo de algum técnico(a) e ou sócio(a), ou valorizando um(a) aparente salvador(a) da situação. Dialogar sobre as potencialidades e os limites no âmbito coletivo e individual, superando personificações, é uma forma de exercitar o construcionismo social que tem como consequência o amadurecimento coletivo e individual.

Citar essas situações desafiadoras, assim como as emergentes, não tem por objetivo reascender conflitos, mas evitar que eles sejam esquecidos, avaliando que a experiência passada já mostrou ser geradora de oportunidades para novas relações sociais e políticas sem negar as diferenças e diversidades de interesses dos atores locais e regionais. Conjunturas atualizadas fazem com que novos atores e interesses se apresentem nas arenas locais e regionais, fazendo emergir ainda outras novas interações e estratégias que devem ser analisadas como oportunidades para provocar fissuras no sistema de opressão da classe trabalhadora e não de dividir essa classe em função dos interesses e das disputas entre os atores que possuem poder de agência para fortalecer a classe trabalhadora e camponesa do Vale do Rio Doce.

## Referências

ARRIAGA, Jordán Carlos.; SÁNCHEZ, V. E.; ESPINOZA, Ortega Angélica; VELÁZQUEZ, B. L. Innovación tecnológica y desarrollo participativo: el caso de forrajes cultivados en sistemas de producción campesinos en el Estado de México. **Ciencia Ergo Sum**, México, n. 8, p. 63-72, 1998.

BHABHA, Homi. K. O Pós-colonial e o Pós-moderno: a questão da agência. In: \_\_\_\_\_. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p. 239-273.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais**. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial. 2009. Disponível em: <[http://portalsiget.net/ArchivosSIGET/herramientas/Archivos/352017\\_4DOCINS-TSDOrientaci.pdf](http://portalsiget.net/ArchivosSIGET/herramientas/Archivos/352017_4DOCINS-TSDOrientaci.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2019.

CENTRO AGROECOLÓGICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – CAT. **AGRO-FLORESTA** – Uma semente para a Agricultura Familiar no Vale do Rio Doce. Governador Valadares. Vídeo VHS. 1999.

CENTRO AGROECOLÓGICO TAMANDUÁ – CAT; UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Governador Valadares**. Governador Valadares. 2002. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aGMFf20Z5Vw&t=63s>>. Acesso em: 27 out. 2019.

CLEAVER, Frances. Institutions, Agency and the Limitations of Participatory Approaches to Development. In: COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (Eds.). **Participation: the new tyranny?** London: Zed Books, 2001. pp. 37-55.

COOKE, Bill.; KOTHARI, Uma. **Participation: the new tyranny?** London: Zed Books, 2001.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política e Sociedade: dossiê movimentos sociais, participação e democracia**, Florianópolis, v. 3, n. 5. p. 139-164. out. 2004b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>>. Acesso em: 25 out. 2019.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004a. pp.103-115.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2002.

FARIA, Andréa Alice da Cunha. **A educação que constrói a agroecologia no Brasil: trajetórias de um vínculo histórico**. 2017. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9900>>. Acesso em: 22 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. **Concordia – Revista internacional de filosofia**, n. 6, jun./dez., p. 99-116, 1984.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: \_\_\_\_\_. **Sexo, poder e indivíduo: entrevistas selecionadas**. Desterro: Nefelibata. 2003. p. 53-84.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Org.), **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira; DIAS, Marcelo Miná. Desafios da Gestão Social dos Territórios. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL-SOBER. 48. 2010. **Anais eletrônicos**. Campo Grande: SBEASR, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1078.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2019.

FREY, Klaus. Governança Interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa. **Revista Política e Sociedade**: dossiê movimentos sociais, participação e democracia, Florianópolis, v. 3, n. 5. p. 119-138, out. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1982>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar – Interthesis**. Florianópolis, v. 6, n. 1. pp. 299-325, jan./jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory**. Action, structure and contradiction in social analysis. Berkeley: University of California Press, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Loyola. 2008.

GONZÁLES, Shirley Rodríguez; PEREIRA, Viviane Camejo; SOLGIO, Fábio Kessler Dal. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales. Nueva época**, Costa Rica, v. 13, n. 25, p. 101-121, 2015.

GUIVANT, Júlia S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-88, out. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/julia19.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411- 447, set./dez. 1997.

HARDT, Michael. **O enfraquecimento da Sociedade civil**. Florianópolis: UFSC, 2001.

LONG, Norm. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. **Tiempos de Ciencia**, Guadalajara, n. 11, p. 1-10, abr./jun. 1988.

LONG, Norm. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - El Colegio de San Luís, 2007.

LONG, Norm.; LONG, Ann. **Battlefields of Knowledge**: The interlocking of theory and practice in social research and development. London: Routledge, 1992.

LONG, Norm; VILLAREAL, Magdalena. The interweaving of knowledge and power in development interfaces. In: SCOONES, Ian.; THOMPSON, John. **Beyond Farmer First**: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice. London: Intermediate Technology Publications, 1994. p. 41-52.

LOVO, Ivana Cristina. **Agricultura Urbana**: um elo entre o ambiente e a cidadania. 2011. 292 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SELL, Carlos Eduardo; BORBA, Julian. (Org.). **Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 7-23.

McADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug.; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. **Comparative perspectives on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. New York: Cambridge University Press. 2008. p. 23-40.

McADAM, Doug.; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. **Comparative perspectives on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. New York: Cambridge University Press. 2008.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, Miriam Pillar.; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter Henry (Org.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 19-43.

PRETTY, Jules. N. **Regenerating agriculture**: policies and practice for sustainability and self-reliance. Londres: Earthscan, 1995.

ROWLANDS, Jo. Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: un modelo para el desarrollo. In: LEÓN, Magdalena. (Org.) **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; 1997. pp. 213-244. Disponível em: < <http://www.bdigital.unal.edu.co/53100/1/9586017354.pdf>> Acesso em: 23 set. 2019.

SACHS, Wolfgang. **Diccionario del desarrollo**: Una guía del conocimiento como poder. Lima: PRATEC, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOONES, Ian.; THOMPSON, John. Knowledge, power and agriculture – towards a theoretical understanding. In: SCOONES, Ian.; THOMPSON, John. **Beyond Farmer First**: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice. London: Intermediate Technology Publications, 1994. p. 16-32.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política e Sociedade**: dossiê movimentos sociais, participação e democracia, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 13-36, out. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976>>. Acesso em: 23 out. 2019.

SCHMIDT, Wilson. **Educação do campo**: agroecologia [e] **campesinato**: três ângulos, três lados, mas não um triângulo. Florianópolis: NEA Educação/Campo/UFSC, 2018.

TARROW, Sidney. **Power in movement**: Social Movements and Contentions Politics. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VELHO, Gilberto. Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Org.). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 27-55.

Como se configuram as lutas pela terra no Vale do Rio Doce, Minas Gerais? Quais são seus principais protagonistas e pautas? Quais são suas histórias e memórias? Estas e outras perguntas formam a linha mestra desta obra que almeja dar visibilidade aos diversos cenários e vozes da luta pela terra no leste mineiro. Região marcada pela exploração dos seus recursos hidrográficos, agrários e de seu povo, agora tem espaço demarcado e ressignificado com este livro. De forma inédita e com muita sensibilidade, a obra traça um panorama dos sujeitos e memórias que há muito clamam por serem ouvidos. Composto por 13 capítulos advindos de pesquisas e trabalhos de campo que abordam a temática em diferentes períodos históricos; memória, território e luta se entrelaçam tecendo diversas possibilidades de narrativas. Narrativas dos pequenos agricultores, das mulheres dos movimentos sociais de luta pela terra, dos botocudos, dos camponeses, dos sindicatos, dos trabalhadores rurais, dentre outros. Esses personagens permanecem, ocupam, narram suas lutas e se recriam ao rememorar seus desafios e conquistas. São memórias brasileiras, memórias mineiras que constroem Resistência, Existência!

**Denise Nacif Pimenta**

Instituto René Rachou - Fiocruz Minas  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)  
Ministério da Saúde

APOIO:

